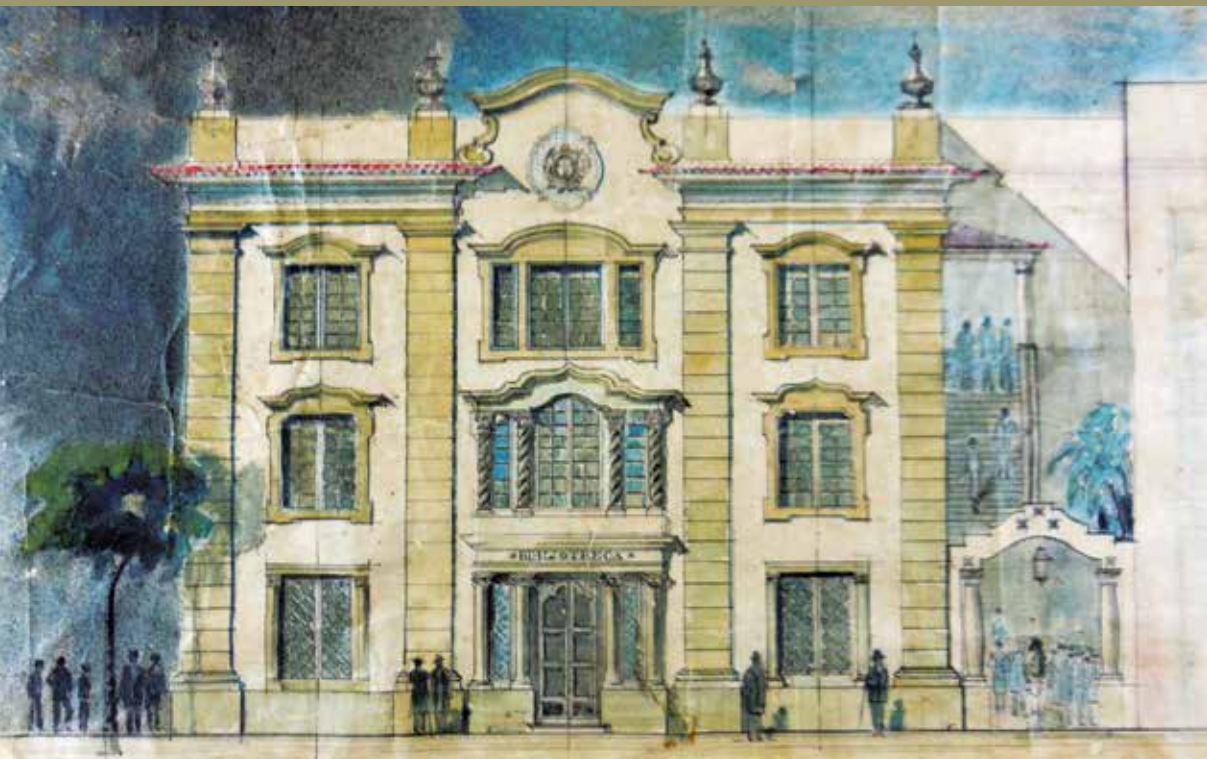


Revista do APEJE

ano 1 | n. 1 | abr/mai/jun 2016



BARBOSA LIMA SOBRINHO
CELINA DO AMARAL PEIXOTO
EVALDO COSTA
GLÁUCIO VEIGA
GILBERTO FREYRE
JOSEMIR CAMILO DE MELO
JORDÃO EMERENCIANO
LUIZ DA CÂMARA CASCUDO
MANOEL CORREIA DE ANDRADE
MARCÍLIA GAMA DA SILVA
MAURO MOTA
NELSON SALDANHA
PAULO CAVALCANTI
PEDRO CALMON
RENATO LOPES LEITE CAVALCANTI
RENÉ RIBEIRO
ROBERTO MOTTA
VANILDO BEZERRA
WALDEMAR VALENTE

Revista do APEJE

R. APEJE	Recife	a. 1	n. 1	p. 1-333	2016
----------	--------	------	------	----------	------

Uma publicação do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

Governador do Estado de Pernambuco

Paulo Henrique Saraiva Câmara

Secretário da Casa Civil

Antônio Carlos Figueira

Gestor do Arquivo Público

Evaldo Costa

Revista do Arquivo Editor - Chefe

Evaldo Costa (DRT/PE 1147)

Editor

Sérgio Miguel Buarque (DRT/PE 2331)

Projeto Gráfico/Arte

Luiz Arrais

Revisão

Adelaide Ribeiro

Arquivo Público

R. Imperador Pedro Segundo, 371

S. Antônio, Recife/PE, CEP 50010 - 240

Telefone: (81) 3224-0620

Impressão

Cia Editora de Pernambuco - Cepe

Rua Coelho Leite, 530 - Santo Amaro Recife/PE - CEP 50100-140

Fone: 0800 081 1201 - Ligação gratuita

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião da revista.

Revista do APEJE

REVISTA DO APEJE. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão
Emerenciano, ano. 1, n. 1, 2016. 333p. il. Semestral.

1. Pernambuco — História. 2. Pernambuco — Aspectos culturais.
3. Recife (PE) — História. 4. Olinda (PE) — História. 5. Arquivo
Público Estadual Jordão Emerenciano — História. 6. História
social — Pernambuco.

CDU 981.34

CDD 981.34

PeR – BPE 16-279

A trama do destino

Evaldo Costa

Em qualquer outro momento eu poderia dizer, como costume fazê-lo, que as coincidências não existem. Mas não aqui; não na apresentação desta edição especial da *Revista do Arquivo Público*, comemorativa dos 70 anos de fundação do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Aqui estou, simplesmente, impedido. E vou explicar por que.

Quando alguém diz, diante de acontecimentos relacionados, que não há acaso no mundo, está na verdade afirmando que tudo o que sucede foi previamente programado, determinado, independentemente do nosso desejo ou capacidade de agir. Por quem? Por Deus, uno ou múltiplo, diretamente ou tecendo, com a linha das moiras, a trama do destino.

Esta visão fatalista foi hegemônica por milênios. Mais recentemente, ganha terreno a afirmação da autodeterminação do homem, pelo menos até certo limite. Sim, ainda há quem credite à sorte ou ao azar o que de bom ou de ruim acontece. Mas, mesmo estes, costumam dizer que tem sorte quem nela acredita.

Ou tem sorte quem faz por merecer. O que vale para o indivíduo vale também para as sociedades que, crê-se cada vez mais, escapam do destino pré-determinado pelo protagonismo histórico. A regra é fazer acontecer e não mais esperar que o desenvolvimento do processo histórico conduza inevitavelmente ao resultado esperado, a uma “finalidade” sem causa.

Esta *Revista do Arquivo Público*, que retorna depois longo período sem ser publicada, não vem por obra e graça do acaso. Vem por que precisamos de publicações assim, instrumento para a expressão refletida, ponderada sobre como

fazemos a travessia nesta fração de espaço-tempo. E vem graças à Companhia Editora de Pernambuco-Cepe, sob a direção visionária do jornalista Ricardo Leitão e o apoio do Secretário da Casa Civil, Antônio Figueira. A mesma Cepe que, em 1996, quando este gestor era seu presidente, imprimiu a última edição da *Revista do Arquivo* publicada, coordenada pela jornalista Marisa Gibson, que dirigia o Arquivo na época.

Para marcar a volta, em momento tão importante da história do Arquivo, nada melhor que uma edição de conteúdo antológico, reunindo uma seleção de textos publicados ao longo de toda a trajetória da publicação. Observe a lista de autores: Gilberto Freyre, Câmara Cascudo, Barbosa Lima Sobrinho, Manoel Correia de Andrade, René Ribeiro, Gláucio Veiga, Celina do Amaral Peixoto.

Somando-se à lista dos ex-diretores — Jordão Emerenciano, Mauro Mota, Paulo Cavalcanti, Ronaldo Maia Leite — temos, sem dúvida, uma coleção de nomes de peso da vida cultural pernambucana, nordestina e brasileira. O projeto gráfico, criado pelo diretor industrial da Cepe, Ricardo Melo, faz justiça ao sumário aqui apresentado.

Todos os servidores do Arquivo Público — não é força de expressão — contribuíram para que este volume chegue às suas mãos. Do debate sobre qual seria o conteúdo desta edição, que abre a nova fase, aos serviços maçantes de pesquisa para a escolha dos textos e digitalização dos artigos, todo mundo se envolveu e ajudou a comissão de redação nominada no expediente. Na Cepe, diretores, gerentes, funcionários administrativos e gráficos foram, como sempre, atenciosos e extrema e competentemente profissionais. Registro especial ao Superintendente de Produção Editorial Luís Arrais, pela presteza e olho clínico únicos. A todos, no Arquivo e na Cepe, o nosso reconhecimento e a convocação para que continuemos assim.

A direção e o corpo técnico do Arquivo estão assumindo um compromisso com a coletividade pernambucana de, ao longo dos próximos anos, manter a periodicidade da Revista, publicando duas edições por ano, com artigos científicos abordando questões da cultura, da historiografia, da arquivística, da tecnologia da informação e de outros campos relacionados, consolidando-se como referência nacional. Por fim, chamamos sua atenção para o primeiro dos textos publicados, a apresentação da primeira edição da *Revista do Arquivo Público*, assinado por Jordão Emerenciano. Trata-se de uma profissão de fé no debate das ideias e no esforço que precisava (e precisa!) ser feito para tornar públicos documentos de valor históricos que se mantiveram inéditos ou pouco conhecidos.

Esse compromisso continua a pautar nossa Revista e você, leitor, poderá comprovar nesta e nas nossas próximas edições semestrais.

Boa leitura!

Sumário

Decreto-Lei 1.265, de 4 de dezembro de 1945	10
A Revolução Praieira <i>Barbosa Lima Sobrinho</i>	24
Guararapes: a aliança dos destinos <i>Pedro Calmon</i>	50
O negro em Pernambuco – retrospecto de suas práticas religiosas <i>René Ribeiro</i>	64
A função dos arquivos <i>Luiz da Câmara Cascudo</i>	84
A função mágica dos tambores <i>Waldemar Valente</i>	96
O Recife e a Escola do Recife <i>Mauro Mota</i>	110
Telles Júnior <i>Gilberto Freyre</i>	128
Das razões do Foral de Olinda <i>Vanildo Bezerra Cavalcanti</i>	146
Quilombos em Pernambuco, no século XIX: uma contribuição à história social <i>Josemir Camilo de Melo</i>	178
De Nina Rodrigues a Gilberto Freyre: estudos afro-brasileiros (1896–1934) <i>Roberto Motta</i>	212

Arquivos públicos em regiões tropicais <i>Celina do A. P. Moreira Franco</i>	230
João Fernandes Vieira e o conflito entre a ética protestante e a católica <i>Gláucio Veiga</i>	244
O pensamento político e jurídico no Brasil nas primeiras décadas do século xx <i>Nelson Saldanha</i>	266
Diogo Velho, precursor da reforma agrária <i>Paulo Cavalcanti</i>	276
Mauro Mota, o geógrafo <i>Manuel Correia de Andrade</i>	288
Forma e conteúdo da ideia de república em frei Caneca <i>Renato Lopes Leite</i>	300
O acervo Dops: da administração à história <i>Marcília Gama da Silva</i>	314



Decreto-Lei 1.265,
de 4 de dezembro
de 1945



Determinam o Decreto-Lei 1.265, de 04 de dezembro de 1945, e o Regulamento do A.P.E, que seja editada, semestralmente, uma revista — cuja finalidade será a divulgação de documentos inéditos e a difusão de assuntos históricos e afins. Uma publicação oficial dessa natureza deverá ter um caráter estritamente científico, alheio a conflitos partidários e a ódios pessoais. Sua matéria limitar-se-á a documentos inéditos, ou, à transcrição daquelas que foram julgados pouco conhecidos, a ensaios, monografias e estudos sobre temas históricos e correlatos. Em todos os números da Revista, haverá sempre uma seção de documentos e outra, de trabalhos diversos sobre crítica da história e de documentos, diplomática, história nacional e, principalmente, história pernambucana.

A Secretaria do Governo vinha editando a publicação intitulada Documentos do Arquivo (2 volumes). Nessa publicação, foi divulgada a correspondência dos governadores e capitães gerais de várias capitanias com o governador e capitães-gerais da Capitania de Pernambuco, relativa aos anos de 1802, 1817 e 1818. (1) Estava em preparação o 3º volume, correspondência de 1819, quando sobreveio a criação do ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL à cuja revista incumbe agora a divulgação de documentos. A matéria daquele 3º volume estava composta e quase terminada a revisão. Nada justificava que esse trabalho fos-

se posto à margem. O A.P.E. não tem como programa fazer “tábula rasa” de tudo que antecedeu a sua criação. Pelo contrário, é propósito seu aproveitar, retocar, afinar, o que outros fizeram. Por isso, o primeiro número da Revista segue o feitio da mencionada publicação da Secretaria do Governo e aproveitou toda a matéria já composta e revisionada. No próximo número, porém, terá conteúdo e forma condizente com a sua natureza.

A *Revista do Arquivo Público* visa criar um ambiente sereno onde as ideias de história possam ser discutidas sem, com isso, provocar inimizades pessoais, como é quase costume entre nós... Deseja ser uma revista científica, séria e bem orientada onde as ideias sejam explanadas com elevação e espírito científico. Não pretende cair na perigosa vaidade de monopolizar a verdade histórica nem erigir-se em máxima autoridade de história pernambucana. Tampouco, alimenta o desejo de ser o órgão de grupos e facções. E, neste sentido, a Direção, desde já, encarece aos colaboradores da revista a observância, em seus trabalhos, desse critério. Encarece, sobretudo, aos seus colaboradores não transformar nunca os seus ensaios históricos em luta de partidos, verdadeira guerra civil, e, ainda menos, fazer da crítica das ideias uma oportunidade para agressões pessoais, censuras e doestos, ou alusões ferinas.

Será profundamente vexatória à Direção da *Revista do Arquivo Público* recusar colaboração por falta desses

A *Revista do Arquivo Público* deseja ser uma revista científica, séria e bem orientada onde as ideias sejam explanadas com elevado espírito científico

requisitos éticos. É claro que nada disto impede a qualquer um de sustentar os seus pontos de vista e orientação com segurança e convicção. A Revista só recusará a matéria que não se revestir dos caracteres éticos apontados e que não se enquadre em suas finalidades e propósitos.

A Escola Histórica com o “seu fluir constante da verdade” implicitamente afirma que a verdade não existe e conduz a um relativismo que é a negação dos valores absolutos. O A.P.E. oferece aos estudiosos, através de documentos nele existentes, a veracidade dos fatos históricos de ontem. E por serem de ontem os fatos, a veracidade não perdeu a sua imutabilidade, a sua validade absoluta.

O estudo do documento tem a alta vantagem de demonstrar ainda, uma vez como o homem é sempre o mesmo no decurso do tempo. Paixões e dificuldades, virtudes e crises, que ontem assoberbaram aos homens e às instituições são, não raro, os mesmos que os assaltam hoje variando apenas, algumas vezes, em intensidade e em pormenores.

Saber tirar dos fatos de ontem as lições práticas para as experiências de hoje e do futuro, eis o grande recurso dos estadistas e das instituições. Neste sentido, neste relativo

repetir dos fatos históricos, é que a História pode ser chamada mestra da vida. Para os que irão dirigir o país ou já o dirigem, para os que têm ou terão a responsabilidade de fazer a história, nada tão útil como saber de que modo, em determinadas situações, os homens reagiram e se comportaram, nada tão oportuno como saber quais as soluções então empregadas. Bem lembrados devemos estar de que uma lei de imprevisibilidade domina a História. Os homens são profundamente mutáveis e se comportam, às vezes, de maneira surpreendentemente imprevisível. E por isso mesmo é que à História não se podem aplicar princípios e leis rígidos, matemáticos... Mas, nada disto infirma o conceito de mestra da vida, porque muita coisa se repete...

A História é uma nobre disciplina que participa a um tempo da natureza, da arte e da ciência. Os que se dedicam ao seu estudo devem possuir não só bom gosto literário como uma profunda vocação científica e elevação moral. Precisa de ser sóbrio e moderado no gosto, no estilo, na crítica das ideias, sóbrio e moderado na discussão e nos gestos. Qualquer coisa de ático.

A *Revista do Arquivo Público* não aspira mais que isto: bom gosto, espírito científico, finura e sobriedade.

O que é e o que pretende fazer o “Arquivo Público” do Estado

Publicado no Jornal do Comércio de 30-1-1946 - 6ª pág.

Há poucos dias, assumiu as funções de diretor do Arquivo Público Estadual o sr. Jordão Emerenciano. Sendo o A. P. E. uma repartição recentemente criada, e cujas atividades estão despertando interesse, a reportagem procurou ouvir o seu primeiro diretor, a respeito das finalidades e atribuições do novo órgão estadual.

O Arquivo Público ocupa toda uma ala do Palácio do Governo.

Como vê, ainda estamos num período de arrumações, — acentuou o sr. Emerenciano. O Governo, de acordo com o decreto-lei n.º 1.265, de 4-12-1945, prometeu-nos, para um futuro talvez não remoto, amplas instalações em prédio próprio e com possibilidades para o desenvolvimento que o Arquivo, sem dúvida terá. Mas, vamos pelo começo. A fundação do Arquivo Público era uma velha aspiração dos pesquisadores de História em nosso Estado. Não se compreende História — pelo menos história séria e honesta — sem documentos. Para um estudioso da História, a fonte primeira dos seus estudos e pesquisas é o documento. Consequentemente, são de uma grande utilidade os Arquivos. Entre nós, sempre foi muito lamentada a sua ausência. Basta lembrar que quase todos Estados da União possuem os seus arquivos, senão como órgãos autônomos, pelo menos, como seções especiais anexas às Bibliotecas Públicas. Aqui existia apenas o Arquivo da Secretaria do Governo, com âmbito muito limitado. Mesmo assim, possuía grande cópia de manuscritos de alto valor. Alguns deles já publicados em volumes especiais. Há muita coisa, porém, que permanece inédita. E esses documentos ainda inéditos podem, pelo seu conteúdo e pela época de que datam, alterar, substancialmente, a história pernambucana em muitos dos seus capítulos.

OBJETIVOS DO ARQUIVO

Atendendo, assim, a uma velha aspiração, o desembargador José Neves Filho, atual interventor federal no Estado, resolveu criar o ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL (Decreto-Lei número 1.265 de 4-12-45). De acordo com o decreto de sua criação, o Arquivo terá largas atribuições entre as quais as seguintes:

Artigo 2º: guardar e conservar:

- I — Os originais de todas as leis sancionadas pelo poder executivo, bem como os seus decretos, atos, portarias e regulamentos;
- II — Os documentos históricos de qualquer natureza;
- III — O decalque da correspondência oficial das autoridades estaduais;
- IV — Os processos administrativos findos;
- V — Os relatórios e memoriais apresentados por comissões nomeadas pelo governo, seja qual for o fim;
- VI — Os documentos públicos de qualquer natureza que interessar possam à história ou a ciência afins;
- VII — Os mapas geográficos levantados pelas repartições públicas, que já não interessarem às mesmas;
- VIII — Os documentos referentes ao patrimônio estadual;
- IX — Os livros, documentos e papéis das repartições extintas, e
- X — Os documentos, papéis e livros de qualquer natureza, existentes nos arquivos das repartições, os quais possam sair sem prejuízo do serviço.

EXTRAVIDO DE DOCUMENTOS

A fim de evitar que muitos documentos das repartições públicas se extraviassem ou fossem destruídos por inexperiência ou inércia, foi ainda conferida ao diretor do A. P. E. a seguinte atribuição:

Artigo 3º:

Nenhum documento, livro, mapa, relatório, memorial e papel de qualquer natureza que possua valor histórico, das repartições estaduais e municipais, inclusive dos cartórios, será inutilizado sem prévia autorização do diretor do A. P. E.

E vem a propósito — continua — lembrar um lamentável incidente que nos foi referido pelo padre Serafim Leite, S.J., há algum tempo: Quando aquele conhecido historiador esteve aqui, há anos, encontrou numerosos documentos que sobremodo o interessavam. Tempos depois, necessitou aproveitar esses documentos e veio a Pernambuco para estudá-los. Passou, então, pela desagradável surpresa de não mais os encontrar. Naturalmente que eles andam por aí perdidos nalguma repartição. O Arquivo terá, agora, o cuidado de selecionar esses manuscritos, organizando fichários e catálogos apropriados. Essa medida tem uma dupla vantagem: facilita as pesquisas e desperta interesse pela conservação dos papéis e documentos históricos.



JORDÃO EMERENCIANO

Diretor do A.P.E.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL

A história não se pode escrever sem documentos. O historiador não inventa os fatos históricos. Eles têm que ser comprovados pela tradição oral — fonte muitas vezes insuficiente — pelos monumentos ou pelos documentos. Consequentemente são essas fontes de vital interesse para história. As duas primeiras são deficientes. A tradição oral, muitas vezes, se corrompe e se deturpa. Os monumentos, além de serem pouco numerosos — sobretudo entre nós — estão, muitas vezes, mais sujeitos aos efeitos do tempo e ao descaso dos homens. De todas as fontes,

a mais rica e a mais completa — de modo geral — é o documento. E de tal importância se revestiu que os especialistas julgam desnecessárias largas considerações para demonstrar, por sua vez, a importância da Heurística. O que todos reclamam é um merecido cuidado para a crítica do documento. Pelo simples fato de ter o documento alguns séculos não basta para garantir a sua autenticidade ou veracidade do fato nele referido. Daí a necessidade da crítica do documento — interna, pelos sinais intrínsecos, externa, pelos sinais extrínsecos — que pode não só demonstrar a sua autenticidade como a sua integralidade. Claro é que um bom historiador não é só aquele que junta uma grande cópia de documentos, mas que possua suficiente dose crítica para joear as boas fontes das secundárias. É ponto pacífico hoje, todavia, a importância do documento como fonte da história. Quase todos os especialistas no assunto julgam-na de uma evidência meridiana. Se fosse necessário fazer citações a esse respeito, seria um nunca acabar. É oportuno, porém, lembrar a opinião de alguns deles:

La historia se hace con documentos. Los documentos son las huellas que han dejado los pensamientos y las actos de los hombres de otros tiempos. Entre los pensamientos y los actos, muy pocos hay que dejen huellas visibles, y esas huellas, quando existen, son raras veces duraderas, bastando

cualquier accidente para borrarlas. Ahora bien; todo pensamiento y todo acto que no ha dejado huellas, directas ó indirectas, ó cuyas huellas visibles han desaparecido, resulta perdido para la historia, es como si nunca hubiera existido. Por falta de documentos, la historia de inmensos períodos del pasado de la humanidad no podrá ser nunca conocida. Porque nada suple á los documentos, y donde no los hay, no hay historia.

E logo apontam a falta de documentos, ou a sua ignorância, como uma grave deficiência:

Obras de erudición ó de historia, hechas conforme á las reglas del método más exacto, han resultado defectuosas, ó aún totalmente inútiles, por la simple circunstancia material de que el autor no conocia documentos mediante los cuales que tenía á mano, y con que se contentó, habrian sido ilustrados, completados ó perdido todo valor.

E um velho historiador português lembrava que, em história, discussões e interpretações não esclarecem muitas vezes os pontos controvertidos. Literalmente escreve: “Interpretações opostas a interpretações, discursos a discursos, ordinariamente não tiram a matéria sobre que versão, da classe de disputável: o privilégio de por em evidência só toca a uma série de fatos combinados com Documentos irrefragáveis”. (Antônio Caitano do Amaral)

Se é de tal importância o documento, por extensão, por conclusão lógica, não menos importante são os Arquivos Públicos.

Essas instituições se encarregam de centralizar em um só lugar a grande cópia de documentos que anda dispersa por muitos lugares ou em mãos de particulares que os guardam avaramente. Os Arquivos se encarregam também da sua conservação, restauração, classificação, seleção, catalogação e publicidade. O documento, por mais precioso que seja, se não está catalogado e classificado tem pouca probabilidade de ser conhecido – consequentemente torna-se inútil. Tampouco tem grande utilidade se está pouco acessível, se não goza de suficiente publicidade. Os Arquivos Públicos completam essas exigências tornando seus códices acessíveis ao público interessado.

Em Pernambuco, sempre se notou a falta de um Arquivo Público, unidades da Federação, de história menos rica, os possuem de há muitos anos. Nada justificava essa deficiência em um Estado como o nosso. A antiga seção de arquivo da Sectária do Governo não tinha bem os foros de autêntico Arquivo Público. Várias tentativas foram feitas nesse sentido. E os nossos estudiosos de história desejavam instantaneamente que o Governo do Estado voltasse suas vistas para esse problema.

Coube ao Governo do venerando desembargador Neves Filho criar o ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL

De todas as fontes históricas, a mais rica e a mais completa – de modo geral – é o documento. O que todos reclamam é um merecido cuidado para a sua crítica

— assinalando-se assim por uma realização que bons serviços poderá prestar ao estudo da história entre nós. O Decreto-Lei nº 1.265, de 04 de dezembro de 1945, criou em Pernambuco o ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL, dando-lhe, ao mesmo tempo, largas atribuições e encargos. O Governo atual, o do Dr. José Domingues – dispensou também atenções a esta nova instituição, garantindo-lhe o seu entusiasmo e a sua simpatia e ligou-se ainda mais à história do Arquivo Público, aprovando e pondo em vigor o seu Regulamento (Decreto 1.321 de 19-3-46). J.E.

COMO A IMPRENSA NOTICIOU A CRIAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL

A Revista *Tradição*, n° 52 — dezembro de 1945, em editorial da Redação assim noticiou a criação do A. P. E.:

A criação de um Arquivo Público, em Pernambuco, é um fato que merece um registro especial, pois, desse modo, veio o Governo ao encontro das aspirações dos estudiosos da nossa história e de todos que amam um passado tão maltratado pelos dirigentes públicos. É verdade, que o espírito revolucionário se expandiu entre nós de maneira mais completa, contaminando os ambientes, numa sofreguidão de “progresso” e de destruição das chamadas velharias. Quase nada escapou à destruição: foram as igrejas, onde o martelo esmigalhou azulejos riquíssimos, altares, lustros e castiçais, não poupando nem imagens ou tetos das borradeiras de aprendizes medíocres; foram as residências que se “modernizaram”, acabando com os interiores ricos de jacarandás substituídos pelas anêmicas cadeiras de junco. Tudo que era objeto antigo, quadros, livros, manuscritos ou documento, jogou-se ao porão úmido para alimento de traças e cupim. Foi a derrubada em grande escala do espírito tradicional, pelo “progresso” revolucionário da mitologia criminosa da revolução francesa.

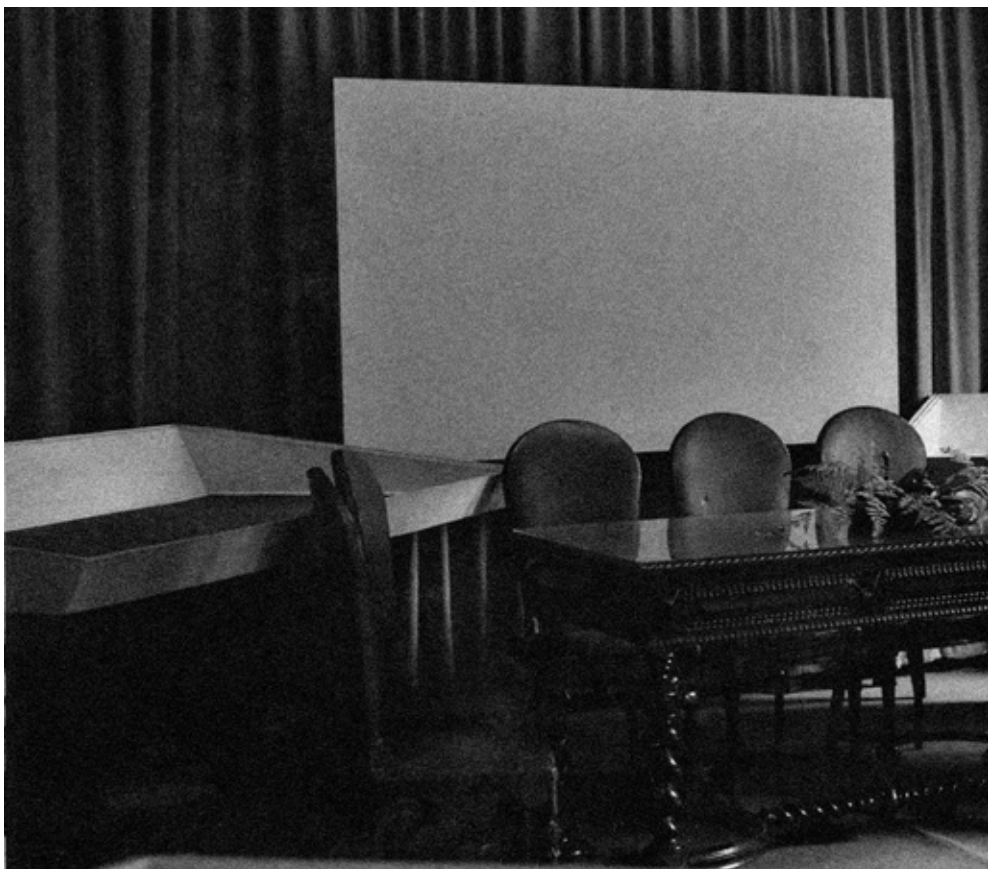
No que se refere a documento, então, a destruição chegou ao máxi-

mo. Em 1922, quando foi reformado o Palácio do Governo, carroças e mais carroças jogaram no rio Capibaribe a maior parte do material do arquivo do governo, arquivo esse iniciado na administração do Conde da Boa Vista, em 1842. Outro manancial riquíssimo de informações pertencente à autoridade religiosa, foi devorado alegremente por uma fogueira, na ocasião da mudança da residência da autoridade, sob pretexto de que esses “papéis velhos” poderiam levar cupim para o edifício novo... E, desse modo, sumiram-se tantos e tantos documentos de inestimável valor.

Graças a Deus, em muitos cartórios, ainda se conservam inventários, manancial riquíssimo e inexplorado entre nós, para os estudos sociais de uma época, a que muitos se referem, quase sempre, com o espírito saturado nas leituras de almanaques, e na ignorância completa do que não seja anedota ou pornografia.

Propõe-se ainda o Arquivo Público a editar uma revista semestral para a divulgação sistemática de documentos e material histórico. Fica, pois, assim o Arquivo dentro de sua dupla função: guardar e conservar o nosso passado histórico e também divulgá-lo, realizando obra meritória de inteligência, de cultura.

Esperemos, pois, os profícuos frutos da nova repartição.



Sala de reunião do APEJE

PROMISSORAS ESPERANÇAS

Como diretor do Arquivo Público tenho as mais promissoras esperanças. Pretendo, com a devida autorização do governo — organizar exposições e conferências sobre a enorme documentação que aqui está guardada, à espera dos estudiosos. Pretendo também criar, no Arquivo, um sa-

lão de consultas para todos quantos — possuindo idoneidade moral e intelectual — se interessem pelos estudos de história pernambucana. Há no Arquivo ricos materiais para tanto. Naturalmente que tudo isto se fará com superior espírito científico, abstraindo de preconceitos e do mau sistema de transformar a história em luta de partidos, em guerra civil. Os documentos serão consultados por



todos — cada um, porém, deve ter bastante idoneidade científica para os interpretar, não, com espírito de partido, mas com honestidade intelectual. As portas do Arquivo serão abertas a todos os estudiosos. E com isso não se visará outro fim que prestar um serviço à história pernambucana. Pessoalmente, terei o máximo empenho de colaborar com todos e a todos receber bem.

De acordo ainda com o Decreto-Lei n° 1.265, o A. P. E. publicará, semestralmente, uma Revista, para divulgação de documentos inéditos.

A Revista do Arquivo Público terá caráter rigorosamente científico. Publicará, além de documentos inéditos, ensaios, monografias e artigos sobre diplomática, crítica, assuntos históricos — principalmente os mais ligados a Pernambuco — e temas de ciências afins.

Se houver em torno do Arquivo Público um clima de simpatia e de compreensão, muito poderá ser feito. E muito lucrarão os bons estudiosos.

Evidentemente, não posso ainda formular planos demasiado largos. Teremos que ir aos poucos e com paciência. Esta fase inicial — que é a mais difícil — é a de por ordem na casa. Atualmente, trabalhamos com toda intensidade na regulamentação. Depois virão os fichários e catálogos. As exposições e conferências só se realizarão num período posterior em que a casa estiver arrumada e os inventários feitos.

UMA ANTIGA ASPIRAÇÃO

Tenho muito prazer de estar em contato com imprensa. Ela nos traz, muitas vezes, sugestões aproveitáveis e mesmo não me sinto completamente estranho entre os homens de jornal, embora meu setor sempre tenha sido na imprensa periódica.

Uma sugestão gostaria, desde já, de apresentar aos diretores dos jornais e revistas. É a seguinte: que todos enviem regularmente suas publicações diárias ou periódicas, a fim de serem arquivadas no A. P. E.

As atribuições do Arquivo são largas e dele muito se espera. Folgo em salientar que o Desembargador Neves Filho, criando o Arquivo Público, satisfaz uma velha pretensão dos estudiosos de história, e esses jamais deverão esquecer o serviço que lhes prestou com isto o governo do venerando magistrado que dirige atualmente o Estado.

UM ARQUIVO PÚBLICO PARA PERNAMBUCO

Merece os mais calorosos aplausos, sobretudo de quem, entre nós, se interessa pelos assuntos históricos, o recente ato da interventoria federal criando o Arquivo Público do Estado, à semelhança dos que há muito existem nas demais unidades federativas, órgão que terá por finalidade precípua fazer a pesquisa paciente e periódica, seguida da catalogação bem orientada e cuidadosa, dos importantíssimos e numerosos documentos, na sua maior parte inéditos, que jaziam amontoados nas diversas repartições públicas, à espera de que a traça, a barata, o cupim ou o inextinguível tempo, os reduzissem a meros fiapos de papel empoeirado.

O documento é, para a história, o que o número é para a estatísti-

ca. Sem um e outro ambas perdem a autenticidade que as caracteriza e enobrece. Embora a tradição oral e as narrativas pessoais possam valor incontestável perante a crítica histórica, as duas poderão ser derrubadas ou retificadas mediante, apenas, um documento verídico que, na sua imparcialidade seca e objetiva, constrói ou restaura a verdade.

Pernambuco, província essencialmente histórica, no sentido mais nobre e dinâmico da palavra, porque nós sempre fizemos história, ressentia-se, no entanto, da falta de uma instituição nos moldes daquela ora instalada, que servisse de guardiã e divulgadora daqueles papéis velhos que muitas vezes encerram a chave de fases importantes da nossa vida administrativa. Quantos desses milhares de documentos não poderão dar matéria para a retificações ou esclarecimentos melhores, jorrando um pouco mais de luz sobre questões que, embora frequentemente debatidas, ainda permanecem sem uma versão definitiva e clara? Publicados através da revista que o Arquivo terá como seu órgão autorizado, muito servirão aos estudiosos e melhor ainda se viessem enriquecidos de notas, subscritas por escritores idôneos, que mais esclarecessem e valorizassem o seu conteúdo.

Coisa importante, também, embora não tenha sido referida no decreto aludido, é que tivesse o Arquivo atribuições e recursos para enviar à capital federal ou a outras cidades e

mesmo a Portugal, técnicos criteriosos para compilar, copiar e estudar o que houvesse relacionado com a história de Pernambuco, nas instituições similares localizadas naqueles centros, realizando assim uma obra definitiva e de significação inestimável, em benefício da nossa cultura.

Não obstante, a criação do Arquivo Público, nas condições em que foi feita, é digna de louvor sem restrições, e por ela o desembargador Neves Filho será lembrado, com gratidão e apreço pelos bons pernambucanos.

Ninguém compreendia por que não possuíamos um Arquivo Público, se em outros Estados menores e sem passado histórico igual ao nosso, funcionavam e se ampliavam organizações semelhantes.

E, note-se, nelas o interesse não se restringe em salvaguardar a documentação e inventariá-la; todas têm

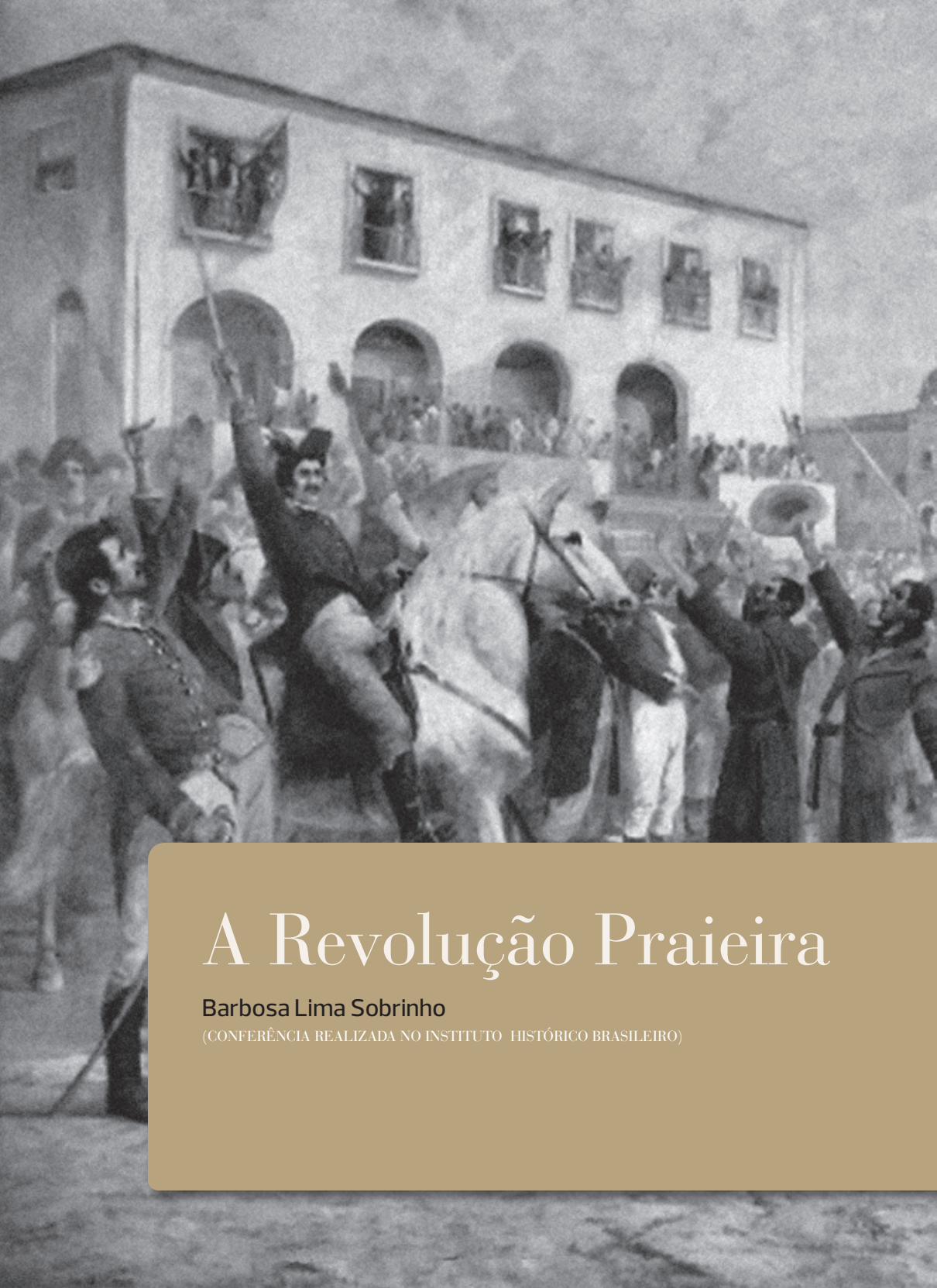
a sua revista e oferecem ao manuseio dos interessados suas preciosas coleções de manuscritos. Aqui, quando alguém pensava nesses “papéis velhos” era com o fim de ordenar a sua incineração ou reclamar o espaço que eles roubavam ao serviço burocrático. É verdade que, entre nós, já se tentou remediar semelhante situação no governo Lima Cavalcanti, quando o dr. Luiz Delgado, então secretário do Interior, deu início à publicação de documentos de cem anos atrás, existentes no arquivo do Palácio do Governo, iniciativa auspiciosa que logo malogrrou com o advento do Estado Novo, o qual, por motivos políticos, talvez, ou por descaso cultural, mais certo, não a prosseguiu.

Mário Pinto

(Publicado no Jornal do Comércio, de 30 de dezembro de 1945).

NOTA:

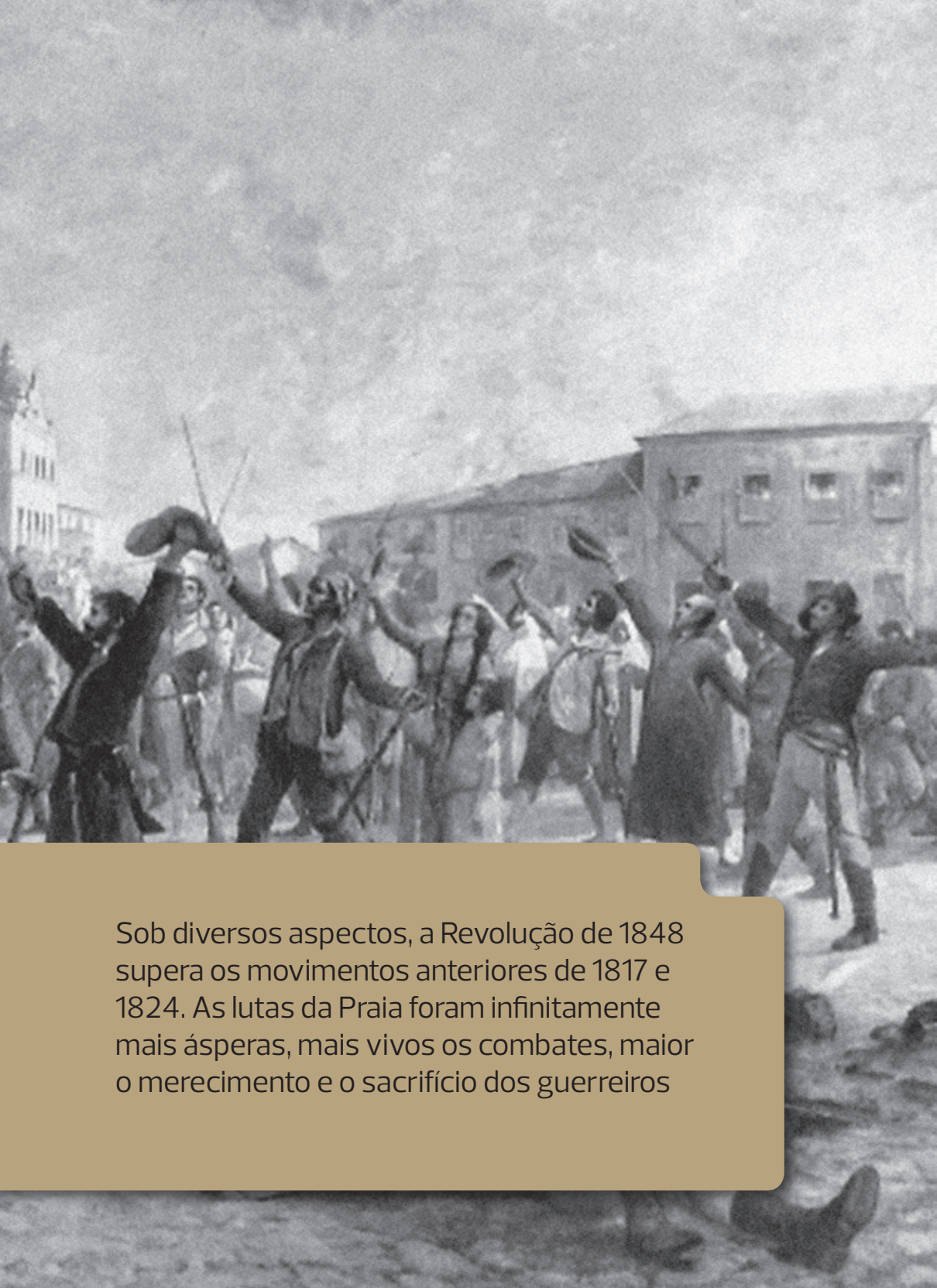
⁽¹⁾ Quando Secretário do Governo o Prof. Dr. Luiz Delgado iniciou a publicação dos documentos do Arquivo, com a correspondência de 1835.



A Revolução Praieira

Barbosa Lima Sobrinho

(CONFERÊNCIA REALIZADA NO INSTITUTO HISTÓRICO BRASILEIRO)



Sob diversos aspectos, a Revolução de 1848 supera os movimentos anteriores de 1817 e 1824. As lutas da Praia foram infinitamente mais ásperas, mais vivos os combates, maior o merecimento e o sacrifício dos guerreiros

Grande honra é poder falar da Revolução Praieira neste recinto, onde o passado encontra a ressonância de um culto comovido; e grande alegria é poder vir de longe, para vos testemunhar o apreço que mereceis, a todos vós que sabeis guardar a tradição dos fundadores e o exemplo dos que viveram para o serviço e a glória desta casa.

Numerosos têm sido esses devotados servidores do Instituto. A três deles encontrei, na convivência de nossas sessões: Afonso Celso, Ramiz Galvão e Max Fleiuss. Não saberia, em verdade, silenciar-lhes os nomes; citá-los e recordados constitui quase um dever, ao transpor os umbrais desta sala, onde nós outros, que os conhecemos, não deixamos de os ver presentes, como que assistindo e orientando nossos trabalhos com sua sabedoria, a sua prudência e seu amor inexcedível ao velho Instituto.

Sei que essa tradição continua viva sob a direção atual, com o presidente embaixador Macedo Soares e seus companheiros. Por isso mesmo é que me pareceu desvanecedor o vosso convite, que só poderia ter a resposta que lhe está sendo dada, com a minha presença. Poderia eu abrir mão de um convite pessoal, nunca porém, do que endereçastes ao meu Estado, indicando para a celebração do centenário da Revolução Praieira aquele que, por força de mandato popular, como que representa aqui o próprio Pernambuco.

Essa a expressão e o sentido de vossa atitude, que vale assim por uma exaltação, desde que entendeis que são as próprias vozes pernambucanas que devem aqui dizer da glória de nosso passado. Como poderia eu recusar-me, se me desvanece a honra de falar em nome do Estado, se me orgulho de sua história

movimentada, inquieta, viril, com que nos fizeram pioneiros das grandes conquistas políticas de toda a Pátria? Como poderia eu deixar de vir comungar convosco no vosso pensamento de exaltação a Pernambuco?

IMPORTÂNCIA DA REVOLUÇÃO PRAIEIRA

Tenho para mim, senhores, que a Revolução Praieira está à altura dessa intenção. Se outras revoluções pernambucanas obtiveram maior divulgação, estudos mais seguros, louvores mais exaltados, é que somente agora se vai compreendendo a extensão e significado do movimento da Praia. As revoluções de 1817 e 1824 tiveram feição política mais acentuada, com a defesa dos ideais republicanos, ao passo que a de 1848 parece condenada a uma excomunhão sumária, desde que foi descrita como um movimento social, a exemplo de 1710, que mal consegue também vencer as hostilidades e antipatias dos reacionários impenitentes. Basta dizer de um levante que teve sentido social e os estudiosos passam de largo, silenciam os panegiristas, temerosos de suspeitas, como quem evita visitas a casas mal afamadas.

Entretanto, sob diversos aspectos, a Revolução de 1848 supera os movimentos anteriores de 1817 e 1824. As lutas da Praia foram infinitamente mais ásperas, mais vivos os combates, maior o merecimento e o sacrifício dos guerreiros. O número de

mortos e feridos nas pelejas de 1848 e 1849, excedeu de muito o que se registou nas batalhas ou encontros de 1817, ou o verificado nas fileiras dos defensores e adversários da Confederação do Equador. O ataque ao Recife, a 2 de fevereiro de 1848, pode figurar entre as mais rudes pelejas de nossas guerras civis. A marcha de flanco realizada pelas hostes praieiras, com o propósito de iludir as forças adversas que haviam seguido para o sul da Província, mereceu do insuspeito Melo Rêgo elogios francos: “Foi, sem dúvida admirável pela sua concepção, como pela exatidão e presteza com que foi executada e bastaria para formar a reputação de um General, em qualquer guerra regular”.

Os encontros entre os revolucionários e os legalistas chegaram a um número alto; 35, segundo Figueira de Melo, que apresenta, da parte dos governistas, 313 mortos e 513 feridos, contra 502 mortos e 170 feridos, algarismos, evidentemente precários, muitos deles dados como incertos no próprio Figueira de Melo. Melo Rêgo calculava as despesas da luta em mais ou menos 2.000 contos, ou 8,3% da arrecadação total do Império naquele ano de 1848. Guardadas as proporções, esses 2.000 contos representariam, no orçamento atual da República, mais de 1.300.000 contos de reis, tomada aquela percentagem de 8,3% sobre a despesa total do país.

Nenhuma outra revolução, no período histórico a que pertencem as lutas da Praia, isto é, no começo do

Segundo Império, exigiu maior sacrifício de vidas. Nada significam as revoluções liberais de 1842, no paralelo com o esforço e as perdas da luta pernambucana. Os combates de Santa Luzia e de Venda Grande, não obstante sua repercussão na histórica política do Império, estão longe daquele espírito de pugnacidade e de pertinácia, que animou os combatentes da Praia.

Quando estabelecemos esse paralelo, nem chegamos a compreender o esquecimento ou o desinteresse em que tem ficado a revolução pernambucana, muito mais pelejada, custando sacrifícios maiores e coroadando um vivo debate de ideias, como não encontramos muitos na história de nosso País.

Estais certos, senhores do Instituto Histórico. Não seria possível omitir ou esquecer acontecimento de tanto vulto, nem seria explicável que nos envergonhássemos desses gloriosos sucessos, quando de um e outro lado das trincheiras da Praia se dispendeu bravura incomparável, para sustentar as ideias ou os interesses que empolgavam os partidos. Talvez por isso mesmo tenham valido esses sucessos de 1848 para o encerramento do ciclo das revoluções liberais no Segundo Império. O esforço e o sacrifício dos Praieiros já não puderam sobrepujar os meios de defesa com que contava o governo do país. E o desastre final da revolta veio curar os ímpetus sediciosos, com um exemplo tanto mais concludente, quando poucas seriam as províncias que se atrevessem ao es-

forço e se expusessem aos sacrifícios que os Praieiros enfrentaram.

O ASPECTO POLÍTICO DA REVOLUÇÃO

Não falta quem nos apresente essa Revolução Praieira como um acontecimento estranho, centro da história política do Império. Observada do alto, em todos os seus aspectos, atribuindo-se a cada fator a sua importância própria e a sua influência real e positiva, não se distinguirá muito das demais revoluções ocorridas nos primeiros lustros da história imperial.

Tinha razão Souza Franco quando, numa sessão de 1850, na Câmara dos Deputados, observara argutamente: “É uma terrível fatalidade que o triunfo de uma certa política no país, seja sempre acompanhado de desordens. Houve em 1823. Reapareceram com o triunfo dessa política de 1826 a 1831, em 1835, em 1837, em 1840, em 1842, em 1848”.

O caso de 1823 é característico. Não podemos deixar de reconhecer, com Pereira Pinto, que “a dissolução da Constituinte é o marco milenário, donde partem os sucessos revolucionários de 1824, em Pernambuco, e o movimento político de 1831, no Rio de Janeiro”. A ascensão dos conservadores, em 1837, com a elevação de Pedro de Araújo Lima à regência do Império, trouxe a Sabinada baiana. Não foi mais a maioria que uma espécie de revolução liberal contra a regência

de Araújo Lima, como o declara o insuspeito Pereira da Silva, que compara o movimento de 23 de julho de 1840 com o de 7 de abril de 1831, atribuindo os dois à influência do Partido Liberal e acentuando que o da maioria se deveria às “minorias das duas casas do parlamento, reunidas, sem caráter oficial, nos paços do Senado”.

As revoluções de São Paulo e Minas Gerais, em 1842, vieram como um protesto contra a dissolução da Câmara, que ainda se encontrava no período das sessões preparatórias. O fato da dissolução valia, aliás, por uma inovação em nossos costumes constitucionais. Depois de 1823, Pedro I aprendera a viver bem com as casas legislativas ou estas haviam encontrado o meio de se ajustarem com o temperamento arrebatado do Imperador. Na fase da Regência, firmaram os conservadores, com o apoio do Senado, a tese constitucional que lhes convinha sustentando que a Regência não tinha poderes para ordenar a dissolução da Câmara. A nova praxe, inaugurada em 1842 por um gabinete conservador, obteve, não obstante as reações revolucionárias de São Paulo e Minas, a adesão dos liberais, que se vingaram de 1842, dissolvendo, em 1844, a Câmara conservadora eleita sob a vigência do Gabinete de 23 de Março.

Esse ano de 1844 marca o início de uma fase de predomínio liberal mantida com os ministérios de 2 de fevereiro de 1844, 5 de maio de 1846, 22 de maio e 20 de julho de 1847, 8 de março e 31 de maio de 1848. Seis gabinetes

para um período de quatro anos e oito meses, aproximadamente, até 29 de setembro de 1848, quando subiram de novo ao poder os conservadores, sob o comando do antigo regente, Pedro de Araújo Lima.

A nova situação conservadora encontrou em funções uma Câmara, que iniciara a legislatura naquele ano e na qual predominavam os liberais. Que poderia significar para ela o gabinete Araújo Lima, com a presença de ministros como Costa Carvalho, Eusébio, Uruguai, Itaboraí, senão uma espécie de desagravo, embora tardio da revolução da Maioridade? É certo que na Câmara liberal poderiam ser notadas diversas correntes e tendências, com os Luzias e os Vendas Grandes, a Praia, a representação fluminense, os legionários do senador Alencar, todas elas absorvidas pela preocupação de seus interesses regionais e a eles sacrificando, comumente, a causa geral do Partido. Mas em face do Gabinete de 29 de setembro, a coesão se estabelecia de imediato e não seria possível governasse a nova situação conservadora com uma Câmara dominada pelos adversários. A dissolução seria, de certo, fatal, mas o Gabinete preferiu uma fórmula procrastinadora, adiando as sessões para 23 de abril do ano seguinte, em vez de dissolver a Legislatura. Tolerância? Desejo de chegar a um entendimento?

Ninguém se iludia com a fórmula. O que se procurava era ganhar tempo para poder preparar as eleições, em que deviam triunfar os conservado-

res. Havia que desmontar a situação liberal, colocar nos postos outras autoridades, dando-lhes margem a que a sua atuação se fizesse sentir eficazmente, na manipulação dos colégios eleitorais. A dissolução imediata obrigaria a convocar, sem demora, outra assembleia, que seria eleita ainda sob a influência das autoridades demitidas, com o apoio de elementos a que não tivesse podido chegar o alfanje purificador do Gabinete Saquarema.

Embora permitida na Constituição do Império, nem por isso a substituição dos liberais pelos conservadores, em 1848, deixou de ter o aspecto e o sentido de um golpe de Estado. Dentro do sistema parlamentar, a demissão de um ministério ou a modificação de uma política, deve estar em função de um certo número de ocorrências, a primeira das quais é a discordância entre o gabinete e a maioria da Câmara popular, pois que o Gabinete governa como delegação dessa maioria. No caso, porém, a maioria da Câmara sendo liberal, só se compreenderia a indicação de um governo do mesmo partido, a menos que se acreditasse não representar mais essa maioria da Câmara à opinião ou a vontade do eleitorado nacional. Mas como admitir essa hipótese, se a Câmara de 1848 tinha sido eleita recentemente e não havia nenhum fato extraordinário que justificasse um recurso excepcional às fontes legítimas da soberania popular?

Demais — e esse foi sempre o ponto fraco do parlamentarismo brasileiro — uma nova eleição, presidida por um

gabinete conservador, representaria nada mais, nada menos que a derrubada da política liberal, a destruição ou o ostracismo, com a perda total dos postos de comando, uma vez que as urnas viviam subordinadas à influência da ação governamental, à tentação dos cargos públicos, à pressão das autoridades da polícia, ao receio dos excessos fiscais, ao desejo de fugir à parcialidade e facciosismo do recrutamento militar. Nunca se viu na Monarquia situação governamental derrotada. O partido que subia ao poder, por mais adversa que fosse a Câmara existente, tinha ao seu alcance eleger outra assembleia, quase integralmente favorável. Não surpreenderia a ninguém que se passasse de uma Câmara unanimemente liberal para outra unanimemente conservadora, ou vice-versa. E nenhum partido, nesse particular, excedia o Conservador na habilidade dessa manipulação eleitoral, como se pode verificar pelos resultados observados no tempo da Monarquia. Qual, realmente, a prova mais concludente de compreensão e de arrocho que a presença de uma Câmara unânime? Unanimidade, nesse caso, com a diversidade de opiniões e de tendências políticas no país, só poderia provir ou de excessiva coação ou de um reconhecimento de poderes atento apenas à filiação partidária do candidato. Durante o Império, tivemos quatro assembleias unânimes, uma em 1850 (com uma exceção, apenas, a de Souza Franco) outra em 1854, a terceira, em 1868,

todas conservadoras, contra uma liberal, eleita, por sinal, sob o governo do aristocrático. Sinimbu, egresso do Partido Conservador. Não era o eleito que mudava, mas o governo, e tanto bastava. Na frase de um panfleto da época, o “polichinelo eleitoral dançava segundo a fantasia dos ministérios nomeados pelo Imperador”.

Essas circunstâncias, mais do que quaisquer outras, é que tornavam a queda dos liberais, em 1848, uma espécie de deposição, não obstante o pronunciamento de um pleito recente, que consolidara a maioria liberal. O argumento usado para explicar a orientação do Poder Moderador era o de que os liberais haviam fracassado no governo, não sabendo nem mesmo coordenar seus elementos legislativos, como o provaram os numerosos ministérios organizados e a execução das reformas prometidas.

Realmente, era visível a falta de coesão nas hostes liberais, que não possuíam então nenhum chefe de grande influência no partido. Notavam-se os grupos, os blocos autônomos dentro da maioria parlamentar, mais também era certo que parte do fracasso dos liberais se devia à oposição tenaz do Senado vitalício e à própria ação do Conselho do Estado — organizações praticamente dirigidas pelos chefes conservadores. Como poderia realizar reformas um partido de governo que não tinha força para eleger seus senadores, à vista da atitude apaixonada do Senado, como no caso da anulação dos dois pleitos de

O argumento usado para explicar a orientação do Poder Moderador era o de que os liberais haviam fracassado no governo, não sabendo nem mesmo coordenar seus elementos legislativos

Pernambuco? Eleições presididas pelos próprios candidatos não eram novidade, antes e depois de 1848.

Basta aproximar ou confrontar esses fatos para se ver que a questão não era de justiça, mas simplesmente de partidarismo. Foram depostos os liberais, sumariamente. É verdade que os conservadores poderiam lembrar que já haviam sofrido golpes semelhantes e que nem por isso se rebelaram. A substituição do gabinete de 20 de janeiro de 1843 tivera também a feição de uma subversão política. Mas para atenuar a revolta, havia uma razão poderosa: não fora hostilizado o partido; este, sim, é que se incompatibilizara para continuar no poder, no choque entre Carneiro Leão e o Imperador. Mesmo assim o gabinete que sucedera ao conservador estava cheio de amigos desse partido. Con-

vém notar ainda que os conservadores nunca chegavam a ser de todo apeados das posições, pois contavam com a proteção de sua fortuna, sem falar na simpatia ou solidariedade do Senado e do Conselho de Estado, o que lhes assegurava posição mais cômoda e mais defendida do que a que cabia aos liberais no ostracismo. Por outro lado, não se compreenderia que o protesto dos conservadores fosse ao extremo da rebelião, muito embora tivessem eles aparecido várias vezes como panfletários e agitadores, como, por exemplo, na luta contra o que se denominou a facção áulica. Nunca chegaram a sofrer qualquer coisa no poder econômico e nunca tiveram, para um levante, o apoio e o estímulo do sentimento popular. Esse o motivo por que as revoluções no Brasil sempre foram liberais; as revoluções conservadoras costumam receber título diferente. Denominam-se contrarrevolução ou golpe de Estado. Da primeira tivemos exemplo na reação subsequente ao movimento de 7 de abril ou em seguida à vitória liberal na maioria do Imperador. Golpes de Estado foram, sem dúvida, a dissolução da Constituinte de 1823, assim como a demissão dos liberais em 1848.

É possível que o Imperador tivesse razões para essa mudança política de 1848. A atitude da maioria liberal não lhe dava esperança de uma orientação firme e ordenada. Fascinados pelos interesses regionais, os blocos da Câmara não manifestavam nenhuma ligação forte para a realiza-

ção de uma política do partido. Para se ver até onde chegava essa descoordenação, basta lembrar que um dos próceres de maior prestígio no Partido era Holanda Cavalcanti, que os deputados da Praia não toleravam. Não deixava de ter razão Nascimento Feitosa quando, recapitulando esses sucessos, escrevia, depois da Revolução Praieira: “Se dominava a política saquarema, tínhamos o sr. Barão de Boa Vista Sebastião do Rêgo & Cia; se dominava a política Santa Luzia, lá estava o sr. Holanda, lucrando sempre a família Rêgo Barros-Cavalcanti; e o generoso partido praieiro sempre em apuros, sempre lutando e só substituindo pela própria força”.

Por mais alto e inspirado que fosse, porém, o pensamento do Imperador — que aliás contava, nessa época, apenas 23 anos incompletos — o certo é que a mudança da política parecera aos liberais uma violenta deposição. Tornava-se a situação ainda mais grave para os políticos da Praia, quando viam ascender à direção do gabinete um adversário ríspido, o velho Araújo Lima, cujo predomínio na política geral significara a ascendência de seus aliados de Pernambuco, os fidalgos do partido baronista, adversário da Praia.

Maltratados, já por duas vezes, pela anulação do pleito senatorial de Pernambuco, privados do poder na fase liberal, em que Holanda Cavalcanti os sobrepujara, vitoriosos nas eleições recentes, contando com o entusiasmo das causas do povo, era de supor que a deposição encontrasse

da parte deles uma reação vigorosa. Que significava para eles o novo Gabinete senão o sacrifício definitivo de aspirações e esperanças, explicadas e acoroçadas pelo prestígio popular do partido? E era a liquidação antes da vitória total, o golpe de graça a meio de uma luta, em que tantas vezes lhe haviam sonogado os prêmios merecidos. Se imaginarmos o ambiente das contendas políticas em Pernambuco, a violência das paixões, a intransigência dos ódios, o furor das incompatibilidades, não será difícil reconstituir o ambiente da província, em começos de outubro de 1848, quando chegou a notícia da nomeação do novo gabinete de 29 de setembro. Restaria ver como reagiriam os praieiros diante da deposição. Capitalariam resignados, passivos, inertes? Ou iriam defender pelas armas os direitos e as pretensões sacrificadas?

A REAÇÃO DA PRAIA

Joaquim Nabuco, nas páginas fulgurantes e nem sempre imparciais, que escreveu a respeito da Revolução Praieira, assinalou que “os praieiros têm uma história política singular. Eles não eram liberais doutrinários como foram posteriormente os liberais de Pernambuco. Durante a situação liberal de 1844-48, a sua principal e mais íntima aliança na corte foi com a chamada facção áulica. A deputação praieira votou as leis do Conselho do Estado e de 3 de dezembro, que os Lu-

zias consideravam o padrão do despotismo retrógrado e contra os quais os Feijós e os Vergueiros aconselharam a revolução armada”.

Melo Matos deixou impressão semelhante: “Os praieiros — escreveu ele — haviam militado sob as bandeiras dos gabinetes de 19 de setembro e 23 de março e só se haviam separado no tempo do de 20 de janeiro, com-plainavam-se em recordar seus sentimentos de ordem e respeito à lei, defendiam cuidadosos de toda solidariedade com as resistências armadas do Sul e de se haverem algum dia arrependido de sua cooperação na promulgação das leis de 1841. Os liberais de São Paulo e Minas, por outra parte, não se descuidaram de recordar esses martírios, os amargores da prisão e do exílio e de ressuscitar acusações que iam diretamente ferir os co-oposicionistas do Norte”.

No fundo, a Praia não passava de um partido regional, manobrando livremente no cenário político do país, atento menos a compromissos ideológicos que às conveniências de sua posição dentro da província de Pernambuco. A ascensão ao poder do gabinete de 29 de setembro não os atingia tanto pelo aspecto conservador do Governo, quanto pela presença do aliado da família Cavalcanti, o então Visconde de Olinda.

Ainda assim, a primeira atitude dos Praieiros não foi de insubordinação ou de revolta. Urbano Pessoa insiste em que a revolta não estava nas intenções da Praia e nenhum fato se

aponta que possa comprometer o crédito dessa assertiva. Frases colhidas em discursos antigos de Urbano Pessoa não parecem concludentes quando restaurado todo o texto dessas orações. Os sucessos de 26 e 27 da junho de 1848, no Recife, não podem ser atribuídos à influência da Praia, que sempre os censurou. Feitosa, confirmando as versões conhecidas, escreveu que Nunes Machado chagara ao Recife a 17 de novembro, já depois de iniciada a revolução, preocupado com o pensamento de pacificar os ânimos, contando, para isso, com o efeito de alguma medida governamental, no sentido da anistia. A inflexibilidade do presidente foi obstáculo tão grande quanto a suspeita levantada em torno da mediação do chefe praieiro.

O certo é que o período de inatividade que os deputados praieiros passaram no Recife, quando já conflagrada a província, prova-lhes o ânimo pacífico, que ainda se revela no manifesto de 25 de novembro, quando declaravam que, diante dos acontecimentos, não lhes restava outra alternativa que a de “acompanhar os nossos concidadãos na sua gloriosa defesa”. Acompanhar e não chefiar – eis ainda a linguagem, em fins de novembro, quase três semanas depois de iniciada a revolução.

Só em dezembro é que muda a atitude dos deputados praieiros. Decidem-se a chamar às armas os contrerrâneos, para que salvassem a província das garras da “infame quadrilha luso-guabiru”. Quase um mês

levaram eles a aguardar uma palavra de boa vontade que viesse permitir a pacificação, o ensarilhamento das armas sublevadas. E o sentimento que os arrasta para os campos de batalha é o mais nobre possível, traduzido na reação dos chefes que veem os companheiros humilhados, sacrificados e não sabem abandoná-los ou esquecê-los, na hora do sofrimento e da perseguição.

A atitude da imprensa praieira foi a mesma dos chefes, moderada, discreta, como quem não deseja impedir uma solução pacífica. A notícia da queda aos liberais e da nomeação do Gabinete de 29 de setembro leva o órgão oficial dos praieiros, o Diário Novo, a conclamar os companheiros para que tivessem “toda vigilância, toda a energia, toda a união, todos os desvelos para dar conveniente direção às ideias e prepararmos para a luta do ano seguinte, quer da tribuna, se a Câmara não for dissolvida, quer no campo eleitoral, se houver uma dissolução”.

O Manifesto da Sociedade Imperial, que congregava os praieiros, declarava, ainda a 22 de outubro, que a oposição devia ser aos princípios de governo supremo; e enquanto ao governo da província, esperaremos por seus atos e só lhe faremos oposição no caso de nos ser hostil. A nossa expectativa (continuava o Manifesto) deve ser de toda moderação, de muita prudência e de muito juízo; nenhuma agressão deve partir de nossa parte, nem mostrar-nos minimamente sus-

cetíveis, provocando reações ou aceitando como um desafio quaisquer atos das autoridades que nos forem infensas. Não é certa a dissolução da Câmara, mas é provável e devemos estar seguros para a luta eleitoral no caso que se verifique esta hipótese.

O presidente da província, Herculano Ferreira Pena, recebeu esse Manifesto como formal declaração de guerra. Não nos parece, entretanto, que mereça essa interpretação a linguagem dos praieiros que falavam apenas no uso de recursos eleitorais, e não no emprego de armas e no desencadeamento de revoluções. Quase nas vésperas do levante, a 1 de novembro, o general Abreu e Lima escrevia a Herculano Ferreira Pena, remetendo-lhe os Estatutos da Sociedade Imperial Pernambucana, acentuando que “nesta sociedade só se respira amor à ordem, dedicação espontânea ao Imperador, de quem só esperamos todos os bens para a nossa Pátria e um decidido apego à integridade do Império!”

Não se limitava, aliás, a esse protesto de fidelidade, pois que prevenia o novo presidente da província contra Borges da Fonseca, que ele considera o “contraste” da Sociedade Imperial, pela sua notória ojeriza ao sistema monárquico de governo.

Somente a 8 de novembro é que se declara, no Diário Novo, o rompimento com o presidente Pena, que era apontado como “disposto a consumir a conquista desta terra, que não pode ser feita pelos seus antecessores, e entregar-nos ao bacamarte

e ao punhal. Ainda nesse instante decisivo, limita-se o órgão praieiro a recomendar ao Presidente da província a leitura da história de Pernambuco, “principalmente quanto aos anos de 1817, 1821 e 1824”. Veja-se bem: a primeira atitude nítida do Diário Novo ocorria apenas depois da sublevação. Antes de 7 de novembro, nada se encontra na folha praieira que se pudesse considerar como chamado às armas. O jornal do partido, como os deputados, acompanhou o movimento; não chegou a dirigi-lo ou a iniciá-lo. Nem nos defrontamos, no caso, a uma revolução preparada, mas a um movimento espontâneo, que irrompeu de baixo para cima, sem ordens de comando, sem cautelas e sem planos de ação, consequência inevitável de circunstâncias que só poderão ser compreendidas com uma referência mais detida à Presidência de Herculano Ferreira Pena.

A PRESIDÊNCIA HERCULANO PENA

Observa Herculano Ferreira Pena que antes e depois de Chichorro da Gama não houvera presidente da província de Pernambuco louvado pelo partido praieiro ou que correspondesse às aspirações de seus dirigentes. Joaquim Marcelino de Brito e Tomás Xavier não agradaram aos próceres da Praia, embora nomeados por um gabinete liberal. Souza Teixeira, recebido como aliado ou partidário, acabara desa-

vindo e hostil. Apenas Chichorro da Gama correspondera à expectativa dos praieiros, devido à política de derrubada e de represálias, demitindo mais de 350 empregados, se aceitarmos o testemunho de Nabuco de Araújo.

Mas essa insatisfação dos praieiros resultava menos de intransigência deles que de circunstâncias especiais da política da Corte. Os presidentes nomeados pelos gabinetes liberais nem sempre representavam adeptos ou simpatizantes do partido da Praia, pois que atendiam à orientação de Holanda Cavalcanti, ministro daqueles gabinetes e aliado da facção baronista de Pernambuco, Tomás Xavier, nomeado ao tempo do gabinete liberal de 2 de Fevereiro, era tão favorável à Praia que não se constrangia de aparecer contra os candidatos dessa corrente, no pleito senatorial de 1845. O auxílio de Chichorro da Gama aos praieiros surpreendera a Holanda Cavalcanti que dele esperara moderação e equilíbrio, o que vale dizer, imparcialidade entre as facções pernambucanas. O certo é que, ao tempo dos gabinetes liberais, o domínio dos Praieiros não fora completo, nem pacífico. Usufruíram uns restos ou umas beiradas de prestígio, não obstante senhores da situação excepcional, contando com a “grande maioria da província”, “quase o povo pernambucano todo”, como reconhecia Joaquim Nabuco. Daí a amargura que deles se apossou, quando se viram definitivamente espoliados de uma situação de mando que não haviam chegado a possuir de todo.

Aceitaram os fatos, porém, de ânimo resoluto, dispostos à peleja eleitoral que lhes não seria de certo contrária, se o novo governo do presidente Pena não os tratasse com severidade e rigor. Decidiram-se, por isso, a aguardar os acontecimentos, cheios de esperança, vendo próximo o pleito municipal de 19 de novembro, no qual deveriam ser escolhidos os novos vereadores e os juizes de paz. Contavam com um resultado favorável, se mantidos os quadros partidários ou se não se desmandasse a autoridade no uso de represálias e na estratégia das derubadas sistemáticas.

Como procedeu, nessa conjuntura o Presidente Pena? Há, no folclore, uma resposta elucidativa, na quadri-nha que diz assim:

Quem for para Pernambuco
Leve contas pra rezar
Pernambuco é purgatório
Onde a gente vai penar.

No discurso que pronunciou em defesa de seu governo, o presidente Pena não escondeu os objetivos partidários, ou facciosos de sua orientação. Era ele mesmo que assim se manifestava, na resposta aos ataques de Urbano Pessoa:

Se o sr. Urbano se limitasse a declarar que não podia ver no delegado do Gabinete de 29 de setembro um aliado do partido praieiro, um presidente capaz de favorecer e animar suas pretensões políticas, teria dito uma cousa muito ordinária, teria

feito justiça aos sentimentos desse presidente, de QUEM CERTAMENTE SE NÃO PODIA ESPERAR QUE FOSSE INFIEL AO SEU DEVER, ILUDINDO A CONFIANÇA DO MINISTÉRIO QUE O NOMEARA.

Acrescentava ainda Herculano Pena que evitar a mais pequena alteração no pessoal da polícia ou da guarda nacional, “seria impossível ao presidente da província, a não querer ser tido por imbecil ou infiel a seus deveres, conservando nos empregos de confiança os inimigos do próprio ministério de quem era delegado”. Parecia-lhe que sua posição não era a mesma do presidente Pires da Mota. Este fora delegado de um ministério, “que apenas tentava suavizar um pouco o violento domínio do partido praieiro e que vendo-se logo em crise, não pode executar o seu programa; eu (observava Herculano Pena) achei-me colocado em circunstâncias mui diversas”. Circunstâncias que eram assim resumidas, numa carta escrita pelo presidente da província ao presidente do Conselho, em 25 de outubro de 1848, confessando que seu “principal empenho” era “destruir de repente os elementos de força com que conta a oposição e colocar, ao mesmo tempo, em todos os lugares, novos funcionários que mereçam inteira confiança ao governo e aos cidadãos pacíficos”. Que cidadãos pacíficos? Naturalmente os correligionários daquele mesmo “partido da ordem” que o então barão de Boa Vista comandava na província.

O certo é que Herculano Pena começara as demissões a 26 de outubro. Doze dias depois, já andavam em 31, no empenho, que Figueira de Melo registrava, de substituir os praieiros “por pessoas aderentes à nova política, de que era delegado” — o que constituía, no entender do comentador, — “um dever rigoroso de sua parte”. No fundo, a mesma preocupação de Tosta, que sonegava decreto de anistia para adotar uma orientação de repressão severa, não comum no Império e que nos levaria, por certo, a meditar naquelas palavras de Joaquim Nabuco, quando observa que a “Revolução de 1848 em Pernambuco, podia ser desejada pelo partido conservador, tão proveitosa lhe foi”. Mas esse proveito desapareceria com uma anistia fácil ou com uma atitude que evitasse a própria revolução. Não se esqueça, para a interpretação dos atos de Tosta, que a sua candidatura à lista senatorial de Pernambuco, depois da revotação, foi vivamente desejada pelos chefes conservadores do Império.

Quanto aos Praieiros, que poderiam eles esperar do Presidente Pena ou de Tosta? Verificaram que estavam diante de um plano metódico e inflexível de desmonte da política liberal. Considerados os antecedentes da luta, os pleitos senatoriais anulados, a sonegação do poder pela interferência de Holanda Cavalcanti, a exaltação das paixões que dominavam a província, na reação contra a oligarquia dos Cavalcanti Rego Barros, bastariam os atos e a orientação do presidente da

província, para que viesse a explodir o movimento revolucionário. Surgia, aliás, como que espontaneamente, sem o conhecimento ou a participação dos chefes do partido praieiro ou à revelia de todos eles.

Vale a pena reconstituir esse momento inicial. Foi em Olinda. Duas autoridades dessa cidade se demitem e ganham o interior, à frente de elementos da guarda nacional, numa hora em que a linguagem do Diário Novo não saía ainda dos limites da mais perfeita moderação. Toma a pequena tropa o caminho do litoral, recebendo reforço do engenho Pau Amarelo, de propriedade do vice-presidente da província e dedicado praieiro Manuel Paulino de Gouveia Muniz Feijó. Daí partem todos para outro engenho, o engenho Inhaman, pertencente ao coronel Manuel Pereira de Moraes, figura proeminente na região, antigo revolucionário de 1821, de 1824 e de 1835, comandante da segunda legião da guarda nacional de Olinda e Igarassu. Do engenho Inhaman seguiram para Igarassu onde, na informação de Figueira de Melo, “novos reforços se lhe foram reunindo, enviados por alguns senhores de engenhos, que simpatizavam com o movimento armado, que se tinha levantado na Província”.

Assim começou a Revolução de 1848 em Pernambuco, sob a influência e o comando do senhor de engenho de Inhaman, um dos chefes anímosos dessa luta, que seria, por isso mesmo, conhecida na região como a “guerra do Moraes” para recordação

do intrépido combatente que foi dos primeiros a pegar em armas e dos últimos a ensarilhá-las, já depois de perdidas todas as esperanças, quando repellido o ataque ao Recife, em fevereiro de 1849.

Manuel Pereira de Moraes não foi o único senhor de engenho com que contou a revolução de 1848. Podemos ainda lembrar os nomes de Manuel Paulino de Gouveia, Bernardo José da Câmara, Henrique Pereira de Lucena, Miguel e Luiz Afonso Ferreira, Francisco José de Barros e Silva, Caetano Francisco de Barros Vanderlei, João Félix dos Santos, Feliciano Joaquim dos Santos, Antônio Correia Pessoa de Melo, Felipe Campelo, Francisco de Gouveia e Souza, Antônio Feitosa de Melo, José Carlos Teixeira, Fernando Montarroios, José Claudino Leite, José Marcelino de Barros Franco e muitos outros. Engenhos famosos aparecem como fortalezas ou pontos de apoio dos praieiros, tais como o Verde, o Camevouzinho, o Cachoeira, o Freixeiras, o Megaípe, o Muribeca, o Conceição, o Benfica, o Camaçari, o Tentugal, o Lavagem, o Pau Amarelo, etc. No Cabo — dizia o Diário Novo de 2 de dezembro de 1848, — “não há reunião armada porque os 15 maiores engenhos, os mais ricos proprietários, são praieiros. Ainda o Diário Novo proclamava, a 14 de novembro de 1848, que estavam à frente do movimento praieiro “homens ricos, proprietários e muito considerados”. O “Guarda Nacional” falava era três mil combatentes dirigidos “por cida-

dãos, proprietários e honestos”. Melo Rego escreveu que Honório mandara ocupar os engenhos União e Sebiró “para que não continuassem a prestar auxílios aos rebeldes”. E o certo é que a revolução começou sob a direção de um senhor de engenho de Igarassu e terminou em Água Preta, alimentada ou mantida com os auxílios de engenhos da região.

Nem se compreende que a revolução explodisse no interior e se mantivesse na zona da mata, se não cantasse com o apoio de senhores de engenho. Na verdade, a luta começou no engenho Inhaman e acabou nos engenhos Verde, União e Sebiró, derradeiros núcleos da resistência de Pedro Ivo.

Não se pode pretender que os engenhos da Praia fossem diferentes dos outros, quanto à elevação da conduta de seus proprietários, Nabuco de Araújo, em opúsculo publicado antes da revolução de 1848, dizia que havia desembarques de africanos tanto nos engenhos dos Cavalcanti como nos engenhos dos Praieiros. “Falais — escrevia ele — do feudalismo dessa família e dizeis que os membros dela, acastelados em suas propriedades, eram inacessíveis à autoridade pública; mas esse feudalismo, esse espírito altivo e arrogante é só próprio e exclusivo a alguns Cavalcanti? Não, mil vezes não: esse espírito antissocial, absurdo e perigoso é um vício radicado entre os proprietários do interior de Pernambuco e, quiçá, do Império; é um vício, que nasceu da antiga organização e que as nos-

sas revoluções e civilização ainda não puderam acabar”.

A diferença estava em que a Praia não contava apenas com o apoio dos senhores de engenho de sua facção, empenhados, naturalmente, na preservação de seu prestígio pessoal e de sua influência política, na zona ou comarca a que pertenciam. Contava ainda com as simpatias de outras classes, a popularidade extraordinária que, embora negada pelas folhas “guabirus” como o Diário de Pernambuco e a União parece hoje indiscutível, quando vemos que a reconhece e proclama o próprio Joaquim Nabuco, que ainda nos revelou a confissão feita a João Alfredo pelo velho Camaragibe — que a Praia tinha tirado aos conservadores nove décimos da população da província.

ASPECTO SOCIAL DA REVOLUÇÃO

Onde, pois, o aspecto social da revolução, se obedeceu ao comando de senhores de engenho e contou com o apoio de poderosos latifundiários? Desde “Um Estadista do Império”, o tema da feição social da revolta praieira seduz e envolve os escritores, uns por simpatia por essas ideias, outros pela convicção de que semelhante interpretação constituía a melhor defesa e justificação do partido baronista.

Raramente, de certo, deixam os fatores políticos de se apoiarem em realidades sociais. Há uma espécie

de clima favorável às desordens e às manifestações armadas, quando se acumulam resíduos de todos os desajustamentos, queixas e amarguras de espoliados, protestos irados dos que sufocam sob o peso de uma situação econômica desesperada. Esses desajustamentos e queixas refletiam-se na alma sensível de Nunes Machado, “condotiere” ousado das reivindicações de seu tempo, como em seus companheiros de campanha política. Eram a encarnação daquele “esprit quarente huitard”, feito de inquietação e idealismo, com todas as suas características de sentimentalismo humanitário e doutrinação vaga, fundando a salvação do mundo na utopia de fórmulas ingênuas e simplistas.

Vejamos, realmente, a ideologia desses reformadores do movimento praieiro. O projeto considerado essencial era aquele mesmo que a deputação praieira defendera na sessão de 1848, na Câmara dos Deputados, declarando “privativo do cidadão brasileiro o comércio a retalho”, mas fixando um “prazo razoável” para a execução dessa medida. Outro projeto dos praieiros, nesse mesmo sentido, limitava-se a exigir que as casas de negócios existentes só funcionassem quando tivessem, pelo menos, um caixeiro brasileiro. Essa reivindicação, fora de Pernambuco, encontrava resistências obstinadas nas próprias fileiras liberais, mas na província, como escrevia Urbano Pessoa, “não era pecado exclusivo do partido praieiro, pois que

Iniciada a revolução,
as forças radicais
começam a influir
ou a preponderar,
impondo
reivindicações, que
não estavam nos
planos dos promotores
da revolta

todas as folhas guabirus sustentaram a mesma doutrina”.

Nunes Machado não ia muito adiante dessa manifestação nacionalista, que ele defendia mais com os arroubos de sua oratória inflamada do que com argumentos sisudos e meditados. Em meados de 1848, o prócer da Praia já criticava a revolução francesa, que derribara, conforme suas expressões “uma monarquia que lhe procurava todos os bens e isto somente com o fim de abraçar a nuvem de uma igualdade muito mais poética do que possível”. Essa atitude do parlamentar praieiro estava em correspondência com a pregação constante da folha do partido, defensora exaltada da monarquia, ponto em que coincidiam Abreu e Lima, o velho “caramuru” de Raio de Júpiter” e Nunes Machado, o decidido aliado de Aureliano e da chamada “Facção Áulica”. Nem haveria para esse fato melhor teste-

munho que o nome da agremiação que os reunira, a Sociedade Imperial Pernambucana. O Diário Novo afirmava que “a civilização nas classes médias da França repele e repelirá sempre todas funestas consequências do sufrágio universal. Quando a parte mais inteligente de um grande povo, surpreendido por graves transtornos, se vê sujeita à direção do maior número, procura logo reassumir os seus direitos, repelindo a força bruta, é a inteligência que reclama os seus foros e busca elevar-se sobre o instinto das multidões desenfreadas”.

No plano social, a atitude do Diário Novo não podia ser considerada muito definida. Transcrevia antigos artigos publicados no Jornal do Comércio do Rio, contra o projeto de organização de trabalho, defendido por Louis Blanc e seus companheiros de tendência esquerdista. Mas divulgava também os artigos da “Barca de São Pedro”, em que o general Abreu e Lima dava expansão ao seu socialismo, pregando, com Fourier, harmonia do trabalho, do capital e do talento e pugnando por uma nova organização democrática da sociedade, dentro da qual, como escrevia Vidal, as riquezas pertencessem à maioria para que assim se evitasse a guerra civil entre os dois elementos da produção, o trabalho e o capital.

Desencadeada a revolução, a linguagem dos deputados praieiros não se modifica de maneira sensível senão quanto ao governo da província. A proclamação de 25 de novembro — 18

dias depois do início da sublevação — é apenas um libelo contra o presidente Herculano Pena. — “O que nos cumpre fazer?” — perguntam ainda os deputados da Praia, diante dos sucessos que ensangüentam a Província. E a resposta que todos eles encontravam — o manifesto, tem a assinatura de Nunes Machado, Félix de Brito, Afonso Ferreira, Jerônimo Villela e Lopes Neto — era quase de resignação, ou capitulação diante do inevitável. “O que nos cumpre fazer? Acompanhar os nossos concidadãos na sua gloriosa defesa, protestar em nome da Constituição e do Imperador contra tantas atrocidades cometidas pelo seu delegado”. Nenhuma reivindicação, nenhuma palavra que viesse dar sentido e altura ao movimento armado. Só no mês de dezembro é que eles sentem os deveres da nova atitude e fazem a proclamação, pregando a necessidade de reformas. Mas que reformas? O combate aos portugueses, a cessação da “terrível centralização que nos cresta”. Acima de tudo, a preocupação nacionalista, na afirmação da independência que os portugueses ameaçavam com a sua presença no comércio, fechando caminhos e atividades aos jovens do Brasil.

Iniciada a revolução, as forças radicais começam a influir ou a preponderar, impondo reivindicações, que não estavam nos planos dos promotores da revolta. Movimentos vagamente liberais tornaram-se, muitas vezes, republicanos, no período da luta, como também sucede que um

reformismo prudente se venha a converter numa atitude extremada, na evolução natural dos movimentos revolucionários. Na insurreição praieira, essa transformação se processou lentamente. Iniciado o levante a 7 de novembro, o *Diário Novo*, em princípios de janeiro de 1849, entendia indispensável uma revisão das ideias, que deviam compor a “bandeira do movimento liberal”. Publicou, então, três artigos, que no fundo não passavam de um protesto contra a rispidez da ação do governo, que só pensava na força, no castigo, na nua violência, sem que nem ao menos aparecesse, “a par de energia uma circunstância que faça esperar a demência”. Insistia, porém, na reivindicação do comércio a retalho para os brasileiros. Pleiteava, pela primeira vez, a convocação de uma assembleia constituinte que adotasse as reformas recomendadas pela experiência de tantos sofrimentos. Que reformas? A descentralização administrativa, atribuindo-se às províncias autonomia no que o *Diário Novo* denominava o seu governo econômico. Invocava-se ainda a doutrinação da Barca de São Pedro, em parte transcrita no *Diário Novo*, programa, como se vê, mal definido, sugerindo-se a convocação da Constituinte sem lhe entregar um plano já estudado e nítido. Num ponto, continuava a ser pacífico o pronunciamento da Praia: era o da fidelidade ao Imperador, o do respeito ao regime monárquico.

É certo que muitas outras ideias e projetos foram atribuídos à Praia,

quase sempre por paixão partidária, com o propósito de expor e prejudicar os chefes desse partido. Maciel Monteiro, baronista exaltado, os acusou até mesmo de comunismo e lhes deu ainda a responsabilidade de uma lei agrária, que ninguém chegou a conhecer, mas que podia concorrer muito, mesmo sem existir, para reforçar o sentimento partidário dos correligionários de Boa Vista.

Sucedeu, porém, o que aconteceu quase sempre; desencadeada a revolução, todas as vozes discordantes da situação política vitoriosa, todas as esperanças de reforma, assim como os doutrinadores sinceros, os idealistas convictos, os aventureiros e os demagogos furiosos, os exaltados de temperamento e as vítimas de desajustamentos sociais, todos foram, a pouco e pouco, incorporando-se à sublevação praieira. Assim se definiram outras correntes, outras aspirações ampliando o sentido da Revolução de 1848, proporcionando-lhe novos elementos para a composição de sua estrutura e de seu ideal.

O mais radical de todos esses elementos incorporados seria o turbulento Antônio Borges da Fonseca, o veterano República das procelas de 1831, o redator de *O Nazareno*, adversário exaltado dos praieiros até o início da insurreição, perseguido e preso por eles, mas incapaz de resistir à tentação de uma luta tão próxima. Adere à revolução desde o dia 15 de novembro, já preocupado com o sentido doutrinário que se deveria atribuir ao mo-

vimento, para que não passasse como uma atitude simplesmente facciosa, mesquinha e subalterna. Sua pregação, em 1848, foi sempre no sentido da república, dentro de um programa que exigia plena liberdade individual, respeito ao direito de propriedade, reconhecimento do direito ao trabalho, de acordo com a manifestação recente dos revolucionários franceses, voto livre, eleição direta para todos os cargos do Estado, justiça livre e gratuita, abolição da pena de morte, igualdade social, assistência hospitalar para todos, instrução acessível aos pobres, abolição de privilégios e dos títulos nobiliárquicos, extinção do poder moderador, adoção do regime federal para as províncias, atribuindo-se ao governo central um imposto, apenas – o de importação. O Senado deveria ser eletivo. E acima de tudo, como ideia central, a necessidade da convocação de uma Assembleia Constituinte, “pensamento orgânico (dizia ele em 1848) que tem sido sempre o tema do Nazareno, desde que ele nasceu há seis anos”. A Praia acabou aceitando essa ideia de seu antigo adversário, desse mesmo ardente e impetuoso panfletário que o *Diário Novo* considerava antes “o mais famoso anarquista do Brasil, verdadeiro bandido sem crenças, furioso mentecapto, demagoguista de chinelos e o mais esforçado espoleta para planos, não de república, mas de anarquias e águas turvas”. Gentilezas a que Borges da Fonseca retrucava no mesmo tom, denominando Nunes Machado de “infame salteador político”. Coisas do passado e que não

têm mais importância nessa altura do movimento, quando Borges da Fonseca, pelo seu destemor e pela sua inteligência, já é um dos “leaders” da Praia, envolvendo alguns de seus caudilhos, embora sem força ainda para os deputados e os políticos da facção. Assim se explica a presença de diversos elementos praieiros na apresentação do famoso Manifesto ao mundo, em que Borges da Fonseca aproveitava a oportunidade para pregar e defender as ideias do Nazareno, como o voto livre e universal, a liberdade de imprensa, o trabalho como garantia de vida ao cidadão, a abolição do poder moderador, a adoção do regime federal, a extinção do júri convencional e do sistema de recrutamento militar vigente no país. Entre os chefes da coluna do norte, signatários desse Manifesto de 1 de janeiro de 1849, apareciam, além do redator do Nazareno, o senhor do engenho de Inhaman, Manoel Pereira de Moraes; o proprietário do *Diário Novo*, João Roma; Lucena, outro senhor de engenho; João Paulo Ferreira ex-subdelegado de Olinda; e João Batista do Amarelo e Melo. Não obstante a assinatura de João Roma, o *Diário Novo*, ainda fiel aos pontos essenciais de seu antigo programa, contestava a autenticidade do Manifesto ao mundo, considerando-o “uma produção apócrifa e, por consequência, espalhada pelos guabirus para apresentarem o partido Liberal como inconsequente, adotando ideias tantas vezes por ele condenadas”.

Outra corrente a ser assinalada, dentro do movimento, era a do Ge-

neral Abreu e Lima, redator do Diário Novo, e da Barca de São Pedro, mas sabendo distribuir bem a sua pregação, muito mais discreta e medida no órgão oficial do partido praieiro. Abreu e Lima pleiteava uma nova divisão territorial do país, profligava a acumulação de funções judiciárias e administrativas, assim como os excessos das autoridades policiais. Estaria no grupo dos socialistas, que Gide e Rist classificam como Associationnistes, quando mostrava a necessidade da completa emancipação das classes livres, por meio de associações do trabalho em comum. Será isto um sonho? Perguntava ele. “Pois bem, mostrei-me então o meio de acabar com o feudalismo dos grandes proprietários de terra ou com a soberania do bacamarte no Brasil”.

Distanciado da Praia e mais próximo dos conservadores, era o Cousin-fusco” o mais notável publicista da época, Antônio Pedro de Figueiredo, redator de O Progresso. Indiferente ao pleito dos partidos, era um agitador de ideias, um propagandista consciente e pertinaz de reformas socialistas, vinculadas a uma apreciação segura e profunda das realidades brasileiras. Estudado por Alfredo de Carvalho, pelo sr. Olívio Montenegro e, sobretudo, pelo sr. Amaro Quintas, a quem devemos excelentes pesquisas sobre essa quadra agitada da história de Pernambuco, Antônio Pedro de Figueiredo, não obstante a admiração que testemunhava a Fourier, a quem considerava “o maior gênio do sécu-

lo, sofre também o influxo das ideias de Saint-Simon e Louis Blanc, dando ao Estado uma função proeminente na organização econômica e antecipando assim o socialismo de Estado que teria depois pregadores tão seguros e autorizados. De todos os jornalistas e publicistas de 1848, Antônio Pedro de Figueiredo é o mais objetivo, o mais corajoso e profundo nas análises sociais. Hostil à grande propriedade, defende o imposto territorial, prega os benefícios do imposto sobre os rendimentos, defende também, como os praieiros (que o haviam demitido do Liceu) a nacionalização do comércio a retalho. Era como os jornalistas da Praia e como Borges da Fonseca, adepto da descentralização administrativa.

Outras vozes se faziam ouvir na imprensa pernambucana nesse ano de 1848, como Inácio Bento de Loyola, jacobino à outrance, pregando a reação contra os portugueses pelas colunas de A voz do Brasil, ou como Joaquim Vilela, não menos vigoroso na defesa da tese da nacionalização. João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão era um agitador ativo, em O Grito da Praia. Propugnando pela forma republicana de governo, batia-se Afonso de Albuquerque Melo em A Reforma e A Verdade.

Correntes e vozes desencontradas, nem todas presas às hostes praieiras, formando, entretanto, esse ambiente de propaganda e debate doutrinário, que constitui a nota característica dessa fase de nossa vida política. No meio das controvérsias, o partido da Praia

era o partido popular por excelência, o que encontrava maior ressonância na opinião da Província, que o sabia capaz de lutar pelas causas do povo, pelas necessidades da gente humilde e desajustada, enquanto o Partido Conservador representava as preocupações aristocráticas, o espírito e as conveniências de uma oligarquia sólida e satisfeita. Convém, apenas, que não exageremos as tendências reformistas da Praia, nem o sentido social da revolução quando não há, nesses sucessos, uma interpretação profunda entre os dois domínios da doutrinação, o social e o político, mas antes uma espécie de paralelismo, sendo ainda tese a averiguar até onde a doutrinação social chegou a influir nos acontecimentos políticos. Que rumo teria tomado a revolução se vitoriosa, senão o de um enquadramento na Monarquia, pela subordinação ao Imperador, a quem sempre manifestaram respeito e obediência os próceres e os jornalistas da Praia? Se não admitirmos essa separação, não chegaremos a compreender a presença de tantos senhores de engenho na revolução nem a inação da cidade do Recife, que se conservava, tranquila enquanto a guerra ia rolando pelas comarcas do interior, envolvendo proprietários rurais que vinham para os campos de batalha, acompanhados de seus rendeiros, moradores, escravos e dependentes.

O aspecto social mais evidente das ideias que a imprensa debatia, em grande parte por influência da Revolução Francesa. Em novembro,

entretanto, as correntes radicais do movimento da França, já estavam julgadas e vencidas. Restava, porém, com o surto de revoltas em numerosos países da Europa aquela impressão que Abreu e Lima esposara – a fatalidade de uma revolução no Brasil. “Ninguém pense que pode fazer parar o relógio do tempo” advertia a Barca de São Pedro, embora sustentando a opinião de que o Imperador deveria colocar-se à frente de uma revolução de princípios, a exemplo do rei da Prússia, e para evitar a explosão mais violenta e destruidora de um movimento dirigido pelo povo.

Cumprir verificar, porém, até onde esse debate da imprensa influenciou realmente na revolução, que não foi desencadeada pelos propagandistas das ideias, mas pelos caudilhos do interior, que não queriam admitir a volta dos chefes prestigiados pela oligarquia Cavalcanti – Rego Barros. Não se deve ignorar o mal estar geral de uma situação, em que as leis não constituíam garantia para ninguém, sob a intervenção de autoridades policiais arbitrárias, com uma justiça facciosa, que fornecia os presidentes de província e os candidatos aos melhores postos políticos. Os conservadores censuravam os praieiros pela ação parcial de Chichorro da Gama, atribuindo-a ao interesse da candidatura a senador; mas eles próprios faziam a mesma coisa, apresentando Tomás Xavier na lista de seus nomes e não usaram a receita com o futuro Muritiba pela violenta reação que encontraram em toda a província,

mesmo de parte dos correligionários de Boa Vista – o que de fato significa expressivo julgamento político quanto à ação do presidente que esmagara a revolta. Nabuco de Araújo era jornalista de combate nos órgãos chamados baronistas e a linguagem que ele usava estava um tanto distante da que se devia esperar daquela figura consular, que a amizade filial de Joaquim Nabuco nos descreve em *Um Estadista no Império*. Num de seus opúsculos dessa fase, Nabuco de Araújo caracterizava o predomínio da Praia como sendo “o da inépcia, da improbidade, da delapidação dos cofres públicos”. “Sois desleais e infames, senhores da Praia!” exclamava ele, noutro passo. O que não o impediu de funcionar como presidente do júri, que julgou e condenou esses senhores da Praia. Não se esqueça ainda que o recrutamento era usado como arma partidária e que encontrou para a defesa de suas iniquidades a palavra de Eusébio de Queiroz. Juntemos a esses aspectos os agravos criados pela grande propriedade territorial, o despotismo do poder econômico, a exploração dos próprios donos das terras pelos comissários do açúcar, as aflições e injustiças da miséria geral e teremos fatores suficientes para a explicação de um movimento revolucionário. “Por que vos não haveis de persuadir — perguntava Souza Franco na sessão de 1850, da Câmara dos Deputados — que entre as queixas da população de Pernambuco e da maioria do Império há algumas muito reais? Por que não acreditareis que há tam-

bém brados de fome e de miséria nesses que supondes somente de desordem, para não apoiardes essa política ominosa, que lhes não responde senão com tiros de canhão e de espingardas?

Se é que as revoluções precisam de explicação. Têm, na própria realidade, a evidência da força dos fatores que as trouxeram. Apresentar a revolução de 1848 como um ato livre e voluntário dos políticos da Praia, como fizeram os seus adversários, teria apenas sentido faccioso, quando não podemos negar que os chefes foram arrastados pela onda que se formou no interior do Estado, envolvendo-os, tirando-lhes a possibilidade de outra atitude que a de chefiar a revolução, que já encontraram deflagrada. Na essência, a revolta de 1848 foi uma atitude dos caudilhos praieiros em prol da autonomia, como um protesto contra o regime que, na Corte, decidia da presidência de Pernambuco, impondo-lhe governantes e dirigentes contra a vontade e contra o sentimento da grande maioria da Província. A adoção do regime federal, em 1889, veio assim consagrar a aspiração do povo pernambucano, redimindo o sacrifício dos que tomaram no campo de batalha, ou aceitaram o exílio e o ostracismo como fórmula mais honrosa que a submissão e a renúncia.

OS SACRIFÍCIOS

Muitos sacrifícios custou, realmente, a luta da Praia ao povo de Pernambuco.

O número de mortos e feridos excedeu ao que se havia registrado nas revoluções anteriores. Depredações, perseguições, prejuízos de toda sorte afligiram a população da Província. Entre os próprios chefes da política ou entre os que comandavam a revolução, não foram pequenas as baixas, nem faltou para eles o castigo imperial. Atingido em combate, João Roma, o proprietário da tipografia do Diário Novo, guerreiro experiente, corajoso, veio a morrer em consequência do ferimento recebido. Presos, condenados, foram m figuras proeminentes da revolução, Abreu e Lima, como Lopes Neto, Jerônimo Vilela, Lucena, Borges da Fonseca e muitos outros. A lista de presos chegava, segundo Urbano Pessoa, a 285, fora os desterrados de Fernando de Noronha e os prisioneiros das fortalezas e dos barcos ancorados no porto. No processo do Recife, foram pronunciados 54 dos indiciados no movimento, sem contar os condenados em outras comarcas da Província.

O caudilho de Igarassu, Manoel Pereira de Moraes, conseguiu fugir para o estrangeiro. Não suportando, porém, o exílio, veio para o Maranhão, de onde, a pé, regressou a Pernambuco, a ver iludia a vigilância do adversário. Peixoto de Brito refugiou-se em Portugal, onde esperou pelo decreto da anistia, que veio apenas em 1852. Antônio Afonso Ferreira, deputado à Assembleia Geral, embarcou para a Europa e, enfermo, teve que procurar o clima da Ilha da Madeira e aí a morte o foi encontrar, antes da anistia e do

regresso à pátria. Pedro Ivo Veloso da Silveira é outra vítima que se destina à Europa e morre na viagem, sendo seu cadáver atirado ao mar, para maior realce e dramaticidade dos lances de epopeia de sua vida.

Herói supremo, temos ainda Joaquim Nunes Machado, o chefe dos praieiros, pela popularidade conquistada com os seus méritos excepcionais de tribuno popular. Alto de estatura, presença agradável, “olhos cheios de fogo (como Macedo o descrevia) tinha vez que se prestava a todos os tons, desde a doçura da amabilidade aliadora até o rugido do leão; falava com facilidade e energia, dispunha de grande força física e de coragem inabalável”.

Ao iniciar-se a revolução, Nunes Machado ainda se encontrava no Rio de Janeiro. Chega a Pernambuco a 17 de novembro, 10 dias depois de deflagrada a revolta. Informado do movimento, não o considera nem oportuno, nem justificado. Aguarda, procura desesperadamente uma palavra de cordura dos adversários; uma palavra que lhe permita agir como pacificador. Mas só encontra intransigência, frieza, hostilidade. E as paixões desencadeadas dentro de seus próprios arraiais, já lhe não permitem tergiversar: ou acompanhará a revolta ou será tido por traidor. “Eu bem anunciei que vinha ser vítima, declara ele aos amigos, e vou sê-lo”.

O que mais o convence e o arrasta não é tanto o receio de um julgamento injusto, mas o espetáculo daquele po-

bre povo sacrificado. “Estou resolvido — escreve ele então — a correr todas as vicissitudes, a que por ventura possa ser levada esta bela Província e nem duvido oferecer minha vida, se tanto for preciso, para salvar Pernambuco das desgraças que lhe estão propínquas”. Essa a linguagem de sua proclamação no dia seguinte a sua chegada a Pernambuco.

A 15 de dezembro, já está Nunes Machado no meio da procissão. À esposa que ficou na Corte, escreve ele então: “É-me mais fácil morrer no campo pelejando do que consentir que se leve meus patrícios a ferro e fogo, como o está fazendo o infame que nos governa”. Mas o seu clamor é baldado. Em nenhum lugar encontra ele compreensão, tolerância, indulgência. É a alma sensível do lutador refletirá o drama insuportável: “Vivo — dizia ele a 28 de dezembro — vivo entre mil aflições, cuidados e desgostos e tanto sofro que já prefiro a morte. Não fazes uma ideia do estado desta terra; as perseguições, os horrores, a matança por toda a parte é horrível; corre o sangue em jorros e o governo, em vez de usar de clemência, só tem para com os pernambucanos pólvora, bala, forças e prisões!” Como que morrem as esperanças no espírito desse homem amargurado e a sua preocupação ainda é com os outros, é consolar a esposa, que ficara nó Rio: “Deus te queira dar resignação para sofreres os teus desgostos, que se sou eu que te os causo, afirmo-te que não é essa a mi-

nha vontade, mas sim a força irresistível de uma sorte tirana. Adeus”. Vede bem. A palavra final cai como um vaticínio sombrio, a despedida trágica e lancinante do herói desiludido.

O torvelinho o arrebatava, de novo. Já está próximo o fim que chega de súbito, com a bala certa que o derubava, num sobrado velho da Soledade. A causa a que se votou já está igualmente perdida. Não se sabe bem como os companheiros ainda conseguem apanhar o cadáver de Nunes Machado, a meio do tumulto da retirada e da derrota, para o depositarem numa pequena capela dos arrabaldes.

Mas seria “tirana” — como ele dizia — a sorte do tribuno liberal? Tenho dúvidas quando recorro a fascinação que o seu nome continua a exercer sobre o povo de sua terra; quando vejo a claridade que o inunda, nesta fase do centenário. Para Pernambuco, para o povo que idolatrava, continua ele a personificar a bravura, a altivez, a generosidade.

Quando se desce ao tumulto com uma mortalha assim esplendente, é que a “força irresistível” a que ele aludia quis funda, no chão manchado com o sangue do combatente, a glória eterna de seu nome. E a todos, por isso vos asseguro, que onde houver um coração pernambucano, o nome de Nunes Machado nunca será lembrado em vão, como não será lembrado em vão seu exemplo e, sobretudo, o sacrifício de sua vida à causa da autonomia de Pernambuco.

Guararapes: a aliança dos destinos

Pedro Calmon

(REPRESENTANTE DA BAHIA)



A crônica das lutas holandesas em terras nordestinas começa com a invasão da Bahia, em 1624, e termina trinta anos depois, em Pernambuco, com a vitória definitiva contra os invasores



A Bahia não podia estar ausente dos júbilos cívicos de Pernambuco, e a eles se associa na fraternidade do espírita, da tradição e do sangue, para juntar à homenagem deste grande povo aos heróis de outrora a veemente solidariedade dos seus aplausos. Endereça-os, por meu intermédio, às glórias pernambucanas de Guararapes, o Estado vizinho e amigo, por seu eminente governador, o sr. Otávio Mangabeira, intérprete, ainda nisto, da unanimidade dos sentimentos baianos. E, se necessário fosse procurar-lhe as profundas razões patrióticas, verificaríamos com ufania que nesses votos se conjugam, como em associação espontânea de forças que se integram e de influências que se completam, a consciência nacional formada em três séculos de lutas comuns, o patrimônio moral das gerações mortas, cuja herança nos coube, os compromissos de sangue e espírito que, através dos tempos, consolidaram a unidade da Pátria. Nem se compreenderia que o passado, em que ela assenta, deixasse de ser essa espécie de recinto familiar onde os descendentes encontram a palpitante recordação de sua origem, nos troféus que a evocam, nos retratos que a identificam, nas relíquias que a ilustram, na intimidade que lhe restaura, ou recompõe, a fisionomia sentimental. Lar vasto e sagrado do Brasil, onde embalou a nacionalidade os primeiros sonhos de autonomia e cresceu na sua selvagem liberdade, é exatamente o passado, o remoto e rude passado da conquista e da defesa da terra, da criação e da evolução do povo, o espaço ideal, em que moram as suas melhores lembranças. Aí a explicação e a verdade de sua natureza política; aí o vigor e a originalidade de sua cultura; aí o sentido e o destino de sua marcha; aí, como nas humildes nascentes, o prenúncio e o tu-

multo dos caudais que vão desatar-se pelos planos da História, levando para o futuro as grossas águas, tão diversas, no volume e na força, dos arroios distantes donde provém. Reside aí — fons gentium — a fonte mágica da vida, a raiz antiga e poderosa da nação que cresceu. É o seu berço agreste, a sua choupana da primitiva pobreza, a torre militar de seu quartel irredutível, a sua casa patriarcal, de cujos pórticos, obscurecidos na sombra dessa densa noite que é o tempo findo — nos aproximamos com reverência e ternura. Casa paterna, enfim, é natural que lhe façam as honras da hospedagem os filhos unidos: e pensando nos antepassados que pretendemos dignificar com as mesmas comemorações, a enchamos hoje com os hinos triunfais que contam ao país e ao mundo as suas façanhas inesquecíveis!

II

Ocupar a terra foi pouco: valia mais defendê-la. A epopeia da expulsão do batavo é essa *Iliada* luso-brasileira de confirmação do domínio, mais laboriosa e difícil do que a posse a bravia sanção do nativismo aos títulos iniciais do descobrimento do Brasil! A extensa campanha desse Brasil — menino, David caboclo, contra o Goliias loiro que o investiu com os seus exércitos de gigantes cultos, representa, antes de tudo, a revolta da raça contra a absorção estrangeira: é um protesto de sangue. Deram-lhe a justa definição os apologistas que nela discerniram as linhas arrogantes da alma

nacional — desenhando-se, nebulosa, no caos heterogêneo da resistência indígena: porque, de fato, o que logo se percebe nessa guerra de contrastes é a fusão precipitada das etnias que se aliam, elaborando, nas improvisações da batalha, o sentimento único que lhes retemperou a coragem para a vitória. Ante dos holandeses, há brancos, índios e negros. Para desalojá-los das areias da praia, eles se amalgamam numa tropa de estandartes católicos e língua portuguesa que rompe, com o seu ímpeto, principalmente com a sua união, as fileiras inimigas. Depois dos holandeses, o que fica, não são populações extremas, divididas e rivais nas suas divergências consanguíneas, mas o Povo, feito e refeito pela consciência da terra, pelo alto preço com que a resgatara das mãos alheias, pelas esperanças, pelos sofrimentos, pelos sacrifícios da dura luta de libertação, escola primária desse civismo rústico, que imprimiu, à pátria-moça, as primeiras características de sua personalidade. Com isto, a *Odisseia* daqueles campeões do nordeste — em série novelesca de aventuras heroicas — converte-se na *Eneida* — poema de predestinação e fundação nacional — da jovem América. Acham-se a si mesmos, no seu abandono ou no seu desespero. Encontram-se com o gênio da terra: descobrindo-lhe o amor incorruptível, na paixão com que a reivindicam e na intransigência com que a preservam — a paixão hereditária do solo que não se cede, que não se troca, que não se vende, dos portugueses tão

agarrados ao seu em cinco séculos de fidelidade e desafio. E passou a fazer ao intruso a guerra santa em que se misturam todas as energias de uma sociedade que não queria morrer: a indômita energia do patriotismo, a energia intolerante das vinganças sem perdão, a energia impoluta da fé, a tremenda energia da família e da propriedade, a energia feroz do ódio nos estrondos da represália, a energia intratável dos homens que se mediam com o usurpador, o ratoneiro, o corsário, o vândalo de suas aldeias harmoniosas e o herege incendiário de seus templos ricos, mais forte nos aparelhos de sua armada, na organização de sua capacidade e nos ardis : de seus negócios. Vem desse choque a totalização da guerra, onde quer que se tivesse ateadido. Em nenhum lugar do Brasil foi menos atroz e menos destrutiva: nas serras da Bahia, na várzea pernambucana, no estuário do S. Francisco, nas restingas potiguaras, no Maranhão, no Ceará, nas Alagoas, na Paraíba. Onde desembarcaram os flamengos, contra eles — passada a perplexidade da surpresa — se levantou, uníssono, um Brasil inédito: a resistência em arco de cerco, em progressão de ofensiva, em espírito de holocausto, em disposições de morte. No segredo dessa reação estremece, a existência da Pátria juvenil; pulsa e canta o seu coração adolescente; revela-se numa explosão inesperada de independência. Transfere-se subitamente para esta banda do Atlântico a ênfase marcial da civilização lusíada, com as suas fanfarras

e os seus pendões; abre-se na selva o cenário de combates sanhudos e brilhantes como os das tapeçarias heráldicas, em cujos painéis reluzem as espadas de Aviz, drapejam os guiões de Ourique, fulguram e agitam-se os lenços cristãos de São Jorge e Santiago; e desfilam os barões assinalados.

Julgavam que estas matas, que estas costas desabitadas, que estes engenhos de açúcar povoados de negros d'Angola seriam a presa fácil de sua rapina; e, por toda parte, esbarraram no círculo de fogo que os conteve, que os derrotou, que os subjugou, vencidos pelo homem novo, despertado, na imprevidência ingênua, pelo clamor brutal da agressão.

III

Capital da América Portuguesa, experimentou primeiro a Bahia as agruras da invasão. A crônica das lutas holandesas começa com esse grandioso assalto, em 1624, e termina vinte anos depois na capitulação solene do campo de Taborda, selando, com a epanáfora triunfante, um calendário prolixo de ações sangrentas. A sua expansão acompanha a linha de prosperidade agrícola do litoral: frustrada no Recôncavo, reinicia-se na várzea, orienta-se para o norte, procura a costa de Leste-Oeste e traceja a sua ronteira tão perto do Pará que, evidentemente, podemos ver nesse rumo a atração da Amazônia. Mas o seu centro de gravitação é a riqueza de beira mar. O cheiro doce dos engenhos chama os moscardos d'além-mar: é

A invasão flamenga restringiu-se em todo o período, de 1624 a 1654, à faixa marítima. Só numa pequena fase de trégua alcançou os caminhos sertanejos

uma invasão faminta de açúcar, que, de repente, desaba como uma nuvem de insetos sobre o trabalho do escravo quente das fornalhas que, dia e noite, cozinham o mel. Erra pela primeira vez, apossando-se da Bahia; erra em seguida — e definitivamente — tomando Pernambuco. Se esse belga ávido e inteligente tivesse aplicado os seus imensos recursos de colonização nas regiões até então limpas de ocupação portuguesa, mal poderia a debilidade da metrópole (a Espanha depauperada e Portugal desprovido de elementos para uma custosa guerra de recuperação) opor-lhes um revide eficaz. A sorte da empresa arriscar-se-ia no mar — onde se digladiariam as duas esquadras — e o insucesso luso-espanhol de D. Antônio de Oquendo, ou do conde da Torre bastaria para que lá permanecessem, noutra Nova Ho-

landa, os mercadores de Amsterdam com os seus arcabuzeiros e os seus rabinos. Cometeram, ao contrário, a dupla imprudência, de se instalarem nos mais povoados sítios do Brasil: no jogo perderam capital e juros do negócio.

Explica-se a invasão de 1624, e, do mesmo modo, a de 1630, como uma formidável pilhagem de cujos frutos a Companhia das Índias Ocidentais tiraria os interesses usurários a que visava. Foi um golpe comercial, encaixado numa proeza imperialista, que tinha as vantagens do saque com os inconvenientes do agravo, da injúria, do escândalo, do desastre ou do castigo, no próprio perímetro das cidades usurpadas.

IV

O aliado eventual deles foi o oceano, desde 1580, bandeiras inglesas e flamengas passeavam as cores provocantes, longe o tempo em que por esses itinerários viajava somente a cruz de Cristo no pano das caravelas. Sem o domínio do mar, portugueses e castelhanos dificilmente defenderiam a colônia pacífica; enquanto os holandeses o tiveram, a sua mercê esteve o Brasil. Para arrancá-los da Bahia, tomada de súbito, naquele espantoso desembarque em 1624, conseguiram ainda Portugal e Espanha armar uma frota magnífica, sob o comando de D. Fradique de Toledo, de D. Manoel de Menezes. Não lhes foi possível repetir tal esforço. As duas armadas que mandaram em 1631 e em 1639, para destruir nestas águas o

poder holandês, dispersaram-se sem resultado em combates indecisos, que lhe deram — contraditoriamente — a convicção de sua supremacia. O problema militar da resistência pesou maciçamente sobre a terra flagelada. Libertar-se-ia pelo braço robusto daquelas raças irmanadas, retirando, do mistério em que se emboscava, a força mágica da redenção.

Deveras, a invasão flamenga res-tringiu-se em todo o período, de 1624 a 1654, à faixa marítima que podia ser campo de tiro dos canhões navais: só numa fase de trégua insincera, e a coberto da acomodação hipócrita, alcançou os caminhos sertanejos de penetração. Mas não os frequentou. O mar, donde viera, a proteção, e não soube distanciar-se dele, mariscando, na maré, o seu império construído na areia.

V

Quando entraram de surpresa na Bahia, acharam-na deserta. Somente os esperava com dois ou três companheiros: o governador geral, espada desembainhada, como um Quixote indignado, para honrar com sua imolação a bandeira caída. É que os moradores, com o velho bispo diante, tinham-se retirado para os arrabaldes, a fim de concertarem livremente a resposta que dariam. Deram-na agrupando-se em guerrilhas, desfechando à volta dos muros urbanos ataques fulminantes, matando quantos inimigos se afoitavam pelas redondezas, até os encurralarem, assediados de ponta

a ponta, numa prisão fatal. Ao aportarem na baía, os navios católicos, para a ação decisiva, que pôs fim a este primeiro episódio, já a sua sorte se selara com a imobilidade e o desânimo. Nesse fundo de cenário, uma figura bizarra passa austeramente, com a couraça de cavaleiro e a mitra episcopal, como aqueles bispos portugueses de Aljubarrota, iguais aos príncipes no vigor e na bravura: D. Marcos Teixeira, general místico do exército anônimo. O tipo da guerra ao invasor fixara-se com os estratagemas caboclos que o confundiram, que o assombraram, que o esmagaram: reproduzir-se-ia nas campinas de Pernambuco, no ciclo dramático da resistência de Matias de Albuquerque, da insurreição de João Fernandes Vieira. Francisco de Padilha é um precursor. A sua forma de combate, cria uma estratégia até então desconhecida dos mestres da guerra: a rapidez temerária do ataque em golpes tão furiosos que não havia como resistir: Camarão, Henrique Dias, Vidal de Negreiros, Luiz Barbalho, foram admiráveis capitães dessas guerrilhas invencíveis: neles se ajustavam a sagacidade tupi, a crueza africana, a valentia portuguesa, plasmando um espírito agressivo quase alegórico.

VI

O número, porém, a superioridade de material, o mar, entregaram, em 1630, Pernambuco aos holandeses. Matias de Albuquerque teve tempo ainda de incendiar os barcos de açú-



Henrique Dias ferido

car que fundeavam no porto do Recife, e quatro anos se sustentou no Arraial de Bom Jesus, petrificando a defesa num reduto que jamais capitulou. A resistência foi aí quebrantada pela traição. Há sempre, nesse caos, a contradição da honra e da vilania, o duelo de Parsifal e do dragão no símbolo da lealdade, que briga, e da perfídia, que ilude: Calabar é Caliban, o gênio noturno dessa “tempestade” belgo-bárbara. Pela mão do traidor, penetra o inimigo os portos do norte, donde Matias de Albuquerque retirava as provisões; irrompe pelos caminhos marginais; atalha o “êxodo” dos moradores da várzea que se recolhem à Bahia. Em Porto Calvo, o capitão retirante surpreende e trucida Calabar: porém o domínio neerlandês em

Pernambuco se consolida, ganhando finalmente a base territorial que lhe faltava, e chega em seguida o ilustre príncipe de Nassau para lhe dar a forma política de um Estado – misto de república de escabinos, de feitoria de comércio, de comando militar e de academia à sombra suave dos coqueirais de Antônio Vaz.

VII

Nassau, o novo senhor desse Brasil batavo, não podia contentar-se com a devastada planície entre o Capibari-be e o Beberibe, cerrada, ao sul, pelos escarpados montes dos Guararapes. Precisava de uma fronteira tranquila; sobretudo de uma fronteira distante dos canaviais da várzea. E metendo a bordo um exército ricamente equipa-

do, tentou novamente a escalada da cidade do Salvador da baía de Todos os Santos... que, parece, a defenderam, contra ele, nos memoráveis combates de abril de 1638. A salvação da praça deve-se à presença das forças que vinham da guerra pernambucana, com Barbalho e Banholo, fraternizando com a população que acorreu às trincheiras levantadas em Santo Antônio além-do-Carmo. O lisboeta Santo Antônio, tão caro à devoção nacional, várias vezes foi fatídico aos luteranos. Na Bahia, junto a sua ermida, naquela inexpugnável linha defensiva, sofreram uma derrota esmagadora; e o levante em Pernambuco, sete anos depois, se faria a 13 de junho, que era o dia de sua festa... Atirou Nassau contra as ladeiras da Bahia os seus batalhões vestidos de ferro, num tal ribombo de artilharia, orquestrando com os mais imaginosos fogos de sua pirotécnica, que mal compreendeu – nem soube nunca explicar – como não a tomou. De fato, os baianos espalhados pelas alturas esperaram a pé firme o ataque e, destroçando-lhe a mosquetação e arma branca o primeiro ímpeto, desceram as rampas acutilando os holandeses, que rolaram por elas abaixo numa grande desordem. No outro dia – descreve um testemunho – cadáveres às centenas, de homens gigantes, os mais belos que ainda vira, foram recolhidos em carros, e tantos, que o príncipe preferiu não os ver, embarcou, enquanto era tempo, nos seus galeões, e retirou-se com luto n'alma para o Recife.

VIII

A vitória da Bahia sobre o invasor encorajou a remessa, pela exaurida metrópole, da frota imensa do conde da Torre, que era o que de mais visto-so e de mais nobre Portugal e Espanha podiam enviar à luta com a Holanda. Essa formidável expedição retardou-se molemente na Bahia de Todos os Santos, quando fora fácil arremeter contra o Recife, onde a guarnição ocupante não passava de 1.700 homens: e ao se fazer a vela para a reconquista, já o inimigo tinha reunido no litoral das Alagoas uma frota ágil e numerosa. Foram quatro dias de combate caótico em que os flamengos se aproveitaram sabiamente dos ventos, afastando de terra os navios luso-hispânicos, até serem eles carregados pelo temporal para a zona das Antilhas. O conde da Torre velejou tristemente ao porto de partida num bergantim; e Luiz Barbalho, para que não se perdesse tudo, conseguiu a muito custo desembarcar no extremo da costa potiguar, para abrir por terra o fantástico itinerário da retirada. Replicaram os holandeses a este desbarato com a vingança cruel do almirante Lichtardt, que queimou, numa devastação de estilo barroco, quase todos os engenhos do Recôncavo, sem, todavia, tentar de novo o assalto à cidade, apercebida, como em 1638, para recebê-lo. É então que desce do púlpito a voz oracular do padre Antônio Vieira e, ao comando marcial, reúne-se à direção espiritual para a resistência. “Pelo bom sucesso das armas portuguesas”, invoca o jesuíta

a proteção divina; porém em eloquência tão cadente, solicita-a e advoga-a, que não podemos ler, ainda hoje, aquele sermão genial, sem idealizar o estado de consciência do povo: quinze dias em vigília nas suas trincheiras. Deus não o desampararia! Nem se faria holandês, como o herege que destruíra a fé e o Império postos sob o seu patrocínio... Mas se não logravam os intrusos manter-se na capital da América Portuguesa, já não havia forças para os tirar de sua região mais opulenta, que era agora — em 1640 — o Brasil de Nassau. A restauração, com a subida ao trono de Portugal do duque de Bragança, impunha a trégua: e a trégua era a legitimação do usurpado, era o começo da paz de compromisso, era o abandono do luso Pernambuco, com a Olinda de Duarte Coelho e o Recife dos Albuquerque, ao negociante frígido que lhe explorava o massapê de cana. Refulge aí o consulado generoso de Nassau: tolerante, aliciador, benévolo, mas holandês. Reabrem-se as capelas; porém prevalecem os templos de outra crença. Voltam os senhores de engenho as suas casas de purgar, as suas senzalas de pretos de Luanda, as suas plantações de verde claro que a brisa marinha agita na planície silenciosa: porém pesa sobre eles a usura estrangeira. Fala-se de novo português: porém é língua permitida, que outra, a do dominador, é a do comércio, da autoridade, da ganância e da opressão. Os pernambucanos imaginam que é possível viver: logo se convencem de que é preferível morrer — mas viril-

mente, de espada em punho, na última batalha, pela reivindicação do que é seu. A insurreição gera-se deste descontentamento e sobe como um espiral de fumo, até encher os ares com a nuvem negra. Sucede o eclipse do sol de Orange: é a revolta geral.

IX

A história da insurreição de 1645, estudada nos escaninhos biográficos por vários autores clássicos, carece ainda de exame nos seus bastidores, em que se encobrem o pensamento de D. João IV, a diplomacia do padre Vieira, a sutileza do governador Antônio Telles, a malícia inteligente e romanesca de André Vidal, a astúcia de Camarão e Henrique Dias, protagonistas de primeiro plano do drama titânico que se vai seguir. Antes de tudo, convinha ao rei, que negociava a boa vontade holandesa na Europa, para melhor defender, contra a Espanha, a independência de Portugal, a separação dos campos de luta, de modo a não o atingirem no velho mundo as hostilidades aqui reabertas.

Para isto, queria que o seu governador não se descobrisse, na ajuda que daria aos insurrectos, sem os deixar à própria sorte, de modo que a ação de Antônio Telles fosse igualmente secreta e eficaz. Esboçado o levante que João Fernandes Vieira capitanearia, saiu André Vidal de Negreiros da Bahia para o estender às capitânias vizinhas. Ajudá-lo-ia Henrique Dias com o seu terço negro; porém, como era indispensável mascarar a mano-



Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres

bra, fez Antônio Telles constar que o valeroso preto fugira e atrás dele andavam, perseguindo-o, os índios de Camarão. As tropas enviadas ao encalço de Henrique Dias deram aos senhores da várzea o substancial apoio de que necessitavam para quebrar, no monte das Tabocas, o primeiro ímpeto da repressão. Maior socorro lhes levou a esquadra de Jerônimo Serrão, desastradamente perdida na enseada de Tamandaré: e foi nos papéis então arrecadados que os holandeses tiveram a prova documental da aliança existente, entre a revolução, que lhes incendiava os campos, e o misterioso governo da Bahia que, com eviden-

te falsidade, anunciava nada ter com eles. Os fins dessa intriga, associados a uma engenhosa trama de auxílios, cujo segredo estava no palácio da cidade do Salvador, enovelam-se então num enredo profuso e obscuro.

De fato, generalizou-se a guerra, alegremente acolhida, como uma restauração de fé e pátria, por quantos podiam no Brasil brandir a espada, o mosquete, a lança. E as forças, assim convocadas e reunidas, venceram em todos os encontros o rijo inimigo. Venceram tomando-lhes os redutos, entrando-lhes as aldeias, expulsando-os dos engenhos, aprisionando-os nos fortes que, uns após os outros, ca-

pitularam ante as armas triunfantes da resistência que se fizera exército — irresistível e inexorável. Decidiu-se o destino do país e da campanha na mais áspera dessas refregas: foi nos montes Guararapes — há exatamente trezentos anos. A maior das batalhas. O supremo desafio. O duelo mortal do invasor e do filho da terra, do estrangeiro e do nativo, da poderosa opressão e da liberdade heroica.

Naqueles serros, que têm na paisagem pernambucana o insólito relevo de uma fortaleza, predestinada ao choque dos exércitos, em verdade, fixou e definiu o luso-brasileiro o seu direito à terra. Tornou-se, pela força das armas, o seu dono. No próprio sítio da batalha, fez Francisco Barreto construir — monumental ex-voto — a igreja barroca e vasta da Senhora dos Prazeres de Guararapes, que eleva ainda hoje as torres brancas por sobre a vegetação desses verdes serros, pondo no panorama áspero, que domina, a imprevista nota da religião e da arte. Com o senso de posse inabalável que tinham os portugueses, o general vitorioso marcou assim o triunfo: associando ao culto divino a glória militar, para que — não o comemorasse efemeramente a gratidão dos contemporâneos, porém para que durasse pelo tempo adiante, na sucessão dos séculos, menos façanhas de felizes soldados do que benévola, inseparável — proteção dos céus dispensada a sua bravura e a sua fé.

Visitamos o santuário dos Guararapes com a unção das romarias mais comoventes: exatamente porque aí vamos achar a Aliança dos destinos do Brasil com a divina Potestade, ou, se quisermos, a forma perene de sua confiança na justiça que pode tardar, porém chega sempre, no heroísmo, que comete os prodígios do mais nobre valor, nos fecundos sacrifícios do povo, nos milagrosos recursos do seu amor à Pátria e na eternidade desta. É até altamente simbólica a circunstância de ter ficado de um brilhante feito de guerra não um numeroso e esplêndido troféu, mas cristãs e modestamente um templo sertanejo que abre ao peregrino as portas hospitaleiras, respondendo às aves da primavera com a plangência de seus sinos, estampando nos agrestes horizontes a imagem da grande Paz, substituindo a ferocidade das paixões desencadeadas pelo império manso e simples da cruz que lhes encima o frontão, como se piedosamente erguida por ura titânico braço de pedra. Porque indica à posteridade como vencemos: e vencemos para nunca mais perder, a batalha da terra. E como celebrarmos a vitória; e a celebramos interminavelmente — nas honestas luzes de uma igreja onde toda a glória ri e resplandece na apoteose dos altares. Não nos iludamos, entretanto: são as luzes que acendem na orla do mar a perpétua vigilância de uma nação que soube conquistar o seu direito à vida; as luzes providenciais dos Guararapes.



O negro em Pernambuco – retrospecto de suas práticas religiosas

René Ribeiro



Ao longo do tempo, as atividades religiosas dos escravos resistiram às condições adversas do cativeiro, à política de dispersão praticada pela Casa Grande, à vigilância da Igreja e à obra da aculturação

A pesar da política de dispersão intencional dos grupos tribais africanos, adotada em todo o Novo Mundo, como auto-defesos senhores de escravos contra possíveis rebeliões destes, a existência de elementos básicos comuns as várias culturas da África Ocidental trouxe em resultado o apagamento de diferenças e variantes particulares desses grupos quando se confrontavam com a nova situação de contato de aculturação intertribal provocada pela escravidão. Constituindo, de outro lado, os escravos da área sudanesa representantes das culturas “focais” daquela parte do continente negro, foi principalmente em termos dos elementos fundamentais dessas culturas que se processaram no terreno religioso as retenções e reinterpretações⁽¹⁾ das culturas negras aqui introduzidas. Melville J. Herekovits, analisando esse problema, diz com toda a autoridade:

Os dados demonstram a validade do nosso argumento sobre a eficiência maior das culturas “focais” em contraposição com aquelas “periféricas” ao estabelecerem os estilos de conduta do Negro no Novo Mundo. Eles também demonstram um grau suficiente de semelhança nas culturas de toda a área de modo que um escravo de qualquer parte dela teria pouca dificuldade em adaptar-se a quaisquer formas particulares de conduta africana que encontrasse no Novo Mundo.⁽²⁾

Na verdade, procuraram os administradores coloniais do Brasil dificultar esse processo de fusão e manter em choque os vários grupos tribais, o conde dos Arcos, por exemplo, declarando:

O Governo, porém, olha para os batuques como para um ato que obriga os Negros, insensível, e maquinaalmente, de oito em oito dias, a renovar as ideias de aversão recíproca que lhes eram naturais desde que nasceram [?] e que todavia se vão apagando pouco a pouco com a desgraça comum; ideias que podem considerar-se como o Garante mais poderoso das grandes cidades do Brasil, pois que se uma vez as diferentes Nações da África se esqueceram (sic) totalmente da raiva com que a natureza as desuniu e então os Agomás [Angolas?] vieram a ser irmãos com os Nagôs [Yoruba], os Gêges [Ewel] com os Aussás [Hausá], os Tapas [Nupe] com os Sentys [Ashanti], e assim os demais grandíssimos e inevitáveis perigos desde então assombrará e desolará o Brasil.⁽³⁾

Reconhecendo o papel da condição de escravos no desenvolvimento de formas de solidariedade entre os negros, perguntava ele — “E haverá quem duvide que a desgraça tem poder de fraternizar os desgraçados?” — Para concluir: “ora, pois, proibir o único ato de desunião entre os negros vem a ser o mesmo que promover o governo indiretamente a união entre eles,

de que não posso ver senão terríveis consequências” ⁽⁴⁾.

Variando em função de condições locais que facilitassem, por exemplo, a fuga dos escravos e a formação de quilombos ou o contato sempre renovado com negros recém-chegados da África, ou a vida em engenho de numerosa escravaria, ou a condição de escravo de ganho urbano, ou a própria localização preferente dos negros e pardos livres nas cidades, observam-se de área para área o mesmo dentro de determinada área, diferenças locais no grau de intensidade da retenção de africanismos por parte do negro aqui introduzido e seus descendentes⁽⁵⁾. De outro lado, variando também a intimidade dos contatos desses negros com seus senhores e com a população de origem europeia e ameríndia e sua indotrinação nas regras de conduta e nos modos de vida desta outra parte da população resultariam daí graus diversos de aceitação dos valores das culturas ameríndias e da cultura ocidental, ou então, de reinterpretação dos elementos de suas culturas aborígenas em termos da cultura portuguesa dominante. As próprias condições da escravidão tornavam impossível aos africanos aqui introduzidos perpetuarem certos traços de sua cultura material como os instrumentos de trabalho; ou suas formas de organização econômica; ou os tipos de organização social e de família — como até muitas das formas de expressão artística — dos quais nos restam atualmente apenas elementos dispersos ou

reinterpretados em mutirão, as sociedades de ajuda mútua, as irmandades do Rosário dos Pretos, a independência econômica da mulher negra, ou a instituição da mancebia; como muito menos possível seria a persistência de formas de organização política — estas, ao que se sabe, só revividas pelo tempo de existência dos Palmares. As tradições religiosas (inclusive a própria organização ritual), porém, demonstrando a tenacidade dessas formas culturais, e certos estilos musicais e coreográficos, bem como certos tipos de atividade lúdica, persistiram nos cultos afro-brasileiros, nos batuques, no samba, nas danças religiosas e de capoeira; como certos mitos, contos, provérbios, ou elementos do sistema de organização clânica, ou do complexo cultural do boi, ou do cerimonial da realeza do Congo foram aqui preservados ou reinterpretados, constituindo hoje formas de religião, ou de dança popular, ou de brinquedo folclórico, ou de literatura oral popular, ou de cordão carnavalesco ⁽⁶⁾.

De vários outros elementos de sua cultura, como de certas formas de etiqueta, de técnica de trabalho e de construção de casa, sabe-se que foram preservados ou retomados, desde que se ofereceu ao negro ou ao pardo liberto e mesmo ainda escravo, oportunidade para fazê-lo. Nem todos, porém, apegaram-se sistematicamente a eles durante essa experiência aculturativa, alguns, antes procurando se identificar o mais possível às normas culturais do grupo europeu,

Deviam ser, na cidade, bem mais favoráveis de que nos engenhos, as condições para o estabelecimento dos cultos afro-brasileiros

branco, dominante, como muito bem realça Gilberto Freyre, em relação a casa e a família.

As mucambarias ou aldeias de mucambos, palhoças ou casebres, fundados nas cidades do Império e não apenas como Palmares nos ermos coloniais, representaram, evidentemente, da parte de negros livres ou fugidos de engenhos ou fazendas, o desejo de reviverem estilos africanos de habitação e convivência. Em algumas dessas aldeias a convivência parece ter tomado aspectos de organização de família africana, com “pais”, “tios”, e “malungos” sociologicamente africanos, espalhados por mocambos que formavam comunidades supra familiares ou “repúblicas”. Mas é certo também que muito escravo impregnou-se, a sombra das casas patriarcais do Brasil,

de sentimentos europeus e cristãos de família que acrescentaram aos básica ou tradicionalmente africanos. E esse fato talvez explique o afã, da parte de vários negros e pardos livres, moradores em cidades, em imitarem os brancos, europeus, senhores de sobrados. Em parecerem brancos, europeus, senhores desde que, como eles, eram livres. Moradores de casas e não, mais, de senzalas — embora as casas fossem pequenas e de material precário etc.⁽⁷⁾

Se de um lado — da parte do negro — a retenção de estilos das culturas africanas sucedia natural ou circunstancialmente, ou correspondeu a esforço contra aculturativo deliberado, ou pelo contrário, aceitava ele os valores e padrões das novas culturas com que entrara em contato, da parte de europeus e ameríndios também sucedia processo equivalente. Note-se, porém, que a aceitação dos elementos culturais das várias tradições — africanas, europeia, ameríndia — se procedia seletivamente, na medida de sua tenacidade, ou pelo fato de constituírem elementos focais dessas culturas⁽⁸⁾, ou por encontrarem nas outras correntes culturais fatores favoráveis a acomodação e a reinterpretação. Repetia-se assim a evidência de não se transmitirem as culturas em bloco nem tampouco sucumbiram inermes, superados todos os seus valores e elementos ao impacto de tradições alheias impostas aos seus indivíduos representantes. Determinando circunstâncias que não cabe

aqui analisar, a aproximação de raças e a fusão de etnias que caracterizaram a nossa sociedade colonial, constituiu seu corolário natural, também o entrelaçamento de tradições e costumes que reconheciam origens diversas: negra, ameríndia, da modalidade portuguesa da cultura ocidental. Daí a participação de indivíduos lídimos representantes dessa última cultura, e até da religião oficial, em “ritos gentílicos” de origem africana, segundo o depoimento de um governador de Pernambuco, entoe 1768 e 1769, o conde de Pavolide:

E chega tanto a credulidade de algumas pessoas, ainda daqueles que pareciam não serem tão rústicos, como Frades e Clérigos, que chegavam a vir presos a minha presença, em os Cercos que mandava botar a estas Casas [onde os “Pretos da Costa da Mina” realizavam tais ritos] que querendo-os desmagnar me foi preciso em as suas presenças lhes fazer confessar o embuste aos Pretos donos das Casas; e depois remete-los aos seus Prelados para que estes os corrigissem como mereciam.⁽⁹⁾

Que a princípio as atividades religiosa dos negros escravos, resistindo às condições adversas da escravidão, a vigilância da Igreja e a obra da aculturação, tivessem de se refugiar no segredo dos ermos, ou dos quilombos, ou das senzalas, vindo a luz apenas em épocas de crise na casa-grande como remédio heroico para mal incurável ou atribulação grave, ou então, sob

formas disfarçadas de reverência aos santos católicos dos senhores, ou de danças inofensivas e folgar de negros, parece não haver dúvida hoje, tantas são as indicações fornecidas pelos vários pesquisadores. Talvez que o primeiro documento gráfico das características religiosas de certos “batuques” de negros seja a gravura 105 do *Zoobiblion* de Zacharias Wagner que esteve em Pernambuco entre 1634 e 1641. Descreveu-a o seu autor, que a denominou de dança de negros⁽¹⁰⁾ nos seguintes termos:

Quando os escravos tem executado, durante a semana inteira a sua penosíssima tarefa, lhes é concedido o Domingo como melhor lhes apraz, de ordinário se reúnem em certos lugares e, ao som de pífanos e tambores, levam todo o dia a dançar desordenadamente entre si, homens e mulheres, crianças e velhos, em meio de frequentes libações duma bebida muito açucarada, e que chamam Grape (Garapa); consomem assim todo o santo dia dançando sem cessar, a ponto de muitas vezes não se reconhecerem, tão surdos e ébrios ficam.⁽¹¹⁾

Mas a simples inspeção qualquer pessoa familiarizada com os cultos afro-brasileiros do Recife reconhece ali uma roda de “Xangô”: o mesmo círculo de dançarinos a se movimentar para a esquerda com as atitudes coreográficas características; idêntica posição dos ogan-ilua tocarem dois atabaques do tipo idêntica posição

dos ogan-ilua tocarem dois atabaques do tipo comum em toda a África Ocidental e um agogô; a jarra de garapa ao lado dos tocadores; a mesma posição e atitude do sacerdote⁽¹²⁾. Chegavam a não “se reconhecerem” não porque estivessem “tão surdos e ébrios” e sim por ficarem no santo, condição psicológica que naturalmente ignorava o artista. No século XVIII, porém, as autoridades coloniais portuguesas já distinguia nas cerimônias religiosas das danças profanas dos negros. Daí a informação do conde de Pavolide, de 10 de junho de 1780, por motivo da querela entre o Santo Ofício e o governador de Pernambuco, José Cesar de Menezes:

que os Pretos divididos em Nações e com Instrumentos de cada uma dançam e fazem voltas como Arlequins, e outros dançam com diversos movimentos do Corpo, que ainda que não sejam os mais inocentes são como os fandangos de Castela e fofas de Portugal, e os Lunduns de Brancos e Pardos daquele Pais; os Baites que entendo serem de uma total provação são aqueles que os Pretos da Costa da Mina fazem às escondidas, ou em Casas, ou Roças com uma Preta Mestra com Altar de ídolos adorando Bodes vivos, e outros feitos de Barro, untando seus corpos com diversos Óleos, Sangue de Gallo, dando a comer Bolos de Milho depois de diversas Bênçãos supersticiosas fazendo crer aos rústicos que naquelas unções de pão dão fortuna, fazem querer bem Mulheres a Homens e Homens

a Mulheres” ... “Estas são” — concluía ele — “as duas castas de Bailes que vi naquela Capitania em o tempo que a governei, e me persuado que o Santo Ofício falia de huns e o Governador fala de outros, pois não me posso persuadir que o Santo Ofício reprove huns, nem o Governador desculpe outros.”⁽¹³⁾

Contudo, é provável que mais frequentes do que essas demonstrações rituais coletivos tenham sido as atividades mágico-religiosas de negros velhos, libertos ou ainda escravos, de especialistas em magia vendidos para todo o Novo Mundo como punição por tais atividades em suas terras de origem ou por outras circunstâncias⁽¹⁴⁾. Koster, por exemplo, refere que os valentões em Pernambuco no princípio do século XIX traziam ao pescoço, “um fio de contas verdes, vindas da costa d’África, com a toda poderosa faculdade de resguardar seus possuidores de todos os perigos”, colares que lhes eram fornecidos pelos mandingueiros, “feiticeiros africanos, trazidos para o Brasil como escravos, e que, secretamente, continuavam praticando sortilégios”⁽¹⁵⁾. Não somente praticavam “sortilégios”, gabando-lhes o povo o seu poder — como o negro velho africano alforriado de que ele ouvira falar em Itamaracá — mas exerciam ainda artes de “adivinhador” e se dedicavam, como aquele, “aos casos de amores infelizes”⁽¹⁶⁾.

O contato com a África, através os escravos recém-chegados, ou pelo co-

mércio de amuletos, talismãs e objetos do culto como a informação de Koster deixa entrever e Nina Rodrigues assinalara na Bahia⁽¹⁷⁾, reforçava aqui as tendências para a manutenção, pelos escravos negros e seus descendentes, das tradições e ritos religiosos africanos. É mesmo possível que alguns dos grupos religiosos que então já se teriam constituído aqui, chegassem a facilitar a organização de quilombos como acontecera na Bahia em 1826 — “Nas matas do Urubu, Pirajá”, informa Nina Rodrigues, “tinha-se constituído um quilombo, que se mantinha com o auxílio de uma casa fetiche da vizinhança, chamada a casa do Candomblé”⁽¹⁸⁾ — embora a liberdade assim conquistada não fosse condição indispensável a sobrevivência de tradições, costumes e crenças dos negros. As próprias cerimônias religiosas da Igreja Católica, por exemplo, forneceram desde os primeiros tempos da colônia ocasião para que se congregassem os negros e realizassem suas danças profanas e até as religiosas. A julgar do depoimento de D. Pedro Roeser “na primeira noite, [da festa de N. S. dos Prazeres, nos montes Guara-rapes] ao sábado, acendia-se a fogueira, junto ao cruzeiro, e havia ladainhas e damas de “xangô” durante a noite inteira”⁽¹⁹⁾. “Dançando, cantavam Ave Maria e Santa Maria traduzidos em seu idioma”, continuava o frade na maior boa-fé, quando na realidade o que deviam entoar eram as “louvações” a Yansan, — orixá africano identificado a Santa católica. O Pe. Lino do Monte



APEJE – Iconoigrafia – 6842

Carmello Luna, por seu lado, em 1867, também assinalou danças de negros por ocasião da referida festa:

É bem para admirar o concurso imenso do povo, que para aqueles Montes afluem rios dias das respectivas Festividades, e até mesmo da classe de pretos bocalis, Costa, Angola, etc.; os quais, com excessivo frenesi se dirigem àquele souteiros e concorrem para a festa de Nossa Senhora do Rosário. O prazer, de que se acha embriagada essa onda de pretos ignorantes, como que impelidos por uma força para eles desconhecida, assaz se manifesta nesses dias, pelos continuados maracatus e outras danças burlescas da sua nação, as quais eles executam em passeios agitados ao redor da

Igreja, alvorados de bandeiras, e tudo acompanhado de incessantes tiros de pistolas e clavinas.⁽²⁰⁾

Deviam ser, na cidade, bem mais favoráveis de que nos engenhos, as condições para o estabelecimento dos cultos afro-brasileiros. A maior massa de negros e mestiços, escravos ou libertos, as melhores condições econômicas por estes atingidas nos ofícios mecânicos e no artesanato, o anonimato facilitado pelas condições da vida urbana, as facilidades maiores para contato com a África e a Bahia, a própria diluição do poder individual dos senhores de escravos em função do governo, teriam permitido a necessária solidariedade grupal, o proselitismo, o apoio econômico, a adoção

de disfarce, ou a evasão as atividades repressoras e o constante aprovisionamento de materiais rituais, ou a revisão periódica da ortodoxia mediante o contato com especialistas ou simplesmente com os novos africanos escravos chegados ao porto: “Alguns negros da sua nação, já habituados ao Brasil, vêm conversar com eles”; dizia Tollenare em 1817, acrescentando — “os senhores aprovam este intercurso, que dá confiança aos recém chegados”⁽²¹⁾.

A espécie de sistema de governo indireto em que se transformou a instituição dos “reis” de Congo e de Angola, e dos “governadores” dos pretos de cada nação e das várias profissões, também devia ter contribuído para a integração e solidariedade dos negros do Recife, ao mesmo tempo em que evitava a interferência direta das autoridades coloniais em suas atividades e no controle de sua conduta. Thomaz José de Mello, por exemplo, dera inúmeras patentes de “governador dos pretos” como a de 16 de maio de 1791 em que nomeava o preto Narciso Correia de Castro para o cargo de “Governador dos Pretos Ardas de Botão da Costa da Mina” e mandava que “os pretos e pretas da dita Nação seus subordinados, lhe obedçam e cumpram as suas ordens relativas ao Real Serviço e ao bem público desta Vila”⁽²²⁾, ou a patente extremamente esclarecedora, dada a 5 de dezembro de 1792:

Hei por bem nomear (como por esta nomeio) ao dito preto Domingos da

Fonseca no cargo de Governador dos Pretos Canoeiros desta Villa Recife e seu termo, com o qual haverá os prós e percalços que diretamente lhe pertencerem na forma do estilo. Pelo que ordeno ao Rei do Congo respectivo, que por tal o reconheça, honre e estime e lhe confira a posse a juramento do estilo, fazendo dar baixa ao atual José Pereira de Azevedo, e os oficiais e mais pessoas suas subordinadas lhe obedçam e cumpram as suas ordens relativas ao Real Serviço e bem comum dos seus dirigidos.⁽²³⁾

Seu antecessor, José Cesar de Menezes, igualmente fizera nomeações idênticas, entre as quais a do crioulo Manoel Nunes da Costa, de 13 de setembro de 1776, para governador dos pretos marcadores de caixas de açúcar:

O qual exercerá dito cargo enquanto proceder como deve e gozará da jurisdição que em razão do mencionado cargo lhe pertencer. Pelo que ordeno ao Rei do Congo e mais oficiais a que tocar, por tal o reconheçam, honrem e estimem, e o hei por empossado, recomendando-lhe muito sossego e vigilância, que deve ter o governo dos seus subordinados, a quem também ordeno lhe obedçam, etc.⁽²⁴⁾

De outra provisão do mesmo governador, de 3 de abril de 1776, verifica-se que o sistema permitia o acesso aos vários cargos da hierarquia da corte dos Reis do Congo, por

eleição, considerados os bons antecedentes do candidato:

Tendo respeito ao bom procedimento do preto Ventura de Souza Garcez, da nação de Ardas, de que é tenente-coronel, e ser eleito em junta da dita nação dos pretos Ardas, da Costa da Mina, para exercer o posto de Governador da dita nação por desistência do atual Ventura Vaz Salgado, que se acha com crescida idade, e esperar dele que nas obrigações que lhe competem se haverá como deve, contendo em paz os ditos pretos da sua nação.⁽²⁵⁾

No Interior, porém, o comandante militar de Goiana até os batuques dos negros dos engenhos queria, em 1796, acabar sumariamente, não o fazendo por defendê-los o governador Tomaz José de Mello nos seguintes termos:

Quanto aos batuques que os negros dos engenhos dessa vila costumam praticar nos dias santos, juntando-se na mesma, não devem ser privados de semelhante função, porque para eles é o maior gosto que podem ter em todos os dias de sua escravidão, porém sempre devem ser advertidos por Vossa Mercê afim de não praticarem distúrbios, sob pena de serem castigados asperamente⁽²⁶⁾.

Contra essa política de tolerância dos governadores anteriores e o sistema de delegação de poderes ou de “patentes” aos negros e mulatas que parece ter sido um hábil aproveita-

mento aqui da instituição dos reis de Congo e de Angola, levantar-se-ia no princípio do século XIX o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, em ofício de 24 de dezembro de 1815 dirigido ao ouvidor geral de Olinda, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade. Não somente era seu desejo que as restringisse a participação dos negros com suas danças e foguetório nas festas de igreja, como propusera reprimir “a insubordinação e falta de respeito dos pretos do Recife e Olinda” que ele dizia conhecer melhor por sua permanência em Pernambuco “há onze para doze anos”:

Os da Bahia, — dizia ele — como serem oriundos de nações guerreiras, talvez não tivessem [?] Reis e Governadores, que per suas cartas e patentes nomeassem Secretários de Estado, Generais, Tenentes Generais, Marechais, Brigadeiros, Coronéis e todos os mais postos militares: pois toda isto havia em Pernambuco: os tratamentos de Majestade, Excelência e Senhoria, vagavam entre eles, tal era o desafio a que os deixarão chegar. Trabalho — continuava — há muito tempo em destruir erros e abusos, que outros lançarão a zombaria, vendo-os introduzir e arreigar. Tendo recolhido muitos destas negras patentes; muitas vezes os tenho repreendido e ameaçado; mais somente desde o ano passado vejo os pretos mais submissos.⁽²⁷⁾

A antiguidade da constituição desses “reis” é das cerimônias de sua



coroação, bem como o período de seu funcionamento com o caráter que se sabe que tiveram no século XVIII, durante os governos de José Cesar de Menezes e Tomaz José de Mello, parece difícil de precisar. Pereira da Costa, por exemplo, refere que a notícia mais remota de sua existência se continha no compromisso da irmandade de N. S. do Rosário da Vila de Igarassu, datado de 21 de junho de 1796 e segundo ele, compilado do que fora aprovado pelo bispo diocesano em 8 de abril de 1711 para igual irmandade da cidade de Olinda⁽²⁸⁾. A irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos do Recife, porém, a julgar do competente “livro de lançamento”, já realizava em 1674 eleições para os cargos de “Rei dos Angolas”, “Rei dos Crioulos”, “Rainhas”, “Juizes”, “Juizas”, “Mordomos” e “Mordomas” dentre os negros e mulatos, escravos ou forros, componentes daquela irmandade⁽²⁹⁾. Pode-se apenas especular como veio a nascer tal instituição, como igualmente apenas formular a hipótese de corresponder a delegação de jurisdição a seus dignatários e oficiais, por nação ou grupo profissional, a uma aplicação ao governo desses negros e mulatos do mesmo princípio que o Vice-Rei, o conde dos Arcos, recomendava a mesma época (1756) com relação aos “batusques”. Importa, porém, realçar que ao tentar perpetuar seus reis e respectiva corte não somente utilizavam-se os negros da hierarquia militar, como dos cargos das irmandades religiosas dos portugueses. Sabe-se,

contudo que sua importância no princípio do século XIX veio a decair tanto na cidade como no Interior⁽³⁰⁾.

Se os pretos da Costa da Mina, a julgar da informação do conde de Pavolide, eram dados a “bailes” de caráter religioso, os de Moçambique, diz Pereira da Costa, se distinguiam pelo aparato de suas cerimônias funerárias⁽³¹⁾, enquanto os Congo e Angola brilhavam pelo cerimonial da coroação dos seus “reis”, respectiva corte, chegando estes a possuir até jurisdição sobre seus “vassalos”. Os “bailes” dos negros Minas, reprovados por aquele ex-governador de Pernambuco, correspondiam, a julgar do teor do documento, as cerimônias dos atuais grupos de culto afro-brasileiros, apresentando esses grupos na sua organização, ritual e teologia semelhança estreita como sistema religioso dos povos da Nigéria, Dahomey e Costa do Ouro⁽³²⁾. Do que resta da instituição dos reis de Congo — o maracatu — Mário de Andrade já entrevira na boneca um significado religioso⁽³³⁾. Não somente isso — podemos afirmar — mas tem ela função mágico-religiosa, enquanto o desfile carnavalesco é também oportunidade para posseção dos principais figurantes por espíritos identificados com os antepassados reais. Finalmente interessa salientar que teriam vindo quase até nossos dias “candomblés funerários”, grupos que no Recife se dedicavam especialmente ao culto dos antepassados. O culto dos mortos, a posseção, as linhas gerais das concepções religiosas

do negro das áreas que forneceram escravos a todo o Novo Mundo, eram basicamente idênticos entre os vários povos submetidos a escravidão. Daí não ser estranhável encontrar-se que os dignatários principais do maracatu, como é o caso de dois desses grupos estudados mais de perto, desempenhem funções sacerdotais nos grupos de culto de origem sudanesa daqui; como ainda nesses grupos se realizem cerimônias funerárias em que se esmeravam os grupos bantos da Contra Costa, seguindo de perto aquelas de que deixou-nos registou um historiador idôneo. Essas cerimônias, segundo ele, obedeciam.

A um rito especial, com um misto de danças e cantorias, que começavam desde a exposição do cadáver sobre

uma cama cercada de luxos, e entrando pela noite, prolongavam-se até a sabida do préstito, e acompanhando-o, ainda, só terminavam quando o corpo baixava a sepultura.⁽³⁴⁾

Dos cultos dos negros islamizados, porém, e que tanta importância tiveram na Bahia⁽³⁵⁾ não ficaram elementos documentais sobre sua existência em Pernambuco, informantes qualificados, porém, sendo capazes de indicar sua localização e os nomes de alguns dos sacerdotes por eles responsáveis. Individualistas, praticantes de magia; adivinhos votados ao serviço de *Fa*, o oráculo; grupos dedicados especialmente aos serviços funerários; culto dos orixá se propiciação das almas dos antepassados; elementos do caráter semidivino do santo passados



APEJE - ICONOGRAFIA - 8846

reais como sucedia entre os *Ashantil* ou dos reis em exercício como entre certos povos dos limites da Nigéria com o Congo⁽³⁶⁾ — encontraram meios de se polarizarem em tomo da estrutura das religiões complexas dos povos da Mina, dando em resultado o atual Xanô; ou de subsistir sob a forma do catimbó, ou do maracatu; ou de sociedades de auxílio-funeral, e até de irmandade católica. Exemplo desta última é o caso de uma associação exclusivamente masculina congregada em torno de uma capela de santos católicos existente em certo terreiro do Recife, cujo funcionamento perpetua algumas das funções próprias na África as sociedades secretas.

Localizavam-se os individualistas mágicos por toda parte, preferindo a obscuridade por força do caráter reprovável, para negros e brancos, de suas práticas. Sob essa forma parecem ter resistido as atividades religiosas do negro no Interior⁽³⁷⁾, quando muito estabelecendo-se ali centros modestos de influência sincrética chamados de catimbó⁽³⁸⁾. No Recife, a Yaya de ouro de que fala Pereira da Costa⁽³⁹⁾ ficou célebre, com casa instalada no largo das Cinco Pontas.

De grupos de culto em funcionamento na segunda metade do século XIX sabe-se que se localizavam no bairro de S. José á rua das Calçadas, dos Pescadores, de S. João, do Gasômetro, e na campina do *Bodé*; outros ficavam no bairro dá Boa Vista, na Aldeia do 14 e Estância — onde Henrique Dias fizera erigir sua capela votiva. Re-

ferem informantes os mais antigos que tais grupos eram distinguidos como *Gege* (dos povos *Ewe-Fon*), *Nagós* (das tribos *Yoruba*), Malês (sudaneses islamizados), Angola — a subdivisão dos grupos de tradição *yorubana* segundo a sua identidade tribal (*Igesha*, *Egba*, etc.), como aconteceu na Bahia, não se tendo verificado aqui. Há notícia também de dois candomblés funerários e de um certo número de *babalawos*, ou adivinhos, que trabalhavam sem ligações ostensivas com os grupos de culto afro-brasileiro de então.

Com a expansão da cidade e o refluxo da população pobre para a periferia da área urbana, é nos bairros mais afastados que se vão encontrar as casas de culto arroladas em 1934 — cinco no Fundão, quatro em C. Grande, duas na Encruzilhada e Arruda, Agua Fria, Tegipió e o Pina contando cada qual com uma apenas⁽⁴⁰⁾. A maior parte desses grupos admitiam sincretismo *Gege-Nagô*, um se dizia de tradição religiosa Xambá⁽⁴¹⁾ e outro Congo. Sacerdotes, dignatários e prosélitos poderiam ser classificados entre todas as categorias de mestiçamento comum no Brasil, alguns chegavam a ser de cor branca e em todos esses grupos a fusão e reinterpretção de elementos das religiões africanas, ameríndias e europeias era evidente. Inúmeras outras casas, não mais com o caráter de grupos de culto estruturados, com hierarquia de dignatários e fleis, rituais de iniciação e calendário religioso, porém de afiliação flutuante polarizada apenas em torno da figura de um sacerdote ma-

gico-advenho, funcionavam nessa época. Eram centros de catimbó, e de caboclos onde o sincretismo religioso parece ter avançado mais, e em que parecem ter se transformado as antigas “casas de Angola” seguindo rumo um tanto diversificado do que no Rio de Janeiro viria resultar na macumba.

É difícil determinar ao certo a antiguidade de cada grupo atualmente em funcionamento no Recife. O mais tradicional e cuja linha de sucessão pode ser reconstituída remontava ao último quartel do século passado, os demais sendo de organização muito mais recente. Tudo indica, e o confirmam certos informantes, que nunca no Recife atingiu o Xangô o esplendor do candomblé baiano, a regra parecendo ter sido o funcionamento de grupos pequenos que se esmerava mais nos rituais privados, só ocasionalmente realizando cerimônias vistosas e públicas. É bem compreensível que assim fosse por necessidade de se esquivarem as represálias policiais, a pressão da Igreja Católica e a hostilidade da parte da população mais identificada com a cultura europeia. E tanto isso é verdadeiro que o sacerdote de um dos grupos dissolvido em consequência da última dessas perseguições organizadas — a de 1937 — desistiu de reorganizá-lo posteriormente por preferir retomar sua prática de mágico-adivinho em caráter reservado apesar das garantias oficiais de reconhecimento e funcionamento livre então oferecidas a todos.

NOTAS

⁽¹⁾ Ver sobre o conceito de reinterpretação: Herskovits, 1948, pág. 553 e seguintes.

⁽²⁾ Herskovits, 1941, pág. 78. Ver para a formulação teórica e metodologia nos estudos afro americanos, Herskovits, 1945.

⁽³⁾ Apud Amaral, 1941, pág. 152.

⁽⁴⁾ Ibid. loc. cit.

⁽⁵⁾ A bibliografia é extensa sobre o assunto. Ver especialmente Freyre, 1950, i, cap. I; ii, cap. IV e V; 1951, i 175-79, iii, 1070 segs. Ramos, 1947, cap. XXII; Herskovits, 1941.

⁽⁶⁾ Rodrigues, 1935; Querino, 1938; Ramos, 1934; Barreto, 1951; Bastide, 1945; Costa, 1908, pág. 25 sega., 204-209; Herskovits, 1943.

⁽⁷⁾ Freyre, 1951, ii, págs. 543-44.

⁽⁸⁾ Ver sobre conceito de foco cultural; Herskovits, 1948. Págs. 542, cap. XXXII.

⁽⁹⁾ Informação do Conde de Pavolide a Martinho de Mello e Castro.

⁽¹⁰⁾ Reproduzido em Thomsen, 1938, pág. 67.

⁽¹¹⁾ Carvalho, 1903, pág. 191.

⁽¹²⁾ Foi J. A. Gonçalves de Mello Neto, o primeiro a fazer a observação, Mello, 1937, pág. 221.

⁽¹³⁾ Igual referência nota 9.

⁽¹⁴⁾ D'Almada, 1946, pág. 42; Herskovits, 1941, págs. 106-107.

⁽¹⁵⁾ Koster, 1942, pág. 326.

⁽¹⁶⁾ Ibid., pág. 353.

⁽¹⁷⁾ Rodrigues, 1945, pág. 173.

⁽¹⁸⁾ Ibid., pág. 90.

⁽¹⁹⁾ Roeser, 1922, pág. 1; o grifo é nosso.

⁽²⁰⁾ Luna, 1868, pág. 282.

⁽²¹⁾ Tollemare, 1904, pág. 453; Herskovits, 1941, pág. 132 sobre aprendizado de magia com escravos recém-chegados.

⁽²²⁾ Patentes Provinciais (sic) 1791-1794.

⁽²³⁾ Ibid.

⁽²⁴⁾ Apud Costa. 1901; n. de 22 de junho.

⁽²⁵⁾ Ibid. loc. cit.

⁽²⁶⁾ Apud Costa, 1908, pág. 205.

⁽²⁷⁾ Ofício de Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao Ouvidor Geral de Olinda.

⁽²⁸⁾ Costa, 1908. Pág. 215.

⁽²⁹⁾ Livro de lançamento, etc.

⁽³⁰⁾ Koster 1942, pág. 853-55.

⁽³¹⁾ Costa, 1908, pág. 210.

⁽³²⁾ Herskovits, 1938, i, cap. XI, XII; ii cap. XXVI-XXXIV.

⁽³³⁾ Andrade, 1935, págs. 44-46.

⁽³⁴⁾ Costa, 1908, pág. 210.

⁽³⁵⁾ Rodrigues, 1945, pág. 75-123.

⁽³⁶⁾ Meek, 1931, págs. 120-77.

⁽³⁷⁾ Eduardo, 1948, constitui o único estudo no Brasil de aculturação do negro nos meios urbano e rural.

⁽³⁸⁾ Cascudo, 1951.

⁽³⁹⁾ Costa, 1908, pág. 107.

⁽⁴⁰⁾ Cavalcanti, 1935, págs. 255-56. Sua, lista está suplementada aqui com casas então existentes e que não foram registradas no seu trabalho.

⁽⁴¹⁾ Tribos com esse nome foram assinaladas ao norte dos Ashanti, na Costa do Ouro e na Margem esquerda do rio Benue, nos limites da Nigéria com o Camerun. Estas últimas no princípio do século XIX invadiram e dominaram os povos dessa região, precedendo ali aos Fulani. Beltran, 1946, pág. 188; Meek, 1931, págs. 21-23, 45-46, 54-56.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Braz do. Os Grandes Mercados de Escravos Africanos. Tese à Congregação de História da América, 1922, Fatos da vida do Brasil, tip. Naval, Bahia, pág. 89-167.

ANDRADE, Mário de. A Calunga dos Maracatus: Estudos Afro-brasileiros, Ariel, Rio de Janeiro, 1935, págs. 89-47.

BARRETO, Paulo (João do Rio). As Religiões no Rio. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1951.

BASTIDE, Roger. Imagens do Nordeste Místico em Branco e Preto. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1945.

BELTRAN, Gonzalo Aguirre. La Poblacion Negra de México Fuente Cultural, México, 1946.

CARVALHO, Alfredo. O Zoobiblion de Zacharias Wagner. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 1903, Vol. XI, págs. 181-95;

CASCUDO, Luiz da Câmara. Meleagro — depoimento e pesquisa sobre magia branca no Brasil. Rio de Janeiro: Agir, 1951.

CAVALCANTI, Pedro. As Seitas Africanas do Recife. Estudos Afro-Brasileiros. Rio de Janeiro: Ariel, 1935, págs. 243-57.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Apontamentos para a História da Escravidão em Pernambuco. Jornal do Recife, 1901, Ano XLIV números 107 a 109 (11 de maio — 17 de julho)

_____. Folk-lore Pernambucano. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 1908, Vol. LXX, parte II.

D'ALMADA, André Alvares. Tratado Breve dos Rios de Guiné. Lisboa: Luis Silveira (ed. Princeps. 1811), 1946.

EDUARDO, Octávio da Costa. The Negro in Northern Brasil - A Study In acculturation. Monograph XV, Am. Ethnol. Soc., J. J. Augustin, New York, 1948.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande Senzala. 6ª ed., 2 vols. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1950.

_____. Sobrados e Mucambos. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

HERSKOVITS, Melville J. Dahomey: An Ancient West African Kingdom, 2 vols., J. J. Augustin, New York, 1938.

_____. The Myth of the Negro Past. Harper, New York, 1941.

_____. Problem, Method and Theory in American Studies Afro-America, vol. I, 1945, págs. 5-34.

_____. Man and His Works. Knopf, New York, 1948.

HERSKOVITS, Melville J; FRANCES S. The Negroes of Brasil. Yale Review, vol. XXXII, 1943, págs. 263-79.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Trad. de Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Nacional, 1942.

LUNA, Pe. Lino do Monte Carmelo. Memórias sobre os Montes Guararapes e a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Ano IV, tomo II, abril 1867 (publ. 1869) págs. 253-89.

MEEK, C.K. A Sudanese Kingdom. London: Kegan Paul, 1931.

MELLO NETO, J. A. Gonçalves de. A Situação do Negro sob o domínio Holandês. Novos Estudos Afro-brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1937, págs. 201-21.

QUERINO, Manuel. Costumes Africanos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1938.

RAMOS, Arthur. O Negro Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1934.

_____. Introdução à Antropologia Brasileira. 2 vols. Rio de Janeiro: CEB. Rodrigues, Nina. O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1935.

_____. Os Africanos ao Brasil. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1945.

ROESER, O. Pedro. A Religião dos Índios e dos Negros de Pernambuco. Diário de Pernambuco, de 23-9-1922, pág. 1.

THOMSEN, Thomas. Albert Eckhout ein Niederlandischer Maler und Sein Gonner Moritz der Brasilianer. Kopenhagen: Edjnar Munksgaard, 1938.

TOLLENARE, L. F. Notas Dominicais. Trad. Alfredo de Carvalho. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Vol. XI n. 61, 1904, págs. 341-546.

Informação do Conde de Pavolide a Martinho de Mello e Castro, Lisboa, 10 de Junho de 1780 remetida anexa ao

ofício de Martinho de Mello e Castro a José Cesar de Menezes, Governador de Pernambuco, Lisboa, 4 do julho de 1780. Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco — Ordens Reais 1780-1781 (cópia de J. A. Gonçalves de Mello Neto), Livro de Lançamento das Eleições para a Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos do Recife 1674-75; 1675-76; 1676-77; 1677-78; 1678-79 Arquivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Delegacia de Pernambuco.

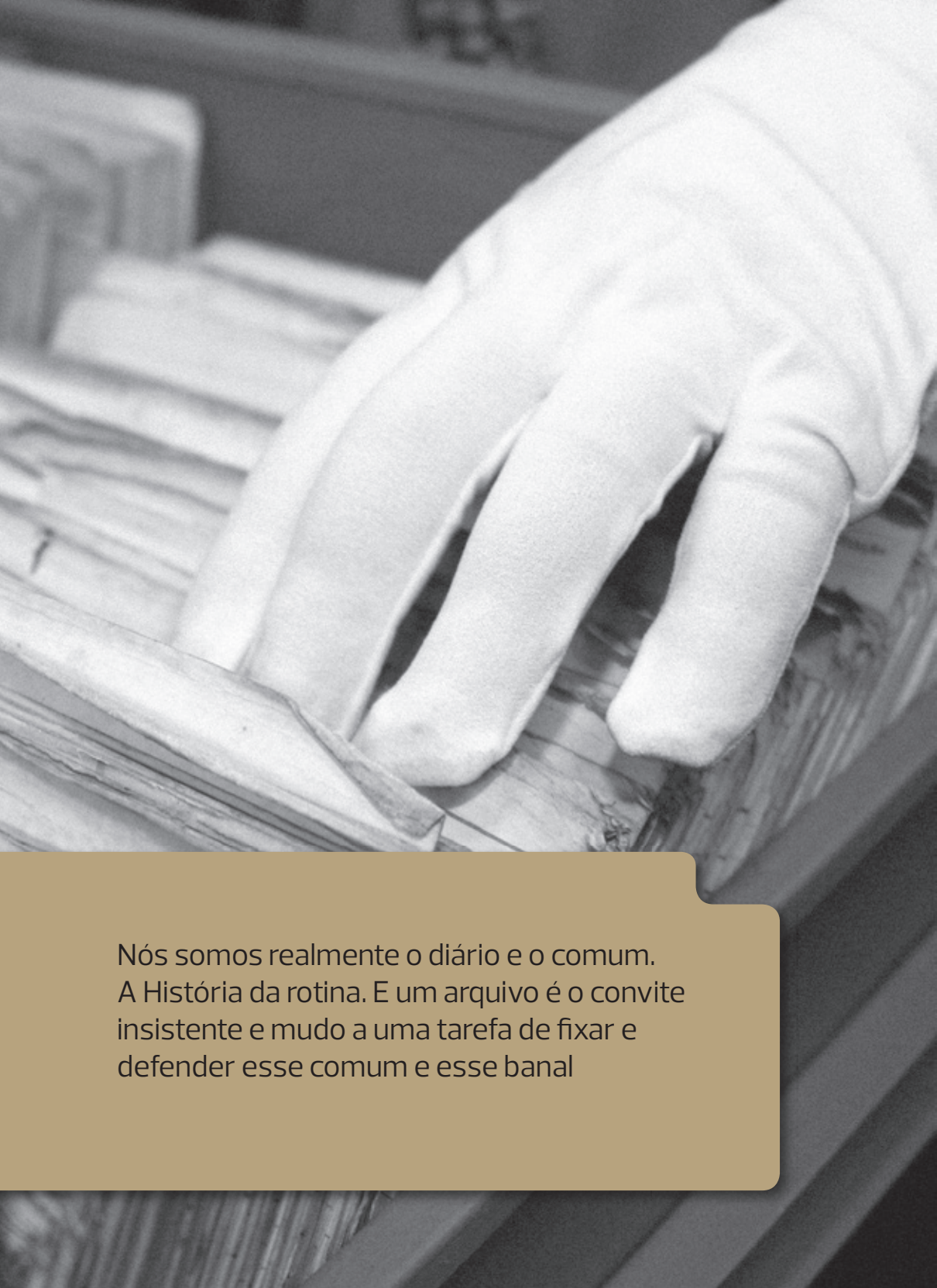
Ofício de Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao Ouvidor Geral de Olinda Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, de 24 de dezembro de 1815. Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco — Ofícios do Governo 1814-1816. Livro 20 (cópia de J. A. Gonçalves de Mello Neto).

Patentes Provinciaes (sic) 1791-1794. Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco Livro 30 (cópia de J. A. Gonçalves de Mello Neto).



A função dos arquivos

Luiz da Câmara Cascudo



Nós somos realmente o diário e o comum.
A História da rotina. E um arquivo é o convite
insistente e mudo a uma tarefa de fixar e
defender esse comum e esse banal

Para um homem que envelheceu ensinando História num ginásio de província, que continua enamorado dos livros, emoldurando com eles todos os seus sonhos, que nas viagens dedica parte maior de sua afetuosa curiosidade aos testemunhos imóveis da História, na horizontalidade das vias militares calcadas pelas calígulas romanas, nos verticais dos castelos, mosteiros e alcaidarias, nenhum outro ambiente teria encanto e maior sedução que este, ambiente de arquivo, as muralhas de cartapácios, as pilhas de papéis, guardando segredos, o silêncio clássico, vivo na luz tamizada e doce, permitindo ler e construir, devagar os edifícios do passado tão irreais quanto os do futuro...

Aqui é realmente casa da História, solar do seu nascimento, nascente de suas águas que vamos encontrar lá fora, diversas e coloridas, na química das convenções e das simpatias. Aqui, nas cabeceiras, são elas silenciosas em força serena, manando dos atos formadores dos primeiros fios convergentes, explicação da futura torrente...

Dá vontade interromper a tranquilidade e conversar, num tom claro e baixo, de lento passeio nos braços acolhedores do claustro. Uma conversa sobre o conceito de História e a função do documento para evocá-la, determiná-la ou modificá-la. Começemos lembrando a definição da História, definição da nossa escola antiga e que prolonga, duramente, seu prestígio, na memória de milhões de homens sisudos.

História é o registo cronológico dos factos memoráveis... Dos factos memoráveis apenas. Um facto memorável como pode ser fixado? Naturalmen-

História é o registo cronológico dos factos memoráveis... Dos factos memoráveis apenas. Um facto memorável como pode ser fixado? Naturalmente pelo consenso dos homens que o motivaram

te pelo consenso dos homens que o motivaram. Mesmo negando a imortalidade divina, amamos emprestar os halos da perpetuidade aos nossos atos. Decretamos a vitaliciedade da admiração futuro aos mesmos assuntos que admiramos agora. Escolhemos um homem, uma doutrina, um livro, um poema, uma estátua, um vício, uma idiosincrasia e declaramos sua inarredável eternidade no tempo. Falemos como outrora: nas páginas da História...

Certamente, para a compreensão haverá o veículo indispensável da mentalidade receptora. Compreendemos mesmo sem admirar, mas só admiramos o que existe em nós num estado potencial. Aquilo que amaríamos fazer ou ser responsável por sua realização. Os nossos ídolos parecem estranhamente com a nossa men-

talidade. E como na convergência misteriosa da atração psicológica, os elementos aproximativos são mais os vícios gostosos do que as virtudes difíceis, muito do nosso ideário é uma sublimação do vício simples e primário, no plano delo divino, promoção nominal como as crianças elevam os sabugos de milho aos grãos de rei, capitão, soldados, ladrão, como na cantiga infantil. Não podemos admirar os modelos demasiados altos, muito distantes de nossa precariedade. O demônio Renan ensinava: *Il ne faut pas être trop parfait*. A perfeição é um elemento desaproximador para os subalternos. Por isso Ulisses deixou Calipso e partiu, mar em fora, “para as delícias das cousas imperfeitas”.

O fato memorável é um saldo das nossas imperfeições sublimadas, dos nossos sonhos positivados no plano superior da materialização. Cada herói é um resumo do seu tempo, do seu mundo, de sua civilização, um índice positivo do esforço orgulhoso da maioria que ele simboliza e eleva *ad immortalitatem*...

Não é concepção pessimista de História, mas a humanização do herói como uma expressão formal do sonho desconforme e coletivo. Nós não suportaríamos uma continuidade de Sócrates, normal na Grécia, como os gregos não compreenderiam jamais a situação do mundo atual, o estado perene de guerra em salvaguarda da pacificação universal.

A História será, logicamente, duas. Uma para cada lado, mas haverá o

vértice do ângulo, com sua veracidade rutilante, oculta um momento, evidente depois, irresponsível, a legítima voz da História.

Nós sentimos o nosso mundo e a nossa civilização e estamos solidários com ele ou o combatemos, mas não o abandonamos. Nem deixaremos muitos dos elementos que reputamos substituíveis. Vamos apenas aproveitando os materiais das casas desmoronadas e erguendo outras, afirmando sua superioridade em face das ruínas que foram orgulho de outras mãos e feitas com outras pedras perdidas de uma catástrofe anterior.

Vamos vendo nossa civilização, nossa História no seu aspecto exterior e brilhante, no seu exterior publicitário, propagado pelo devotamento dos fiéis,

Assim desfila e lenta procissão com suas cores, suas luzes, seu movimento, seu esplendor. Assim, entra na História e vai ficando, desfilando sempre, como Heródoto conta a marcha dos persas ou os desenhos de Karnac narram as vitórias do faraó, hierárquico, no cimo do seu carro de bronze, o escorpião de ouro tremendo na altura da testa, guiando a guerra para o mundo. Há, porém, aquilo que o velho Procópio, secretário do imperador Justiniano, dizia ser “os secretos motivos da ação”. Esses desfiles, correrias, vitórias, sucessos, cataclismos, são as formas da ação viva, mas há um motivo secreto, a raiz obscura e negra, no escuro da terra, sustentando a árvore, explicando-a. A forma real,

heroicamente humana, de sentirmos e vivermos a História é procurar a normalidade da ação, isto é, a ação em germe, não a tempestade estalando no ar como um castigo mas acompanhar a evaporação, a formação invisível do fenômeno, a condensação vagarosa dos elementos que deflagrarão a rutilância cegante do meteoro.

Todos os atos vão deixando vestígios, como pegadas na areia da praia deserta. O ato histórico em si mesmo, no momento de sua eclosão, é um resultado, uma soma de fatores multiplicados e confusos, cachoeira cujas águas vieram rolando e cantando de mil riachos inominados.

A nossa aclamação é quase sempre uma coincidência de sentimentos. O homem representativo é o espelho que demora a imagem fixada. Junto a esse inconsciente e naturalíssimo narcisismo, há a História que os delfins receberam e nela acreditaram como a um quinto evangelho.

Mudamos o nome do criador na obra criada. Mudamos por outro que representa para nós a maior consequência psicológica no momento. Esta placa será mudada por outra e esta não demorará. Cada tempo terá o criador momentâneo, o Júpiter efêmero. Apenas a obra esconde o verdadeiro nome e um dia mostrá-lo-á. Recordam-se da história do farol de Alexandria? Muitos séculos foi uma das sete maravilhas do mundo. Figurou em mármore, em moedas, em versos. Já não existe e sua citação tem qualquer coisa de cômica, de retarda-

mento saudosista, como alguém que nos convidasse a chorar pela morte de Elvira, a morta virgem, ou declamar o “Noivado no sepulcro”.

O primeiro Ptolomeu mandou construir o farol por Sóstrato. Aqui, permitam-me evocar outro velho nome, mais novo, bem sábio e poderoso, mas já não lido na geração brasileira atual. No meu tempo era o último grego, um grego de Péricles, divino, sabedor da ciência do bem dizer, José Enrique Codó:

El primero y más grande de los Tolomeos “se propuso levantar, en la isla que tiene a su frente Alejandria, alta y soberbia torre, sobre la que una hoguera siempre viva fuese señal que orintara al navegante y simbolizase la luz que irradiaba de la ilustre ciudad. Escogió blanco mármol; trazó en su mente el modelo simple, severo y majestuoso. Sobre la roca más alta de la isla echó las bases de la fábrica, y el mármol fué lanzado al cielo mientras el corazón de Sóstrato subía de entusiasmo traz él. Columbrada allá arriba, en el vértice que idealmente anticipada, la gloria. Cada piedra, un anhelo; cada forma rematada, un deliquio. Cuando el vértice estuvo, el artista, contemplando en éxtasis su obra, pensó que habia nascido para hacerla. Lo que con genial atrevimiento habia creado, era el Faro de Alexandria que la antigüidad contó entre las sietes maravilhas del mundo. Tolomeo, después de admirar la obra del artista, observó que faltaba al monumento

un último toque, y consistia en que su nombre de rey fuera esculpido, como sello que apropiase el honor de la idea, en encumbradora y bien visible lápida. Entonces, Sóstrato, forzado a obedecer, pero celoso en su amor por el prodigio de su genio, ideó el modo de que en la posteridad, que concede la gloria, fuera su nombre, y no el del rey, el que leyese las generaciones sobre em mámol eterno. De cal y arena compuso para la lápida de mármol una falsa superficie, y sobre ella extendió la inscripción que recordaba a Tolomeo; pero debajo, en la entraña dura y luciente de la piedra, grabó su próprio nombre. La inscripción, que durante la vida del Mecenas fué engaño de su orgullo, marcó luego las huellas del tiempo destructor; hasta que un dia, con los despojos del mortero, voló hecho polvo vano, el nombre del principe. Rota y aventada la máscara de cal, se descubrió, en lugar del nombre del principe, el de Sóstrato, en gruesos caracteres, abiertos con aquel encarnizamiento que el deseo pone en la realización de lo prohibido. Y la inscripción vindicadora duró cuanto el mismo monumento; firme como la justicia y la verdad; bruñida por la luz de los cielos en su campo eminente; no más sensible que la mirada de los hombres, al viento y a la lluvia”.

Nessa página do Motivos de Pro-
teu, sem que Rodó sentisse a direção
que levo ao seu pensamento, ressus-
citando das ruínas do farol o nome de
Sóstrato, fez-se o elogio da ação ini-



Câmara Cascudo

cial, dos motivos secretos da ação, da História muda, eterna das raízes, razões da árvore e da floresta.

É o elogio do Arquivo...

Nos arquivos, a História está justamente em potencial. Aguarda a forma que é a colaboração intencional, individual e dirigida. O documento dará seu recado dentro da maior ou menor honestidade do intérprete. Mas o documento é o nome de Sóstrato, firme no granito, a velocidade inicial, o primeiro passo para o que será desfile, parada, multidão.

Desejava fazer justamente o elogio dessa História normal e diária da administração, um movimento comum e banal de ordens, instruções, notícias, atos justos e injustos, conforme a cor do cristal por onde foram examinados. É uma história como o

simples registro diagramático de um doente ou de alguém que fizesse cura de repouso. Raramente haverá nota de clarim, pincelada vermelha de algum acontecimento vibrante. É o diário, o todo-o-dia, ata diurna, fixando no relógio do tempo os passos do homem ao redor dos interesses.

Esse Arquivo Público Estadual guarda do século XVIII o registo de Bandos e Portarias e o livro de Posse dos Governadores, começando de 1718. Em percentagem maior, correspondência de autoridades eclesiásticas, civis, militares, arsenais de Guerra e da Marinha, provinciais e gerais, depoimentos dos pequeninos acontecimentos que marcam as efemérides burocráticas. Esses registros são os fios formadores da tapeçaria posterior, as figuras heroicas, as

O ato histórico em si mesmo é uma soma de fatores multiplicados e confusos, cachoeira cujas águas vieram rolando e cantando de mil riachos inominados

damas, os prelados com sua murça carmezim, os almirantes, os capitães governadores com sua Cruz de Cristo, os generais com o Cruzeiro, os magistrados com a placa da Rosa Amor e Fidelidade. A História que nos impressionará tece se lentamente com esse material complexo e vago, comum e banal, indispensável e rico.

Essa missão dos arquivos, tão nobre e serenamente valorizada pelo sr. Jordão Emerenciano, é a possibilidade de confirmar ou arrancar da base de mármore dos faróis o nome do rei Ptolomeu. Aqui, na forma rude e nua, a pedra virgem do labor artístico, aguarda seu destino de monumento, exaltador ou fúnebre, mas sempre verídico.

Sua convivência exalta o trabalho dos homens que deram à História o sentido mais humano e mais autên-

tico nos fatos memoráveis. Outra luz, menos ofusadora e com poder mais vivo de penetração, de ressaltar o pormenor que se torna determinante, surgiu do contato desses velhos cartapácios, da consulta dessas correspondências tediosas.

Não é uma visão de Luiz XIV na Galerie des Glaces, Napoleão nas Tuileries, Luiz XI em Plessis-les-Tours, um Luiz XIV de Rigaud ou um Luiz XV de Vanloo. As pequeninas memórias, a massa dos relatórios dos intendentes, dos recebedores de impostos, as observações, as notas, essas fazem realmente o retrato do rei, um rei sem cabeleira e sem casaca, de seda, sem a corte e sem os chapéus de plumas, sem a orquestra e sem o sermão do bispo capelão. É uma História diversa, esclarecedora e cruel, muito mais compassiva e apiedada, muito mais realística e registradora que todas as comédias de Molière e todos os dramas de Racine e Corneille. Essa é a História dos arquivos, a mão inopinada que repõe no granito reparador o nome dos Sóstrates preteridos pelos Ptolomeus.

Certamente é a História da rotina, do diário e do comum, mas nós somos realmente o diário e o comum, sofrendo, trabalhando dentro desse cenário banal e comum, sem as esperanças da genialidade fulgurante ou dos súbitos estalos anunciadores do talento borbulhante.

Um arquivo é um convite insistente e mudo a uma tarefa de fixar e defender esse *comum* e esse *banal*. Esses vocábulos ambientam um es-

forço coletivo no sentido do trabalho communis, participação de muitos ou de todos. Banal, de bannum, os fornos, lagares, moinhos, postos a serviços dos vassallos do senhor, mediante paga. Eram coisas banais, estavam ao alcance de todos os servos. Na medida que se libertaram da *banalidade* foram pagando mais caro os serviços prestados pela aparelhagem individualista.

Interessa-nos vivamente, a todos nós, a existência humana na sua tragédia quotidiana. A pergunta natural, ante o Passado, não é saber da vitória do rei persa ou assírio, com sua grande barba tecida, passando no trono alto ante os touros alados de Korzabad. Interessa-nos saber como esses homens viviam, amavam, sofriam, suas obrigações e direitos, seus castigos e prêmios, o mecanismo da sua administração, sua guerra contra a fome e as terras secas, a captação dos rios, da água pluvial, cunhagem de moedas, desvalorização, moléstias, tratamentos, morte, como eram tratados os cadáveres...

Essas informações nos aproximam dos homens que foram como somos há tantos séculos. Por isso, os tijolos que contam as histórias pobres de sua humanidade real, insinuam-nos tanto e mais do que a voz reboante das inscrições que guardam a glória das conquistas, os carros de guerra abrindo-se em leque na planície, o rei de arco na mão, abatendo o inimigo, furando-lhe os olhos com sua lança...

Esse homem-diário, assírio, medo-persa, babilônio, grego e romano, liga-se a todos nós numa continuidade emocional, identidade de esforço, de responsabilidade, de medo e de crença.

Um registo, com seus algarismos alucinantes, em que um mestre de obras fixou as pedras entregues aos trabalhadores para a construção de uma catedral gótica, os sinais gravados nessas pedras pelos mestres, marcando a direção das tarefas e deixando um vestígio do seu labor anônimo, trazem uma imagem imediata de humanização, de contemporaneidade, uma sequência nos elos que nos prendem, no tempo, a eles todos dispersos sob a terra do mundo.

A curiosidade nesse sentido humano elevou as ciências pesquisadoras da pré-história, pondo acima dos monumentos ciclópicos os objetos humildes que testificavam o homem de sempre, instrumentos de trabalho, restos de alimentação, bonecas feitas em barro cozido, para as crianças.

Lendo História, estamos habituados com sua pompa, sua nomenclatura, sua consagração. Do século XVI, os mecenas transformaram a cabeça dos memorialistas e a História durante mais de dois séculos; foi um fiel e devota ancila, acompanhando o financiador do cronista. Era uma transfiguração tão ampla e sonora que parecia impossível nascimento de seguidores. Só os arquivos revelaram, depois, mansamente, o herói em casa, sua condição comum, seus

defeitos e seu valor, fazendo-o ainda maior, vencendo-se, determinando fase inteira de ação social pela atração magnética de sua personalidade.

Mas os factos banais e diários fazem a História alta porque elevam igualmente o homem. Dizem como ele era dirigido e dirigia, administrava, sofria e fazia sofrer. Nós vamos ficando mais próximos e julgando-os passíveis de uma admiração contemporânea, despidos como estamos dos eflúvios do prestígio que eles irradiavam, entontecendo, deslumbrando, dissolvendo.

Tive a honra de conhecer no Porto ao professor Eduardo Hernandez-Pacheco. Um velhinho amável e sorridente, com uma linda cabeça branca e uma palavra acolhedora. É um dos maiores arqueólogos da Europa, um mestre na legitimidade do esforço tenaz e da clara e magnífica inteligência, sensível e generosa.

O professor Hernández-Pacheco estava dirigindo escavações na caverna de la Paloma, no vale de Soto de las Regueras, nas Astúrias. Era uma pesquisa no madaleniense superior, suscitando a vida dos nossos antepassados paleolíticos.

Bruscamente deparou um fragmento de costela de animal, de talhe mediano. Com esse pedaço de osso, fizera-se, há cento e vinte séculos, um pequenino silvo, um apito. Limpo o objeto, soprada a extremidade, o som espalhou-se no ar, um som que fora contemporâneo de civilização e raça desaparecidas no tempo. Aquele silvo

agudo emocionou o sábio Hernández-Pacheco e sacudi-o no sonho. E o arqueólogo eminente volta, não a descrever a peça, mas a sentir o símbolo poderoso que aquela presença determinava. E pergunta:

Usaban los cazadores prehistóricos de Asturias este instrumento o, teniendo en cuenta la insignificancia de la pieza arqueológica encontrada, se trata simplemente de um objeto de capricho? Quién sabe si algún fiero y rudo cazador no entretuvo sus ócios en la caverna, construyendo plácido y amoroso el instrumento músico que llenaria de júbilo al pequeñelo para quien fuese destinado?

Difícil foi ao mestre retomar o ritmo do trabalho. O pequenino silvo trouxera a presença do homem troglodita, caçador de bisontes e de touros primitivos, de javalis e cavalos selvagens, dobrando os dedos grossos afeitos à flecha e à azagaia pontadas de pedra, teimosa, paciente, amorosamente, furando, polindo, fazendo, numa distancia de doze mil anos, um brinquedo para o filho...

Esse simples quadro era a vida íntima, familiar e doméstica do paleolítico articulando-se à contemporaneidade por um esforço comum e banal, diário e perpetuamente nosso, de doçura comunicante, de ternura viva...

Esse Arquivo Público Estadual guarda muita informação dessa vida, não doméstica do homem setecentista ou oitocentista, mas de sua existên-

cia na comunidade administrativa, o histórico inicial e miúdo da rede reunidora, ininterrupta e poderosa de vitalidade. Por ela, podemos acompanhar a vida das unidades administrativas vizinhas, a repercussão dos atos, as sugestões, a marcha lenta do desenvolvimento econômico na área tão típica do nordeste.

O destino do Arquivo é preparar os elementos da Posteridade.

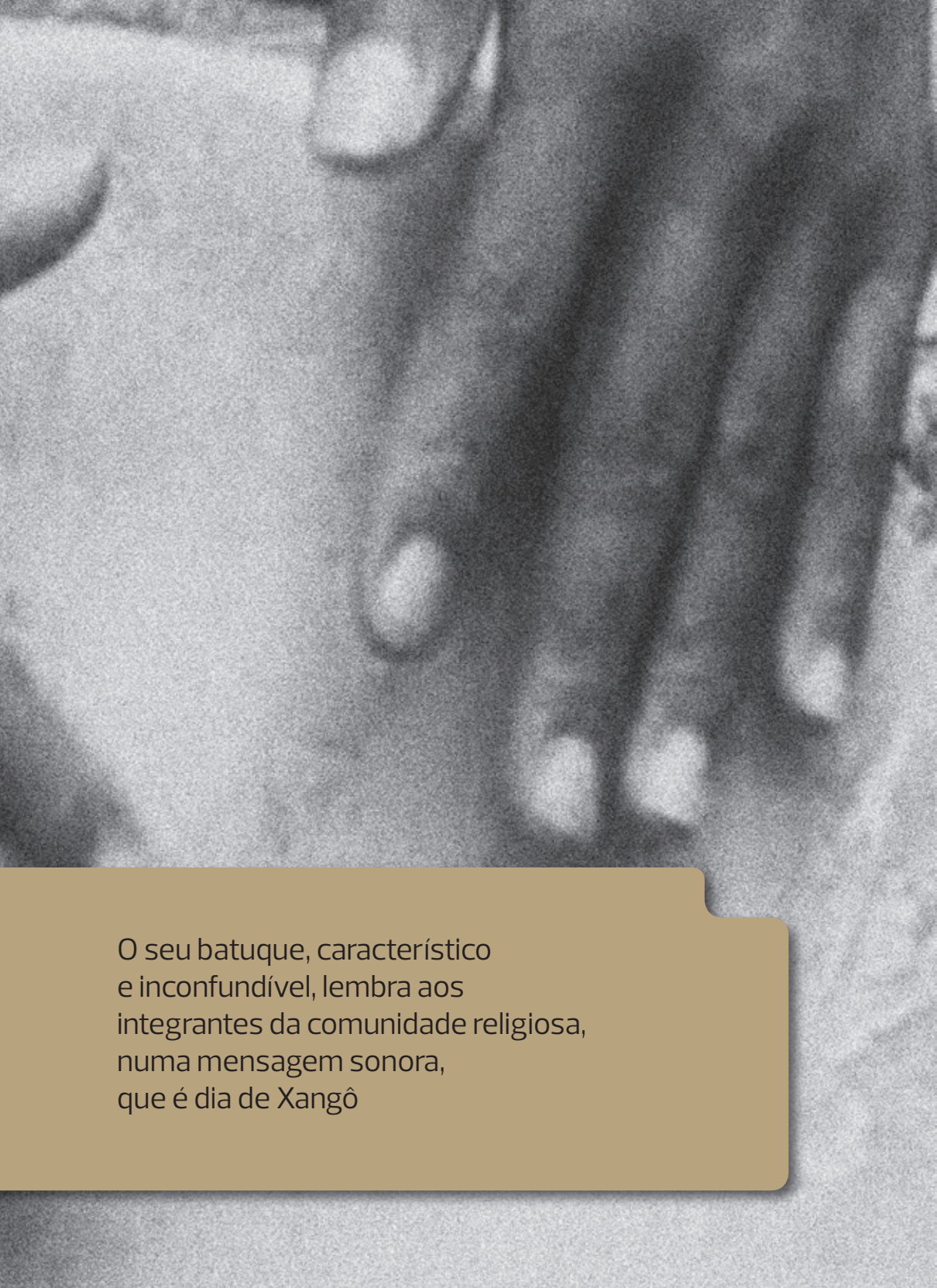
Não há palavra mais vaga nem mais ameaçadora. Parece que a Posteridade é uma dependência do nosso arbítrio e, fatalmente, sancionará as escolhas da nossa predileção. O perigo é a incoincidência, mas há a certeza que a sentença só credenciará em provas do arquivo.

Não vou dizer da Posteridade o que disse o deputado Bo Roche : *Je ne vois pas, messieurs, pourquoi on invoque la postérité dans ce débat? Qu'est ce que la postérité a jamais pour nous?* Mas a Posteridade fará sua casa com o material que juntamos no presente. Impossível é sugerir-se o modelo da construção, a planta do edifício, as cores decorativas, as graças do nosso gosto no ambiente longínquo. Sabemos apenas que o Arquivo Público Estadual de Pernambuco é um dos pontos onde a Posteridade procurará elementos de construção, a construção de seu pensamento e do seu comentário, no plano sereno da verdade, da justiça e da esperança...



A função mágica dos tambores

Waldemar Valente



O seu batuque, característico
e inconfundível, lembra aos
integrantes da comunidade religiosa,
numa mensagem sonora,
que é dia de Xangô

O tambor⁽¹⁾ é o principal instrumento musical da orquestra dos xangôs⁽²⁾. Sua música é, nas religiões africanas, um traço mágico de ligação entre as criaturas humanas, frágeis e mortais, e as divindades invisíveis, poderosas e eternas. Espécie de meio de comunicação entre o mundo terreno em que vivemos e o mundo celestial dos orixás⁽³⁾.

Tem o tambor para os fetichistas⁽⁴⁾ afro-pernambucanos a função de telégrafo, como ocorre também na própria África, e já o salientou Edison Carneiro a propósito dos candomblés⁽⁵⁾ da Bahia. O seu batuque, característico e inconfundível, lembra aos integrantes da comunidade religiosa, numa mensagem sonora, que é dia de xangô. Que é dia de festa no terreiro⁽⁶⁾. Dia de algum “santo” importante do *hagiolôgio* afro-brasileiro. Ou de alguma “obrigação”. Tem então o sentido de verdadeiro toque de reunir. Tal é sua força mágica de chamamento e de atração que a ela não podem resistir os iniciados ou mesmo simplesmente filiados ao fetichismo negro. Ao chamado do batuque todas as obrigações cessam, todo o trabalho, mesmo o mais urgente ou o mais rendoso, é adiado ou deixa de ser feito. Faltar às festas de xangô, principalmente quando soam os atabaques, significa incorrer no desprezo, senão nas iras dos orixás. Nas sanções quase sempre severas e pesadas dos “santos” patronos. O toque do tambor religioso como que acorda o subconsciente místico, momentaneamente adormecido, dos fetichistas afro-brasileiros. Sua mentalidade, dominada pelo misticismo, passa então a encontrar toda a sorte de justificativa e explicação para os fracassos e frustrações. As dificuldades econômicas, afalta de sorte no amor, a intranquilidade de espírito, tudo isso representa o castigo imposto pelos deuses

O batuque dos tambores africanos exerce sobre os adoradores dos orixás um poder extraordinário

enraivecido. Quando não a doença, o sofrimento e a morte.

Geralmente antes de começar o ritual religioso, tocam os aia baques insistentemente, numa obstinada advertência aos membros da seita, anunciando que vai haver função no terreiro.

Quase sempre a maioria dos participantes de um grupo de culto mora no bairro em que se encontra o terreiro. Por isto, não é difícil que o batuca-jé⁽⁷⁾ seja escutado. Até mesmo os que residem nos recantos mais afastados do bairro não só o escutam como o identificam facilmente. Quem está acostumado a ouvir o batuque de xangó sabe que ele se propaga ao longe e é perfeitamente reconhecido.

Certa vez, estive na casa da mãe de santo Maria de Lurdes Costa, da seita

africana Yalorixá, no Alto do Deodato, em Água Fria, para avisá-la de que levaria uns convidados para assistir ao toque⁽⁸⁾ que, conforme marcava seu calendário festivo, devia realizar-se naquele dia, se não me engano, 7 de julho. Muito triste, a mãe de terreiro me disse: “estou com meu xangó parado. Não posso tocar. Hoje era, de fato, dia festivo, mas, como ainda não pude pagar, a licença deste ano, não posso funcionar”. Maria de Lourdes quiz ainda dar um jeito. Lembrou-se de tentar conseguir licença especial. Eram, mais ou menos, duas horas da tarde. Então perguntei-lhe: acha que ainda é possível realizar hoje o toque? “Sim”, disse-me ela; “logo que os atabaques comecem a soar, as filhas-de-santo⁽⁹⁾ correm satisfeitas para o terreiro. Dentro de pouco tempo teremos muita gente e a festa pode se realizar”. Não aceitei a boa vontade da Yalorixá⁽¹⁰⁾ Maria de Lurdes porque achei que seria difícil obter a licença que pretendia.

O batuque dos tambores africanos exerce sobre os adoradores dos orixás um poder extraordinário. Poder que chega a ser mesmo entorpecente ou hipnótico. Aliás, de modo geral, a música, sob as mais diversas formas, vincula-se intimamente à prática litúrgica das religiões. Schaeffner, grande especialista em etnologia musical, diz-nos: “possivelmente não existe ritual religioso ou mágico que não tenha sua dança e sua música, particularmente, sua música instrumental”.

Os atabaques desempenham nas cerimônias dos xangôs uma função realmente mágica. Função que tem o poder não só de despertar mas de exaltar tendências místicas subconscientes.

Há sempre três espécies desses membranófonos. Geralmente, um grande, um médio e um pequeno, chamados, na Bahia, respectivamente, de rum, rumpi e lé. Por meio deles se faz a marcação do ritmo coreográfico. Ritmo que exhibe grande riqueza de formas. As vezes se arrasta em movimentos lentos e cansados. O jogo dos pés, das mãos, da cabeça, do corpo, e até fisionômicos, mostra-se calmo, sem transições violentas, ou, ao menos, mais discrepantes, capazes de prender a atenção. Não tarda, porém, a se tornar mais apressado, mais gracioso, menos monótono, com bamboleos sensuais, com gestos de expressão simbólica ou decorativa. Ou mesmo acelerado, com volteios vertiginosos, com gesticulações bruscas e violentas. Sob qualquer aspecto em que se manifestem as danças sagradas há sempre uma cadência e o ritmo não se perde nunca. Toda esta movimentação ritmada é comandada pelo som dos atabaques, e particularmente, pelas variações de sua cadência musical.

Na prática fetichista dos xangôs, as divindades não esperam que os mortais subam até elas; ao contrário, descem ao convívio das criaturas humanas e nelas mesmas se corporificam. É dançando que o “santo” confraterniza com os humanos, diz-nos Edison

Carneiro. E sob a influência da magia sonora dos tambores, acrescentamos nós. Nestas condições, comunicam-se com os humanos, mostram-se satisfeitos ou irritados, impõem castigos, oferecem recompensa, dão conselhos e inspiram seus adoradores.

Para que os mortais gozem dessa indescritível felicidade de se misturarem com os deuses, de conversarem com eles, de privarem de sua intimidade, numa admirável demonstração do espírito democrático dos orixás, mostra-se indispensável a presença dos tambores sagrados. É a poderosa magia sonora dos atabaques que os invoca e os saúda festivamente quando a sua presença, encarnada num dos seus filhos eleitos, é pressentida.

Vale a pena lembrar o que nos conta Nina Rodrigues a propósito da influência do batuque. “Declarou-nos um negro”, escreve o mestre brasileiro, “que eu não poderia fazer uma ideia do efeito excitante e provocador de certos instrumentos musicais dos Africanos. Não há clarim mais capaz de provocar a excitação guerreara aos campos de batalha do que um pequeno batuque africano...”

Referindo-se aos orixás renitentes, isto é, às divindades que teimam em não descer⁽¹¹⁾, diz Artur Ramos que o remédio poderoso é o toque adarrum.⁽¹²⁾

O adarrum, que é um toque acelerado de atabaque, é verdadeiramente irresistível, pela força mágica que exerce sobre os orixás, Edison Carneiro diz que ele desorienta comple-

tamente as filhas de santo, fazendo-as cair em transe, uma após outra, o que indica que os orixás não tardam a chegar. E lembra o dito;

Baraúna caiu
quanto mais gente.

Há três ritmos, cada vez mais acelerados, de adarrum, conhecidos pelos números 1, 2 e 3. O ritmo n. 3 é ensurdecedor e vertiginoso. Os tocadores de atabaque, geralmente sentados, com as pernas em volta dos instrumentos, de modo a fixá-los bem, batem com as mãos espalmadas, os dedos duros, inteiriçados, numa excitação que causa agonia, a pele estirada dos tambores. Não tem orixá que resista ao convite frenético do adarrum.

René Ribeiro identificou as batidas rítmicas especiais que, em geral, sé processam antes do começo das danças, com o toque de adarrum, cuja função na Bahia consiste em induzir o “transe”, quando o orixá está custando a “descer”.

A observação do africanologista pernambucano tem procedência. Também nós temos podido fazer a mesma identificação. Apenas, levando em conta os terreiros que nos vêm servindo de campo de pesquisa, em número relativamente grande, não nos foi possível generalizar os resultados de nossas observações. Em alguns xangós, como o de Xaguiã, em Beberibe, e o de Josefina Guedes (Cruzeiro Santa Bárbara), ao tempo em que funcionava em Campo Grande, por

exemplo, o toque adarrum aparece quando a festa vai pelo meio, às vezes, alta madrugada, num verdadeiro SOS agoniado, dos mortais ao mundo sobrenatural dos deuses, para que estes “desçam” e “brinquem” nos terreiros, na mais expansiva demonstração de solidariedade divina.

A percussão sobre a membrana tensa dos tambores, geralmente feita sem auxílio de bastão, com as mãos espalmadas, produz, conforme observou Donald Pierson nos candomblés da Bailia, sons macios e abafados. Os sons graves de rum são entrecortados pelos sons mais agudos de rumpi e lé.⁽¹³⁾

No momento das invocações rituais, o ritmo é sincopado e, embora pareça, principalmente ao longe, irritantemente monótono, pode ser perfeitamente acompanhado, em todas as suas variações, por quem está familiarizado com a música religiosa dos xangós. Ora arrastado, quase dolente, ora apressado, em tom de galope, conforme o orixá que está sendo invocado ou louvado.

Na possessão⁽¹⁴⁾ espírito-fetichista, transe ou “queda do santo”, para usarmos da terminologia dos xangós, o toque dos tambores exerce função estimulante realmente ponderável. A função dinamogênica desempenhada pela formidável onda afetiva da emoção religiosa, a que se refere Artur Ramos, é como que exaltada pela música do atabaque, principalmente quando em ritmo acelerado. A fadiga produzida pela dança prolon-



Terreiro

gada, agravada pelo toque frenético de adarrum, condiciona o estado de vertigem que favorece a hipnose precursora do transe ou possessão.

O que parece fora de dúvida é que a música, e especialmente a música do atabaque, isoladamente, é capaz de provocar a “descida do santo”, mesmo sem a influência da dança, da ação sugestiva do ambiente, sobretudo se a emoção religiosa é excitada pela reação de um estado esquizofrênico ou histérico. Em virtude da importância ritual atribuída ao toque do atabaque, passa ele a valer como verdadeiro es-

tímulo, capaz por si só de desencadear a possessão, que se torna assim, provavelmente, uma espécie de reflexo condicionado. E como prova de que são, os tambores religiosos, estímulos poderosamente utilizados na provocação da possessão fetichista, está o fato de funcionarem como verdadeiros focos de atração para os “filhos de santo” “manifestados”. Estes, depois de alguns cumprimentos aos maiores do terreiro — babalorixá ou Yalorixá, ogã e yaô — quase sempre, se voltam para os tambores, como que agradecendo o serviço que lhes prestaram,



Terreiro

chamando os orixás, atraindo-os para as suas festas terrenas e fazendo-os encarnar nos seus próprios corpos, numa demonstração de grande amizade e carinho.

Defronte dos tocadores de atabaques ou ilus, ficam os “possuídos dos santos”, dançando violentamente, em explosões contorsivas, sacudindo as pernas e os braços, agitando a cabeça para diante e para traz, mas sempre obedecendo ao ritmo, já então vertiginoso, do batuque. Do compasso da música. Por esse tempo, as mãos dos tocadores ferem o couro com toda a força. A vibração tremenda produzida pela percussão chega às vezes a nos fa-

zer trepidar o corpo. Edison Carneiro diz que existem pessoas de mãos rachadas de tocar atabaque. E’ um fato. Em Pernambuco, conhecemos um preto que tinha as mãos rachadas de tocar tambor.

Em frente aos tambores demoram os “manifestados” um tempo enorme, remanchando, sem vontade de sair, como que fascinados pela música ensurdecedora que conseguiu, na mais expressiva demonstração de força mágica, trazer ao convívio das pobres criaturas mortais as suas divindades mais queridas, os seus deuses patronos, cujos temperamentos mais combinam com suas próprias tendências e disposições.

No início das cerimônias dos cultos afro-brasileiros, geralmente, os filiados e participantes do xangô, em sinal de respeito e no mesmo tempo de invocação nos seus poderes mágicos, curvam-se diante da orquestra, cumprimentando os tambores e seus executantes, e fazendo com as mãos movimentos especiais.

Os tambores de uso no xangô são considerados objetos sagrados. Antes de funcionarem, quando novos, logo depois do fabricados, são submetidos à cerimônia especial da preparação mágica. Cerimônia que obedece a técnicas rituais de rigorismo quase ortodoxo e que culmina, por vêzes, no batismo de sangue, e que lhes confere o poder mágico de que ficam dotados.

Quando terminam as festas e cerimônias religiosas, os tambores são guardados, com todo o cuidado, carinhosamente, dentro dos pegis, que são os relicários e santuários onde

se conservam os objetos sagrados do xangô. É aí que ficam os fetiches, as insígnias e emblemas dos orixás, objetos de uso religioso, imagens e estampas de santos católicos, numa ostentação evidente do sincretismo afro-cristão. Do santuário fetichista, geralmente, não saem, a não ser para presidirem as cerimônias e festas religiosas. Os festivais públicos, nos quais domina uma atmosfera de alegria e tumulto, com toadas e danças, culminando, quase sempre, com as possessões, ou as cerimônias privadas — “obrigações”, bori, iniciação de “filha de santo”, sacrifício de animais, etc. — em que o ambiente se carrega de mais austeridade e os rituais são mais ortodoxamente cumpridos. Em todas essas ocasiões o tambor nunca falta. Toda vez que se faz a invocação ou chamamento do orixá, a função mágica do tambor se torna indispensável.

NOTAS

⁽¹⁾ O tambor, principal instrumento musical da orquestra dos xangôs, é conhecido por nomes diversos, conforme sua procedência e sua forma. Nome muito comum é atabaque. Entre nós, em Pernambuco, é muito conhecido pelo nome de Ilu. Pode ser chamado também de tabaque ou tambaque. Corresponde ao tam-tam, dos povos

primitivos. Nas seitas de procedência congoleza é conhecido por Ingome. Manuel Querino se refere aos batás (pequenos atabaques) e aos Ilus (grandes atabaques). Ainda chama a atenção para os grandes tambores de guerra, denominados batás-côtôs. Parece ter sido Artur Ramos quem primeiro registrou três tipos de tambores encon-

trados na Bahia: rum (grande), rumpi (médio) e lé (pequeno). Estes nomes, que não se usam para os tambores das seitas de nação congo, e que na Bahia são largamente adotados entre as seitas jêje-nagôs, em Pernambuco só raramente os consegui registrar. Os atabaques são tambores de forma cônica, geralmente feitos de barril. A pele é presapor meio de cordas e um arco, que pode ser de cipó ou de metal colocado a meio corpo do instrumento e firmado por meio de cunhas de madeira. O rum tem sempre mais de 80 cm. de altura. Livro indispensável à consulta é o de Oneyda Alvarenga, sob o título: *Música Popular Brasileira*. Porto Alegre. 1950.

⁽²⁾ Nas religiões africanas, Xangô é divindade muito prestigiada. É o deus do trovão e do raio. Por isto, seufeticheé a chamada “pedra de raio” ou “corisco”, ou ainda machados de pedra. Aliás, diga-se de passagem, nunca encontramos a verdadeira “pedra de raio”, isto é, o meteorito. Sempre encontramos machados de pedra polida. Em Pernambuco, Xangô passou a ter um sentido mais extensivo. Significa também o próprio culto, a própria religião. E até o local onde se realizam as cerimônias religiosas.

⁽³⁾ ORIXÁS — São as divindades ou “santos” das religiões africanas, de influência nagô. Mas, divindades intermediárias que servem para comunicar as criaturas humanas com os deuses principais, os chamados deuses do céu.

⁽⁴⁾ FETICHISTA — Praticante do fetichismo, isto é, religião primitiva que

presta culto a certos objetos considerados como encarnação das divindades e chamados fetiches.

⁽⁵⁾ CANDOMBLÉ — Nome que se dá à religião afro-brasileira e ao local onde se realiza o culto. Termo usado, principalmente, na Bahia.

⁽⁶⁾ TERREIRO — Local onde se realizam as cerimônias religiosas. Tomado no sentido amplo, vale como templo religioso afro-brasileiro. Em sentido estrito, significa o salão das danças religiosas, geralmente de terra batida, algumas vezes cimentado.

Nome genético dado ao ruído produzido pelo atabaque

⁽⁷⁾ TOQUE — Festa ruidosa realizada pelas seitas afrobrasileiras.

⁽⁸⁾ FILHAS-DE-SANTO — Iniciadas do culto afro-brasileiro. Podem ser comparadas a verdadeiras sacerdotisas. Nelas se manifestam os “santos”, de modo provocado ou espontâneo. Embora seja mais comum nas mulheres, entretanto, a iniciação pode ser feita também para os homens.

⁽⁹⁾ IALORIXÁ — Termos usado, particularmente, no Nordeste, para indicar a “mãe-de-santo”, isto é, a encarregada de dirigir o culto. Pode ser chamada também “mãe-de-terreiro”. O sacerdote, aquele que se encarrega dos negócios religiosos, é conhecido por “pai-de-santo”, “pai-de-terreiro” ou babalorixá.

⁽¹⁰⁾ DESCER — Manifestar-se o orixá nos filhos-de-santo.

⁽¹¹⁾ ADARRUM — Toque acelerado dos atabaques para forçar a descida dos orixás.

⁽¹³⁾ No Nordeste, os tambores são conhecidos geralmente pelos seguintes nomes: ilu-chefe (o maior); omele-a-go (o médio); e omele (o menor). É interessante consultar a esse respeito o excelente trabalho de René Ribeiro, intitulado: CULTOS AFROBRASILEIROS DO RECIFE: Um estudo de ajustamento social. Recife. 1952.

⁽¹⁴⁾ POSSESSÃO — Também chamada de “estado de santo”, na Bahia, e de “manifestação”, em Pernambuco e no Nordeste em geral, ou ainda “transe”, como é chamada algumas vezes, é um estado psicológico especial durante o qual o filho ou filha-de-santo se julgam possuídos pelo orixá.

BIBLIOGRAFIA

ALVARENGA, Oneyda. Música Popular Brasileira. Porto Alegre. 1950;

AMORIM, Deolindo. Africanismo e Espiritismo. Rio de Janeiro, 1940.

BASTIDE, Roger. Imagens do Nordeste Místico em branco e preto. Rio de Janeiro, 1945.

CARNEIRO, Edison. Religiões Negras. Rio de Janeiro, 1936.

CARNEIRO, Edison. Negros Bantus. Rio de Janeiro, 1937.

_____. Candomblés da Bahia. Bahia, 1948.

CASCUDO, Luís da Câmara. Notas sobre o Catimbó. Novos Estudos Afro-Brasileiros, Rio de Janeiro, 1937.

_____. Dicionário do Folklore Brasileiro. Rio de Janeiro, 1954.

CAVALCANTI, Pedro. As seitas africanas do Recife. Em: Estudos Afro-Brasileiros, Rio de Janeiro, 1935.

FERNANDES, Gonçalves. Xangôs do Nordeste. Rio de Janeiro, 1937.

HERSKÔVITZ, Melville J. Deuses Africanos e Santos Católicos nas crenças do negro do Novo Mundo. Em: O Negro no Brasil, Rio de Janeiro, 1940.

LANDES, Ruth. Fetish Worship in Brazil. Em: The Journal of American Folklore, Outubro-Dezembro, 1940.

LIMA, Vicente. Xangô. Recife, 1937.

PIERSON, Donald. O Candomblé da Bahia. Curitiba, 1942.

QUERINO, Manuel. Costumes Africanos no Brasil. Rio de Janeiro, 1938.

RAMOS, Artur. O Negro Brasileiro. Rio de Janeiro, 1934.

_____. O Folk-lore Negro do Brasil. Rio de Janeiro, 1935.

_____. Os mitos de xangô e sua degradação no Brasil. Em: Estudos Afro-brasileiros, 1. vol. Rio de Janeiro, 1935.

_____. a aculturação negra no Brasil. São Paulo, 1942.

_____. Introdução à Antropologia Brasileira. Rio de Janeiro, 1934.

RIBEIRO, René. Cultos Afro-brasileiros do Recife: Um estudo de ajustamento social. Recife, 1952.

RODRIGUES, Nina. O animismo fetichista dos negros bahianos. Rio de Janeiro, 1935.

_____. Os africanos no Brasil. São Paulo, 1932.

SCHAEFFNER, André. Origines des Instruments de Musique. Paris, 1936.

VALE, Flausino Rodrigues. Elementos de Folk-Lore Musical Brasileiro. São Paulo, 1936.

VEGA, Carlos. Los instrumentos musicales. Buenos Aires, S/D.

VERGER, Pierre. Les Dieux d'Afrique. Paris, 1954.

_____. Orixás. Cidade do Salvador, 1951

A black and white photograph of a tropical landscape. In the foreground, there are various plants, including banana trees on the left and some reeds or tall grasses in the center. In the background, a large, ornate building with multiple domes and classical architectural features is visible. The sky is clear and light-colored.

O Recife e a Escola do Recife

Mauro Mota



Escrevo sobre alguns traços das relações entre ambos, desde os antecedentes à reciprocidade, isto é, sobre o que o Recife deu à Escola e a Escola deu ao Recife

Não escrevo aqui especificamente sobre a Escola do Recife. Nem sobre a sua estrutura, nem sobre a sua filosofia, nem sobre o monismo, Haekel, Comte, Kant ou os sangangus da Faculdade, que levaram Virgílio de Sá Pereira àquela descascadela: grande mal ou grande bem, Tobias livrou o Norte do Positivismo. Tentar fazê-lo sem aspas, juntando notas de erudição, seria a chuva no poço, depois da bibliografia sobre o tema, nos derradeiros anos, valorizada pelas contribuições de Gilberto Amado, Sylvio Rabelo, Barbosa Lima Sobrinho, Luiz Delgado, Miguel Reale, Hermes Lima, Vamireh Chacon, Nelson Saldanha e Sílvio Meira. Escrevo sobre **O Recife e a Escola do Recife**, sobre alguns traços das relações entre ambos, desde os antecedentes à reciprocidade, isto é, sobre o que o Recife deu à Escola e a Escola deu ao Recife. Não só entre 1862-89; mesmo antes; e depois em projeções e interesse histórico.

O próprio Sílvio Romero fixa os poderes da ambiência: “Enquanto no Rio de Janeiro, escreve, os espíritos se diluíam nas divagações das Cartas de Erasmo, a mocidade do Recife fremia sob o impulso das tentações republicanas, democráticas, abolicionistas, patrióticas. A expressão desse aspirar tumultuário e intenso era natural que em almas juvenis se manifestasse pela poesia e, mais natural ainda, era que ela tomasse o tom e a coloração dos grandes mestres que no tempo falavam mais alto aos instintos generosos do coração francês, Vitor Hugo e Edgar Quinet”⁽¹⁾. Aí caracteriza a primeira fase da **Escola**, a poética (esta e as duas outras, a crítico-filosófica e a jurídica, no seu entender, com as marcas a elas correspondentes, na obra de Tobias, **Dias e Noites, Estudos Alemães e Estudos de Direito** representada no condoreiríssimo. O Recife teria sido a matriz de ou-

tras escolas, a naturalista, a científica, a parnasiana. Castro Alves, na Bahia, no Rio e em São Paulo, “o apóstolo andante das novas intuições”, sempre visto abaixo do autor das “nossas genuínas canções da espada”⁽²⁾ uma delas, A Vista do Recife, dizendo:

é a cidade valente
Brio de altiva nação,
Soberba, ilustre, candente,
Como uma imensa explosão:
De pedra, fogo e bravura,
De aurora, de formosura,
De glória, fogo e loucura,
Quem é que lhe põe a mão?
[...]

Assopras nas grandes tubas,
Que despertam as nações,
Eriçam-se as férreas jubas,
Uivam as revoluções...
Teus edifícios dourados
Vão-se erguendo, penetrados
Da voz dos Nunes Machados
Do grito dos Camarões.

O apóstolo andante (mais andante seria ele no tempo) perde então, nesse confronto, exatamente pelos motivos que o levariam a ganhar na História e a ganhar a História; a imaginação nada repetidora: a imaginação criadora. Nele, a chamada “pura anarquia das metáforas” tinha sido um tipo de ordem que ainda hoje o mantém vivo e circulante contra as previsões — prova de que, ontem como hoje, o crítico não é a crítica global — de um polígrafo (palavra muito do léxico do fim do século) de um grande espírito que

deixa a gente perplexa ao condenar à morte algumas das melhores peças da antologia do romantismo, entre elas A **Canção do Exílio** e o **Canto do Piaga**.⁽³⁾

O que houve, no Recife, em relação a Castro Alves, foi o que houve, de modo particular para as tendências de cada um, em relação ao cearense Clóvis Beviláqua, a Tobias e a Romero, em menor escala, a outros sergipanos deles seguidores, Fausto Cardoso, Samuel Oliveira, Tito Lívio de Castro, “o sábio de 26 anos”, e Gumerindo Bessa, em cujo livro póstumo, da 1916, **Pela Imprensa e Pelo Foro**, há depoimentos quase insurreccionais: o sobre Tobias místico, fascinado pelos aspectos positivos do catolicismo, e que a ele confessara ser o ateísmo uma tolice e uma forma de ignorância, e outros contra a gramática e os gramáticos, numa época em que já os prestigiava com os seus estudos João Batista R. de Andrade Fernandes, simplesmente o nosso João Ribeiro. Contra a gramática e os gramáticos e nesses termos: “A gramática é parva, é ladra, é bêbada, é canalha. Fora com ela. O gramático é o animal menos sensato da criação. Gramática não ensina a escrever como lógica não ensina a argumentar, nem mecânica ensina a nadar. A gramática ó um túmulo, um cenotáfio, um sarcófago. O gramático quer descobrir regras onde só existem hábitos. A gramática nunca fez um só escritor tolerável”. Todo o libelo contra a gramática escrito em boa linguagem gramatical.⁽⁴⁾

O que houve no Recife em referência a Castro Alves, no caso, a intensidade da permanência com pensando a brevidade? O fenômeno recifense de pernambucanização, atuante sobre ele como, definitivo, sobre Tobias e Sílvio e, já neste século, sobre Gilberto Amado.

Que achem insólita a afirmação. Mas, sem o Recife, talvez Castro Alves não tivesse sido o que foi. Ao Recife, ele chegou trazendo os versos da adolescência mais verde, logo depois, seguidos dos que o transferiram à admiração nacional. No Recife, rebentou o seu gênio poético e político. Poderão dizer que esse gênio rebentaria em qualquer parte. Mas não de qualquer modo. No Recife, Castro Alves achou e, talvez mesmo fosse ao encontro delas, mais do que ao dos estudos jurídicos, as chamadas *condições favoráveis* aos seus talentos, cujas manifestações, se retardadas, tanto perderiam o tempo de uma vida curta.

No Recife, achou vivas as lembranças das lutas pela liberdade e, em curso, a campanha abolicionista. Fez o poema a Pedro Ivo, um dos cabeças da Revolução Praieira:

[...]

Mas contam que um dia rolava o oceano
Seu corpo na praia que vida lhe deu...
Enquanto que a glória rolava sua alma
Nas margens da história, na areia do céu! ...

No Recife, saudou o amigo Maciel Pinheiro, que partia para a guerra do Paraguai:

Partes, amigo, do teu antro de águias
Onde gerava um pensamento enorme,
Tingindo as asas no levante, rubro,
Quando nos vales inda a sombra dor-me...
Na fronte vasta, como um céu de ideias,
Aonde os astros surgem mais a mais...
Quiseste a luz das boreais auroras...
Deus acompanhe o peregrino audaz.

No Recife, Castro Alves compôs parte significativa da obra poética, além do drama **Gonzaga**; colaborou no **Diário de Pernambuco**, foi líder estudantil e tribuno popular, morou na Rua do Imperador, na Rua do Lima e em Jiquiá, fez do Santa Isabel o seu teatro, bateu-se nele com Tobias Barreto, teve duas amantes, Idalina, que cantava e tocava piano, e, a mais tumultuosa, Eugênia Câmara, além da namorada, só namorada de conversas, da Soledade. A um século da sua morte, é personagem vivo das convivências pernambucanas. Quem passa hoje pelos bairros da Boa Vista, de Santo Antônio, de Santo Amaro, quem passa pelo caminho que leva a Tejipió, está pisando no território pernambucano da eternidade de Castro Alves.

Mantidas as fases romerianas da *Escola do Recife*, a que mais a caracteriza é a segunda. A crítico-filosófica, a do germanismo, da qual Tobias se fez o núcleo, o líder — às vezes, até discutindo sozinho, pois, de seus



Jornal O Carapuceiro

opositores, só José Higino sabia alemão — o teórico e o praticante, com as chamadas do tumulto identificador dos gênios. Recorde-se palavras dele: “Sou inimigo da retórica, não gosto do palavreado em que gastamos um tempo enorme, e, o que mais admira, inutilmente(...) Sou um homem do povo, mas não sou e nem pretendo ser um homem popular”.⁽⁵⁾

Nem tanto. A vitória da Alemanha na guerra contra a França, em 1871, a que nos levou, através do **Cuore**, de Amicis, a sentir tanta pena do estudante alsaciano, leva Tobias — os biógrafos empregam a ressalva do possivelmente — a apaixonar-se pela cultura alemã, a estudar-lhe, em Escada, e para tornar-se um mestre brasileiro em tudo isso, a língua, a literatura, a filosofia, as normas ju-

rídicas, a música; para tornar-se um mestre brasileiro em tudo isso, com as novas ideias alcançando a coleção municipal de gente, os alunos, os colegas da Faculdade de Direito, o País, o povo, através do livro e do jornal, da tribuna da Assembleia Provincial.

Por ter, durante dez anos, morado na cidadezinha pernambucana da Mata Sul, com a Promotoria Pública, a tipografia, os semanários, os folhetos, o jornal escrito em alemão, o auto preparo para uma luta, que seria uma etapa na cultura brasileira de todos os tempos, a “fogueira do espírito”, como o chamaria Gilberto Amado, soltava também faíscas de humor. No “discurso em mangas de camisa”, nos versos dedicados ao liberal juiz da comarca:

Considerando que as flores
Existem para o nariz,
E as mulheres para os homens
Na opinião do Juiz;

Considerando que as moças
Ariscas como a perdiz,
Devem ter seu perdigueiro,
Na opinião do Juiz;

Considerando que a gente
Não pode viver feliz
Sem fazer seu namorico
Na opinião do Juiz;

Amemos todos, amemos,
É Cupido quem o diz;
Pois namoro não é crime
Na opinião do Juiz;

E ainda no episódio contado por Sylvio Rabelo: achava-se Tobias em sua casa de Afogados, lendo e balançando-se na rede, quando chegou um contínuo trazendo-lhe o título de sócio efetivo do Instituto Arqueológico.

Bote aí em cima dessa mesa.

Mas o sr. tem de pagar os emolumentos.

Que emolumentos, que nada! (Disse o mestre, irritando-se.) Ser besta de graça, vai. Mas pagar para ser besta é demais!

Tais derivações longe estavam de afetar o papel de Tobias “emancipando — é o depoimento de Graça Aranha — a mentalidade brasileira afundada na Teologia, no Direito natural, em todos os abismos do conservantismo”.⁽⁶⁾ Era a ruptura com essas normas, a montagem de uma cultura nova, quase de supetão.

Embora sem ouvir falar em alemão e em alemães pela primeira vez — eles chegaram a Pernambuco no período colonial, empregados na mecânica dos engenhos de açúcar; com Hans Staden no tempo de Duarte Coelho; com os Lins, de Ulm; com Maurício de Nassau e as suas equipes, a científica, a dos artistas e a dos operários; com o engenheiro Bloem, com os colonos de Santa Amélia em 1829 —, estávamos agora diante deles em outras circunstâncias, diante de uma presença mais próxima do que a física; a das ideias, e das ideias insinuadas em diferentes áreas de

conhecimento e indagações. Para isso, querendo mudar todo o panorama tradicional anglo-francês, visto, com visão de mestre, por Otávio Tarquínio de Souza: “Sem a pujança da Inglaterra, cujo desenvolvimento econômico não podia acompanhar, a França foi sempre sua rival no Brasil a disputar-lhe a clientela comercial e o domínio dos espíritos”. (...) “Para Evaristo, os comerciantes franceses se contariam apenas entre cabeleireiros, alfaiates, perfumistas, dentistas, damas do *Palais Royal* e suas lojas seriam de modas e *nouveautés*, ao passo que os ingleses estariam representados por capitais mudos fortes. (...) “A França não influenciou em nossa gente somente por suas modas femininas, suas *cocottes*, seus perfumes: influenciou por suas ideias, suas doutrinas políticas, seus poetas, seus livros; influenciou pelo extraordinário, universal prestígio de sua Revolução; e debaixo desse ponto de vista, deixou à distância a Inglaterra”.⁽⁷⁾ Distância que até pareceria menor sob o fascínio de **Ingleses no Brasil**, onde Gilberto Freyre fixa “as primeiras repulsas brasileiras aos abusos do imperialismo britânico em nosso país, sobretudo era nossos mares”, sentidas até naquela cantiga de carregadores de piano nas ruas do antigo Recife:

Não se pesca mai de réde,
Não se pode mai pescá,
Qui já sube da nutiça
Qui os inglês comprou o má.

Ao mesmo tempo, história, e como história! A participação dos ingleses em nossa vida social. Dos capítulos onde os distribui podem ser tiradas sugestões e enumerações significantes. O que era o inglês no Recife no século XIX? O chefe de empresas ferroviárias e de navegação, o engenheiro, o importador de bacalhau, de vidros, de ferragens, de manteiga, de bebidas, de tecidos, o leiloeiro, o “alto negociante”, a “firma sólida”. O que mais o representava: a roupa de brim branco, a casimira, o boné, o chapéu de cortiça, o paletó de xadrez a príncipe de Gales, o cachimbo, o whisky, o gin, o rum, as grades de ferro nas casas, o rosbife, o sabonete, o pijama, alguns tipos de barba, o gramado do jardim, o cabo submarino, o chá, a louça, a novela policial, a casa de campo, o sanduíche — já feito às vezes alimento aculturado (o pão de trigo comprado na Inglaterra com salsicha alemã e tomate de Pesqueira, tudo isso acabou no cachorro-quente) — o footing, o gosto pelo cavalo e pelo buldogue, o piquenique, o presunto, o clube, o futebol, o golfe, o olho azul das misses não só para inglês ver, os anglicismos, a “pontualidade britânica”, o Cemitério dos Ingleses, onde foi enterrado Abreu e Lima, e Igreja Anglicana da Rua da Aurora, com os renques de pitangueiras, o livro inglês em tradução francesa.⁽⁸⁾

Esse último ponto matiz da preponderância que a *Escola do Recife* queria acabar ou, pelo menos, moderar: da cultura ibérica, aqui do-

minante desde o século XVI, e, da iniciação do XIX em diante, coexistente com a francesa, esta facilitada pelo aprendizado da língua mais com professores particulares, nos quais se transformavam, nas próprias casas, nas dos engenhos ou nos sobrados urbanos, migrantes franceses, por ventura ou desventura, mal sucedidos em outros misteres (caso do sanitarista Cambronne); pela sedução da França, sedução política, literária, científica, artística, sobre os brasileiros. Um destes, o paraibano pernambucanizado, o também sábio e a amigo de José Bonifácio, Manuel de Arruda Câmara, que estudara em Montpellier. Frade carmelita, antes da secularização. O frei Manuel do Coração de Jesus, do Convento de Goiana, médico, botânico — inventor do abacaxi, pois o trouxera silvestre do Maranhão para convertê-lo na espécie atual através da genética de cruzamentos e enxertos; pioneiro na exploração industrial da cera de carnaúba, da mangabeira e do caroá, de outras plantas xerófilas, isso ainda no fim do século XVIII — sobretudo o chefe do laboratório, o areópago de Itambé, dos movimentos liberais. Deles deixou o programa, incluindo a democracia racial, valorização efetiva do negro e do mulato, em mãos do seu discípulo amado, o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, que — o episódio é conhecido — num brinde em casa do não-me-toques, embriagado Tollenare, então em Pernambuco, disse o que entendeu



Faculdade de Direito do Recife

quando, ao vinho do Porto, preferiu o cálice de aguardente dos alambiques de barro da *Marim dos Caetés*.

“João tu és o meu escolhido”, escreveu Arruda, quase às vésperas da morte. João fora professor do Seminário de Olinda, que permitiu a Oliveira Lima chamar a Revolução de 17 “uma revolução de padres”. Padres feitos não só para dizer missa e botar os “santos óleos”. Ainda para servir ao Estado; usar a palavra e a pena pelo bem público ou o mosquito, se preciso, sabendo para onde dirigi-lo. Essa missão o bispo Azeredo Coutinho, o fundador, eclesiástico em dia com a ideologia liberal francesa, dera ao Seminário.

Antecedentes dessa categoria e rivalidades contemporâneas contribuem para mostrar a força da *Escola*

do Recife, mostrar que, para afirmar-se, como se afirmou, ela não achou o campo vazio de competições. Afinal, diversos dos revolucionários de 17 e 24 eram mais do que revolucionários políticos. Frei Caneca deixou textos de poeta com estrofes nas quais um crítico subversivo dos calendários identificaria afinidades com Fernando Pessoa: Não posso contar meus males/ Nem a mim mesmo em segredo/ É tão cruel o meu fado/ Que até de mim tenho medo. Deixou o **Breve Compêndio da Gramática Portuguesa, Organizado de Forma Sistemática, com Adaptação à Capacidade dos Alunos**, às voltas com Etimologia, com Ortografia, com Sintaxe e com Prosódia falando em “certo modo de escrever e pronunciar diferente das regras estabelecidas”.

E o **Tratado de Eloquência**? (“Eloquência, define-a, é a faculdade de significar com deleite os pensamentos por palavras, para convencer e persuadir”). E o **Tratado de Versificação**? E as **Taboas de Sistema Retórico**, de Fábio Quintiliano? E as **Orações Sacro-apologéticas**? E as **Cartas**? Isso, além de: **Dissertação Político-Social, Política Partidária, Cartas de Pítia a Damão** e dos vinte e nove números de **O Typhis Pernambucano**.

Como poeta, mencione-se também Natividade Saldanha, o Secretário do Governo da Confederação do Equador, cabeça pensante de Manuel de Carvalho Paes de Andrade. Aluno do Seminário, bacharel em leis por Coimbra, autor do soneto página certa das antologias patrióticas (Filhos da pátria, jovens brasileiros/ Que as bandeiras seguiu do Márcio Nume,/ Lembrem-vos Guararapes, e esse cume,/ Onde brilharam Dias e Negreiros), das odes sobre temas nacionalistas, o galo de campina, o xexéu, o ponche de caju, e da procuração, que o poderia incluir numa antologia universal de humorismo, procuração passada, em cartório de Caracas, ao saber de sua condenação à morte na forca:

Pela presente procuração, por mim feita e assinada, constituo por meu bastante procurador na província de Pernambuco ao meu Colega o Dr. Thomaz Xavier Garcia de Almeida, para em tudo cumprir a pena que me foi imposta pela comissão militar, podendo este morrer enforcado, para o

que lhe outorgo todos os poderes que por lei me são conferidos. Caracas, 3 de agosto de 1825.

Dentro de um critério jamais enumerador, só representativo do panorama intelectual do século XIX em Pernambuco, que a *Escola do Recife*, como expressão de conjunto de maior validade, nesse panorama, iria coroar, aparece um crítico de costumes, o padre Carapuceiro, isto é, o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, que tanto movimentou o Recife com os seus estilos de pregador de mosteiro, lente do Liceu (Ginásio Pernambucano), diretor do Curso Jurídico, deputado na Assembleia Provincial e no Parlamento Imperial, e a quem Alceu de Amoroso Lima chamou de “polemista clássico”.

Lopes Gama escrevia com os espetos mais afiados e quentes. Abra-se a coleção do seu jornal, que lhe deu a alcunha, leia-se a crônica “A Nova Sociedade das Senhoras Viúvas” ou a “Sociedade das Desgostosas”, incluída na *Antologia do Conto Brasileiro: Os Precursores, introdução, pesquisa e seleção de Barbosa Lima Sobrinho*. Veja-se a malícia com que o Padre apresenta duas sócias da original entidade: “A senhora Dona Expeditiva, que, depois de haver gasto dois pares de maridos, casou, há poucos tempos, com um oficial reformado e septuagenário, e como relatasse à Sociedade o que se passou entre ela e o seu novo esposo no decorrer de uma semana, permitiram-lhe a continuar a ser sócia como viúva”.

Leia-se ainda a referência a “Dona Rosalgar que casou, na idade de catorze anos, com um advogado que já passava dos oitenta, de quem teve dois gêmeos, nove meses ao justo depois do falecimento do seu bom marido. Esta viúva foi encarregada de fazer o regimento interno da **Sociedade**”.

Coisas assim, mesmo as interferências políticas do padre Carapuceiro, xingando os adversários dia e noite, sem qualquer comiseração eclesiástica, pediam represálias. Uma, atribuída a Maciel Monteiro, redator do periódico “O Carranca”, pelo proeminente adepto de Tobias, o jurista Faelante da Câmara.

Certa menina seduz
O Frade Carapuceiro
Para dar-lhe sem dinheiro
Do francês alguma luz.
Fiou-se ela no capuz,
Mas, coitada, se perdeu!
Tais lições o frade deu
Que, semeando o francês.
Ao cabo do nono mês,
Um brasileiro nasceu.
Mais do que epigramista, e autor do
soneto que lhe sustenta o nome,
Formosa qual pincel em tela fina,
[...]
(Mulher celeste, oh! anjo de primores!
Quem pode ver-te sem
querer amar-te?
Quem pode amar-te sem
morrer de amores?)

Fez-se um introdutor do romantismo no Brasil. Vivendo em Paris, na

década de 1820, de cuja universidade recebeu três títulos, bacharel em letras, bacharel em ciências e doutor em medicina, assistiu à eclosão do movimento romântico. Hugo e Lamartine eram seus modelos. Traduziu diversas páginas de **Meditações**.

Membro na Câmara Municipal do Recife, deputado (Assembleia Provincial e Geral), Ministro do Império (Estrangeiros) e plenipotenciário em Portugal, mulherengo sem descanso, Maciel dizia ter calos nos dedos de tanto levantar saias.

Mas a galanteria não inferiorizou a sua vida. Quando voltou da França, botou placa de médico, médico de família (que perigo pior do que a doença) e de consultório cheio; fundador e primeiro presidente da Sociedade de Medicina de Pernambuco. Diretor do Curso Jurídico, parece, não se “ambientou” em Olinda, pois disse uma vez ao colega Pedro Autran da Mata e Albuquerque: “Nasci para viver de amores e não para dirigir estudantes”. (Nesse tempo, não havia moças nas escolas superiores).

O talento oratório de Maciel pôde-se medir através deste episódio, contado por Joaquim de Macedo. Ele, Maciel, bambo das noites, dormia até às 10 horas (Madrugada para a geração de hoje). Lembrava-se então de “compromissos sérios” na Assembleia Provincial. Coordenava o discurso enquanto vestia o fraque e almoçava. O discurso, uma hora depois, dava a impressão de ter muitos dias de preparo.

Mas só defendia os problemas do seu agrado. Em certa sessão da Câmara Municipal, cochilava na poltrona enquanto se discutia um projeto de posturas municipais. Acordado por um colega, saiu-se com esta:

Se há posturas de galinha,
Há também municipais.
Aquelas produzem ovos,
Estas sono e nada mais.

Quem muito lhe admirava os dons literários, tanto que os atraiu para **O Progresso**, era Antonio Pedro de Figueiredo, personagem da história das ideias no Recife. Nessa sua revista, **O Progresso**, e no **Diário de Pernambuco**, Figueiredo mudou o tratamento de vacas, do qual, menino sem eira nem beira, se ocupava em Igarassu, pelo tratamento de temas, ainda hoje, atualíssimos: estrutura fundiária, monopólio da carne verde, erosão, concentrações demográficas no litoral, alfabetização, menores delinquentes, penitenciárias agrícolas. Chamado de Cousin Fusco, obviamente por causa de sua pregação socialista, por ser mulato e tradutor do **Curso da História da Filosofia** de Vitor Cousin, Figueiredo elabora-se peça do francesismo, inclusive quando chamou Louis Léger Vauthier para escrever sobre assuntos científicos em **O Progresso**.

Vauthier (como engenheiro, teria um continuador pernambucano, Mamede Ferreira) juntou à missão técnica, que o trouxera a Pernambuco (contratado pelo Conde da Boa Vista,

por sua vez bacharel em matemáticas pela Universidade de Paris, para reformas urbanas no Recife entre 1840-46) a de propagador de “doutrinas e ideias de progresso social complementar do progresso técnico, doutrinas e ideias que, antes de terem sido de Comte, foram de Fournier e Saint-Simon”.⁽⁹⁾

A esse francesismo, a *Escola do Recife* resiste e resiste naquelas condições definidas por Luiz Delgado: “Tobias Barreto entrou, como um furacão, na alma da mocidade que no Recife se concentrava, vinda de todos os pontos do país, para estudar Direito. Em nossa história, antes ou depois dele, até agora, ninguém teve uma influência igual a sua em amplitude e feito. A verdade é que ele mudou a fisionomia e talvez a alma do Brasil (...). Fixou-se ele como um divisor de águas na paisagem de nossa cultura”.⁽¹⁰⁾

Cultura além da área jurídico-filosófica e crítico-literária, o que já seria muito. Além dos livros e das especulações, alcançando o social no sentido amplo, nas mudanças de costumes e preferências dos próprios estudantes: um deles, Joaquim Angélico Bessoni de Almeida, conta, em peça de teatro recentemente desenterrada por Ariano Suassuna, **Eu me caso ou os Estudantes do Recife**, como era a vida nas *repúblicas*, coincidindo muitos dos informes com os da **História da Faculdade de Direito**, de Odilon Nestor.

Em que pese uma Carta Crítica, de Franklin Távora — como a escreveu pedante o autor de **Cabeleira** e de



Castro Alves

Lourenço! — mais “em guisa de intróito ou exórdio”, como ele diz, do que de crítica, o ambiente e a estrutura dialogal pertencem a quem os viveu intensamente.

Bessoni retrata antigos hábitos estudantis. A anarquia das casas; as noites de preparo de sabatinas; as dificuldades no almoço; o “senhor acadêmico” fazendo versos para a Juliázi-nha (olhos mais brilhantes do que dois bicos de gás) e esperando “estrondoso

juízo crítico ainda que de encomenda; mandando vender alguns livros à “Livraria Popular”; espantado porque “atualmente namora-se até na Igreja”; “fazendo ronda na calçada da predileta”, o “senhor acadêmico” de baralho na mão”.⁽¹¹⁾

Tal comportamento modifica-se sob os estímulos da Escola do Recife. França Pereira, citado por Sílvio Romero entre os que prestaram “serviços às pátrias letras e ao pensamen-

to nacional”, entre os “combatentes da ideia”,⁽¹²⁾ fundador da **Revista Contemporânea**, tão louvada por Alfredo de Carvalho, refere-se a algumas dessas modificações em autobiografia inédita:

“No último quartel do século XIX, sob a influência de Castro Alves, já se formavam no Recife grupos de poetas de “pendor socialista”, reclama-se “a cor local”, havia “singularidades e extravagâncias”, “conflitos perenes” e até “movimento revolucionário nas letras”, sob a chama “da indecisa vela espetada ao gargalo da garrafa”, que os beletristas acendiam na hora de construir a renovação.

Nessa renovação, o **Diário de Pernambuco** interferia. Ao evoluir da “folha de anúncios”, como o queria, no começo, o fundador, Antonino José de Miranda Falcão, teve colaboradores, além de Figueiredo e Gama, do porte de Nabuco de Araújo, Pedro Autran, Paula Batista, Pinto de Campos, Tobias e Arthur Orlando, dois grandes da *Escola do Recife*, pois – a expressão é do primeiro – formavam um “par homérico”, quando “as duas forças do Recife de então eram a Faculdade e a imprensa”.⁽¹³⁾

Relacionando-se Faculdade e Imprensa, Tobias e Orlando, influente em jornal, veja-se Tobias, do alto de sua glória e dos baixios de sua casa em Afogados, mandando ao companheiro artigos acompanhados de bilhetes que, sem os “males reumáticos” e o “vesicatório” seriam escritos por estreates

preocupados com erros de revisão pequenos elogios, o “cavaquinho”:

“13 de julho de 88. Meu caro Artur. Aí vai a continuação do Martins. Podia ir logo tudo, mas os meus males reumáticos têm recrudescido e obstam que escreva. Peço-lhe que faça sair domingo. Na 2ª. feira muito cedo mando o resto para sair na 3ª. Tenha paciência: não deixe sair muito errado. Do amigo Tobias”.

“28 de novembro de 1888. Meu caro Artur. Aí vai a papeleta. Peço-lhe que faça sair em três quinhões, como lhe disse — acompanhados sempre de um “cavaquinho” da redação. Pare isso já vão indicadas as três porções com uma cruz de lápis azul. A primeira termina na tira 17; a segunda na tira 30 e a terceira o resto. Tenho passado hoje melhor o dia; creio que devido ao vesicatório. Peço-lhe que tome cuidado com o pedacinho de alemão, a fim de não sair errado. Do velho amigo Tobias”.⁽¹⁴⁾

“A imprensa foi a chave do (seu) êxito”⁽¹⁵⁾ de Arthur Orlando, embora, aos artigos partidários dele, na análise de Oliveira Lima, falte a “repercussão dos (vossos) ensaios de crítica filosófica porque não são feitos pelo mesmo gosto e pela mesma devoção”⁽¹⁶⁾ presentes, e de modo ainda mais ostensivo talvez, em **Porto e Cidade do Recife** e em **Brasil, a Terra e o Homem**, os derradeiros livros que ficaram sendo os primeiros na sua bibliografia.

Sendo, entretanto, o que, à maneira do atuantíssimo Martins Jú-

nior, mesmo com as diferenças de expressão entre ambos (Martins com a ciência no Direito e até na poesia, mais jornalista no jornal) se chamava “baluarte da imprensa”, Arthur Orlando incentivou a imprensa à acolhida e à disseminação das “novas ideias”, incluindo a conquista, de acordo com elas, de novo lugar para o estudante de Direito, a fim de que ele deixasse de ser o gamenho luso-brasileiro oitocentista para quem, segundo João Grave, “o ideal eram (são) as estrelas e o alimento, beijos e óleo de fígado de bacalhau”;⁽¹⁷⁾ um novo lugar para o bacharel, fora do ornamental, do “filho doutor”, do orador de fala doce, pedindo água, e dentro de uma consciência jurídica, literária e social, que o transferisse da contemplação à participação.

Sem qualquer arrogância prusiana, o germanismo tobiático conquista o seu espaço até em coisas menores, contudo registráveis pelos vínculos com o povo: substituindo o piano inglês, o piano alemão, que, talvez, tanto como as composições, tivesse juntado, aos títulos de Tobias, o de crítico musical; os óculos; as máquinas de tirar retrato; a cutelaria: quase só se acreditava no Recife em corte de canivete alemão.

Ultrapassando o proselitismo, a *Escola do Recife* acompanha as reivindicações do seu tempo. Apesar do hino abolicionista (Os dois tribunos da Pátria/ No Congresso Nacional/ Mariano a nossa glória/ Nabuco o nosso fanal). Tobias e Arthur Orlando dirigem a Comissão Emancipadora do Recife. O firme companheiro de ambos, Martins Júnior — a um jurista das dimensões dele negaram três vezes, depois de três concursos, a nomeação de professor da Faculdade — ostensivamente as campanhas jornalísticas abolicionista e republicana. Republicano histórico, ele que, a sua “poesia científica” juntava a ação sem temor, fez-se o verdadeiro proclamador da República no Recife. O povo recebera com frieza a notícia trazida pelo cabo submarino na tarde do dia 16. Quase à boca da noite, houve a passagem do governo de Sigismundo Gonçalves ao coronel Cerqueira, também friamente, como se fosse um ato privado. Foi Martins Júnior quem comandou uma passeata de regozijo pelo novo regime, nos bairros de Santo Antonio e da Boa Vista. No ano da morte de Tobias, a passeata era uma comemoração e também um símbolo. O símbolo da marcha da *Escola do Recife*, decidida, para a nossa história cultural.

BIBLIOGRAFIA

- ⁽¹⁾ ROMERO, Sílvio. Discurso do Sr. Euclides da Cunha e resposta do Sr. Sílvio Romero; 18 de dezembro de 1906. Em: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Rio de Janeiro. Discursos acadêmicos: 1897-1919; v. I, II, III e IV. Rio de Janeiro, Edigraf 1934. p.233.
- ⁽²⁾ _____. Op. cit. (1). p. 231.
- ⁽³⁾ _____. Op. cit. (1). p. 231.
- ⁽⁴⁾ SALDANHA, Nelson. A Escola do Recife. Recife, 1974. 110 f. dat.
- ⁽⁵⁾ ANNAES DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DE PERNAMBUCO, Recife, ano 1878.
- ⁽⁶⁾ ARANHA, Graça. Obra completa; organizada sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969. p. 572.
- ⁽⁷⁾ FREYRE, Gilberto. Ingleses no Brasil; aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. Rio de Janeiro. José Olympio. 1948. p. 20-21.
- ⁽⁸⁾ _____. op. cit. (7). op. pass.
- ⁽⁹⁾ _____. Um engenheiro francês no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1960. t. 1, p. 49.
- ⁽¹⁰⁾ DELGADO, Luiz. Centenário do Nascimento de Artur Orlando. Recife, Faculdade de Direito de Caruaru, 1961, p. 3.
- ⁽¹¹⁾ ALMEIDA, Joaquim Angélico Bessoni de. Eu me caso; ou, Os estudantes do Recife. Prefácio de Franklin. Recife, 1861.
- ⁽¹²⁾ ROMERO, Sílvio. Op. cit. (1) p. 229.
- ⁽¹³⁾ SALDANHA, Nelson. Op. cit. (4).
- ⁽¹⁴⁾ CHACON, Vamireh. Da Escola do Recife ao Código Civil: Artur Orlando e sua geração. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1969. p. 229.
- ⁽¹⁵⁾ _____. Op. Cit. (14) p. 95.
- ⁽¹⁶⁾ LIMA, Manuel de Oliveira. Discurso do Sr. Artur Orlando e resposta do Sr. Oliveira Lima; 28 de dezembro de 1907. Em: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, Rio de Janeiro. Discursos acadêmicos: ... 1897-1919; v. I, II, III e IV. Rio de Janeiro, Edigraf, 1934. p. 350.
- ⁽¹⁷⁾ GRAVE, João. O último fauno. 2ª ed. Porto, 1919. p. 130.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. Os precursores do conto no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

BARRETO, Tobias. Dias e noites: publicação póstuma, dirigida por Sylvio Romero sobre os manuscritos do autor. Rio de Janeiro: Laemmert, 1893.

FREYRE, Gilberto. Presença do Recife no Movimento Modernista Brasileiro. Recife: Moinho Recife, 1972. 24 p. Separata do Caderno Moinho Recife (10): dez. 1972.

MEIRA, Sílvio A. B. O germanismo precursor de Tobias Barreto. Rio, 1973. 54 p. Separata de Jurídica; Revista da Divisão Jurídica do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Telles Júnior

Gilberto Freyre



Telles foi no Brasil do seu tempo uma espécie de William Morris provinciano, empenhado no desenvolvimento de artes que se integrassem na vida do maior número possível de pernambucanos



Já uma vez recordei o fato de que, menino de sete anos, fui discípulo de desenho de Telles Júnior, então professor de pintura de uma prima minha, a cujos trabalhos de moça ilustre, ainda aluna do Pritaneu e já colaboradora do **Jornal Pequeno**, gostava o velho de barba loura de acrescentar galantemente suas correções de mestre. Mestre exigente e absorvente. Comigo foi sempre ríspido. Ríspido, rude, autoritário. Nem ao menos me chamava pelo nome: tratava-me apenas por “seu menino”. Não me parece que fosse do seu agrado ensinar gente miúda: quanto mais miúdo fosse o discípulo, maior era a sua impaciência com ele. Impaciência com o que fosse gatafunho de principiante e impaciência com o que exprimisse espontaneidade de menino.

Eu era não só demasiadamente miúdo para ser discípulo particular de mestre tão grande como, dentro do meu todo de menino quase doente de aca-nhado, criatura um tanto rebelde às prescrições pedagógicas. De modo que aos trabalhos de cópia acrescentava, mais do que meu irmão ou minha prima, ousadias que Mestre Telles não perdoava. Ao contrário: de tal modo o irritavam essas ousadias que seus gritos de pedagogo zangado ainda hoje me doem nos ouvidos. Isto em contraste com as doces palavras de um mestre particular de inglês, também da casa do meu tio e padrinho Tomaz de Carvalho — casa de que por algum tempo a nossa foi vizinha e que foi no Recife do princípio do século continuadora da tradição do primeiro Tomaz de Carvalho: aquele que tivera por governanta Dona Elizabeth. Depois Senhora Herman Lundgren e milionária. Mr. Williams — volto ao inglês amigo e quase angélico — andara descobrindo em minhas garatujas, com sua autoridade de britânico entendido

não só nos WW e YY da língua inglesa como em desenho maravilhas de arte espontânea e até criadora. A verdade, porém, é que a possível vocação do menino acanhado e um tanto diferente dos outros, para o desenho ou a arte acadêmica, Mestre Telles, com a sua ortodoxia desconfiada de espontaneidades, não a estimulou com uma só palavra suave que confirmasse o juízo do preceptor britânico. Desencorajou-a de modo decisivo e até rude, fazendo o discipulozinho irredutível no gosto pelo desenho e no entusiasmo pelas cores, resvalar para a caricatura quase como para um vício secreto que fosse uma compensação de impotência artística: a impotência artística nele anunciada por Mestre Telles com uma ênfase de clínico experimentado. Talvez tenha errado o clínico no diagnóstico; talvez tenha acertado. Eu é que não posso ser no caso arremedo sequer de juiz. O que sei é que continua a haver dentro de mim, secretamente colaborando com o escritor que eu pretendo ser, um aprendiz da arte de desenho que não se cansa de procurar reduzir as imagens suas sensações e até suas ideias. E não apenas suas observações de gentes e paisagens, como as ainda há pouco feitas na África e no Oriente. Minha aventura de discípulo frustrado de Telles Júnior não me torna evidentemente o prefaciador ideal para suas memórias. Minha mais aguda recordação pessoal do velho pintor é a de um pedagogo ranzinza que não compreendeu minha meni-

nice a seu modo romântica, sem que o pendor romântico fosse antirrealismo. Mas essa sua incompreensão, eu a perdoo hoje ao caturra em face do que Mestre Telles nos conta nas suas reminiscências. Ele nos informa, em página amarga, que na meninice sofreu terrível incompreensão da parte do próprio Pai, empenhado em que o seu Jeronimozinho de sete anos seguisse a atividade comercial. E o Jeronimozinho de sete anos o que mais desejava era ser, como o Pai — para ele herói e herói majestoso — comandante de navio, com o “seu chapéu de duas palas gotejando água” e a gritar ordens para os marinheiros requeimados de sol, no meio das tempestades. De modo que, contrariando-me, Telles Júnior me fez sofrer apenas parte mínima do que sofrera do Pai autoritário e incompreensivo, mas bom e bem intencionado.

Além do que devo à caturrice de Mestre Telles a exatidão no traço de desenho que, anos depois, no tempo dos estudos universitários, me asseguraria nos Estados Unidos decidida vantagem sobre meus colegas, discípulos, como eu, de Mestre Bradbury, severo professor de Biologia da Universidade de Baylor: uma Biologia que foi minha iniciação à Antropologia estudada com Boas na Universidade de Columbia. O Professor Bradbury nos fazia desenhar com todo o rigor científico de que fôssemos capazes, o que cada um enxergasse através dos microscópios em lâminas preparadas meticulosamente pelos assistentes.



Fazia-nos desenhar com igual rigor pormenores de forma de animais e de homens estudadas em laboratórios e sobre mesas de dissecação feita por nós próprios sob sua vigilância. E nesses desenhos estritamente científicos o antigo aluno de Telles fez sempre tão boa figura que chegou a ser considerado, neste particular, o melhor da classe. O que conseguiu lembrado da voz zangada do remoto mestre do Recife: “Seu menino, é preciso desenhar igual ao modelo! Igualzinho ao modelo, seu menino!” Sob essa tirania,

perdera-se quase de todo a espontaneidade do desenho de menino, mas salvara-se a capacidade do indivíduo para a anotação exata de pormenores da figura humana. Capacidade tão útil ao antropólogo que para chegar à antropologia social teria de atravessar a física. Capacidade ainda mais útil ao meu modo de ser escritor que em mim tem sido sempre um modo de procurar fixar o que vejo ou descubro não só à superfície como na intimidade de pessoas e de coisas. Um modo que é o seu tanto expressionista sem deixar de

As horas vagas, continua a dedicá- las Telles ao desenho e à pintura. Seus primeiros trabalhos são “gravuras de música e frontispícios”

ser objetivo. Escandalizaria Telles por um lado; mas por outro, não.

Da sua formação artística, informamos Mestre Telles nas memórias que, embora de autodidata, se fez dentro das convenções da época: através do “desenho geométrico”, precedido de uma fase infantil de cópia — com certeza meticulosa — de calungas “de um livro muito grande”, na escola de primeiras letras de certo professor chamado Máximo. Até que começaram a impressionar o jovem pernambucano, criado quase cotidianamente no mar e no meio de máquinas que aprendeu a manejar com um maquinista inglês, os quadros de vago paisagista brasileiro, hoje quase ignorado, o Mota: “nas minhas horas vagas, constantemente trabalhava para imitá-lo”. Não parece que a espontaneidade tenha sido em Telles um

demônio que lhe perturbasse o aprendizado convencional e quanto possível sistemático do desenho e da pintura: aprendizado em que teve a auxiliá-lo o próprio Aurélio de Figueiredo. Confessa Telles com alguma imodéstia ter já “aprendido perfeitamente o desenho”, ao ser obrigado, aos dezoito anos, a tornar-se, em Porto Alegre, “caixeiro de Agência de leilões”. Seu horror à atividade comercial, à escrituração mercantil, ao balcão, era quase o de um Fagundes Varela ou o de um Casimiro de Abreu: “Que martírio para mim se não fosse o desenho que muito me distraía em minhas mágoas!” O desenho — mesmo convencional — sublimava-se assim em expressão pessoal de um temperamento oprimido ou contrariado pelas circunstâncias; desviado por elas da sua vocação mais pura. Tornava-se a arte de desenhar, para Telles, uma atividade o seu tanto romântica. Seu pendor para a pintura de matas e águas de rio ou de mar, junto ao seu gosto pelas máquinas — inclusive as fotográficas — talvez tenha sua explicação não só psicológica como até psicanalítica.

Voltando a Pernambuco, continuaria aqui Jerônimo José Telles Júnior a ser caixeiro. Caixeiro, casa-se com uma prima: casamento de amor. Casamento de caixeiro pobre com moça pobre, e não com a filha do patrão rico.

As horas vagas, continua a dedicá-las Telles ao desenho e à pintura. Seus primeiros trabalhos são “gravuras de música e frontispícios”. Estuda a fotografia como se fosse tornar-se

fotógrafo. Estuda-a estimulado por seu gosto por ingresias, máquinas, experimentos de física e de química. Mas o estudo a que se dedica com o seu melhor fervor é o da “pintura de paisagens do natural”. A arte fotográfica é para ele arte ancilar da outra: a de pintar do natural. Considera-se, sem demagogia, homem de trabalho: nunca pintor ou artista do tipo boêmio ou esotérico. Torna-se sócio do Liceu de Artes e Ofícios. Entra em contato com operários. Ainda no Império, esse pernambucano ruivo como um flamengo é entre a gente do Recife uma espécie de antecipação de líder trabalhista.

Até que expõe seus primeiros trabalhos: duas paisagens. Uma delas se intitula caracteristicamente: **Souvenir do Engenho São João, Imbiribeira**. Digo caracteristicamente porque desde então se anuncia a principal particularidade da arte de Telles: a de paisagista da natureza regional. Paisagista da “mata pernambucana”, como acentuaria Oliveira Lima em página de perspicaz interpretação da pintura do seu conterrâneo, igual ao historiador em certo modo intenso de ser pernambucano. Pernambucanidade que nos dois corrigiu extremo quase oposto: o gosto pelo mar, pelas viagens, pelos contatos com terras estranhas. Gosto não só de pernambucanos como de quase todos os brasileiros do Norte.

É uma combinação de contrários que — já o lembrei noutro ensaio — tem ocorrido em numerosos homens da região. Ocorreu em Abreu e Lima,

ao mesmo tempo tão hispano-americano — chegou a combater pela causa de Bolívar em terras colombianas ou venezuelanas — e tão pernambucano. Em Natividade Saldanha. Em Dom Vital. Em Joaquim Nabuco. Em Pedro Américo. Em Rosalvo Ribeiro. No Barão de Penedo: homem do mundo sempre tão proustianamente lembrado de Penedo que até dos sabores dos doces alagoanos lembrava-se em Paris e em Londres. Ocorria em homens como Assis Chateaubriand e Gilberto Amado, Lourival Fontes e Odilon Nestor, José Lins do Rego e Aníbal Fernandes. E de maneira talvez ainda mais intensa, ocorre em Cícero Dias e em João Cabral de Melo Neto.

Um dos aspectos mais significativos da atividade de Telles Júnior, no Recife, e um dos mais expressivos do seu caráter de artista animado do sentido social das artes em ligação não só com os ofícios, mas com a vida inteira da comunidade, parece-me o fervor com que durante anos trabalhou no Liceu de Artes e Ofícios. Antes de professor de escola de engenharia e de colégio elegante de moças, ensinou rapazes pobres e, na maioria, de cor, no Liceu. Em vez de pintor que se contentasse em pintar quadros para o adorno de residências opulentamente burguesas de comendadores viajados e de médicos colecionadores de obras de arte, Telles foi no Brasil do seu tempo uma espécie de William Morris provinciano, empenhado no desenvolvimento de artes que se integrassem na vida do maior número

possível de pernambucanos. Ainda alcançou em plena atividade o alemão Spiller, que depois de Beranger foi talvez quem deu mais dignidade à arte do móvel de jacarandá e de vinhático no Recife; e que em mais de um guarda-louça ou aparador copiou em jacarandá ou vinhático cajus e outras frutas brasileiras e tropicais. Por essa boa e nobre arte — a de marceneiro — interessou-se também Telles assim como pela da escultura.

Nas suas memórias, chega a gabar-se de iniciativas — como a de ter montado no Liceu a aula de gestos para desenho — que na verdade o consagram renovador do ensino das artes em Pernambuco. Gaba-se de ter conseguido estabelecer no mesmo Liceu “banda de música”; e de haver fundado “oficinas de carpinteiro e marceneiro”.

Empenhou-se com tal brio em iniciativas dessa espécie, e numa política como que pré-trabalhista de valorização do trabalhador e do trabalho manual — de acordo, aliás, com ideias pré-socialistas já definidas em Pernambuco por homens como Louis Vauthier, Antônio Pedro de Figueiredo e Joaquim Nabuco — que a outra política deixou-o quase indiferente aos seus acontecimentos mais grandiosos. “Colaborei na Constituição do Estado”, anota Telles Júnior a propósito da sua passagem pela Assembleia. E acrescenta: “Apresentei o voto de pesar pela morte de Silva Jardim e apresentei o meu projeto do dia normal de oito horas para a classe operária, projeto esse que passou na Câmara dos Deputados; mas caiu no Senado”. A verdade é que a esse trabalhista pre-



Porto do Recife

maturo “aborreciam os trabalhos do Congresso”.

É com uma frieza que lembra anedotas acerca de Machado de Assis que Mestre Telles anota nas suas memórias: “Na minha diretoria (no Liceu) foi que se deu a mudança do Regime Monárquico para o Republicano. Convoquei imediatamente a diretoria e propus a mudança do título da sociedade, eliminando-se a palavra Imperial. Substituí por um quadro com as armas da República o retrato do Imperador que presidia o salão de honra, colocando este no mesmo salão na galeria dos sócios beneméritos que ele era”. Que se fossem os anéis com escudos da Monarquia ou brasões do Império: mas que ficassem vivos e válidos os dedos e é com os dedos, as mãos criadoras dos homens brasileiros de trabalho. Dos artistas honestos no seu modo de ser artistas e de concorrer com suas artes, desde a pintura à do móvel, desde a da música à da casa, para valorizar a vida dos seus conterrâneos. O sentido social de arte parece não ter faltado nunca a Telles Júnior e explica, talvez, algumas das picardias que ele diz ter sofrido dos chamados “inimigos gratuitos”.

Dos chamados “inimigos gratuitos”, capazes não só de picardias como de vilanias e até de felonias, ninguém no Brasil que tenha se afoitado a iniciativas generosas e arrojadas até hoje se livrou ou esquivou de todo. Eles são parte da natureza brasileira do mesmo modo que os bichos-de-pé, a esquistossomose, a malária; e parecem agir

tão irresponsavelmente quanto esses outros inimigos, também gratuitos, dos homens, nos trópicos: principalmente dos homens de trabalho, dos obrigados a descer aos campos para lavar, às águas para pescar (pescar não por deleite, mas por necessidade de alimento), às matas para cortar lenha. São inimigos que devem ser perdoados, depois de compreendidos ou explicados. Devem ser combatidos antes com ciência do que com ódio ou rancor. Para a sua maior virulência em Pernambuco já se tem sugerido mais de uma explicação retirada da geografia ou da ecologia pernambucana: desde a geografia natural à dos mitos acumulados por um passado rico e até opulento em tradições de monstros, papafigos e bocas-de-ouro, inimigos de gente bela, lúcida ou simplesmente honesta. Telles experimentou essa virulência. O extraordinário seria que a não tivesse experimentado. Que nenhum papafigo, nenhum boca-de-ouro. Nenhum lobisomem, nenhum amigo amarelecido em inimigo pela inveja ou avermelhado pelo despeito tivesse investido contra ele no escuro das noites de sexta-feira.

Chegou a sentir-se obrigado ao ridículo quixotesco de “andar armado”: o despeito contra ele não era dos que se contentassem com palavras ou sussurros. Ameaçava-o na sua própria pessoa. Nas memórias de Telles vem esta confissão, desonrosa para Pernambuco: “A inveja dos meus desafetos não tem limites para pretender amesquinhar-me”.

Feitiço que, entretanto, voltou-se contra os feiteiros: a pouco mais de meio século de distância desses acontecimentos, o amesquinhado não é Telles. Os amesquinados são os que, invejosos do seu talento e do seu modo honesto de ser artista e de ser homem, pretenderam negá-lo ou diminuí-lo.

O que não importa em fazer-se do combatido mestre de pintura um santo Antônio que andasse entre os homens sem ser ele próprio homem, com defeitos e imperfeições próprias da condição humana. Quando Mestre Telles se refere, nas suas reminiscências, “ao pessoal de ajudantes ou operários que naquele tempo, como ainda hoje é, a gente mais infame e ordinária que existe”, pode-se aceitar a generalização como até certo ponto válida: estava-se então no Brasil numa difícil e inquieta fase de transição do trabalho escravo para o livre, nem mesmo hoje vencida de todo. Mas nesse desajustamento entre mestre e homens de trabalho que ele, Telles, desejava elevar técnica, moral e socialmente quase da noite para o dia, raro e talvez quase nunca o conseguindo, deve-se tomar em justa consideração não só aquela circunstância como o feitiço de Jerônimo José. Deve ter sido ele, quando moço, mestre excessivamente autoritário. Impaciente, talvez, com aprendizes ou com homens que fossem difíceis crianças grandes, como são, em geral, os ex-escravos ou a gente livre prejudicada em seu desenvolvimento normal de meninos em homens pelos excessos de reação

ou críspação contra a sobrevivência moral do regime de trabalho escravo.

Nesses períodos de transição é que os homens de trabalho se tornam mais rebeldes a ordens ou orientações de mestres autênticos, embora, às vezes, resvalam em servil obediência a demagogos melífluos, que saibam apenas adulá-los para melhor explorá-los. Telles era o que menos devia saber fazer: cortejar popularidade entre crianças grandes. Nem popularidade entre operários e estudantes de ofícios, à custa de traições a arte que se julgava no dever de ensinar-lhes honestamente, nem o favor ou as graças dos poderosos, à custa de submissões a quanto fosse capricho de qualquer deles. No pernambucaníssimo Telles, a pernambucanidade era fidalguia – e ninguém que se parecesse menos com um macio burguês para assemelhar-se a um fidalgo não apenas de título mas de estirpe: a um Wanderley de Sirinhaém por exemplo, desses que ainda hoje nascem louros entre irmãos morenos igualmente fidalgos no modo de serem todos homens com alguma coisa de irredutivelmente cavalheirescos – e era também aspereza, brio, incapacidade de arredondar-se o indivíduo em cortesão. Incapacidade tão ostensiva em Frei Caneca quanto em Abreu e Lima e em Dom Vital; tão evidente em Pedro Ivo e Nunes Machado quanto em Oliveira Lima e Alfredo de Carvalho. Joaquim Nabuco também padeceu dela e dela sofreram também Lucena, Martins Júnior, Barbosa Lima, José Maria, José Mariano, o

velho Costa Ribeiro, Ribeiro de Brito, Zeferino Agra.

Já recordei que conheci Telles, eu menino de meus sete anos, ele velho de quase sessenta. Mesmo adotado pela velhice, era um homem às vezes agreste como se lhe tivesse ficado a marca do exemplo do comandante Jerônimo José Telles, que devia ter a rudeza dos capitães de brigue dos tempos ainda heroicos da navegação a vela entre Pernambuco e o Rio Grande do Sul. Entre as terras dos gaúchos a pé e as dos pernambucanos a cavalo. E o comandante Telles não nos esqueçamos de que foi o herói da infância de Telles Júnior: da sua infância de pernambucano criado mais no mar do que em terra. E a terra, aquelas duas regiões brasileiras então célebres pela altivez de sua gente: Pernambuco e o Rio Grande do Sul.

O temperamento, a formação, o feitio de Telles Júnior talvez tenham se juntado ao meio em que teve de agir para tornar penosas e delicadas suas relações com esse meio: com outros artistas — alguns invejosos do seu talento; com burgueses ricos e desdenhosos de todo trabalho manual; com operários; com os homens de trabalho que pretendeu beneficiar fazendo de todos eles, senão artistas, bons e sólidos artesãos. Tão penosas e delicadas se tornaram tais relações que o desajustamento entre o artista incomum e o meio em fase de transição sob certos aspectos dolorosa, chegou a ser dramático. E em página escrita em 1895, Telles Júnior anota-

va: “... hoje sou um homem insociável, e o resto de meus dias estão consagrados a minha cara família, bem longe e muito longe dos ingratos...”

Eram os “ingratos” que mais lhe doíam na sensibilidade não ainda de velho, mas de homem no vigor da idade. Foram também os “ingratos” que o fizeram contrair-se desde então naquele Telles meio esquisito, morador da Estrada dos Remédios e homem de poucos amigos, que a lenda exagerou num “solitário” intratável que nunca chegou a ser. A verdade é que envelheceu mestre de desenho e de pintura de colégio elegante, da Escola de Engenharia e de vários alunos particulares: principalmente de moças de sociedade a cujas paisagens e naturezas mortas ele, sempre absorvente, de tal modo acrescentava suas correções de professor pedagogicamente mau, que a todas se acrescentava como pintor, matando possíveis começos de personalidades diferentes da sua. E a sua era a de um pintor que mesmo que pintasse a Bretanha ou a Suécia, pintava essas terras nevoentas ou cinzentas pensando nos verdes claros das matas e nos azuis ainda mais claros dos mares de Pernambuco, numa obsessão de natureza pernambucana capaz de comprometer nele, se deixasse tais assuntos pelos exóticos, a fidelidade à sua própria prescrição ou advertência aos discípulos: “Seu menino, igual ao modelo! Igualzinho ao modelo, seu menino!”

Ninguém até hoje, no Brasil, que tenha sido, como pintor mais de sua

região e, dentro de sua região, de sua terra, do seu barro, do seu massapê do que Telles Júnior foi, não difusamente, do Nordeste mas, intensa e concentradamente, de Pernambuco; e em Pernambuco, do porto do Recife, dos montes de Olinda, das águas, das casas e dos coqueiros do litoral e, principalmente, da chamada “mata”, isto é, da sub-região de massapê, outrora de grandes matas, que os engenhos de açúcar marcaram com os traços de sua ocupação patriarcal e aristocrática. Notou-o com argúcia Oliveira Lima em velho artigo de 1905 reproduzido pela **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico Geográfico da Pernambuco**, no seu n° 83, publicado em 1914. Aí já observava de Telles o historiador que, desde a mocidade, vinha colecionando não só documentos e livros como mapas, gravuras e pinturas relativas a Pernambuco — e colecionando-as com olhos de artista, e não apenas de antiquário — que Mestre Jerônimo José era “um artista essencialmente pernambucano; mais do que isto... pintor da mata, não o pintor do sertão”. A “mata” pernambucana correspondia as suas preferências de formas, de cores, de luz; ao seu pendor para retratar do Brasil tropical não os aspectos mais crus de paisagem selvagem, mas os daquela natureza “já assenhoreada pelo homem” e outrora preferidos por Post. “Os animais figuram pouco nas telas, o homem mais raramente ainda”, nota ainda Oliveira Lima a propósito da pintura de Telles. O que

é exato: a Mestre Telles o que interessava na paisagem da “mata” pernambucana era o sinal da presença do homem e do animal — a marca do carro de boi, o bueiro de engenho, a casa grande patriarcal — e não propriamente a figura do homem ou do boi ou do cavalo ostensivamente ligados à vida ou à economia da região. E essa sua especialização — a de fixar nas paisagens sinais da presença humana, e não essa presença, clara, definida, etnográfica — talvez resultasse não apenas de um gosto — o gosto pela pintura de paisagens quase impessoais — como de uma deficiência técnica: a figura humana não era o seu forte. O seu forte era a natureza, a paisagem, a árvore regional que acusasse, refletisse, sugerisse — mas não exibisse — a figura do homem ou a forma do animal.

Não era Telles mestre nem da arte de viver cordialmente entre os homens, nem da de retratá-los em traços nítidos no meio das paisagens de que fossem os soberanos, os donos, os senhores ostensivos. O que não nos deve levar ao extremo de considerá-lo um Thoreau que só se sentisse bem entre árvores; e mal entre pessoas. Nele repita-se que o naturismo era tão moderado que rara é nas suas paisagens aquela em que não se indica, se sugere ou se faz adivinhar a presença de pessoa, animal ou casa. O observador pode reparar — como reparou Oliveira Lima — a situação secundária de homens ou animais nas pinturas de Telles; mas

glês do adjetivo, que é o de agradável, cordial compreensivo. Recordo-me apenas de que mais de uma vez ouvi-o falar de suas aventuras no mar; e que nessas ocasiões seus olhos já quase de velho pareciam brilhar de um modo que os meus, de menino, talvez compreendessem melhor que os dos simples adultos. Era então Telles um menino maçonicamente compreendido pelos outros. Sua barba de holandês tornava-se postiça. Ou muito me engano ou pode-se hoje dizer, numa generalização que admite, é claro, restrições, que quando o assunto de conversa — ou de pintura — era para Telles a água, o mar, o rio, as praias, as cheias do Capibaribe, os ventos de agosto, as chuvas de junho, o porto do Recife, o farol, o massapê bom de ser pisado por gente descalça em dias alegres, as ventanias boas para as ainda mais alegres aventuras de empinar o pessoal miúdo baldes, gamelos, papagaios de papel, ou, ainda, os restos de fortes do “tempo dos flamengos”, o menino ou o aprendiz de marinheiro voltava a viver de modo intenso no pintor; ou no homem já velho e terra-a-terra. Talvez se possa dizer que há alguma coisa de lúdico tanto nas marinhas como naquelas paisagens de Telles em que o massapê parece um convite mais a meninos descalços que a adultos de botas de montaria, a correr pelos caminhos dos engenhos e a regalar-se de contato livre não com a terra seca, como a dos sertões, nem mesmo com a areia de praia, mas com a terra molhada, umedecida, empapada d’água,

da zona da “mata”. Deve haver qualquer coisa de liricamente autobiográfico no menino trepado em cajueiro que o escritor Edson Nery da Fonseca observa aparecer numa das paisagens de Telles. Seria o próprio Telles, aprendiz de marinheiro e entusiasta do mar — mar para ele ligado principalmente à imagem paterna: imagem heroica — em idílio com o arvoredo pernambucano; com o barro; com o massapê da terra firme, sempre molhada por água de nós a caminho do mar. E a terra para ele — a terra mais profundamente pernambucana: a de massapê — parece ter sido, nos seus aspectos mais doces de natureza apenas assenhoreada de longe pelo homem, de paisagem amorosamente aivada pela presença d’água fecundante, a expressão da imagem materna.

Recordo-me de que às suas descrições de tempestades, acrescentava Telles, em suas conversas com meu pai, alguma coisa de eloquente, como se nele, pintor já famoso — com quadros adquiridos por gente do Rio e até por ingleses que durante algum tempo se especializaram em levar para a Inglaterra, do Recife, paisagens de bons pintores e móveis de jacarandá e vinhático — continuasse a haver um frustrado: um homem que lamentasse não ter continuado a vida marítima do pai. Comandando navios, o pai como que se guardara das mesquinhas burguesas — ou proletárias — das cidades. Não tanto, porém, que não tivesse sofrido de homens presos só a terras e cidades, o bastante para

fazê-lo morrer — segundo o filho pintor — do que “os ingleses chamam — coração despedaçado”. É o que diz Telles numa das páginas mais comovedoras das suas memórias: aquela em que nos faz seus confidentes de dolorosas intimidades de família.

Lembro-me também de Telles Júnior não apenas sorrindo mas até rindo e rindo alto ao ouvir certas histórias ou anedotas mais pitorescas contadas por meu pai ou por meu tio. Recordo-me de ter ouvido, certa vez, meu pai contar curiosa história de que o herói — ou o mártir era o próprio Telles. História que posso agora reconstituir com pormenores que então me escaparam.

Acontecera no Recife e na casa do médico Barreto Sampaio. Telles, seu amigo, concordara em pregar os próprios quadros na sala de Sampaio. A certa altura, do alto da escada, pediu ao doutor que lhe trouxesse pregos. Faltavam-lhe pregos. Barreto Sampaio era famoso não só por suas coleções de obras d’arte como pelas abstrações ou distrações. E a anedota contada por meu pai era o que acen- tuava: o fato de ser Sampaio o mais aéreo dos homens. Fora buscar os pregos para o amigo, mas chegando à sala de jantar, encontrara o almoço a sua espera. E esquecendo-se de Telles, sentara-se de guardanapo ao peito e começara a saborear seu guisado de dia de domingo. Até que, cansado de esperar Sampaio, Telles gritara do alto da escada para dentro da casa: “Os pregos, Sampaio!”. Foi quando Sampaio recordou-se de tudo e apareceu

de guardanapo já engordurado ao peito — pois era o maior dos lambuzões — convidando, aflito e cheio de desculpas, o esquecido Telles para o almoço. Que Jerominho descesse daquele poleiro e viesse almoçar! Telles riu-se a bom rir com a recordação do fato pitoresco. Acontecera tal e qual.

Numa dessas conversas do pintor com meu pai e meu tio Tomaz, talvez tenha evocado Telles a figura de Aurélio de Figueiredo, a quem se refere de modo tão nobre nas suas memórias: acentuando muito dever a esse mestre e amigo. Tanto que “a maneira acanhada” com que ele, Telles, “trabalhava”, desaparecera “como por encanto”, com poucas das lições de mestre Aurélio: lições “que vieram dar aos meus quadros a arte que d’antes não tinham”. O desenho era já o “perfeito”, a que alude Telles com imodéstia quase de adolescente noutra página das suas memórias; mas a arte, os seus quadros só haviam começado a ter depois que Mestre Aurélio comunicara ao moço pernambucano qualquer coisa que só um mestre autêntico poderia ter comunicado a um indivíduo também autêntico em sua vocação para a pintura. Autêntico nessa vocação, honesto na capacidade de procurar desenvolvê-la e sensível aos que contribuíssem para esse desenvolvimento. Era na verdade um gentleman. Telles Júnior, com toda sua rudeza.

Repita-se que foi um artista honesto: heroicamente honesto, até. Nunca soube o que fosse trair a sua vocação ou a sua arte para alcançar van-

tagens que os artistas menos rigorosos consigo mesmos sabem conseguir por meios fáceis e rápidos, embora precários. Nunca soube o que fosse adular governos para receber encomenda de quadros ou de retratos oficiais.

Foi também um brasileiro fiel a sua Província numa época em que a capital de Pernambuco deixara definitivamente de ser não só a do tempo do conde de Nassau como a do tempo do conde da Boa Vista para tornar-se a dos dias cinzentos do medíocre conde Correia de Araújo: um Recife abafado em suas melhores possibilidades de centro de cultura por uma mesquinha política de economias rasteiras, na qual Correia de Araújo já tivera, aliás, predecessores e teria imitadores.

Predecessores interrompidos, é certo, em sua rotina de gente de visão curta pelo governo do engenheiro Barbosa Lima. Precisamente o governo a que sucedeu o de Correia de Araújo, como para destruir ainda quentes todos os arrojos do admirável Barbosa, administrador moço, ainda de trinta anos, anulado por aquele “velho de Restelo”, excessivo nas suas prudências.

Telles Júnior, num governo como o de Boa Vista, teria sido um profeta honrado e até glorificado na sua terra. Em governos de homens incapazes de distinguir pinturas a óleo de artistas bons, de cromos de Boas Festas não foi senão um recifense tolerado por um já mesquinho Pernambuco oficial: mesquinha que se vem acentuando



Catálogo

com o tempo, admitida uma ou outra exceção ilustre. Não lhe faltaram de todo, é certo, os aplausos dos homens bons de sua Província. Não lhe faltaram discípulos de desenho e alunos de pintura. Nem um Oliveira Lima que com a sua autoridade máxima proclamasse a grandeza do conterrâneo. Mas longe esteve Pernambuco de saber honrar, em vida de Telles, esse raro profeta, hoje considerado pela melhor crítica brasileira um dos maiores pintores do seu País: rival, sob certos aspectos, do Aurélio de Figueiredo de quem sempre teve a coragem honesta de proclamar-se discípulo.

A publicação das memórias de Telles Júnior vem esclarecer mais de um ponto obscuro na vida e na personalidade do pernambucano que Oliveira Lima, em artigo de 1905, para uma revista da época — o mesmo reproduzido pela **Revista do Instituto**, em 1914 — descrevia como tendo alguma coisa de holandês não só no tísico (que era o de um homem, na verdade, louro como um flamengo ou como um desses Rochas ou Barros Vanderleys mais ruivos de Sirinhaém ou Rio Formoso) como no modo de pintar. Entre as influências que nas suas memórias Telles confessa ter recebido de mestres, nenhuma se encontra que nos autorize a filiá-lo diretamente, através de sua formação de pintor, a pintores flamengos ou holandeses. Houve, entretanto, entre tais influências ou en-

tre tais mestres, além de um alemão, um português; e todos sabemos que a pintura portuguesa recebeu do Norte da Europa sugestões que os artistas lusitanos souberam assimilar. Não nos preocupemos com este pormenor; nem para admitir afinidades da pintura ou da técnica de Telles com a de um desses holandeses — e os holandeses talvez sejam inseparáveis da tradição da pintura pernambucana ainda mal fixada como expressão especialíssima da brasileira, em particular, e da lusotropical, em geral — precisamos de negar ou renegar Portugal. É um simplismo, este de considerar-se traição ao passado português do Brasil o reconhecimento de quanto seja, na cultura brasileira, marca ou sinal de influência exótica — nórdica, francesa, espanhola — em que não deve resvalar nenhum crítico ou historiador da arte nacional. Nem de arte nem de cultura no seu largo sentido sociológico.

Regozijemo-nos com a publicação das memórias de Telles: desejo de sua filha, a também pintora Dona Rachel, sempre fiel à lembrança do pai ilustre, de quem soube conservar papéis só na aparência desprezíveis. Pois não contendo nenhuma obra-prima de literatura trazem até nós as memórias inacabadas de Telles e as cartas e retalhos de jornal por ele próprio reunidos, esclarecimentos valiosos sobre a personalidade de um artista admirável que foi também raro homem de bem.

Das razões do Foral de Olinda

Vanildo Bezerra Cavalcanti

HISTORIADOR, MEMBRO DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO



Documento ímpar, a leitura interpretativa do Foral duartino comparada a de outros motiva várias interrogações que dão margem a novos conceitos



Do ponto de vista da história pernambucana – adverte o prof. José Antônio Gonçalves de Mello, no seu estudo *O Chamado Foral de Olinda*, de 1537, *Revista do Arquivo Público*, n° 13, dez. 1974, pág. 40 – a “carta de doação” é documento de alta importância, pois é o mais antigo relativo a Olinda e nos revela os primórdios da colonização da Capitania. Por isso está a merecer a atenção dos historiadores brasileiros, embora poucos a conheçam, e o seu texto esteja eivado de erros e incorreções.

Na verdade, desde 1966, quando se andou escolhendo data para a “fundação do Recife”, interessou-nos vivamente a famosa “carta doadora”, tanto que o 1° capítulo do nosso livro, **Recife do Corpo Santo**, é dedicado ao chamado Foral de Olinda.

Agora, porém, com o trabalho acima referido, trazendo novas luzes a tão palpitante assunto, aceitamos o conselho e voltamos ao tema para achegarmos algumas outras considerações que julgamos necessárias.

A leitura interpretativa daquele original documento comparada a de outros, motiva várias interrogações que dão margem a novos conceitos. Sendo os primeiros 50 anos de nossa história os mais carentes de documentação, provocando por isso interpretações e conclusões as mais diversas, necessário se faz esmiuçar o pouco que temos, procurando nas entrelinhas, ou buscando na hermenêutica, meios para colhermos melhores subsídios nas mesquinhas fontes conhecidas.

O Foral duartino é, por certo, um documento ímpar. Os colegas do donatário de Pernambuco não lhe seguiram o exemplo. Fala-se de outros “Forais”, mas sem maiores detalhes.

Varnhagen, que pôs o nosso em dúvida, sem querer assumir ônus quanto à sua veracidade, afirma, entretanto, que “... a vila de Piratininga, dentro de dez anos mais, transferida para melhor local, conseguia do donatário um foral próprio, com data de 5 de abril de 1558”. (**História Geral do Brasil** – 7aed. pág. 168). Também, Carlos Malheiros Dias, informa: “Coube a Brás Cubas a iniciativa de fundação de Santos em 1543”. E em nota de pé de página: “Santos teve o foral de Vila, passado pelo próprio Brás Cubas, ao tempo loco-tenente do donatário e provedor da fazenda, aos 19 de janeiro de 1545”. (**História da Colonização Portuguesa do Brasil**. Vol. III pág. 224).

Ambos, como se vê, não dão maiores detalhes de tais documentos, nem dizem das fontes que se valeram, deixando-nos a dúvida de suas existências ou nas informações.

Quanto à “Carta doadora” de Duarte Coelho, embora sem se conhecer o original, é a mesma aludida em documentação coeva e deixada antever na correspondência do próprio donatário. Dela se tem certidões cujos teores não são muito puros, conforme veremos, mas denunciadores da sua existência.

Ele tem sido olhado ou estudado mais como instrumento tabelional, do que político-administrativo, que é sua verdadeira essência.

Julgamos ele fruto da excepcional situação criada pelo seu autor dentro do ambiente colonizador

português. Como bem disse Malheiros Dias (*Ibidem*. pág. 221):

A Capitania de Pernambuco é, pois, no período que medeia entre a implantação do regime feudal até à do Governo Geral, em 1549, exemplo único dos resultados da ação efetiva e exclusiva do donatário, e à sua obra gloriosa será dedicado um capítulo especial.

Cremos não se poder alhear o Foral de Olinda, às cartas duartinas enviadas a D. João III, e aos “Regimentos” deste soberano, modificando o regime colonial através do estabelecimento do Governo Geral.

Por isso mesmo, antes de entrarmos no mérito deste assunto, vamos de logo situar nosso ponto de vista nos seguintes itens:

ITEM I — Acreditamos que Duarte Coelho, em 12 de março de 1537, salvo prova em contrário, iniciou as doações das terras de Olinda, não só para particulares (moradores e povoadores), como para o uso público, tendo por certo planejado o centro de sua *urbanização*, isto quando escolheu o formoso sítio provocador da lendária exclamação (dele ou do seu criado galego Francisco Frazão?): Oh! Linda! Etc., motivadora, segundo alguns escritores, do nome da principal povoação da Capitania.

ITEM II — Embora escolhendo o local e projetando a sua futura urbanização, não redigiu de logo o

documento específico de tais determinações (talvez tenha feito anotações para posteriores realizações), o que, no entanto, veio a fazê-lo ao redigir a carta doadora, em 17 de março de 1550. Quanto ao predomínio de vila, esta deve ter sido ao se estabelecer em seu castelo embora não tenha atendido às exigências das “ordenações” sobre a matéria, como de resto aconteceu com as demais capitânias. Na verdade, tratava-se de senhores feudais, e mesmo as contingências das minguadas populações em período de adaptação, guerreando com franceses e selvagens, não dava margem para se pensar em criação de Câmaras e eleição de seus vereadores.

ITEM III — Que a “Carta Doadora” das “cousas” que seriam do uso público, não deve ser a que chegou até nossos dias, pois presumimos ter sido a mesma posteriormente “consertada” e/ou “redigida” com acréscimos e/ou supressões, visando interesses particularíssimos.

ITEM IV — Que o chamado Foral de Olinda, atualmente conhecido, não é na íntegra o redigido por Duarte Coelho, mas uma reconstituição, cujas cópias estão eivadas de erros palmares, explicáveis pelos atos de reconstituições solicitadas pela Câmara de Olinda, como adiante veremos.

Passemos agora a estudar as causas mediatas e imediatas do documento que com tanta propriedade

é chamada “Carta de Doação” pelo próprio Duarte Coelho.

CAUSAS MEDIATAS

A política empregada por Portugal para manter as terras de Santa Cruz vinha se desenvolvendo gradativamente. Tendo atingido a dominação dos caminhos marítimos das Índias, Lisboa conseguira se tornar superior, comercialmente, a até então destacada Veneza e ainda mais lhe chegavam “Novas Índias”, descobertas por Cabral.

Era um opíparo banquete, verdadeiramente pantagruélico, mas que levava a gula lusitana para a indecisão da fartura dos saciados.

Na imensurável mesa, estavam: o belo faisão dourado, que era a Índia; o gordo e tenro leitão, que era a África, ambos despertando maiores apetites; mas, logo adiante, ostentava-se ao novo Pantagruel, uma caça desconhecida, porém de tão admirável aspecto que parecia “saber bem”, como dizem os portugueses, não sendo pois para se desprezar. Alguns comensais tinham-lhe sentido o aroma e provado o molho anunciando parecer de bom e esquisito paladar, onde devia haver açúcar.

Tais informações levaram logo a D. Manuel mandar incentivar aquela nova indústria, inclusive com fornecimento de apetrechos aos que lá fossem tentar aos açúcares.

De tudo isso era sabedor um válido que se tornaria a primeira pessoa do novo soberano, filho do “Venturoso”. Era “D. Antônio de Ataíde,

criado conde de Castanheira por D. João III, de quem era válido, em 1523” — diz Pedro de Azevedo (Revista de **História** citado por Capistrano de Abreu em nota I — Secção XV, pág. 249 — T. I. da **História Geral do Brasil**, de Varnhagen).

Vejamos alguns registros que atestam esse interesse pelas terras do Brasil, por parte da principal figura da família dos Souzas. São como que secretos lances do que ultimamente chamaram de “forças ocultas”, capazes de derrubar presidentes ou donatários. O jogo dessa interessante figura pode ser comparado ao de uma partida de xadrez que se arrastou por quase 30 anos.

Não parece ser por acaso que seus primos Martin Afonso e Pero Lopes são designados para limitar o Sul e o Norte das novas terras, dentro da área demarcada pelo tratado de Tordesilhas, justamente quando começa a surgir o interesse de outras nações pelas descobertas de Colombo e Cabral.

Também não nos parece simples coincidência serem os extremos, Norte e Sul, ou seja: São Vicente e Itamaracá, da zona justamente explorada nos 30 primeiros anos, pelo tráfico de brasis e com experiência açucareira, doados a esses seus parentes.

Conhecedor dessa situação, embora não podendo ser colonizador, ele se interessa por possuir terras no Brasil logo depois da fundação de São Vicente, embora não se associe aos primos na instalação do primeiro engenho. Registra Jordão de Freitas em A

Expedição de Martim Afonso de Sousa (História da Colonização Portuguesa no Brasil. vol. III pág. 107). Numa outra, escrita de Diu aos 14 de dezembro do mesmo ano de 1535 ao conde de Castanheira, diz Martim Afonso: “Pero Lopes me escreveu que vossa Senhoria queria um pedaço dessa terra de Brasil que eu lá tenho mande-a tomar toda ou há que quiser quesa sera para nym ha maior honra do mundo”.

Quanto ao seu prestígio basta citar o episódio da nomeação de Martim Afonso para vice-rei das índias, preterindo o filho do grande Vasco da Gama, episódio escrito por Diogo do Couto e transcrito por Jordão de Freitas (pág. 108 ob. cit.):

E posto que dom Estevão da Gama tinha na corte dois parentes tão honrados, como o Conde de Vidigueira, seu irmão, e o de Vimioso seu cunhado (que trabalharão bem por lhe não madar sucessor) todavia pode mais a valia do Conde de Castanheira que então mandava tudo e meteu naquele lugar Martin Afonso de Sousa seu primo coirmão, etc.

Não é de se estranhar pois a afirmativa de Pedro de Azevedo (**História da Colonização Portuguesa no Brasil. vol. III, pág. 327**) no seu trabalho o governo de Tomé de Sousa:

Ao lado do soberano, que era D. João III, trabalhavam dois funcionários superiores da fazenda real, como eram o conde de Castanheira e Fernando

Alvares de Andrade, dotados de vistas largas e que nunca largaram de mão os negócios do Brasil e ali obtiveram também importantes concessões de terras.

Na verdade “a maior honra do mundo”, como afirmava Martim Afonso continuava na família pois Tome de Sousa, além de mimosear com doações ao conde, também progrediu para a mãe do mesmo, dona Violante de Távora, dando-lhe a extensa ilha de Itaparica, na Bahia, embora ela lá nunca estivesse, nem seus descendentes, conforme relata Varnhagen. (História Geral do Brasil, Tomo. I, pág. 242).

Tais doações, no entanto, eram feitas contrariando as determinações reais, pois as mesmas só deviam ser dadas aos moradores e povoadores da Capitania.

No entanto, ante o desinteresse dos primos, Martim e Pero pelas terras do Brasil, pois imediatistas preferiram as riquezas da Ásia, vez que a aventura de São Vicente não lhes proporcionou o encontro de metais nem pedras preciosas, mantém as doações doações doações e fica de olho no progresso da Nova Lusitânia (Pernambuco).

O “mandão”, que nunca “largou de mão os negócios do Brasil”, vê com inveja o magnífico trabalho desenvolvido pelos duartinos. Sente a ameaça de absorção da sua vizinha Itamaracá, pertencente aos Souzas, autêntico couro de contrabandistas de brasis. Por esse tempo (anos 40), somente Pernambuco era realização positiva

do inigualável Duarte Coelho na obra colonizadora.

Infelizmente, quando o grande colonizador e administrador chegou à sua Nova Lusitânia, a situação política de Portugal já não era a mesma do início do século. Dois grandes males se abatiam sobre o reino, com consequente ressonância no Brasil e sobretudo em Pernambuco: a falta do capitalismo judeu que começava a fugir da “Santa Inquisição”, então em franca ascendência em Lisboa e a implantação dos jesuítas que contava com o apoio de Castanheira e caterva.

Na verdade, os companheiros de Loiola traziam “sangue novo” para robustecer o velho plano do conde, que seria continuado por outro membro da família, o primo Tome de Sousa.

DAS CAUSAS IMEDIATAS

É no ano de 47 que começam a se formar as nuvens negras que iriam se abater na próspera e formosa Olinda.

Interessava-se D.C. pela fundação de novos engenhos pois até as terras dadas em 1540 (é esta a sesmaria mais antiga que conhecemos, transcrita no Livro de Tombo Novo do Mosteiro de São Bento, págs. 149, 149v. e 150), a Vasco Fernandes que com ele viera como Almojarife e Feitor do rei, agora iria se transformar em fábrica de açúcar. A carta de 22 de março de 1548, que é mais um atestado de residência da família do povoador e um reforço aos seus privilégios e às suas pretensões, vez que na corte começavam a se negar as solicitações para aqueles que

não estavam com suas famílias na capitania, mostrava isso.

No pequeno texto dessa carta que, repetimos, é mais um atestado de residência, embora os autores deem interpretação errada ao seu texto e não lhe destaquem a importância na situação provocada pelos “Contratadores”, vê-se que a capitania prosperava:

E pôr a terra ir agora em aumento, a Deus louvores, querem os homens fazer fundamento nela e fazerem fazendas para ter alguma cousa que seu com que se sustentem, para o que é necessário a mercê e ajuda de Deus e de V. A. Por ele querer agora fazer um engenho e uma ribeira, em um pedaço de terra que lhe dei, pede a V.A por ajuda para fazer, lhe faça mercê de lhe dar licença para poder mandar algum pau-brasil daqui e que o irá fazer pela costa, onde não faça dano nem prejuízo.

No entanto, mal seguia esta carta para Lisboa, chegavam a Olinda outras informações sobre o “boicote” que estavam fazendo contra a Nova Lusitânia e o surgimento de propostas aterradoras o que provoca nova carta datada de 15 de abril, ou seja, uns 20 dias depois da outra seguir.

A carta de 15 de abril — que todos os historiadores dão como de 1549, mas que nós conseguimos identificar como de 1548 (o 8 da unidade aparece no clichê da edição fac-similar com uma falha e se apresenta como um 3 às avessas) e a de 24 de novembro de 1550, falam, explicam e historiam os

acontecimentos motivadores do Foral, causando estranheza que até hoje não se tenha destacado esses pormenores.

Na verdade, quando alegamos que a missiva de 15 de abril, é de 1548, não é somente por ela determinar datas e portador, com exatas informações sobre dias e motivos (ver nosso artigo sobre As Cartas de Duarte Coelho na revista Edições Cadernos Culturais n.º 3), correspondentes à anterior de 22 de março. O que se deve destacar é o açodamento de informações, é a preocupação de entrar em contato com o Rei. Nela consta referindo-se à de 22 de março que logo depois da ida do seu “criado Francisco Frasão”, houve novidade pois:

depois da outra escrita e daqui partida há vinte dias, vim a saber por cartas de meus amigos em especial por uma de Manuel de Albuquerque que me deu conta disso, por já aí ter alguma conversa sobre isto com pessoas que do negócio entendem, ou querem entender, as quais seguindo por uns apontamentos vi, se oferecem a V.A para povoar ou ajudar a povoar as capitanias perdidas, de lá de baixo, e outras cousas mais que nos mais que nos apontamentos vi, para que pedem a V. A. que por vinte anos lhe dê todo o pau-brasil de toda a costa, e antes de tudo e destas minhas terras da Nova Lusitânia; e lhe pedem ainda que dentro do dito tempo lhes largue e dê todos os dízimos e rendas de todas as terras e costa do Brasil assim o rendimento daqui

como o daí, do que for de cá, e outras coisas que nos apontamentos vi.

Ora, bastaria este trecho para constatar-se que o assunto ali tratado se referia a um movimento surgido por parte de “Contratadores de brasis” isto em 1547, mas que não vingou, sendo então instalado o Governo Geral, em dezembro do ano seguinte, isto é, 1548.

Duarte Coelho torna-se, porém, taxativo: “Eu não tenho para mim, nem posso crer, que isso vem de V.A. nem que é disso sabedor, mas de funcionários que se querem exceder para se mostrarem beneméritos; e se vem de contratadores, lembre-se V.A. do que convém a seu serviço, etc.” (grifo nosso).

Não têm razão pois aqueles historiadores que acham ser esta carta de 49 e o assunto tratado nela seja o do Governo Geral, como declara Pedro de Azevedo no seu estudo “Os Primeiros Donatários” (Ibidem, pág. 199).

Ora, em 15 de abril de 48 Duarte Coelho podia tratar do assunto “Contratadores”, como o fez, e não sobre o Governo Geral, decretado 8 meses depois, ou seja, em 17 de dezembro daquele ano.

Se a carta de abril fosse de 49, como se apregoa, ele reclamaria contra o ato real, falaria em assunto resolvido e não declararia que el-rei não aprova tais irregularidades, nem daria desculpas como a de “V. A. não ser sabedor”. Está patente que no princípio de abril de 1548 ele era informado,

sobretudo por intermédio de Manuel de Albuquerque, de que os “Contratadores”, estavam tramando ao que parece, com o amparo da dupla Castanheira — Fernando Álvares de Andrade, pois se fosse em abril de 49, aí então o assunto seria Governo Geral fato consumado e quase sem apelação.

A carta de 15 de abril de 48, é, pois, um dos documentos mais importantes do início de nossa história. No entanto, quase esquecida, negam-lhe até a verdadeira data. Nela fala-se pela vez primeira na criação da Câmara de Olinda, não sendo assim leviandade de nossa parte, afirmar que o dia 15 de abril de 1548 é a data que se pode eleger como o da fundação do poder deliberativo da Nova Lusitânia, vez ser ela o primeiro documento, antes de 17 de março de 1550, que nisso fala. Nenhum outro, até agora do nosso conhecimento, faz referência a “Vereadores” e “Câmara”, salvo e de modo geral, os “Regulamentos de Almeirim”, de dezembro de 48, mas como determinações a serem cumpridas.

Na verdade, as capitânias formavam verdadeiros feudos, onde o donatário, senhor de barão e cutelo, concentrava os 3 poderes. Duarte Coelho, sempre se expressava, até então, como coisa sua todo o território que se limitava ao norte com rio Santa Cruz e ao Sul com o São Francisco. “Povoadores e moradores destas minhas terras”, dizia ele, não só nos documentos, como nesta própria carta. Em nenhuma resolução tomada até ali, há referência a alguma câma-

ra ou vereadores, no entanto naquela missiva, ele informava: “... os oficiais e pessoas nobres e honradas, todas em comum (repita-se: não fala em vereadores nem câmara), se juntaram em conselho e fizeram câmara’. Aí sim, está a primeira referência.

Cremos não haver melhor afirmativa, nem maior testemunho de ter sido naquele momento criada a Câmara de Olinda e eleitos seus primeiros vereadores. Não registrando dia ou noite que aconteceram tais eventos, devemos nos fixar na data do relato de tais sucessos, ou seja 15 de abril de 1548, como o da criação da Câmara de Olinda, a primeira a ser implantada no Brasil.

A afirmativa do historiador José Antônio Gonsalves de Mello no seu já citado trabalho **O Chamado Foral de Olinda de 1537**, de que:

Fixada a gente, firmada a atividade econômica de subsistência, o Donatário passou a organizar a administração de sua Capitania. Criou o Conselho ou a Câmara da sua vila de Olinda, em data não conhecida, e, em 12 de março de 1537, fez doação de uma larga área de terra, etc.

E no final do estudo:

É certo que a data de doação dos bens, 12 de março de 1537, não é a mesma da criação da Câmara de Olinda, que é anterior a ela, pois nos parágrafos 2.º e 4.º, constam referências ao “Conselho”, etc. e continua: A doação pressupõe,

evidentemente a existência (há nesta parte uma omissão de palavras pois na linha seguinte continua) — do donatário, isto é, o Conselho ou Câmara. Esta, conclusão não é nossa, pois há mais de cem anos Fernandes Gama escreveu que o Foral fora assinado “quando já a Câmara de Olinda estava formada.

Ora, tais afirmações pressupõem que a Vila de Olinda não foi fundada em 12 de março de 1537, contradizendo assim tudo o que anteriormente foi dito. Se a povoação já com a categoria de vila, possuía inclusive uma Câmara em 12 de março de 1537, então esta seria simplesmente a data do Foral, sendo a data de fundação da Vila, anterior, como também anterior seria a criação da Câmara.

No entanto, se atentarmos ao que aqui já estudamos, se colocarmos o Foral na sua verdadeira data (17 de março de 1550), se considerarmos que a carta de abril de 1548 informa, repita-se, que: “os oficiais e pessoas nobres e honradas todas em comum se juntaram em conselho e fizeram Câmara”, (note-se bem “se juntaram em conselho” é a informação de um ato e “fizeram Câmara” outra informação e outro ato) então chegaremos à conclusão das nossas afirmativas até hoje não formuladas por outro historiador.

Passemos agora às conotações existentes entre o “Foral” e os Regimentos passados em Almeirim. Publicados na íntegra no vol. III da **História da Colonização Portuguesa no Brasil**, nas págs. 345 e 358, vamos

A Revista do Arquivo Público visa criar um ambiente sereno onde as ideias de história possam ser discutidas sem, com isso, provocar inimizades pessoais, como é quase costume entre nós...

aqui somente transcrever alguns períodos nos quais se poderá constatar serem as soluções e determinações ali contidas inspiradas nas informações ou solicitações feitas por Duarte Coelho em suas cartas, e não na sabedoria dos cortesões que dirigiam o governo de D. João III, como injustamente declarou Varnhagen:

O Regimento que, em data de 17 de dezembro de 1548, lhe foi dado, consistente de quarenta e um artigos e mais sete suplementares, é um modelo de tino governativo, e prova o muito conhecimento que já seu redator, o Conde de Castanheira tinha do Brasil. (Obra cit. pág. 233).

Nos Regimentos encontram-se os motivos que levaram o donatário

de Pernambuco em eleger Câmara e redigir carta de doação para a vila, bem como regularizar as serventias públicas ou doações que tomaram o nome de Farol.

Do Regulamento de Tome de Sousa, destacamos: “... até onde chegarem as terras da dita capitania o qual termo mandarei demarcar de maneira que em todo tempo se possa saber onde parte”. No item segundo fala sobre as sesmarias e que “se notifique este capítulo o qual fareis transladar **nos livros das Câmaras** destas capitanias para se assim cumprir, etc. — Como se sabe, por esse tempo nenhuma capitania tinha tal organismo, salvo a de Pernambuco, organizada em abril de 1548 ou seja, oito meses antes da assinatura do regimento. Nos outros itens fala novamente nos Livros da Câmara onde devem ser registradas as determinações contra os “roubos aos gentios”, “e corte de Pau-Brasil”, “permissão para passar para outras capitanias”, etc., providências solicitadas anteriormente por Duarte Coelho nas suas cartas.

Mas é no regimento de Antônio Cardoso de Barros o provedor-mor aonde aparecem as determinações mais alarmantes e provocadoras de medidas de direito público, como as tomadas por Duarte Coelho, talvez antevendo a necessidade de um respaldo jurídico.

Eram elas: “Ordenareis que na dita alfândega haja livros. S. um de receita e despesa dos rendimentos dela e outro em que se registre o foral e re-

gimento dos oficiais”; depois, “... e haverá outro livro em que se assentem os contratos e arrendamentos que se fizerem e outro em que se registrem os forais, regimentos e quaisquer outras provisões que se façam, etc.”, e, finalmente, determinava que fossem eleitos nas capitânias,

Onde se fizer açúcar um Caldeador (o primeiro a ser nomeado para Pernambuco foi Antônio Fernandes (Documentos Históricos. vol. XXXV, pág. 40), pelo guarda-mor quando presente, se ausente pelo provedor da capitania, pelo capitão da mesma e oficiais da câmara, etc.

E no “Regimento dos provedores da Fazenda de El-Rei Nosso Senhor na Terra do Brasil”, que é mais dedicado ao comércio e à navegação, destaque-se este trecho:

As cartas de sesmarias de terras e águas que os capitães tiveram até ora dadas e ao diante derem serão obrigadas a registrar as cartas das ditas sesmarias do dia em que lhe forem dadas a um ano e não as registrado no dito tempo as perderão e isto farão os ditos provedores apregoar em lugares públicos para a todos ser notórios e farão fazer assento no dito livro de como se assim apregoou.

Completando as apreciações sobre a origem do famoso instrumento público provocado pelo “requerimento dos vereadores da Vila”, vem a car-

ta de 24 da novembro de 1550. Nela já se fala em forais, até então nunca citados, mesmo na carta de abril de 48. Logo no seu início compreende-se porque o chamado Foral de Olinda tem data de 17 de março de 1550. A petição anexada à missiva de abril de 48, em virtude de não ter sido encontrada junto à mesma leva a concluirmos que fora desentranhada, mas sem merecer nenhum despacho ou mesmo ser devolvida.

Logo no início da carta de 50, diz Duarte Coelho: “Senhor: Uma carta de V.A. me foi dada este agosto ora passado de 1550, a qual parece, segunda a feitura dela, tardar por má navegação na viagem”. Destaque-se que agora já não há pressa como em 48. Recebida a carta em agosto só em novembro é que vai responder e numa linguagem irônica que bem mostra a sua disposição de espírito e como estava bem informado.

Nela trata, em primeiro lugar, de agradecer a sua exclusão ante as determinações dadas ao Governador Geral, medida aliás tomada através de carta do soberano dirigida a Tome de Sousa na qual o proibia de ir à Nova Lusitânia. O retardo registrado bem diz ter ela demorado para chegar ao seu destinatário, como para permitir que fizessem efeito as medidas tomadas pelo provedor-mor Antônio Cardoso de Barros que estivera em Pernambuco, na 2ª metade de 1549 provocando vexames e entreveros, fato denunciado por Tome de Sousa na sua carta de 18 de

julho de 1551: “não pode Ha ir o provedor-mor porque está muito diferente com, Duarte Coelho e com seu cunhado Jerônimo d’Albuquerque, nem eu pelo que me V.A têm escrito que não vá lá até ver outro recado seu” e confirmado na própria carta de Duarte Coelho de 50.

Tudo faz crer — e aqui estamos seguindo o caminho usado pela maioria dos historiadores quando há falta de documentação sobre o assunto — que Duarte Coelho em março de 50 era sabedor da manutenção dos seus privilégios não lhe sendo aplicadas as determinações dos regulamentos, mas como aquelas existiam, tomou a iniciativa de legalizar a Câmara eleita em 48 e assim atender à petição daquela época, expedindo o instrumento de doação pública por ele mesmo chamada de “... “Carta de Doação” e redigida por escrivão substituto.

Na carta de novembro de 50, diz ele, pela primeira vez:

A razão, Senhor, obriga-me, por descargo de consciência, a dá disto esta breve conta a V.A. E digo que todo este povo e república desta Nova Lusitânia esteve e está muito alterado e confuso com estas mudanças, e afirmo a V. A. que se não fora por mim se queriam ir da terra. Isto sobretudo por não lhes quererem os funcionários de V. A., aqui e no reino, guardar suas liberdades e privilégios contidos em doações e foral que por mim foram publicadas e apregoadas.

Como se vê, há uma linguagem nova nesta comunicação. Não é mais: “Minhas terras”, “Minha Nova Lusitânia”. “Minha Vila de Olinda”, agora ele diz: “O povo e república dessa Nova Lusitânia” (acabaram-se os possessivos) e pela vez primeira ele fala em “minhas doações e Foral, que por mim foram publicados e apregoados”. As ponderações são diferentes, embora feitas pelo antigo e altivo senhor. Agora há necessidade de documentos legais.

A carta de D. João III, chegada em agosto, falava do privilégio de Duarte Coelho perante o Governo Geral, sendo, pois, um documento. No entanto, ele pondera na sua carta de novembro: “Quanto Senhor, à mercê que agora por esta me faz em vida de V. A., basta-me”, e mais adiante: “a qual, Senhor, é necessário que por alvará de confirmação, assinado por V.A e selado com seu selo e passado por sua chancelaria, conforme as minhas doações”. E continuando na linguagem mordaz que no início destacamos:

E isto também por causas destas mudanças que ora houve, e para que no futuro não haja ai alguns maus conselheiros, que com os reis se querem harmonizar às custas de suas consciências, de que os tais conselheiros pouco caso fazem, por não terem amor verdadeiro senão aos seus interesses, etc.

O grande donatário sentia as transformações. Era o feudalismo

ocidental que morria no seu último reduto e com ele os “bons cavaleiros”, como classificou o próprio Dom João III ao comentar a morte do maior colonizador das Américas.

Por essa carta parecia ao “cavaleiro Audaz” da Nova Lusitânia que nem tudo estava perdido, embora sentisse a necessidade de se precaver contra futuras manobras políticas, como as de 47 evoluída para 48 com o consequente abalo de crédito, um dos maiores obstáculos para sua magnífica obra iniciada nos idos de 35.

Mas não contava ele com o novo inimigo os Jesuítas. Não tem razão Pedro Azevedo (*ibidem* p. 200), quando diz:

Mas em 1551 o Pe. Manoel da Nóbrega, em carta a El-Rei, prestando aliás homenagem a Duarte Coelho, é de parecer que a jurisdição de toda a costa brasileira devia reverter ao Soberano. Por isso Duarte Coelho teria sido chamado à corte, onde poucos dias depois do desembarque, faleceu, certamente em resultado da demora da viagem, que já não se coadunava com a sua idade.

A capciosa carta de Nóbrega, cujo pleito é, inexplicavelmente, aceito por aquele historiador, bem demonstra os interesses subalternos da política gananciosa realizada pelos vândalos da corte visando sobretudo a Nova Lusitânia. A afirmativa do jesuíta de que Duarte Coelho e dona Beatriz era um casal de velhos sem capacidade

para governar, chega às raízes do cinismo, pois se o varão era homem de não mais de 60 anos, sua mulher talvez ainda não chegara à casa dos 50, tanto que depois de viúva o que aconteceu 3 anos depois da referida carta ela ainda viveu 30 anos exercendo, inclusive a governança da capitania, trabalho considerado por demais pesado para homens que fossem efetivamente capazes e fortes quanto mais para uma anciã.

Pondere-se ainda que, em 1551, época da carta de Nóbrega, os filhos do casal eram menores, contando o mais velho não mais de 13 anos.

Na verdade, o jesuíta repetia, com argumentos inverídicos, principalmente para o rei, que devia conhecer a idade do seu fiel servidor, as mesmas insinuações contidas nas cartas de Tome de Sousa, do mesmo ano. E o chavão da nova política do Governo Geral, contrariada pela resolução do Rei de excetuar Pernambuco da área administrativa recém-criada, atitude esta, por certo não bem vista por Castanheira e Fernando Álvares, este último até donatário foi de uma capitania, mas na verdade, simplesmente explorador de pau-brasil.

O trabalho de Duarte Coelho na administração de sua capitania, era uma pedra no sapato da nova política para a colônia. Desde a localização de Olinda injustamente criticada por Varnhagen e outros; o plano urbano em torno do seu marim; que bem lembrava o castelo de São Jorge, da sua velha Lisboa: a obra que

se propunha fazer do lançamento do Beberibe ao pé da vila e assim facilitar a formação de um porto junto à povoação (como se fosse um novo Tejo), onde seriam construídas as feitorias para guardar os açúcares a serem transportados para a Europa; a escolha de locais para a roçaria e os pascigos, além das grandes datas de terras na periferia de Olinda para a implantação de engenhos; o incentivo ao plantio de algodão e da lavoura de mantimento inclusive exportável; a ordenação racional do corte de pau-brasil; tudo mostrava não ser sem razão ele chamar os seus domínios de Nova Lusitânia, pois aqui era bem um novo “Portugal na América”, como disse Oliveira Lima. (**História da Colonização Portuguesa no Brasil** v. III, p. 305).

No entanto, tudo isto não se faz num dia. O lançamento do Beberibe não foi feito, mas era lembrado, ainda em 42, conforme se lê na doação a Jerônimo de Albuquerque de terras no Varadouro. Diz a doação: “... e da banda do Sul parte com as ruas das feitorias até entestar com o rio que se há de tirar, etc.” determinação quase ipse litere, daquele trecho do Foral que diz: “onde há de fazer o Sr. Governador a sua feitoria até o varadouro da galeota, há de se abrir o rio Beberibe e lançar no mar”.

Já lembramos que não foi pacífico o estabelecimento da capitania com os obstáculos de índios e franceses para ser feito em pequeno espaço de tempo, levando-nos a aceitar, embora

com reservas, a notícia de Frei Vicente do Salvador da estada do donatário na Feitoria dos Marcos por alguns anos, ali nascendo pelo menos seu primeiro filho. Também não conhecemos datas de sesmarias antes de 1540 e esta é justamente a de Vasco Fernandes já citada. As de Jerônimo de Albuquerque e outras pessoas, inclusive a do Forno da Cal, são de 1542, sendo a de Bartolomeu Rodrigues Álvares (por certo Rodrigues Álvares do Foral) da mesma época, pois ela está citada como limite das terras dadas a Bartolomeu Dias, no ano seguinte, 1543. (Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento pág. 244 e 246).

Essas implicações de Duarte Coelho na colonização brasileira, com destaque para Pernambuco, o torna a figura mais importante do século XVI neste lado do mundo. A sua influência já ressaltada nos regimentos de Almeirim e no desenrolar da implantação lusa no nosso território, de acordo com os seus ensinamentos, coloca-o de modo singular dentro da história da humanidade. Este varão a quem consideramos o último senhor feudal é de fato um marco no povoamento do hemisfério americano.

No entanto, até hoje não se fez justiça a tão singular personagem. Até seu Foral, de tanta importância para a história pernambucana, “Teve uma história acidentada”, como diz o prof. José Antônio e acrescenta: “O texto de 1537 não é conhecido através de documento coevo, pois os primeiros vereadores de Olinda não tiveram a cautela



Mosteiro de São Bento, Olinda

de conservar o precioso papel com os cuidados que merecia”.

Na verdade, estamos plenamente de acordo com a informação, discorrendo somente quanto às datas e os vereadores descuidados.

Para nós, como já procuramos demonstrar, em 1537 não havia nem Foral nem Vereadores. A chamada certidão de 17 de março de 1550, esta sim, foi desvirtuada pelos vereadores dos fins do século XVII e princípios do século XVIII como veremos. Foram eles, juntamente com os beneditinos de Olinda, os descuidados, mas muito espertos.

Estudando magnificamente a “Carta Doadora”, reconhece o mestre a sua incrível redação, com o “texto eivado de erros e incorreções”.

Historiador dos mais brilhantes, embora assinalando as mazelas do assunto, no seu citado estudo, dá a culpa de tal redação para o escrívão substituto.

Nós preferimos levar a responsabilidade dessa confusa situação para o “Escrívão Beneditino”, autor da cópia “milagrosamente encontrada” nos arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda, quando não mais existia outra em parte alguma, pelo menos que se saiba. Capistrano em seu “Prolegômenos” (História do Brasil. Frei Vicente do Salvador, pg. 100), diz: “Parece profundamente viciada a escritura de doação da Capela da Graça feita por Paraguaçu a 16 de junho de 1534 aos frades de São Bento; Melo Moraes em Brasil Histórico. 1. II

124, Rio 1866”. Ora, cesteiro que faz um... É que passaremos a estudar.

A “CARTA” QUE HOJE CONHECEMOS

Não só os “erros e incorreções” assinalados pelo prof. José Antônio, como as contradições e omissões existentes no Foral, fazem pensar numa feitura apócrifa.

O Livro de Tombo Novo, do Mosteiro de São Bento de Olinda, se lido cuidadosamente, passa ser um índice explicativo da famosa carta doadora.

Nele se encontra a motivação das várias incongruências contidas no Foral. Nele consta que era o escrivão da Fazenda em 1550, ano da “Certidão” da carta doadora, Afonso Gago que no dia 19 de junho daquele ano registrava no livro competente a carta de doação dada por Duarte Coelho a João de Sabanda. Gago exercia as funções desde 1543 pois neste ano registrou as doações feitas a Bartolomeu Dias, que, segundo o Foral era o escrivão das “dadas” àquela época. No entanto, não foi Afonso Gago quem registrou no livro competente o Foral, mas sim Heitor de Carvalho, em 1557, ou seja, depois da morte do donatário. Em Documentos Históricos encontramos divergências na ocupação desses cargos.

Na verdade, o Foral, como hoje conhecemos, nos parece fruto dos arquivos do Mosteiro beneditino de Olinda e da Câmara daquela cidade.

O capítulo sobre as terras de N.S. do Monte, que se liga ao da Mirueira — ou seja das fls. 121v. a 133 do Tombo

Novo, copiadas da Gav. 3, maço A, n.º 10, e ainda as escrituras deste setor, sobretudo as dos herdeiros de Jerônimo de Albuquerque — explica muita coisa sobre o interesse patrimonial que sempre acompanhou a velha carta de doação duartina. Informações nele existem (**livro do Tombo**) e que inexplicavelmente, foram omitidas no inquérito feito pelo ouvidor Arouche, merecedor de urgente reexame.

O Foral que conhecemos, como se sabe, é fruto de duas reconstituições realizadas num período de 35 anos e dentro do mesmo ritual. Uma feita em 1675 e que recebeu a confirmação real e outra em 1709, um ano antes do inquérito de Arouche.

A primeira, transcrita pelo prof. José Antônio, no seu citado estudo e considerada a mais antiga cópia conhecida, está guardada na caixa 6, de Papéis Avulsos de Pernambuco, do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, pede a reconstituição do Foral tendo em vista ter se perdido o da Câmara, mas existir uma cópia no Mosteiro de São Bento.

A segunda que existe cópia no Arquivo Municipal de Olinda e foi usada pelo historiador Pereira da Costa nos Anais Pernambucanos, repete a alegação de estar com a certidão da Câmara muito deteriorada e solicita a reconstituição com a do Mosteiro de São Bento, mas acrescenta outras fontes qual sejam os traslados constantes de pendência judiciais em curso, àquela época, nos cartórios de Olinda.

Quais os motivos de tais reconstituições? Devemos, desde logo lembrar que depois da “restauração Pernambucana”, quando se começou a arrumar a casa, isto é, quando começaram as reivindicações das posses das propriedades (assim como acontecera em 1548 a 50) retomadas dos holandeses outras maiores surgiram provocando essas reconstituições dá um documento principal, que foi “milagrosamente” achado no convento de uma ordem religiosa que há um ano estava em estado de revolta encontrando-se os seus revoltosos aquartelados no “convento do Monte”, onde ficaram, diz Mário Melo, por 16 anos. Nesta época, segundo a reconstituição (que aqui chamamos primeira), o Foral era documento hábil para provar a posse das terras de N.S. do Monte, conforme declaração do abade Frei Francisco da Madalena.

No entanto, existe outro documento no Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda, intitulado “fragmentos de um litígio a respeito das terras de N. Senhora do Monte entre o Revmo. Padre Reitor do Colégio de Olinda Inácio de Souza e o Exmo. D. Abade do convento de São Bento de Olinda 1747-1763”, publicado na **Rev. do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**, vol. XXX-VII, ano 1942, onde na pág. 156 consta a seguinte declaração:

Declaração das Terras de N. Senhora do Monte. Pelos anos de 1550 doou o senhor Duarte Coelho de Albuquerque

que (sic) a nossa Senhora cem braças de terra ao redor da Capela por toda a parte, cujo título existente no Cartório desde Mostre[...] Se pode ver. Vai o Foral da Câmara[...] pertence a dita senhora que estava no Cartório[...] pertence para o nosso caso..... Título, porque não achou que as ditas terras prestam dat.....

Depois de falecer o Snr. Duarte Coelho fez a Sra. D. Brites governador desta terra petição do Ermitão João Martins[...] esquecida da primeira data que era cento e cinquenta braças e que de boa vontade concedeu a dita Sra. Existe o título no cartório deste Mosteiro muito velho. Esta transladado foi[...] a transladado neste libelo em pública forma[...] aonde diz Data/ Por esta[...] Que no ano de 1582 de terra, cuja demarcação em pública forma no Libelo pública forma a e da posse do dito Ermitão por Francisco do Amaral, Ouvidor, cujo auto de posse[...] a fls. 14 e traslado no dito Livro a folha[...] Posse. Nesta dita Sesmaria de cinquenta mais braças porque confrontava com terras de Francisco Machado pelo ter comprado a seus herdeiros uma sorte da Terra[...] apresentou escritura como escritura da demarcação”.

Este documento nem sempre lembrado pelos estudiosos quando tratam do assunto é mais um subsídio para nossas afirmações. As lutas por terras nestas datas eram tantas que para se ter uma ideia da situação do patrimônio territorial de Olinda, basta lembrar que se lutava por

tudo, inclusive pela reconstrução da cidade e o seu retorno à categoria de sede de governo.

Já, desde 1654 (um século depois da morte de Duarte Coelho) Francisco Barreto de Menezes consultava o reino sobre a devolução das terras daqueles que foram para a Bahia na retirada com Mathias de Albuquerque, e a sua viúva (a condessa de Alegrete) vivia reivindicando as terras do seu falecido marido o herói da resistência.

Dois anos depois da “primeira reconstituição” (1674) o Conselho Ultramarino trata das “sérias reclamações” da Câmara de Olinda e sobre o abandono em que se encontra a vila. Opina o Conselho que se resolva primeiro o litígio da coroa com o conde de Vimioso, herdeiro de Duarte Coelho sobre a posse das terras donatárias. Conclui assim:

Parece que este negócio não está em termos de se deferir aos moradores, sem se resolver este litígio e tornando a vila de Olinda no estado antigo de reformas dos seus edifícios e assistência de moradores, de que está faltando.

Havia até denúncia de proliferação de “certidões falsas a pretendentes à nomeação de cargos”. Em 1706, o desembargador João Puga de Vasconcelos fazia consulta ao conselho Ultramarino “sobre as diligências mandadas proceder nas dadas de terra e sesmarias da capitania de Pernambuco”. Enquanto a ordem

Beneditina continuava em luta com as autoridades.

Documentos existem comprovando estas situações, nos **Arquivos Histórico Ultramarino** e **Nacional da Torre do Tombo**, ambos de Lisboa, segundo se lê no catálogo **Alguns Documentos de Arquivos Portugueses de Interesse para a História de Pernambuco**, do historiador Flávio Guerra.

Feitas essas apreciações sobre as razões das reconstituições, voltemos às incongruências já ressaltadas. Um dos fatos curiosos existentes no Foral que conhecemos é sem dúvida aqueles referentes às “Terras de N. S. do Monte”. Na verdade eles servem como ponto de partida para levantarmos a ponta do véu e desnudar a verdade.

Embora figurando no Livro de Tombo Novo de São Bento à pág. 124 v. com o título “Sesmarias da terra que Duarte Coelho deu a nossa Senhora do Monte”, o que vamos encontrar é o início do Foral — para nós o mais legítimo e que passaremos a transcrever para compreensão das comparações que iremos fazer: “Jesus Maria” Duarte Coelho Fidalgo da Casa Del Rey nosso Capitão e Governador destas terras da nova Lusitânia por El-Rey nosso Sr. Faço saber a quem esta minha carta de doação virem, quis no ano do Nascimento de N.S.J.C. de mil e quinhentos e cinquenta anos, aos dezessete dias do mês de Março do dito ano a requerimento dos Vereadores do conselho desta Villa de Olinda foi mandado tirar de Livro do Tombo e matrícula car-

ta de doação das cousas que ele dito Senhor Governador tinha dado a esta vila, e moradores, e povoadores dela, as quais foram dadas pelo Senhor Governador na Era de mil, e quinhentos e trinta e sete, as quais cousas e dadas são as seguintes:

No ano de mil e quinhentos e trinta e sete deu e doou o Senhor Governador a esta sua Villa de Olinda, e para seu serviço e de todo o seu povo moradores, e povoadores delia, as cousas seguintes. Os assentos deste Monte, e fraldas dele para roçaria e vivendas dos ditos moradores e povoadores, os quais lhes dá livres, forros e isentos de todo o direito e pensam Por Vargeas, N. das vacas e a de Beberibe, as que vão pelo caminho que vai para o Pão do Gonçalves, e isto será nos capins e pascigo que as rebo-traz dos matos para roças a que houvesse, ou se arrendar que estão dos capins para o alagadiço, e para os mangues, com que confinam as terras dadas a Rodrigo Alvares e outras pessoas D. O Rocio que esta de frente da Villa para o Sul até o ribeiro, e do ribeiro até a lombada do Monte, que jaz para os mangues do rio Beberibe, onde ora fez o varadouro... Observação: — No Tombo o Foral de Olinda não continua, ficando em branco a Fl. 125 e a primeira pág. 126 reservadas para a continuação do mesmo.

Por que parou o copista naquele início do segundo período? Será que sentiu haver algo errado ou improvável?

Na nota 5, de **O chamado Foral de Olinda, de 1537** destacamos o seguinte trecho:

O Escrivão que em 1766 transcreveu os documentos para o novo livro de Tombo, Felipe Neri Ferreira (deve ter havido lapso de revisão pois o nome do escrivão é Felipe Neri Corrêa), não tinha conhecimentos paleográficos satisfatórios, por cujo motivo não copiou para este senão as primeiras linhas do texto do Farol, que constava do Tombo Velho, e mesmo assim essas poucas linhas copiadas revelam a sua incompetência paleográfica.

Como se vê, seria esta uma resposta àquela nossa indagação.

Data vênia, confesso que não nos satisfazem tais argumentos. Na verdade, tomamos mesmo a defesa de Felipe Nery Corrêa, pelos seguintes motivos:

1º — Não foi ele o copista, mas sim, o conferidor legal, que mandava trasladar ou escrever que conferiu e consentou os documentos transcritos, no novo livro de Tombo, como constam de suas certidões;

2º — Na “Notas a respeito do **Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento**, constante da edição do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, vem a seguinte informação: “Estando o primeiro Tombo do Mosteiro já muito velho e deteriorado, cuidou logo em abrir um novo, no qual reproduziu (trata-se de Frei Bar-

tolomeu dos Mártires) os documentos do velho Tombo, bem como todos os documentos que andavam soltos e espalhados em diversas secções do Mosteiro. É ele o autor do atual Tombo do Mosteiro que agora vai ser publicado”. E mais adiante: “Na parte do Tombo feita por D. Abade Fr. Bartolomeu dos Mártires a caligrafia é muito legível e provoca a admiração de todos”.

3º — Os trabalhos de conferência foram feitos nos dias 3, 4 e 10 de janeiro de 1766, ou seja, das fls. 17 a 283 do **Livro de Tombo**, salvo ode fl. 124, que consta somente a “observação” acima transcrita, sem nenhuma intervenção do escrivão Francisco Nery.

No entanto, mesmo para o copista anônimo ou para o próprio Fr. Bartolomeu dos Mártires, não daremos também a falta de conhecimentos paleográficos, vez que, se teve conhecimento para copiar todo o livro, não é aceitável que somente para o Foral tivesse tal deficiência, destacando-se ainda, que se copiara até aquela parte, continuaria até o fim, embora estropiando a cópia toda.

Assim, continuam as nossas indagações. Acontece ainda, que não julgamos tão má a cópia do trecho feita. Nela destacamos três divergências com as cópias apresentadas nos **Anais Pernambucanos** e em **O Chamado Foral de Olinda**, de 1537. Enquanto estas registram “Casario e Vivendas”, a do Tombo diz: “Roçarias e Vivendas”, mais lógico; a do Tombo re-

gistra “O Pão do Gonçalves” (existiu um proprietário de terras chamado Pantaleão Gonçalves em 1540, cujas terras findaram pertencendo aos beneditinos), enquanto nas outras duas rezam: “Paço do Governador” (redação imprópria pois pelo costume da época deveria ser “O paço do dito Governador”) e, finalmente, na do Tombo não existe a expressão: “a quem o Conselho as aforar ou arrendar”. Determinação duvidosa para o regime adotado pelo donatário, pois assim estaria renunciando os seus poderes, havendo pois uma *capitis diminutio* em seus privilégios.

Mas a história das “Terras de Nossa Senhora do Monte” não para aí nesse registro interrompido da carta doadora. Ela forma apenas um capítulo da novela do que chamamos “Foral Beneditino” ou a carta que conhecemos, vez que outros documentos e a participação da Câmara de Olinda fazem parte do contexto apresentado.

Se compararmos, por exemplo, trechos das doações das terras dadas a Jerônimo de Albuquerque com as seguintes passagens do Foral que conhecemos, veremos estas coincidências. No Foral:

E porque, por detrás do dito montinho (trata-se do local onde hoje está o Mosteiro de São Bento), onde há de fazer o Senhor Governador a sua feitoria. Até o varadouro da galeota. Há de se abrir o rio Beberibe e lançar ao mar”, etc.

E na doação ao cunhado: “... e da banda do Norte parte com a rua que vai para a Fontainha, e com o chão de Pantaleão Gonçalves e da banda do Sul parte com as ruas das feitorias até entestar com o rio, que se há de tirar, etc.

Mas voltemos à história do Monte, que devemos tratar com minúcia. Já vimos que o registro do Livro de Tombo ficou embrulhado, mas ela aparece determinada no Foral. Sem se poder dizer, verdadeiramente a razão de sua citação na carta doadora, pois não era limite nem local de importância. Está, assim, como “Pilatos no credo”. É que a sua verdadeira história começa quando o ermitão João Martins, em 1582, recebeu a sesmaria, registrada no Livro de Tombo Velho às págs. 11. Diz ela:

Dona Beatriz de Albuquerque, Capitão e Governador (sic) desta capitania de Pernambuco, desta vila de Olinda, da Nova Lusitânia, parte do Brasil por El Rey Nosso Senhor etc. F. Saber a quantos esta minha carta de sesmaria for mostrado ou[...] delia com direito pertencer dizer por sua petição o Ermitão de N.S. do Monte[...] Martins de que o traslado da dita petição[...] Martins, Ermitão de N. S. do Monte[...] casa e ermida da dita nossa[...] que lhe foi dado pelo Senhor Du[...] está em glória, o primeiro povoador desta Capitania, e porque[...] suplicante não achou até agora carta nem data que fosse para a dita casa de nossa Senhora, me pedia lhe faça mercê dar pera a dita Senhora o dito Sítio, e outeiro, onde hora tem

situada e feita a dita casa com suas fraldas de uma banda e da outra partindo da banda do Norte com terras que foi de Francisco Machado que Deus tem, e do Sul cento e cinquenta braças, e das outras confrontações da mesma sorte, a qual terra me assim pede para benefício da dita Santa Casa porque sendo em algum tempo de Religiosos a possam cercar e aproveitar e fazerem nela o que bem lhe vier, ou para os administradores e Ermitões que nela estiverem e administrarem perpetuamente”. [E receberá mercê.] “Ao que pus por meu despacho”. Passem carta de Outeiro que o suplicante diz para a casa de nossa Senhora do Monte, visto como a tantos anos que está dedicada, e hora começa a haver casa de oração de invocação da Senhora (grifos nossos), a qual será com as confrontações, que o suplicante aponta, para logradouros, e serventias, e serviços da dita casa, para sempre, em Olinda a dezessete de fevereiro de mil e quinhentos e oitenta e dois anos. Visto como os Procuradores do Capitão, e Governador meu filho não tem dúvida nisto e lhe parece bem, por ele também mandar que se fizesse a dita casa, e porque me assim aprouve, e ser servido de Deus e aumento da terra, lhe mandei passar a presente, pela qual hei por dada a dita terra pera a casa de nossa Senhora do Monte, e para sua serventia, e de Religiosos, havendo-os, e dos Ermitãos para sempre, e o que assim me aprouve, lhe mandei passar a presente por mim assignada e selada, dada nesta Villa de Olinda aos dezesseis dias do mês de julho Gabriel

Damil, escrevam das datas das terras, e sesmarias, e das demarcações de toda esta Capitania pela dita Senhora ano de mil quinhentos e oitenta e dois anos”. Pagou desta nada “Dona Beatriz de Albuquerque”. Ao selo dos reis”. Cardoso. Cumpre-se esta carta da Senhora Dona Beatriz de Albuquerque assim e da maneira que se nela contem, hoje Olinda ao primeiro dia de Dezembro de mil quinhentos e oitenta e dois anos”. João Dalpe” Pedro Alvares” Antônio de Barros” Domingos Bezerra “Tabeliam” Foi Registada esta carta de sesmaria no Livro de Tombo desta Fazenda, a folhas noventa e sete, em Olinda hoje vinte e nove de novembro de quinhentos e oitenta, e três anos, Manoel Xavier”.

Aí está a primeira falha do “Foral Beneditino”. Na certidão do Foral consta que

Foi consertada com a própria que está na caixa da Câmara por mim Duarte de Sá escrivão dela com o tabelião abaixo assinado bem e fielmente com as entrelinhas que dizem arriba, sobre, erro, doara, seu porque se fez na verdade em Olinda **30 de agosto de 1583 anos**, consertada por mim escrivão Duarte de Sá e comigo tabelião **Antônio Lopes**.

Como, então, não havia nenhum registro das terras do Monte em 1582, segundo a declaração do ermitão João Martins, se ela constasse do verdadeiro Foral, como hoje aparece? A própria declaração de que o velho Duarte Coe-

lho havia escolhido o “Outeiro” para a devoção de Nossa Senhora nos parece cavilosa, pois as terras tinham sido dadas a Francisco Machado e Domingos Fernandes, tendo o herdeiro deste último, Diogo Fernandes, conhecido como Diogo Fernandes do Outeiro, vendido o mesmo aos beneditinos em 1598. É de se notar que na escritura de Diogo Fernandes há um trecho sobre pastagem de gado na dita terra, o que faz lembrar o ponto de referência do Foral conhecido como “Curral Velho das Vacas”. Ainda mais, como se verifica na carta de sesmaria de Dona Beatriz, a ermida do Monte foi construída na década de 80 de 500 quando Duarte Coelho já falecera há 16 ou 20 anos.

Fazer-se, atualmente, um roteiro de limites baseado na “Carta doadora” é tarefa quase impossível, não só pela transformação que deve ter sofrido a cidade depois de incendiada e destruída — quase ia completar um século de prosperidade incomum — como também pelo acervo de certidões, na maioria incongruentes, por força de interesse particulares ou não, visando a posse das terras devastadas que passaram a outros donos ilegalmente depois que foram retomadas. A posse centenária ainda era o documento de maior valia e as doações quartinas continuavam sendo respeitadas pelos tribunais. Uma prova disto são as inúmeras certidões do “Foral” que documentavam as demandas, segundo o segundo pedido de reconstituição do mesmo pela Câmara de Olinda, onde consta in-

clusive uma demanda com a Câmara de Igarassu sobre questões de limites.

No entanto, para termos uma visão, embora pálida da Olinda de 1550, ano do Foral, verifica-se que a doação começa pelo atual Alto da Sé e logo segue para a zona do Guadalupe e Boa Hora; depois vai para o setor praieiro Sul, entre o Carmo e o Varadouro e daí seguindo pelo rio Beberibe volta para a Mirueira e Peixinhos (Forno da Cal); finalmente retorna à praia e vai para o Bultrins e Rio Tapado e segue até Rio Doce ou Paratibe ou seja o limite norte, voltando para sul, a zona territorial do Recife para acabar nas zonas públicas de todo o território conhecido da Vila. Coincidentemente, todos os locais destacados no atual Foral constam do interesse patrimonial dos Beneditinos, sobretudo aquele setor que propositadamente não citamos, ou seja, a área de N.S. do Monte.

Comparando aqueles detalhes com os registros do Livro de Tombo de São Bento (que bem poderia ser o Livro de Tombo de Olinda), vamos encontrar em primeiro lugar as terras do Varadouro, onde está o Mosteiro bem como as dos “subúrbios”, isto é, Mirueira e Beberibe — onde se localizavam as terras dadas a Bartolomeu Dias (o escrivão que foi substituído no Foral), a Jerônimo de Albuquerque, a Bartolomeu Rodrigues e Vasco Fernandes. Estas terras, segundo indicação do Livro de Tombo, ficavam no “Outeiro de São Pedro, na Mirueira”. Vemos que na sesmaria dada a Dona Isabel de Albuquerque (também re-

gistrada no Livro de Tombo), existiam duas Mirueiras, a pequena e a grande, sendo que a primeira ia pelo caminho que ligava Olinda a Madalena e a Paratibe, caminho este que se bifurcava para o sul e para o leste, respectivamente, talvez nas alturas do Forno da Cal. Assim, a Mirueira Pequena ficaria próxima ao atual Varadouro ou seja, o “Outeiro de São Pedro”, seja justamente onde se construiu a igreja de São Pedro Mártir, hoje desaparecida, ou seja o alto da Ribeira.

Uma planta de Olinda da primeira metade de 1800, ainda se encontra esta orientação, bem como o centro da vila continuava sendo “Os assento deste Monte, e fraldas dele para roçaria, e vivendas dos ditos moradores e povoadores”.

É difícil, como vemos, destacar hoje, o que de fato constava na carta doadora de 1550. Além das determinações iniciais, das sesmarias dos povoadores da primeira leva quartina, algo de novo foi incluído nele e depois misturados com as redações beneditinas e da própria Câmara.

Surgida como documento de direito público, por força das transformações na política colonial portuguesa, o documento inicial deveria ter mais pormenores em função do trato público, não só na vila propriamente dita e dos seus arredores como dos principais marcos que existissem. Pelo Foral seria a igreja do Monte a única existente em Olinda, coisa já provada como não verdadeira. Além do mais, como bem destacou o professor José

Quem investigar as doações feitas por Duarte Coelho antes de 1550, há de notar que todas foram registradas por Afonso Gago no Livro de Registros da Fazenda Del Rei

Antônio, quando estudou a redação do foral no trabalho citado, ele não correspondia à feitura legal que era de se esperar, tratando-se de um documento que deveria corresponder às determinações dos regulamentos reais expedidos em Almeirim e que transformando a política colonial, embora estribados nos conselhos e informações de Duarte Coelho, ao rei, como constatamos em suas cartas, era contra ele, seu inspirador, que se tramava.

Um levantamento criterioso de datas e personagens desse período, provarão tais situações. Quem investigar as doações feitas por Duarte Coelho antes de 1550, há de notar que todas foram registradas por Afonso Gago no Livro de Registros da Fazenda Del Rei, livro criado pelo regulamento de Almeirim.

Também as sesmarias de Bartolomeu Dias, (qual seria um parentesco com o descobridor do Cabo da Boa Esperança?) João de Sabanda e Jerônimo de Albuquerque, a primeira de 1543 e as outras de 1542 também foram registradas naquele ano pelo mesmo escrivão, no entanto, o Foral, redigido em 1550, não foi registrado neste livro nem neste ano, mas sim sete anos depois por Heitor de Carvalho. Por outro lado, a doação feita por dona Beatriz das “Terras da banda de Baixo do caminho que vai para o Varadouro”, a Duarte Lopes, em 1556, foi registrado também por Heitor de Carvalho às fls. 101, enquanto o Foral ocupava as fls. 166 a 168 do mesmo livro. Tal registro, porém, convém lembrar, não foi encontrado 25 anos depois (pelo menos no que se refere às terras de N. S. do Monte), pelo ermitão João Martins, embora os outros tivessem translados até 50 anos depois com certidões extraídas do referido livro.

Fazendo um levantamento das pessoas citadas nominalmente no Foral, vamos constatar que elas de fato são, pelo menos das duas primeiras levas. São eles. “Rodrigo Álvares e outras pessoas”, Bartolomeu Rodrigues, Brás Pires, Paio Corrêa, senhora dona Brites e senhor Jerônimo de Albuquerque. Os dois últimos não é preciso falar, salvo para lembrar que, principalmente a grande senhora, de acordo com o Foral de D. João III, não podia ter terras em 1537, mas podia tê-las em 1550.

Quanto aos demais, quem eram tão destacados personagens? O primeiro, Rodrigo Álvares, aparece na década de 80 como procurador do filho de Duarte Coelho 2.º donatário; quanto a Bartolomeu Rodrigues, salvo ter vários homônimos, nos parece figura lendária. J.F. de Almeida Prado, (**Pernambuco e as Capitanias do Nordeste do Brasil**, pág. 199), citando Jaboatão, no “Catálogo genealógico”, fala de um “Bartolomeu Rodrigues, camareiro mor do infante D. Luiz, Filho d’el rei D. Manoel” e pai de Brites Mendes de Vasconcellos que foi casada com Arnão de Holanda. Também, Jerônimo de Albuquerque na sua carta ao rei, de 28 de agosto de 1555 (**História da Colonização Portuguesa do Brasil**. V. III, págs. 380), reclamando ainda contra a situação de Itamaracá, lá estava “um Bartolomeu Rodrigues homiziado por morte de um homem e pessoa muito prejudicial ao povo”. Por sua vez em Documentos históricos, vol. XXXV, págs. 44 — registra que: “Antônio Cardoso de Barros, em 16 de setembro de 1549, nomeou as autoridades fiscais para Itamaracá a exemplo de Olinda (provedor, Silvestre Gonçalves alcaide do mar Bartolomeu Rodrigues, porteiro da Alfândega Jordão Fernandes)”. No registro que faz da fundação da ordem carmelita no Brasil, (Pereira da Costa, **Anais Pernambucanos**, V. I. pág. 483), diz ter sido o termo de escritura da posse da capela de Santo Antônio e São Gonçalo, em 1588 testemunhado “nomeadamente” o alcaide de Olinda Barto-

lomeu Alves Rodrigues. E ainda, no termo de posse dada Duarte de Albuquerque (**Livro de Tomo M. S. B.** pág. 40) do chão junto ao Mosteiro de São Bento, em 1602, foi o mesmo “requerido ao alcaide Bartolomeu Rodrigues, que presente estava”. Vem depois Braz Pires. Este qualificado como lavrador, aparece como testemunha num dos inquéritos da Visitação do Santo Ofício, em 1594, instaurado contra Pedro de Albuquerque, mameluco, um dos filhos espúrios de Jerônimo de Albuquerque. Nele se diz que “o dito Brás Pires, quando era casado com a mulher velha que lhe morreu, dizia que quando ela morresse se havia meter de frade e que agora depois de lhe morrer a dita mulher velha, em vez de se meter de frade, casara com uma moça”. E finalmente, Paio Corrêa que segundo Varnhagen (obr. cit. pág. 175) reclama contra Duarte Coelho e informa:

Em nossa coleção guardamos o fragmento original da carta ou requerimento de um que se diz “Paio Corrêa, escudeiro”, queixando-se lhe, não só do donatário, que o havia condenado em cinquenta cruzados e em três anos de degredo, como do almoxarife e feitor da capitania.

Além disso Almeida Prado (obr. cit. pág. 240), e sem dizer data nem origem, transcreve parte de uma reclamação de um Paio Corrêa escudeiro na qual denuncia Duarte Coelho de não deixá-lo ir salvar um parente das mãos dos índios “Potiguares”, aten-

dendo solicitação do dito parente e termina a citação “que era muito serviço de V.A, e por me eu dispor a fazer este serviço à minha custa me perdeu Duarte Coelho”.

Estes personagens estão a reclamar estudos mais demorados, bem como as fazes políticas das várias épocas em que o Foral foi reclamado para ser reconstituído ou ter validade, pois nelas aparecem um interesse bem ponderável. Desde suas origens é ele documento hábil para resguardar o patrimônio de Olinda, pois é o imposto predial e territorial sua maior fonte de renda apesar de todos os esbulhos contra ela praticados.

Um exemplo maior é o famoso “Inquérito de Dr. Arouche”, em 1709. Era às vésperas dos acontecimentos que redundaram na chamada Guerra dos Mascates. Além do patriotismo havia o interesse econômico imperando. Foram ouvidas testemunhas, que embora indicadas como mais velhas e idôneas, deixam alguma coisa a desejar. São proprietários mais interessados em também defender suas glebas, com justíssimas razões e talvez por isso chegam a desconhecer a Várzea das Vacas, por exemplo, local bem conhecido mesmo um século depois, mas localizado nas vizinhanças de suas terras ou talvez nela mesmo situadas. É que a chamada Várzea das Vacas estava sendo procurada para ser tombada pela municipalidade, o que levou, ao que parece, a homens velhos e sisudos fazerem declarações constatadas

mais tarde como inverídicas. Senão vejamos. O Prof. José Antônio informa no seu estudo citado: “Os moradores velhos de Olinda, a quem o Juiz do Tombo convocou em 1710, para prestar esclarecimentos sobre a localização desses topônimos” (Várzea das Vacas e Curral Velho das Vacas), “que tinham desaparecido da memória dos contemporâneos, desconheciam os sítios tanto da primeira quanto da segunda. André da Cruz diz que “não sabia nem ouviu dizer donde era a várzea das vacas”, e que José de Sá de Albuquerque e Francisco Berenger de Andrade repetem. Os documentos do Tombo de São Bento “não esclarecem o assunto”.

Respondendo estas informações estão os silenciosos registros dos livros do acervo patrimonial de Olinda, afirmando o contrário. Diz o livro (o qual chamamos de “Livro Grosso”) dos Foreiros Gerais de Olinda, ano de 1829, como título do local do terreno registrado, às pág. 186: “Várzea das Vacas além do Lupe” e o registro: “Francisco Xavier da Rocha, um solo de terras adjacentes a Olaria Grande chamado Várzea das Vacas pelo foro anual de 35\$000 — Por termo de 14 de julho de 1813 Liv. 3. ° 3. ° foros pág. 138”. Com outra letra logo abaixo do registro: “Consta pela cota do Procurador que este foreiro é morto há muitos anos e que ignora que sejam seus herdeiros”; e ainda escrito a lápis bem esmaecido: “Este terreno está compreendido no aforamento de Antônio Ribeiro

Campos salvo o engano agora passa-
do por quem hora este terreno entre
a olaria grande e o forno da cal”. Na
pág. 179 desse mesmo livro encon-
tra-se o seguinte registro: “Rua dos
Gatos — Antônio Ribeiro Campos um
solo chamado Olaria Grande no fim
da rua dos Gatos, cujo prim. forei-
ro foi Francisco Antônio viúva (sic)
pelo foro anual de 7\$200. Por termo
de 15 de março de 1828. Liv. 5. ° de
foros pa. 212”. Outra letra “Passou a
Manoel João de Miranda (?) ao 1. ° de
dezembro de 1832. Liv. 6. ° pág. 15”.
Sem comentários voltemos à citação
do inquérito do Dr. Arouche feito
pelo prof. José Antônio: “Já a vár-
zea do Beberibe” (Também citada no
Foral) “não apresenta dificuldade de
identificação”.

André da Cruz diz que sempre a
entendeu como sendo “as vargens que
pegam do Varadouro desta cidade indo
correndo por detrás das Olarias pelo
forno da Cal até o sítio de Dona Isabel
e daí até o sítio que hoje é de Antônio
Leitão’ (nome por inteiro Antônio Lo-
pes Leitão), “que fica defronte do sítio
de João Rodrigues da Cruz nas Salinas,
metendo-se o rio em meio, o qual sítio
de João Rodrigues da Cruz parte com
o sítio de Antônio Gonçalves e hoje se
chama da Misericórdia”.

Em princípio poderia se argu-
mentar que Várzea das Vacas de Além
do Lupe — (atual Guadalupe), fosse
topônimo recolocado em outro lo-
cal, no entanto, a explicação do ter-
reno de Antônio Ribeiro Campos fala
na Olaria Grande e no Forno da Cal,

a primeira localização, segundo ou-
tro registro do “Livro Grosso”, nas
olarias que se iam confrontar com o
“Forno da Cal”, como afirma André
Cruz. Então, por que o desconheci-
mento da Várzea das Vacas?

Acontece, ainda, que certas pes-
soas ali invocadas não condizem
com as informações de ser velhas,
como é o caso de Antônio Lopes da
Cruz, que em 1752 ainda era foreiro
de umas terras no “caminho que vai
para São Francisco”.

Estamos procedendo a um le-
vantamento desses terrenos forei-
ros de Olinda, trabalho que requer
paciência beneditina, e talvez den-
tro de algum tempo possamos dar
maiores detalhes.

Cremos que Duarte Coelho, talvez
desde 1535, vinha fazendo doações, lá
para as bandas dos Marcos, como é o
caso da de Vasco Fernandes que é de
40, e se confrontavam ou se enqua-
dravam nos limites de Igarassu, mas
infelizmente não vimos nenhuma re-
ferência ou documento sobre elas.

Quanto ao Foral que hoje conhece-
mos, lendo-se as duas certidões sobre
os pedidos de reconstituição, aqui já
referidos, verifica-se terem sido am-
bas manipuladas por mãos diferentes,
embora dentro do mesmo princípio
de origem. São, pois, reconstituições
distintas, feitas por atos públicos le-
gais e por autoridades que embora in-
vestidas nos mesmos cargos, são, no
entanto, pessoas diferentes usando de
prerrogativas distintas, para cumpri-
rem atos subsequentes. Não são cópias

de um mesmo documento, como se presume. Dentro do campo jurídico assim elas se apresentam: uma redigida por autoridades judiciais, por determinação administrativa buscando aprovação regia, e outra também redigida por autoridade judiciária obedecendo a determinação regia, mas ambas eivadas dos mesmos vícios.

Talvez por isso, talvez por ter a cópia do original servido como esqueleto do corpo que se pretendia dar como verdadeiro, cioso de suas funções, embora pressionado por injunções maiores, não a tenha aceito, para ser copiado no Novo Livro de Tombo de São Bento, o tabelião Felipe Néri Corrêa. No entanto, embora viciado, ele é digno de todo acatamento e deve ser apresentado como de fato o é, com suas emendas legais, adaptadas ao

tempo e ao espaço, não só documento histórico, mas político por excelência.

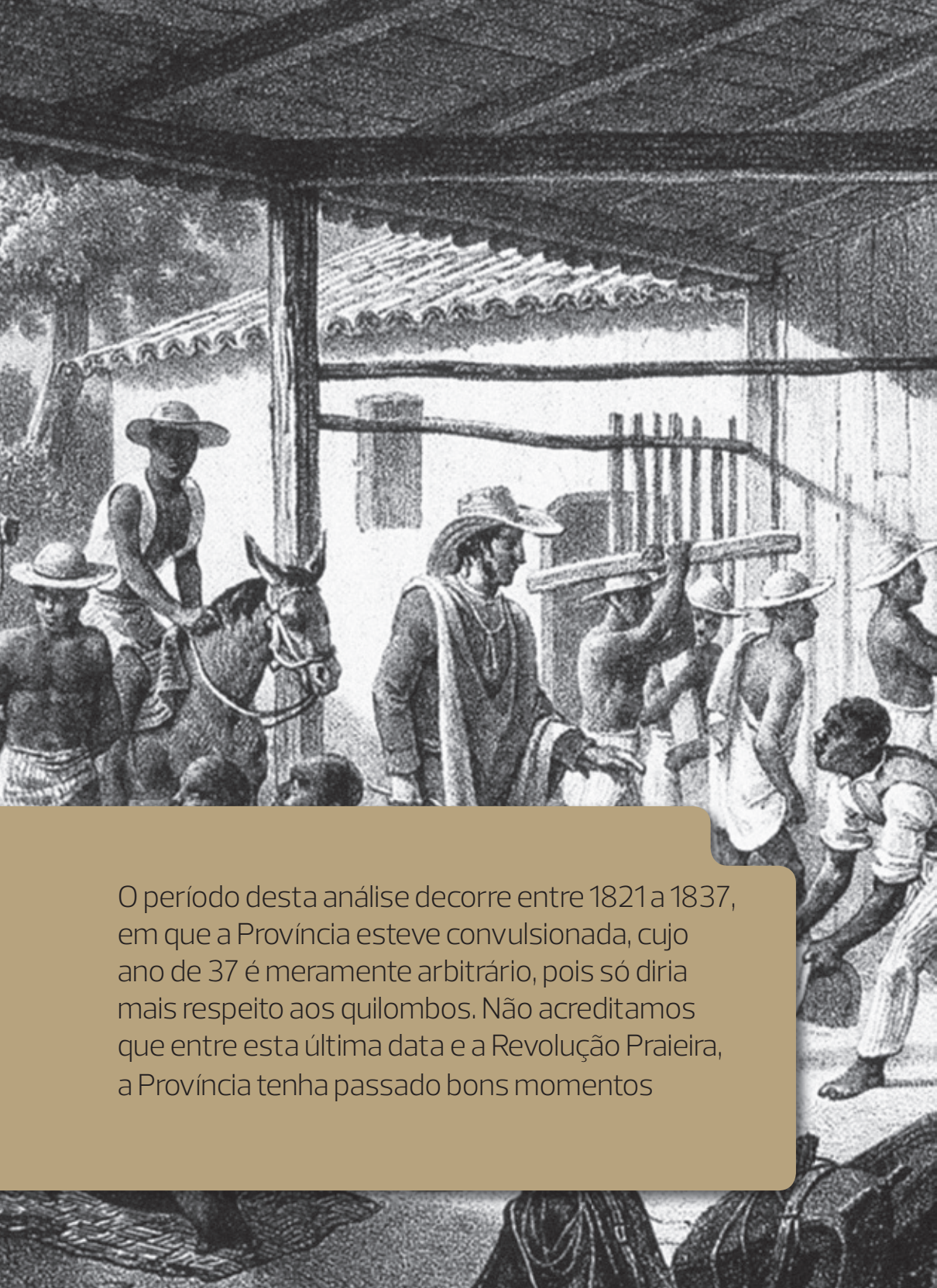
Ele tem suas origens nos tumultuosos dias de 1548. As modificações políticas e socioeconômicas pelas quais passou Pernambuco, nesses 4 séculos e meio, impingiram-lhe modificações redacionais, mas não arripiaram o seu valor legal.

Historicamente, como já disse o prof. José Antônio, “é documento de alta importância”. Para nós ele é um guia, serve como roteiro para a longa caminhada de 426 anos, através de uma história de maiores sucessos no continente americano, pois é por ele que se atesta que há mais de quatro centúrias existem nestas terras, brasileiros autênticos que lutaram desassombradamente e formaram a Nação Brasileira.



Quilombos em Pernambuco, no século XIX: uma contribuição à história social

Josemir Camilo de Melo



O período desta análise decorre entre 1821 a 1837, em que a Província esteve convulsionada, cujo ano de 37 é meramente arbitrário, pois só diria mais respeito aos quilombos. Não acreditamos que entre esta última data e a Revolução Praieira, a Província tenha passado bons momentos

A PROVÍNCIA E SUA CONJUNTURA

Não nos move, neste trabalho, dissecar o fenômeno Quilombo, nem tampouco fazer uma História *origens-causas-consequências*, de forma que não demos um nascimento e um fim ao movimento quilombola. Pretendemos apenas analisá-lo dentro de uma conjuntura político-social ao lado de outras manifestações, preenchendo algumas lacunas na historiografia pernambucana, bem como mostrar que o processo escravagista aqui teve as mesmas nuances de repressão, como em qualquer outro lugar que tenha utilizado a mão-de-obra escrava.

O período desta análise decorre entre 1821 a 1837, em que a Província esteve convulsionada, cujo o ano de 37 é meramente arbitrário, pois só diria mais respeito aos quilombos. Não acreditamos que entre esta última data e a Revolução Praieira, a Província tenha passado bons momentos. Falta uma História das massas camponesas do Agreste e do Sertão, premidas pelo latifúndio agropastoril. Como falta também uma História da reação dos nossos índios ao processo de destruição cultural.

O estado de comoção social por que a Província passa é reflexo direto das mudanças político-jurídico-administrativas onde a hierarquia social é abalada constantemente. São os traumatismos do novo Estado e dentro deles podemos ver duas espécies de desajustamentos: um, pertence à própria sociedade estamental branca: são as revoluções, as rebeldias, as sedições, os motins; outro, pertence aos grupos humanos sem representação social: os facinorosos, os malvados, vadios, selvagens, negros, que não formam senão quadrilha ou bandos.

O ato ditatorial de Pedro I em fechar a Assembleia em 1823, acompanhado da escolha de Paes Barreto para presidente da Província, gerou novo desconcerto político: a Confederação do Equador

Para cada tipo uma repressão diferente. Dois pesos e duas medidas.

Os brancos, em conflito entre si, realizam uma história bastante contraditória. Perseguidos, hoje. Condecorados, amanhã. Repressores sempre, desde que se trate de agitação nas camadas populares. Portanto, de 1821, com a Revolta de Goiana a 1835/36, com as Carneiradas e a Guerra dos Cabanos, a Província não tem paz.

Os portugueses refratários à Independência provocam, logo em 1822 e 1823, um estado de alerta, obrigando a Junta Governativa a criar Comandos de Guerrilhas — tropas extras, destacadas e aquarteladas em lugares e povoações estratégicas — a fim de obter o consenso de todos ao novo status político.

Nem todos os comandos de guerrilhas tinham sido destituídos ainda, eis que surge uma agitação em Recife. Trata-se do comandante das Armas, Pedro da Silva Pedroso, que encabeçando um movimento urbano e com apoio de elementos populares, procura substituir a Junta Governativa. Boa parte do pessoal que o seguia era de negros escravos e forros e até quilombolas que, no auge dos motins, conseguiram se safar do calabouço das Cinco Pontas, presos que foram das matas da Cova da Onça.

Conseguido seu intento, Pedroso não é bem feito, pois, a nova Junta nomeia outro oficial para comandante das Armas.

O ato ditatorial de Pedro I em fechar a Assembleia em 1823, acompanhado da escolha infeliz de Paes Barreto para presidente da Província, gerou novo desconcerto político: a Confederação do Equador.

Aqui, porém, merece haver uma interpretação política destes líderes, ou seja, sua falta de ideologia. O que seria óbvio, numa sociedade em formação, onde as classes não estavam definidas. Os interesses eram muito mais pessoais ou de grupos. E o que queremos chamar aqui, de ideologia, seria muito mais um comportamento político homogêneo, objetivo e claro. E, no entanto, temos exceções: Cipriano Barata e Antônio Borges da Fonseca.

Quanto a Pedroso, Paes Barreto, Gervásio Pires, Manoel de Carvalho Paes de Andrade e os próprios Romãs,

estes sofrem oscilações políticas, passando da Revolução de 1817, como elementos progressistas, a elementos reacionários (Paes Barreto) e até repressores (Manoel de Carvalho Paes de Andrade, 1835). Já o comportamento político da família dos Romãs torna-se ambíguo, logo de início, pelo número de componentes.

Em 1817, o Pe. Roma está completamente envolvido na Revolução Republicana, sendo fuzilado na Bahia. Dois de seus filhos têm pleno conhecimento da causa por que o pai morreu, tanto é que, um deles, por ser *persona non grata* ao regime foi desterrado: o Gal. Abreu e Lima. Lutará ao lado de Bolívar, pela independência da América Espanhola.

Mas, em 1829, a Província está novamente agitada. E desta feita, parte dos Romãs. Trata-se de uma sedição que pretendia a mudança do presidente da Província e do ouvidor. Foi feita anarquicamente, inclusive utilizando-se de indivíduos que foram soltos da cadeia de Vitória de Santo Antão. A rebelião não atingiu seus objetivos e seus participantes se dispersaram, sendo alguns presos. Boa parte desta aventura está contada em exemplares do *Diário de Pernambuco*, de 1829.

A destronização de Pedro I, sob a forma de abdicação forçada pelas circunstâncias políticas, teve seus reflexos em Pernambuco, com movimentos urbanos. A Setembrizada, a Novembrada, ambas em 1831, como a Abrilada (1832) foram agitações que sacudiram Olinda e Recife, esta já

como capital da Província. Conta-se ainda, com a sublevação em Vitória de Santo Antão, feita por Torres Galindo, absolutista que havia sido afastado do cargo pelo presidente Pinheiro de Vasconcelos, com o sentido (a Sublevação) de apoiar a Revolta de Pinto Madeira, também em 1832. Neste mesmo ano, surge a Guerra dos Cabanos que convulsionará a província de Pernambuco e a de Alagoas, até 1836.

⁽¹⁾ Quanto à revolução de Pinto Madeira, mesmo que haja ocorrido no sertão limítrofe da Paraíba e Ceará, afetou também Pernambuco, a ponto do presidente Francisco de Carvalho Paes de Andrade, em Portaria de 21 de maio de 1832, doar 6 contos de réis ao Ceará e 6 ao Rio Grande do Norte.⁽²⁾

A Guerra do Cabanos que começara com uma liderança de elementos urbanos, cede, esta, o pulso ao povo mestiço, chefiada por Vicente de Paula, indivíduo que encarna as contradições do sistema, reunindo em torno de si negros e caboclos. Desgastarão o sistema agrário-escravista, tornando-se de resistência, quando começara por restauradora. Pretendia a volta de Pedro I ao Império.

Politicamente, a saída de Pedro I dera suficientes motivos de exaltação dos partidos absolutistas e progressistas. Em Recife-Olinda, discutia-se através dos jornais/panfletos, e, quantas vezes não se chegou à agressão física. Que o digam os escritos de Antônio Borges da Fonseca. A violência existia latente em cada grupo, mesmo antes de 1831. O 7 de abril foi

mais um rastilho de pólvora. Em 1829, o Recife estava com alguns indivíduos presos em Cinco Pontas devido a uns pasquins incendiários que apareceram nas ruas. Tratava-se de gente importante, visto a maneira com que o Diário de Pernambuco trazia seus editoriais, suas cartas anônimas: vivia-se um clima de tensão, de despotismo. E lá vinham transcrições de liberais, textos da Aurora Fluminense e escritos de Antônio Borges.

Um dos erros do Imperador havia sido a suspensão das garantias individuais e a nomeação de uma Comissão Militar para atender o caso dos pasquins e da rebeldia dos Romãs.⁽³⁾ Portanto, daí (1829) ao 7 de abril, tinha caído mais uma vez na antipatia dos Pernambucanos.

O clima arrefeceu um pouco, com a notícia da morte do ex-Imperador. Mas o estado de calamidade em que estavam as forças repressoras aos cabanos, sem assistência hospitalar, remuneração atrasada e com a substituição do Comando,⁽⁴⁾ além dos mantimentos duramente racionados, fez com que esta se sublevasse em Lagoa dos Gatos e marchasse para o Recife. Enquanto isto, na Capital, os Irmãos Francisco e Antônio Carneiro Machado Rios tentavam outra sublevação contra o presidente Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Foram as célebres “Carneiradas” que, em 1835, estavam assolando as regiões de Goiana e Igarassu.⁽⁵⁾

Se estes movimentos demonstram o clima de intranquilidade em

que vivia Pernambuco, quando e se tratados pela historiografia oficial escondem outra realidade destas conjunturas. É que, paralelamente, a tudo isto, as camadas populares sem representação social nem política, vivem duas vezes mais estas intranquilidades e as refletem em atitudes individuais, grupais, clandestinas. A sociedade classifica, de imediato, como horda, bando, quadrilhas e quilombos, de selvagens, assassinos, “facinorosos”, ladrões, etc... pela nomenclatura, o tipo de repressão.

A camada dos vadios, dos desertores, dos negros, ou seja, a mão-de-obra flutuante numa economia pouco ou nada rentável, não para de maquinar reações às instituições e às estruturas jurídico-político-sociais. E um dos elementos que vai agudizar a situação são as moedas de vil metal, falsificadas (apelidadas de cham-cham voadora). Agudiza, sim, porque estamos diante de uma nova realidade: é que a prestação de serviços começa a ser paga em moeda. A passagem de uma economia natural para a monetária, mesmo sem a sociedade ter estruturas suficientes. E, como um dos elementos pagos em dinheiro é a própria força armada da época, justo, pois, que seja ela sempre a cabeça das revoltas. Serão as primeiras reivindicações de grupos assalariados na região.

Podemos acompanhar o clima de comoção social por que vive a Província, lendo os relatórios manuscritos dos comandantes de Polícia, da

Sto. de Mad. de 45. Gatos, Cor-
porado a Cor. de 28 de
Dezembro 1883.
D. J. P. Albuquerque

A' Fuzquia
Recife 6 de Maio 1883.
Christodino de Almeida
Albuquerque de Almeida

Eu abaixo assignado, Manoel Francisco
Albuquerque, alar, que sou senhor e possessor
de Quatro de mms. Alar, Cor. de 28 de
Dezembro 1883; de idade de sessenta e cinco
anos, mais ou menos, de serviço doméstico de mi-
nha Casa, e que em attenção ao serviço
que me tem prestado, lhe dou gratuitamente
a sua plena e inteira liberdade, para que
della seja, como se fosse nascido de livre.
E para firmeza de todo o certo, e oportuna
verdade mandei fazer e presente em gi-
simento in' d'água, com o testemunho
amargoso indicado.

Recife 6 de Maio 1883.

Como testemunha. -

Manoel Francisco Albuquerque

Pompeu de Almeida

José Amaro de Albuquerque

Polícia Civil, dos juízes de Paz, dos Órfãos, dos juízes de Direito e Municipais, assim como os registros de portarias do Governo.

Não pretendemos interpretar a sociedade da primeira metade do século XIX, como um caos político, um clima de terror contínuo. Há o outro lado. Aquilo que contribui para a História do Espírito (*Geistesgeschichte*). As festas religiosas, as procissões; os anúncios de jornal revelam uma atividade social normal, a não ser em períodos crônicos, como foi aquele da Junta Governativa de 1821, em que estava Gervásio Pires, que até proibira ajuntamento de pessoas nas ruas.⁽⁶⁾

Os produtos franceses, ingleses são desembarcados e anunciados através da imprensa. Dicionários, livros, tecidos caros. Anuncia-se aula de Francês ou Inglês, ou de Gramática Latina. Aula de piano. “Compra-se prata velha”. Vendem-se, compram-se e alugam-se escravos. Há oferta de serviços por gente branca para cargos de feitores, escriturários, caixeiro; senhoras de idade (livres e brancas) para servir de ama. Discutem-se os políticos franceses e americanos através dos jornais. Cultiva-se ainda a mitologia grega e a história romana, sempre quando se quer demonstrar erudição, etc ...etc ...⁽⁷⁾

Tudo isto prova que existe uma camada da população usufruindo de bens, relativamente supérfluos, a despeito de uma maioria que vagueia do centro urbano à vida rural sem definição econômica nem social, pois assim

é o sistema, e ela, a mão-de-obra disponível, o lumpen-proletariado.

Como a História do Espírito (ou História Social?) é mais estrutural, exige uma sedimentação de experiências de uma comunidade, pretendemos trabalhar em cima de uma História mais conjuntural, que permite acompanhar o processo dialético bem mais pormenorizado.

AGITAÇÃO RURAL

O uso da expressão “agitação rural” pode não ser feliz; é apenas uma tentativa de enquadrar numa tipologia os diversos acontecimentos ocorridos no mesmo período das revoluções dos brancos.

O fenômeno quilombola está aliado a outros tipos de atividades clandestinas, de procedência anárquico-espontâneas, onde predomina a consciência grupal e até a individual. O banditismo opera tanto em sístole como diástole: de bandos, quadrilhas a guerras (dos Cabanos, por exemplo).

Estes movimentos populares não possuem vinculações diretas com as mudanças políticas operadas na sociedade estamental. Ocorre independente; embora, às vezes, sejam consequências.

À falta de documentação, não pudemos seguir toda uma cronologia destas manifestações, uma vez que, só a criação de cargos específicos, com seus arquivos e correspondências próprias, dá-se gradativamente a partir da Independência.

Nas sedições de Pedroso, já há um quê de banditismo. Negros fugidos do calabouço, conseguem armas, voltam às matas. Na cidade, expandiram seu gênio, conclamando os forros e pardos a banir os brancos. Apesar da sedição ser urbana, os negros se refugiam no campo e começam seus ataques.

Tem-se que levar em conta o que se considerava “perímetro” urbano num Recife oitocentista, uma vez que as matas chegavam até o atual bairro de Campo Grande. Beberibe era povoação. Poço da Panela, Várzea, Paratibe, Afogados, Muribeca, tudo era povoação. Ligavam-se a Recife ou Olinda por caminhos e poucas estradas, ladeadas de matas, rivalizando com os canaviais. Onde as moradias? Onde a lavoura de subsistência?

Esta realidade gerava uma camada de indivíduos ligada às povoações, mas à margem do sistema econômico. Um edital de 1º de julho de 1823 diz bem das categorias sociais. Nele, o Governo da Província recomendava aos proprietários, rendeiros, administradores, capitão-mor, comandantes e outros, para não permitirem em suas terras homem algum vadio, vagabundo, desertor, malfeitor e criminoso e todo aquele que não se empregue honestamente em exercício, ocupação ou trabalho lícito e útil a si e ao público.⁽⁸⁾ Imagine-se isto numa área que vai de Goiana a Sirinhaém, de Recife a Cimbres e teremos um mapa das principais manifestações de banditismo.

Em Igarassu, por exemplo, em 1823 o Governo resolve criar um Co-

mandante de Política, devido “aos últimos acontecimentos” (não os especifica).⁽⁹⁾ E no ano seguinte, um bando de índios vindos de Alagoas colocam Cimbres em estado de medo, causando estragos na agricultura. Estes índios parece terem ficado na região, pois em 1828/29 estavam novamente em atividades, desta vez acobertados pelo diretor dos índios, juntos com desertores e malfeitores.

Só a partir de 1828, é que podemos acompanhar estas explosões populares, devido às informações do recém-criado Juiz de Paz.

De Sirinhaém, o juiz de Paz oficial a 26 de abril de 1829 que existem homens sem nenhum lucro (propriedades, no caso?), réus de polícia, incorrigíveis, cujos crimes fogem a sua alçada, bem como crianças órfãs a pedir esmolas.

A tática de abrir as cadeias e soltar os presos, que os Romãs utilizaram, causou prejuízos políticos a própria rebelião, pois os indivíduos agiam mais por conta própria, assaltando, roubando, vingando-se de autoridades. Roubos e espancamentos em Casa Forte, como ataques a Vitória de Santo Antão ou a invasão à Igreja dos Guarapes, tudo era atribuído ao grupo dos “Romãs” e “Mellos”.

Ainda em 1829, o juiz de Paz do Cabo denunciava roubos e espancamentos que um grupo fez a uns carregueiros, deixando-os mortalmente feridos (...) que o administrador do engenho Guerra sofreu um atentado a tiros, à noite, pelo escravo de João Pi-

res Ferreira, rendeiro do dito engenho (...) no outro dia, o mesmo atirou num parceiro e também errou o tiro.⁽¹⁰⁾

Ao norte, limites com a Paraíba, surge um grupo sob o comando de Antônio Bernardes que durante dois anos (1829/30) põe em polvorosa Itambé, a vila do Pilar, Itabaiana; os juízes de Paz de São Vicente do Capibaribe e Sant'Anna do Monte Carmelo, ambas filiais da Paróquia de São Joaquim das Laranjeiras, renunciam aos cargos. A dificuldade em combater os bandidos estava em que passavam de uma província a outra, enquanto que as autoridades se submetiam a uma burocracia de pedidos e licenças resultando, no fim de tudo, a dispersão do bando. O grupo era mais ou menos de 30 homens armados e o juiz de Paz, ou melhor, o juiz Municipal de Goiana pedia ao Presidente uma força de 85 homens, auxiliada por 25 de cada Freguesia vizinha: Nossa Senhora do Ó, Cruangi, Lapa e Pedras de Fogo.⁽¹¹⁾

Enquanto a Jurisdição de Paz de Maranguape estava às voltas com um grande problema (o aparecimento de 5 homens, sendo 1 negro, no lugar Corta-Largo, perto do engenho Paulista, amarrados e mortos a facadas) a de Muribeca oficiava ao Presidente a existência de um pequeno quilombo nas matas do Ibura, composto de 8 pretos em 11 mocambos. Para este caso, em 1830, os moradores (os proprietários?) reforçavam o pedido de extinção, declarando que o quilombo era de negros, mulatos e desertores. E numa batida àquelas matas, prende-

ram 3 homens e uma mulher, todos escravos, que estavam com espingarda, arco e flecha.⁽¹²⁾

Quilombos aparecem também em Limoeiro, área de criação e algodão. Um de 14 negros e outro de 8 (...) roubando, etc... oficiava o juiz de Paz Caetano de Mello, em 1831. E o de Nazaré, Antônio Dourado Cavalcanti e Azevedo, devido a “quadrilhas de sul a norte atemorizando (...)” lembrava ao Presidente o Alvará de 28 de outubro de 1763, sobre a Polícia (sic!) como repressão para a tranquilidade da sociedade.⁽¹³⁾

OS QUILOMBOS

Os movimentos dos negros quilombolas podem ser vistos, para efeito de análise, como um todo, mas em si mesmos ocorrem desmembrados; os grupos atuando sem coordenação, cada qual por si, possuindo líderes locais, que às vezes se entendem em pactos.

A área de ataques é, de preferência, as estradas reais, geralmente ladeadas por matas, o que permite fácil locomoção dos grupos em fuga, evitando as tropas legais.

O quilombo do Catucá ocupa uma área de matas que se inclui entre os centros urbanos da época, de Pauldalho, Santo Antônio, Igarassu, Olinda e Goiana. Na parte da Capital, o surto de ataques começa nas matas de Beberibe e Campo Grande e se alastra para Macacos, Pasmado, Frágoso, Paratibe, atingindo limites daqueles núcleos populacionais.



Quilombo do Catucá

O quilombo recebe a denominação do lugar onde atua e, mesmo se se acha dividido, as autoridades o chamam como se fosse um outro quilombo. Assim temos o quilombo do Pau-Picado, lugarejo perto de Igarassu, em terras deste município; o de Malunguinho, perto de Abreu e Lima e Mirueira; o de Terra-dura que é uma extensão do de Catucá. Em sentido geral, Catucá é a extensão daquele que recebeu o nome de Cova da Onça. E, mais das vezes, predomina o nome de Catucá, pela extensão da mata.

Os pequenos grupos de negros são também chamados, pejorativamente, de coitos, comparados aos de ladrões e assassinos. Os de Japomim

e Aerradura são coitos, conforme dizem as autoridades da época, tanto quanto os de Buenos Aires, vizinha povoação de Nazaré, que agrupava bandidos em mocambos.

O que se deve ressaltar, aqui é o caráter das interpretações sobre quilombo. Sempre se toma como base um ou outro quilombo, situado em uma determinada conjuntura histórica e parte-se para generalizar como seria a estrutura do agrupamento. Historicamente, o quilombo muda de acordo com a ecologia ou as técnicas de repressão. A orografia da Serra da Barriga, deu a resistência necessária a Palmares. No caso de Catucá, o recurso disponível são as matas, os rios e os mangues.

Outra consideração a ser tomada diz respeito à circunvizinhança dos quilombos: núcleos populacionais em maior número pode facilitar a mobilização das tropas, bem como abastecimento. Logo, teremos conceituações diferentes para um quilombo do século XVII e para outro do século XIX. Este último parecerá muito mais um acampamento de guerrilhas que mesmo a república. A descrição dos fatos poderá nos levar a isto.

Não sabemos exatamente quando começou o quilombo, apenas pretendemos, como já dissemos, configurar-lo ao lado de outras manifestações. Mais difícil ainda, por se tratar de uma luta clandestina.

As informações mais remotas que conseguimos foi através de uma Portaria à Junta da Fazenda, de 01/02/1822 para adiantar 200 réis ao capitão-mor de Igarassu para a diligência dos negros fugitivos: ⁽¹⁴⁾ “Tendo em consideração (...) os clamores dos povos daquele termo (...) colocar em prática o plano do capitão-mor para extinção do Palmar (sic.) dos negros fugitivos, que tanto arruinam a agricultura e perturbam o sossego”. A Portaria pedia tal quantia, a fim de o capitão requisitar “cidadãos que liberalmente se ofereçam para essa empresa” e que tal dinheiro seria restituído à Fazenda pela quota que os senhores de escravos pagariam por cada um que for apreendido.

O proprietário do escravo deveria pagar 20 réis, caso este fosse apanhado

com armas e 10 réis se fosse apanhado pelas estradas, tido como quilombola.

Não há discriminação do lugar do quilombo, nas terras de Igarassu. Arriscamos a entender que não era próximo à povoação de Pasmado, pois uma Portaria de 20-03-22 diminuía o seu destacamento de 35 homens para 24. ⁽¹⁵⁾

Em Olinda, neste mesmo ano, há grupos de negros fugitivos e “homens malfetores que se acham nas matas de Beberibe e Besouro” (...) passarlhes fogo em caso de resistência (...) A Portaria de 7 de outubro de 1822, autorizava o capitão-mor de Olinda a juntar uma força de 100 homens dos corpos de caçadores, bem como pedir a qualquer comandante de Milícias a gente que precisar para destruir “uma multidão de pretos fugitivos e mesmo de outras classes” (sic!).

A expedição tornara-se de 200 homens de la e 2a linha e, para isto, a Junta Governativa pedia ao intendente da Marinha, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que fornecesse pão e carne. ⁽¹⁶⁾ Em seguida, dividiu-se a tropa em dois comandos. Do Arraial (do Bom Jesus) até Paratibe, ficaria encarregado João Francisco de Mello e Albuquerque, como comandante das operações dos negros da Cova da Onça. ⁽¹⁷⁾ De Igarassu a Goiana, ficaria o capitão Antônio José Marques Bacalhau. Ambos teriam toda a autoridade para comandar ordenanças e milícias, nomear e destituir subalternos, bem como comprar alimentos aos senhores de engenhos, ressarcidos pela Fazenda.

Embora a Junta Governativa pedisse que enviassem um relatório de dois em dois dias, esta documentação não foi encontrada; tudo faz crer que a expedição malograra. É que em 1823, a 26 de junho, outra Portaria encarregava “pela segunda vez, a João Francisco de Albuquerque para bater as matas de Utinga, em Igarassu e que muitos são fugidos do Calabouço das Cinco Pontas, quando da Revolta do Pedroso.”⁽¹⁸⁾

As informações e a repressão diminuem à proporção que a sociedade é abalada por sedições, havendo desvios de tropas e munição, de que os negros se aproveitam para se organizar.

O auge da repressão aos quilombos ocorre por volta de 1829 e 1830, já com uma instituição própria para isto: o juiz de Paz. Até lá o processo se desenrola na base de perseguição e fuga, ataques nas estradas e prisões.

Com a criação da Polícia Militar, surge mais um elemento para conter os negros e, em 1826, o comandante da Polícia de Beberibe enviava ao Comando Geral dois negros capturados, julgando serem quilombolas.⁽¹⁹⁾

Mesmo com a Província abalada em 1824, não se deixou de perseguir os negros. A Junta Governativa em 1824, autorizava a Antônio José Santiago Corrêa Cavalcante juntar forças para destruir os negros da Cova da Onça.⁽²⁰⁾ Como tem tantas vezes ocorrido, estes comandantes podiam juntar todo tipo de tropa e gente, inclusive índios, levantar presídios onde lhe conviesse, nomear comandantes para eles, cercar engenhos, casas ou sítios, correr

casas ou senzalas, fazer fogo a quem resistir e comprar víveres através de recibos pagos pelo Governo.

Em 1826, o tenente coronel Manoel Cavalcante de Albuquerque é quem fica encarregado de semelhante tarefa, com uma força de 200 homens⁽²¹⁾, ao mesmo tempo que os capitães-mores de Goiana, Igarassu e Olinda deveriam colocar piquetes onde o comandante autorizasse.⁽²²⁾

O processo da luta parece tornar-se dialético. Aumenta a repressão, os negros são batidos das matas e presos alguns, mas reflorescem com um vigor, uma afoiteza, em nível bem superior, como relatam as próprias autoridades. O policiamento se desdobra. As providências atingem setores até então não utilizados.

Para esta expedição do tenente coronel Manoel Cavalcante, o Governo autorizou à Fazenda 200 mil réis para despesas, bem como mandava ao inspetor de Obras Públicas entregar 200 mil réis à patrulha que trouxesse cada negro quilombola, ficando este empregado em obras públicas até que seu senhor pagasse a devida quantia.⁽²³⁾

Tudo concorria para definir a situação dos quilombos. O Governo lança um Edital: “Faço saber (...) que nenhum escravo de qualquer sexo, ou qualidade que seja, possa sair fora da cidade de Recife e Olinda, para qualquer fim, nem transitarem de umas fazendas a outras, ou para as ditas cidades, sem que sejam munidos de bilhetes de seus senhores, em que se declare expressa e claramente o nome

e sinais do escravo, o lugar para onde vai e quantas circunstâncias mais se fizerem precisar (...) e todo aquele que for apanhado fora das pontes (sic!) sem o dito bilhete, será recolhido à cadeia e castigado com açoites”.⁽²⁴⁾

Para a tropa havia o adiantamento de 150 réis, mas só para os que entram nas matas.⁽²⁵⁾

O JUIZ DE PAZ

O Decreto que criava o cargo de Juiz de Paz é de 15 de outubro de 1827, disposto em 15 artigos. Podemos acompanhar seus artigos e parágrafos mais importantes para entender sua função no Estado Imperial.

“Artigo 1º - Em cada uma das Freiguesias e das Capelas Filiais Curadas, haverá um Juiz de Paz e um suplente (...) enquanto não se estabelecerem os Distritos, conforme a nova divisão Estatística do Império.

Artigo 2º - Serão efetivos da mesma forma e tempo que os vereadores das Câmaras. Só os eleitores podem ser Juiz de Paz.

Art. 3º - Uma vez eleito, só por doença grave e prolongada, emprego civil ou militar que o impossibilite (...) assumirá o Suplente (...) não querendo o titular assumir, multa como aos vereadores”.

A única flexibilidade do Artigo 4º era a de que o eleito, se já exercera tal cargo antes, poderia escusar-se.

A função moralizadora estava nos seis parágrafos do Artigo 5º. Destes, importantes para nosso estudo são o § 3 - separar ajuntamentos e, em

caso de motins, debelá-los com ajuda da força — e o § 6 — fazer destruir os quilombos e providenciar que não se formem. Outros parágrafos deste artigo dizem respeito à conservação das matas, solucionar contendas entre moradores sobre passagens e caminhos particulares, dividir o distrito em quarteirões, que não excedam de 25 fogos, e nomear oficial para eles. Podia aplicar multas de 2 a 6 réis ou de 2 a 6 dias de prisão (Art. 9º) sendo que o máximo não excederia a 30 réis, ou um mês de prisão, ou então 3 meses em Obras Públicas (Art. 11).⁽²⁶⁾

Não podiam acumular cargos⁽²⁷⁾ e sua remuneração era igual à de juiz de Direito. A quantia devia orçar em 60 mil réis, pois é esta que o juiz de Paz de Glória pergunta ao Presidente se deveria receber para si e seu Suplente.⁽²⁸⁾

Além das contradições de autoridades que surgirão entre civis e militares, os juizes de Paz são envolvidos pelos problemas de caminhos e passagens em terras de propriedade particulares. Há o caso, por exemplo, do juiz de Paz José Luiz que entrou em conflito com um proprietário que não permitia um desvio pequeno na estrada por suas terras, como obrigava aos moradores, sob pena de despejo, que não obedecessem àquela autoridade. O juiz critica a passividade dos moradores: “um miserável que paga 6 contos de foro e estejam (eles) sujeitos a todos os benefícios comuns e fiquem os proprietários e ricos no seu sossego sem que queiram concorrer para coisa alguma ou benefício público, bem

como roçarem os caminhos de suas propriedades, querendo que só aos pobres seja imputada tal pena”.⁽²⁹⁾

Conflitos deste tipo se alastram pelo sertão, pelo agreste e mesmo pela zona da mata. Importante é o que ocorreu entre Paraíba e Pernambuco. Joaquim Ruiz de Souza, morador (proprietário) em São João do Cariri, invadiu com 25 homens armados as terras de Francisco Cavalcante de Albuquerque, morador (idem) em Cana Brava, freguesia de Goiana. Derrubou casas, aviamentos de farinha, cercados e, depois, repetiu a proeza com 36 homens, ameaçando os foreiros a não pagarem mais foro ao Cavalcante, e sim a ele, pois senão derrubaria as casas. O juiz é acionado pelo proprietário agredido, que chama os foreiros a assinar o termo de foro ao Cavalcante. O juiz teve de botar tropa para proteger os moradores que estavam receosos.⁽³⁰⁾

O ÁPICE DAS LUTAS

Segundo a maior concentração de informações, o auge das lutas ocorre entre 1828 e 1830. A documentação torna-se farta e descritiva, devido aos constantes pedidos e alarmes dos juízes de Paz.

Em nenhum momento, os quilombos esmoreceram e o importante para sua sobrevivência era a mobilidade. Nunca se podia controlar todos os focos quilombolas. Controlavam-se as estradas poucas, mas não dispunham de condições sobre os caminhos nas matas.

De 1827 a 28, há três informações que comprovam a continuidade de luta. Paratibe e Fragoso eram açoitados pelos negros, dizia o juiz de Paz de Igarassu, enquanto que o de Pontas de Pedra, escrevendo em 1828, dizia “estarem os negros se organizando em Terra-Dura e Catucá e poderão ficar no estado formidável (sic!) em que estavam há um ano. Já o general Antero José Ferreira, dizia ter sido encarregado, em 1827, para destruir os quilombos de Goiana e Catucá.”⁽³¹⁾

Chega 1828 e Olinda está envolta por dois grupos: um de ladrão, de 8 a 20 pessoas, que tem como foco Rio Doce; outro, de negros da Cova da Onça que atuam na Estrada Real de Pasmado a Olinda.⁽³²⁾ A estrada de Mirueira aparecerá sempre como cenário de ataques, no trecho de Corta-Largo, em direção a Paratibe: “poucos dias, assassinaram um homem e lhe roubaram a carga de aguardente, levando duas negras (...) no dia 8, saíram 16 negros armados de granadeiras, desarmando, despindo e ferindo (...) os moradores já começam a se mudar”.⁽³³⁾

Os senhores de engenho de Camorim e Maciape relatam ao juiz de Paz do engenho Gurguéia (que foram para averiguações) que os negros, no dia 13 de setembro, aí fizeram roubos e mortes e que o quilombo existe “nestes subúrbios já há anos”. Na cópia dos senhores de engenho, diz que destruíram tudo na casa do engenho, mataram uma preta e um carpina, levando consigo duas pretinhas e foram batu-

Termo de desimpedim^{to} e entrega dos
escr^{os} impedidos no Lat^{do} de este
Amara, vindos de Angola no Rei
que o Imperador do Brazil.

Atos do de Agosto de mil oitocentos e vinte e sete annos,
sendo no Real do dito Lacerate de S^{to}. Amaro, acorda-
do, e vinda a Junta da Prov^{ta} e Nob^{re} da cidade desta
Cidade de Pernambuco de Pernambuco, presidida pelo Prov^{to} Guar-
da Nob^{re} da cidade Joao Antonio de Oliveira e de
examinados o Sobradito, escr^{os} vindos de Angola
no superio^r Borge, pela Porto desta Republica, o
Deposito de Republica e Manuel Joazeiro de
Freire, e por^{to} julgado bom, e sem mal algum con-
tagio, noy e escr^{os} com as marcas seguintes:
Uma ditas da marca F.P.D. hum dito de P.D. tra-
ditos de P.D. hum dito de P.D. hum dito de P.D.
e quaes se entregaram aos Guardas da cidade e da
no d. lat. Francisco de Almeida Pimentel, e Fran-
cisco Martins para os entregar aos seus res-
pectivos donos, e de aceto que falecerem das suas
lastias por que ficaram impedidos, e para a sim
contar, mandou o^{ra} Prov^{ta} da cidade, se fizes-
se este termo de desimpedim^{to} dos vixos, e mor-
tos no qual assignou. Francisco das Ch^{as}
que assignou, e os que o escrever.

Oliveria

car à noite perto do dito engenho.⁽³⁴⁾ Todas estas atividades fizeram os quilombolas, enquanto uma expedição de 260 homens de 1ª e 2ª linhas estavam nas matas sob o comando do tenente coronel Francisco José Martins.

Os ataques também se sucediam perto da Capital. Em outubro de 1828, os negros foram vistos conduzindo 2 cavalos carregados com âncoras de mel e os donos só haviam escapado porque tinham corrido. Isto em plena jurisdição de Beberibe.⁽³⁵⁾

As autoridades se articulam e fecham as estradas com piquetes de homens armados, além de exigirem o uso do bilhete para o escravo e o de passaporte para o negro forro. Os lugares estratégicos dos piquetes são Água Fria (Olinda), Pau da Cuia e Cruz da Chã (perto de Paudalho) e perto do lugar Cova da Onça, em Maria Gomes, que vai para Água Fria e em Água de Prata (Apipucos).⁽³⁶⁾

Nem sempre a Província pode sustentar seus homens, principalmente em patrulhas expedicionárias. Recorre-se sempre aos proprietários. Os piquetes das terras de Paudalho sofrem um imprevisto em munição de boca. É que, prevendo serem mantidos pelos proprietários do engenho Mussurepe – frades beneditinos – não o conseguem devido à estrutura hierárquica da Ordem. Além de se justificar em não poder atender o religioso, faz um desabafo: “não sei como um corpo pode arder em dois fogos, esta Religião já deu para fornecimento da tropa que se acha em Catucá e, se

isto se chama bem geral, todos devem concorrer para o mesmo fim”.⁽³⁷⁾ Neste caso, os piquetes ficaram reduzidos; o resto, dispensado.

Toda preocupação reside em fechar qualquer possibilidade de os negros chegarem à cidade. O alferes de Ordenança Joaquim Tibúrcio Ferreira tinha colocado mais de 12 soldados em pontos estratégicos, para tomarem conta das entradas e saídas que vão para o mato; requisitava ainda do juiz de Paz do Poço da Panela 12 granadeiras, 200 cartuxames e alimento. Adotou-se também colocar um guarda em cada um dos 4 ângulos em que se divide a mata do Catucá para que os escravos que por ali transitam apresentem seus bilhetes, do contrário serão tidos como quilombolas.⁽³⁸⁾

Estas tentativas são mero paliativos. Nem mesmo uma reunião de todos os juizes circunvizinhos a Catucá deu certo. Esta, fora marcada para 30 de setembro de 1828 e só o juiz de Paz de Beberibe, Boaventura de Castelo Branco, foi com sua tropa. Era ele um dos mais renhidos perseguidores, tanto é que, quando retiram a tropa que existia no Catucá, e os calham-bolas começam a infestar as estradas, ele se oferece para sustentar 60 homens de tropa que ainda não haviam sido recolhidos, pedindo para isto autoridade de comandante.⁽³⁹⁾

A escalada dos ataques negros se desdobra. Estão no lugar Corta-Largo, em Paulista, (em agosto de 1828) em tão grande número que seriam precisos 300 homens para cercá-los

e prendê-los.⁽⁴⁰⁾ O alvo é sempre ou autoridades ou propriedades. Em Igarassu, chegam a atacar a casa do alferes do 3º Batalhão exercendo “todo tipo de iniquidade” e levaram 2 mulatas, como o fizeram a outras casas. O povo tem receio de trabalhar no campo, oficiava o juiz de Paz em novembro de 1828.

As prisões individuais dos quilombolas só dão resultados se as autoridades os fazem falar sob castigo. É o que fizeram com alguns escravos do engenho Matari que estavam se juntando para fugir e se reunirem à gente de Malunguinho (este, perto de Abreu e Lima). A fuga fora interrompida, pois o líder Joaquim, escravo do alferes Manoel Antônio da Trindade, junto com outro, Joaquim Pires, adiaram a fuga visto as estradas estarem tomadas por tropas. Os de Matari retornaram ao engenho “tomando padrinho” o próprio senhor que os mandou prender e chamar o juiz de Paz de Laranjeiras, que estava em sua propriedade, o engenho Canavieira. Este os fez confessar “sem castigo” os nomes dos cabeças e o número de fugitivos. O juiz não se convence e os coloca sob castigos (torturas?) que confessam outros implicados. Imediatamente, uma força de 20 homens do Batalhão nº 59 é requisitada. Prendem 6 dos implicados, encontrando-se os outros já presos pelos próprios senhores sob castigo. O juiz quer levar todos presos, mas os senhores assinam um termo de responsabilidade de que tais escri-

vos não andavam fugidos, e sim em seus engenhos e que os entregaria à lei quando fossem requisitados. Só os dois mais criminosos foram levados. Os cabeças.

Segundo as confissões, os induzidos à fuga seriam 20. Alertava o juiz que tal estado de coisas era prejudicial, pois “se cada senhor tenha de 30 a 40 cativos e os lavradores de algodão de 10, 12, 16, 20, 30 cativos, o mal se alastraria.”⁽⁴¹⁾

As prisões em grupo que mereceram destaques foram as que o general Antero José Ferreira informava em relatório ao Presidente: “50 presos ao todo, sendo a maioria de Catucá e alguns de Goiana (...) uns foram castigados e devolvidos a seus senhores, que pagaram 248 mil réis, e os chefes foram vendidos para fora da Província. Contava ainda das baixas que a tropa sofrerá: 2 soldados mortos, de 1ª linha, 2 de milícias, 1 de ordenança e 50 feridos, de 1ª linha, de balas e estrepes. Orgulhosamente, dizia que os quilombos de Goiana e Catucá foram totalmente destruídos. O ofício dera de 8-11-1828 e se acha citado em Pereira da Costa.”⁽⁴²⁾

Praticamente da mesma época, é o relatório do tenente coronel Francisco José Martins, enviado do engenho Monjope, ao Governador das Armas Antero José Ferreira. Sua Força de 100 homens tinha marchado para as matas de Utinga tendo dois negros presos como guias. Na estrada do engenho, deparou-se com uma “guerrilha” de negros, de onde saí-

ram dois soldados feridos. Nesse momento, a tropa ainda era de 70 homens. Recuaram, depois avançaram, e fizeram fogo até o anoitecer, sem poder persegui-los, embora fosse um pequeno número, pouco mais de 20, a maior parte do próprio engenho Monjope. Eram liderados por Cosme e Manoel da Ora (sic!), que vivem de muito com Malunguinho, cujo pai e outro irmão, que foram soltos pela justiça, voltaram bem mais desafiados, dizia o relatório:

de madrugada, seguiu para Utinga com o destacamento do engenho e os dois guias desviaram a tropa (...) mandou o Herculano e o cadete Sabino com 80 homens bater os matos por 4 dias e com os 20 restantes voltou para Monjope, a fim de por tocaias, mas antes os negros fizeram fogo cerrado, matando um do Batalhão 57 e ferindo outro (...) avançou-se no mato e nada conseguiram, nem se avistaram os negros (...) légua e meia adiante, em direção a Monjope, novo ataque, morreu um dos guias, que ia na frente e o outro fugiu debaixo de tiros dos soldados.

Quanto aos 80 que ficaram batendo os matos, depararam-se com o lugar das dormidas dos negros já abandonados e vários mocambos espalhados com muitos estrepes e uma formidável trincheira que foi tudo destruído. Concluía o relato dizendo que aquilo não era serviço para os juízes de Paz, “isto é fora do círculo dos Guardas”.⁽⁴³⁾

Exasperado com aquela situação, o presidente Thomaz Xavier oficiava ao desembargador ouvidor geral do Crime que tanta afoiteza dos negros em perseguir as tropas:

suspeita-se que aquela horda de selvagem é coadjuvada e protegida por pessoas livres que habitam confiante ao quilombo e lhes fornecem sustento, munição e mais socorros, sem os quais eles não poderiam ter subsistido (...) julgo que V. S. proceda a devassa sobre os ditos roubos e assassínios, a fim de se conhecer os cúmplices que para isso tem recorrido, devendo requisitar testemunhas presenciais de tudo ao tenente coronel Francisco José Martins.⁽⁴⁴⁾

Pereira da Costa tem informações (de que fontes?) de que os moradores e mesmo os senhores de engenho negavam todos os socorros e auxílios às tropas, recusando-se mesmo de aquartelá-las, quando passavam por sua fazenda, tendo mais interesse de se comunicarem com os negros a quem forneciam de pólvora e bala e os admitiam em suas casas; havia deserção nas ordenanças por não serem rendidos a tempo; os negros trocavam seus roubos por munição; os senhores opunham-se à venda dos escravos para fora da Província.⁽⁴⁵⁾

Os juízes de Paz não surtiram o efeito desejado. D. Pedro utiliza-se de outro expediente: colonizar as matas com alemães.

CATUCÁ

Embora o quilombo de Malunguinho tenha provocado conflitos nos arredores de Recife, Paratibe e Abreu e Lima — seu foco de resistência era em Macacos — bem como se atribuir a ele os ditos de “fazerem guerra à tirania e defenderem o seu direito e sua liberdade”, ¹⁽⁴⁶⁾ aquele de que dispomos de mais informações é o de Catucá. Principalmente nas regiões circunvizinhas a Tejucupapo, como Terra-Dura e Japomim.

Em uma de suas reorganizações, 1828/29, os negros de Catucá são avisados, tomam conhecimento de uma grande expedição que estava sendo organizada pelo juiz de Paz de Goiana, Luiz Francisco de Paula Cavalcante. Este pedia ao tenente coronel Francisco José Martins, comandante do quilombo do Pau-Picado, que dispensasse 250 homens para bater o Catucá. Cem iriam por terra e 150 por mar, entrando no rio Goiana, atacando Japomim. O cerco seria total, incluindo mangues, ilhas, pântanos e camboas, numa extensão de 3 a 4 léguas.

Pedia ainda uma tropa auxiliar, também de 250 homens, que não fosse da vila (de Goiana?) e contorno, e sim de lugares mais distantes, como do Batalhão de Moços e outras ordenanças.⁽⁴⁷⁾ Na certa, o juiz receava co-nivência da tropa local.

O suplente da jurisdição de Paz de Goiana também era Cavalcante de Albuquerque e oficiava ao Presidente da Província que os negros

havam se dispersado, mas persistia o clima de morte, pois:

na estrada de Freixeiras, desta vila ao centro da mata, roubavam a quem passasse como o fizeram nos dias 18 e 20 de maio passado, no sítio Coqueiros, junto a Bujari, à casa de Manoel Velho onde mataram dois homens que acudiram ao roubo armados de bacadarte (...) também, que no dia 14 de junho corrente uma escolta de 30 negros nas Fontainhas, estrada que segue para Recife, roubaram a Joaquim da Silveira Borges que vinha com seu comboio para o sertão da Vila Nova da Princesa, na Ribeira do Açú, e quase o matam. Deram-lhe dois tiros e levaram um barril de pólvora e chumbo, 200 e tantos mil réis em dinheiro e o mais que trazia. ⁽⁴⁸⁾ O Juiz de Paz de São Lourenço de Tejucupapo calculava que o roubo fora de um conto de réis entre dinheiro, ouro e prata. ⁽⁴⁹⁾

A continuação destes acontecimentos se deve à falta de munições “e que os negros das gentes da terra (os proprietários) não fazem conta por viverem todos tímidos” e andam matando-se uns aos outros publicamente. ⁽⁵⁰⁾ Alude, aqui, a uma divisão que havia entre as gentes de João Pataca e João Bomba, cujo número era de “cento e tantos”, cujo partido tem engrossado com a fuga do cerco ao quilombo do Catucá e do Pau-Picado. ⁽⁵¹⁾

Este juiz transforma seu ofício num verdadeiro relatório. A certa

altura, acusa o povo de não ajudar o Governo:

por serem os negros acautelados (sic!) pelos moradores da circunvizinhança (...) tomam armas, pedem peixes e dinheiro aos viajantes e entram no arraial de Tejucupapo para vender suas pescas e comprar do que queriam, não achando resistência, vivem na povoação com casa e negras, mandando ordens e piquetes, trocando-se dinheiros de ouro e prata, muito comer, muita aguardente e muito batuque, tanto de dia como de noite, no meio da rua ou em casas particulares e em diferentes sítios (...) roubaram um boi de carro de João Pires e uma espingarda a um cabra chamado Luís e deram bordoadas que quase o matam (...) na feira do Espírito Santo, em Cajueiro (localidade no trecho da estrada de Goiana a Recife, logo após Bujari, (hoje desaparecida devido ao canal) enfrentaram a uns marchantes e tomaram um, dois bois (o juiz não sabe ao certo o número) (...) na véspera de Santo Antônio, batucaram a noite toda na senzala do capitão Francisco da Rocha, senhor do engenho Macaco e quando se retiraram de madrugada, levaram uma junta de bois de carro e provocaram novos roubos nos pastos de Tiriri, Catucá e Japomim.

Estas informações, se bem que unilaterais, deixam transparecer o caráter de desorganização dos quilombos, por demais afetados pelos núcleos de população, caráter um tanto quanto imediatista que parece

mostrar uma tentativa de interação dos negros com as populações livres, mas esta mesma atitude era de por si, ilegal. Os negros, portanto, estavam à beira do banditismo, ao ser rejeitada sua presença na sociedade.

A parte mais importante do ofício é a narração da existência de dois grupos rivais entre os quilombolas:

No dia 10 de junho, 3 da quadrilha de Bamba, que era ladrona e atacante (enquanto que a de Pataca era mais mansa e valedoura dos que fossem pegados e atacados), atacam a Dona Elena, na vizinhança da Povoação (de São Lourenço de Tejucupapo), casada com José da Rocha que não estava em casa. Sequestram-lhe alguma roupa, alguns ourinhos (joias?) e dinheiro. Um dos negros pretendia lhe tirar os anéis dos dedos, sendo interceptado pela escrava da dita senhora, deu-lhe o negro um corte na mão e saiu a negra ensanguentada correndo a queixar-se ao Pataca e sua mulher, que acodem com uma patrulha e achando 2 negros, os faz amarrar, meter num quadrado, espadurá-los a panos de Parnaíba, (que) depois da pisa os fez conduzir ao comandante de Ordenanças, que não os quer receber, alegando não ter cadeia a que os levasse ao juiz de Paz. Não senhor, eu também sou juiz e sei fazer justiça respondeu o Pataca. Levou para o pátio, no meio da rua e ordenou que seus negros dessem uma roda de pau em um dos dois, e de tal maneira foi que ali mesmo morreu; o outro fugiu apesar de levar uma tremenda cutilada na cabeça (...) man-

dou arrastar o morto pela rua dizendo que não consentia a sua gente (roubar?) como consentia serem ladrões os de Bamba (e que) onde ele estivesse não se enterraria enquanto não desse ordens, e saiu após dos outros nada fazer o mesmo e enterrar juntos.

O próprio juiz não sabia se a divisão dos grupos (“quadrilhas”) era por natureza ou por política e termina seu ofício dizendo que os líderes fizeram as pazes, sob o juramento que não se faria mais roubo, depois de ainda terem 3 entre si, além do preto que fugiu, mortos em atritos.

Deparamo-nos, pois, com um caso que merece interpretação teórica, sobre o nível de consciência do escravo. De um lado, o escravo que se assume como tal e parte para a liberdade – o quilombola. Do outro, o escravo que se nega como tal, assumindo o senhor, continuando seu próprio estágio, tornando-se a extensão do seu senhor ao ajudar a repressão.

No caso de Bamba e Patata, ambos parecem assumir o papel de sujeito na História, como quilombolas; ao se aceitarem escravos (portanto, objeto da História) rompem com a ordem estabelecida, tornando-se, assim, sujeitos da História, embora não conscientes (os grupos sociais fazem a História não porque querem, mas devido a circunstâncias que eles próprios não escolhem). Uma vez sujeitos, Patata nega historicidade ao querer dar satisfação à sociedade estamental branca, tentativa de conciliação e de superação de seu status. Espera, portanto, o

beneplácito da sociedade, a fim de se integrar nela, a custo de reprimir os seus irmãos. Seu grupo “é de negros, mas não é desordeiro”.⁽⁵²⁾ Porém, Patata não mantém este comportamento, como se verá no avanço que fez a Pontas de Pedra.

Esta interpretação é válida, em parte, para o caso do saque que o major Emiliano Felipe Benício Mandacaru pretendia fazer em 1824, com seu Batalhão de pardos, a que se opôs o major Agostinho Bezerra com seu Batalhão de pretos, sem haver derramamento de sangue. Agostinho era carvalhista e não foi poupado pela repressão à Confederação do Equador. Os comerciantes de Recife, gratos, por ele ter impedido o saque, intercederam por ele, mas foi condenado. Os comerciantes tentaram sua fuga e ele não quis, dizendo ser patriota.⁽⁵³⁾

Voltando a Patata, sabe-se, pelo mesmo juiz, que entrou em Pontas de Pedra com um grande corpo, tendo antes mandado dois homens avançados a sondar Carne de Vaca e Tabatinga. Em Pontas de Pedra, conviveram e batucaram de 24 a 28 de junho (1829), passando-se em seguida para Tabatinga, tendo comprado pólvora e aguardente e se retiraram para Megaó de Cima, onde batucaram a noite toda.

Contraditoriamente, acredita-se que Catucá se encontra extinto, em 1830, como se depreende do juiz de Paz do Loreto, falando sobre o quilombo do Zumbi, “o de Palmares não foi destruído em seu gérmen e fizeram uma república bem organizada, rústi-

ca ao seu modo e que é agora ideia em Catucá, pois até chefe já elegeram”,⁽⁵⁴⁾ complementado por outro ofício, de um ano depois, do juiz de Paz de Muribeca, que se refere ao do Zumbi como elementos que não se puderam organizar no lugar de Catucá, por estar ocupado de tropa e colonos (...) por sua vez extinto.⁽⁵⁵⁾

Estas informações de ascensão e extinção são reforçadas e contraditas. Primeira, reforçada, porque em 30, o quilombo já vetava a ter vida pois, grande número já se achava reunido em Catucá e que só do engenho do tenente coronel João V. da Cunha foram 14; atacando aos navegantes (embarcações de pequeno porte) e destruindo plantações. O documento ainda faz uma ligeira censura ao Presidente por não ter confirmado a ordem de passar fogo em qualquer negro que se levantasse.⁽⁵⁶⁾ Segunda, há na vila de Igarassu um ataque de “malvados” ao Pe. Francisco Antônio Mendes, que reagiu dando 13 tiros, embora lhe levassem seu escravo. O grupo teria 17 negros e pertenciam à jurisdição do Maranhão. Isto em dezembro de 29.⁽⁵⁷⁾

Todo problema se resume à interpretação do que se considera extinto. Ressalte-se o caráter imediatista, das opiniões da época, que, vivendo a História (sua contemporânea) entendiam-na solucionada, como se ela fosse a curto prazo (até hoje existe esta mentalidade). Só uma visão historicista poderia perceber que os quilombos nunca estiveram extintos. O que contava era a satisfação imediata

dos proprietários para extirpar de suas terras aquele foco. Uma vez conseguido ali, pouco lhes interessava se continuava em outras terras. E, realmente, o que nunca faltou aos movimentos negros (quilombos ou para-banditismo) foi a mobilidade, a eficácia dos reagrupamentos e o sentido profundo de ficar livre e ser tratado como tal, nem que tivesse de impor-se através das armas, como faziam os brancos.

A COLONIZAÇÃO ALEMÃ

Uma das saídas encontradas pelo Imperador para impedir o ajuntamento de negros nas matas da Cova da Onça (ou Catucá, em sua extensão maior) foi estabelecer núcleos de colonização com holandeses e alemães vindos de Amsterdam.

Através do Aviso do Ministério do Império, de 28 de setembro de 1829, ficariam dadas terras para o cultivo e casa, bem como a dotação inicial de 160 réis para adultos e 120 para menores.⁽⁵⁸⁾

O Presidente da Província enviaria uma circular às Câmaras de Goiana, Igarassu, Olinda, Vitória de Santo Antão e Paudalho, sobre as terras conflitantes a Catucá, a fim de que cedessem uma parte para se estabelecerem os povoadores.⁽⁵⁹⁾

O Aviso régio que o alemão a serviço do exército nacional, João Bloem, chegando de Fernando de Noronha deveria ser o responsável pela Colônia.

“Artigo 1º: O Sargento-Mor do Corpo de Engenharia, João Bloem, nomeado inspetor do estabeleci-

mento dos colonos nas matas do Catucá, logo que tenha verificado o número destes e de cada uma das famílias a que pertencem, com distinção de sexo e idade, lhes fará saber que S. M. I., por efeito de sua Inata Bondade, foi servido ordenar que estabelecessem colonos nesta Província, dando-lhes terra, que possam cultivar e casas para sua habitação, assistindo-lhes pelo espaço de um ano o subsídio diário de 160”...

Artigo 2º – regia que “o sargento-mor fica encarregado de transportá-los e indicar suas diárias (...) que serão pagas de 8 em 8 dias, entendendo que os de maior seriam em relação a 10 anos de idade”.

Artigo 3º – Chegando ao lugar Pedroso serão recolhidos aos quartéis todas as famílias enquanto se construírem as casas.

Artigo 4º – As terras devolutas que se prestassem a dar pelos proprietários, o sargento-mor e o capitão-mor de Olinda cuidarão de ver as terras da área realmente devolutas.

Artigo 5º – Não havendo títulos de posse legítimos (faça-se) um mapa descritivo (...)

Artigo 6º – Fica o sargento-mor encarregado de instruir os colonos sobre a época da derrubada da mata e plantação dos gêneros de melhor produção e qualidade de terreno.

Artigo 7º – Pede a harmonia entre colonos e vizinhos e que aqueles não devem deixar seus estabelecimentos sem licença”.

Aqui fica esclarecido o pensamento de uma Corte cheia de preconceitos raciais, mais ainda: antibrasileiro. Por que não a colonização com elementos brasileiros, mesmo com os brancos livres e pobres? Falava bem alto a consciência alienígena do Imperador. Mas cedo, viria o fiasco.

Segundo Sebastião Galvão, (60) a colônia havia sido fundada em 1828 e colônia havia sido fundada em 1828 e lia — os Christiani — fora massacrada pelos negros. Estes colonos, cita Galvão, teriam vindo de Amsterdam e largados em Natal por falta de víveres, até que as autoridades tentaram situá-los em Pernambuco. Uma vez localizados, tornam-se adidos à fortaleza do Brum, onde Bloem era comandante. Os colonos serviram como soldados durante 3 meses em 1832, afastados da lavoura.

Pereira da Costa lembra o Aviso de 12-01-1830, pelo qual os soldados alemães do 2º Batalhão de Granadeiras em Pernambuco que obtivessem baixa, fossem admitidos na Colônia.⁽⁶¹⁾

A previsão das atividades colonizadoras era a lavoura do café, da mandioca e legumes, mas, em 1831, continua Galvão, os colonos se dedicavam a fazer carvão para subsistirem a falta de braços.

Acosados por proprietários de Apipucos e Timbó, os colonos se passavam para a Colônia do Ferraz, propriedade particular, onde pagariam direitos de propriedade.⁽⁶²⁾

Tanto de Recife, como de Olinda, distava a Colônia Amélia 12 quilô-

metros, enquanto a do Ferraz, ficava na freguesia do Poço da Panela, regada pelo rio Beberibe.

Provavelmente a colônia Santa Amélia (como é oficialmente chamada) não se extinguiu de vez em 1831, pois neste mesmo ano o Presidente Pinheiro de Vasconcelos, através de Portaria perguntava a Junta da Fazenda sobre “a diária e outras coisas que se devem dar aos colonos ora chegados (sic!)”.⁽⁶³⁾ Só um ano depois é que aparece outra Portaria (64) de outro Presidente, o Francisco de Carvalho Paes de Andrade, dizendo que as diárias são as mesmas que tiveram quando se estabeleceram.

As informações sobre a Colônia escasseiam. Apenas poucos dados. Como por exemplo em 1833, uma Portaria pedindo ao major Bloem para entregar à Comissão de armamento o que existe na colônia de Santa Amélia, (...) em poder dos colonos.⁽⁶⁵⁾ O próprio major já estava entregue a outra tarefa: a de abrir estradas.

Só com a nova divisão distrital da Província é que volta à tona a situação da colônia. O presidente Manuel de Carvalho procura alguns esclarecimentos e o juiz de Paz do Poço da Panela diz que a colônia não é mais sua jurisdição, e sim de Paratibe e Beberibe. Isto era para tomar providências sobre os ataques dos quilombolas: não pode tomar “providências sobre os negros que formam novo quilombo no Catucá”.⁽⁶⁶⁾

Depois de um jogo de ofícios para saber realmente a que jurisdição

pertencia, o juiz de Paz de Paulista dá o seu relatório: “que diminuiu gradativamente os colonos na Cova da Onça e no Ferraz, não passando de 34 entre homens e mulheres e crianças, que outros se mudaram e os que ficam, vivem de roça e fazer carvão; há também brasileiros na Cova da Onça, 4 famílias que vivem da roça e de tirar cipó nas matas; na povoação do Ferraz, há 6 famílias que se empregam em fazer madeira e na cultura de mandioca”.⁽⁶⁷⁾

Em 1835, só existem 4 colonos alemães; (...) e na Cova da Onça se acham casas sem portas e nem janelas, expostas ao tempo (...) têm destruído as matas (com ou sem licença) oficiava o juiz de Paz de Paratibe, em 2 de agosto de 1835. Para o mesmo ano, os dados de Pereira da Costa são que, em ambos os lugares, havia 30 casas habitadas por 12 famílias, num total de 48 pessoas.⁽⁶⁸⁾ E nas matas de Catucá, os negros continuavam açoiados, apesar de tantos pedidos das autoridades locais.

CONFLITOS ENTRE AUTORIDADES

Um dos motivos da persistência dos quilombos e a contradição entre as autoridades, principalmente a partir da criação do juiz de Paz, é engrossada posteriormente pela criação da Guarda Nacional. Acresce-se também a Polícia Militar, instituição desde 1825.

O papel desses três elementos institucionais prevê o preenchimento de cargos dentro da nova ordem, onde os

estamentos começam a ser depurados das contingências portuguesas, afirmando valores de uma camada que já vinha gradativamente perdendo seu status, devido à queda da economia. Além do mais, seria uma tênue satisfação da utilização da mão-de-obra livre branca e pobre, seja nos corpos de policiamento, seja no Arsenal de Guerra ou nas Obras Públicas.

O conflito surge quando a Jurisdição de Paz, que tem caráter civil, requisita homens de tropa para eliminar grupos de negros, e não é atendida. E aqui entra em cena a burocracia. Imaginemos a época, os meios de transporte e comunicação para entender o entrave que ocasionava.

A utilização de tropas de 1ª e 2ª linhas, bem como ordenanças e milicianos por parte do juiz de Paz, só poderia ser efetuada se este requisitasse ao comandante das Armas e este confirmasse tanto ao juiz como a seus subalternos sua resolução. Alie-se a isto, o fato de a maioria das jurisdições não possuir uma cadeia. Suficiente, pois, para qualquer atividade clandestina permanecer impune por largo tempo.

Os ofícios e relatórios dos juízes de Paz transformam-se em verdadeiras lamúrias, lastimando o estado de despolicimento de sua freguesia ou queixas contra as autoridades militares.

De Sirinhaém há a queixa de que o comandante do Batalhão não permite que seus soldados obedeçam ao juiz de Paz, sendo até ameaçados de castigo, pois “as tropas só para

reprimir motins”.⁽⁶⁹⁾ Ou caso mais extremado, como foi o de Tejuco-papo em que o oficial de quartelão, por ordem do juiz de Paz, levava ao juiz criminal um soldado insolvente e o comandante, reconhecendo seu soldado, manda soltá-lo e prende o oficial de quartelão. Tudo se resolve com a interferência do comandante das Armas que manda soltar o oficial e prender o comandante.⁽⁷⁰⁾

A nível de tropa também ocorrem os desentendimentos e o reflexo é o grande número de deserções. Não deixa de ser evidente que em muito o que contribui é a forma de recrutamento. O peso maior, porém, reside na remuneração atrasada e paga em dinheiro vil, moedas de cobre que ninguém queria aceitar. As prisões, os castigos estavam na ordem do dia.

Marchar para os quilombos era uma situação deveras desagradável a ponto de a Província prometer adiantamento e gratificações para as tropas. Nem sempre dava resultado, como não deu em 1829. Os soldados e ordenanças rebelaram-se para não marchar para o quilombo do Pau-Picado e Catucá. Era voz corrente que os ordenanças eram maltratados, além de deixarem suas lavouras abandonadas, “único arrimo de sua sustância e das suas misérrimas famílias”. Chefiados “por um tal Felipe, um cabra de figura desprezível⁽⁷¹⁾ queria conversar com o comandante, mas só se fosse escoltado por sua gente armada”.

O bando se dispersara, alguns voltaram e foram exortados pelo co-

mandante, outros foram presos, “na engenhoca Guabiraba, procurando alimentos”. Não dera certo o piquete de 10 homens que o Felipe tinha organizado para defesa, como não dera o ataque com 20 homens à casa do capitão.⁽⁷²⁾

Desentendimento de chefes de tropas aparecem na Guerra dos Cabanos, principalmente quando Alagoas e Pernambuco tinham que intervir juntos. O tenente coronel João Batista teve que ser preso pelo Presidente das Alagoas, devido a desarmonia que atingiu os dois comandos.⁽⁷³⁾

O paroxismo destas situações atinge o ridículo, quando o suplente de juiz de Paz do Loreto toma as armas de uma patrulha que tinha sido colocada a rondar por ordem do próprio juiz. A burocracia era tão empedernida que a solução só veio através de uma portaria do Presidente, mandando o suplente devolver as armas ao titular.⁽⁷⁴⁾

A CONTINUAÇÃO DA LUTA

Os cinco primeiros anos da Regência, aqui em Pernambuco, são de grande confusão social, seja de conturbações a nível político ou de atividades paramilitares. A Setembrizada, a Novembrada, a Abrilada, a Guerra dos Cabanos e as Carneiradas movimentam o cenário político-social da Província. E, em nenhum momento, os quilombos desaparecem.

O que há, é que a prioridade de certos movimentos políticos dentro do estamento dominante, levam a

atenção das autoridades, desviam o contingente jurídico-administrativo, para outras áreas. Daí, as informações rarearem um pouco.

Os quilombos voltam a ser focos de atenção em 35/36 quando se organizam as diversas autoridades sob o comando da Guarda Nacional.

Por se ter um relatório mais ou menos satisfatório dos palmares do Catucá, depois de batidos vários autores, limitaram a existência deles a este período. Adotamos o mesmo critério, não por convenção, mas, devido ao ciclo repetitivo como vem se arrastando a situação tanto para o lado dos negros como do lado dos poderes constituídos. Acreditamos mesmo que os quilombos não foram destruídos neste período e, em outras circunstâncias continuaremos a pesquisa, não para mostrar a existência do quilombo em si, mas para estudar a passagem do movimento de libertação quilombola ao banditismo (social?).

Em 1833, estão ativos em Utinga. Um ano depois é descoberto um pequeno quilombo, casualmente, por um caçador e seu filho. O grupo era apenas de 6 negros, sendo 4 homens e 2 mulheres suficiente para ser um quilombo: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.⁽⁷⁵⁾ O caçador consegue escapar e o filho morre.⁽⁷⁶⁾

Outro grupo é o que acossa os colonos poucos de Santa Amélia. Mas o grosso das guerrilhas estava nas matas

de Igarassu e Goiana. Estavam no engenho Pitanga, em Pau-Picado, atacaram Mussupinho e atearam fogo as casas em Pau-Picado e Terra-Dura. A sequência era a mesma: ataques, depredações, roubos e mortes.⁽⁷⁷⁾

Uma força de 39 homens foi inútil, pois fugiram em tempo. Apenas pode descobrir um palmar entre Paratibe, Beberibe e Barro-Branco, bem fortificado, com trincheiras de madeiras etc... houve tiroteio, a tropa recuou, por faltar munição. O quilombo era composto de homens de todas as cores, chefiados por um tal Batista, que fora ferido no ataque de Mussupinho e conseguira escapar. (...) os proprietários temem um novo “cabanos” com no sul.⁽⁷⁸⁾

A campanha recrudescer em 35. O sistema de defesa dos negros estava a descoberto: as trincheiras, fossos e estrepes. Mas um pequeno conflito de autoridades desviava as atenções. Trata-se do movimento “Carneiradas”, liderado pelos irmãos Carneiros Machado Rios. Como o juiz de Paz de Igarassu era Carneiro da Cunha, foi acusado de conivente no caso daqueles terem entrado na vila e tomado as armas. O juiz se desculpa, como vítima.⁽⁷⁹⁾ Como para provar sua disposição em perseguir os negros (note-se que não aos Carneiros) fez entradas nas matas com 100 homens, tendo dispendido 139 mil e 200 réis que pede ao Governo para ressarcir-lo.⁽⁸⁰⁾

Dessas entradas, nada consegue a não ser lastimar-se de voltar ferido

em estrepes. Ao mesmo tempo, uma emboscada dos negros torna-se malograda, quando se preparavam para assaltar uma carga de apetrechos que o Governo enviaria ao juiz de Paratibe. Apenas por falta de transporte a remessa não foi efetuada. Vingaram-se atacando a casa de um português na estrada de Mirueira e o mataram com 3 facadas.⁽⁸¹⁾

A situação praticamente já se define como banditismo. Não só devido aos atos em si, mas à composição dos quadros quilombolas: gente de todas as cores. A resistência é mais ampla. A agressão à sociedade é maior. A repressão terá nova conceituação sobre estes novos quilombos. Como também os bandidos já haviam conceituado o poder das autoridades com a posse da terra e de escravos.⁽⁸²⁾

O grande cerco, que se considera final (provavelmente é sobre este que Pereira da Costa se refere quando dá por extinto) é de 1836, e conta com a Guarda Nacional gerindo os planos a partir de seus quartéis em Goiana, depois no Engenho Megahó “em frente ao Catucá”, e, por fim, em Itapirema. Tanta mobilização, 200 homens e o final melancólico para eles: a apresentação espontânea de 16 ou mais escravos ao proprietário do engenho Monjope, a fuga da maioria, passando-se inclusive para as matas de Alhandra na Paraíba, a quem o Governo teria que pedir licença, para ir em encalço dos negros que atravessaram o rio Goiana numa canoa roubada; como prisão, efetua-

ram mais ou menos uns 30, tendo um resistido, sendo morto.

Segundo este relatório, havia no palmar, milhos, roças, fornos para fazer farinha; 124 mocambos e 169 camas, o que, portanto, se percebe é que a maioria dos negros conseguiu mais uma vez fugir. ⁽⁸³⁾

NOTAS

1) Resposta do Rei de Portugal à consulta do Conselho Ultramarino, dada de 2 de dezembro de 1740. Apud Clóvis Moura.

2) Of. de 22-11-1834 e Of. de 25-11-1834. Códice (J.P.10)

CONCLUSÃO

A realização deste pequeno trabalho não teve por finalidade dissecar o fenómeno quilombo. Cuidou um tanto, de desmistificá-lo, de tirá-lo daquele universo maniqueísta de interpretações, em que o quilombo representava a liberdade dos negros, a república organizada etc ... Contra a sociedade dos brancos. Interpretações estas que tentam restaurar a imagem do negro, de colocá-lo como o polo oposto de uma sociedade que possuía a terrível mancha da escravidão. São interpretações de abolicionistas em pleno século XX. É a desculpa dos brancos pelos trezentos e tantos anos de expiração do elemento negro. Isto, em parte, teria sua validade, mas criou um mito. Estaginou a História, reduziu-a à dicotomia de senhores e escravos da época colonial. Como se não houvesse desenvolvimento social. Como se os negros só

valiam dentro da pureza de busca de sua liberdade. Era a “Tróia Negra”.

Inclusive, o próprio conceito de quilombo ficou estanque. Usou-se e usa-se, abstraidamente um aparato conceituai tanto para uma realidade do século XVII como para os fins do século XIX. O mito evita que se descubra a passagem lenta do escravo para a massa reivindicatória popular. Cai-se em outra dicotomia, também maniqueísta: ou se é quilombola ou é “facinoroso”. Como quilombola, a História oficial ainda tenta salvá-lo; mas se descobre como bandido, marginaliza sua participação na História. Elimina-o como sujeito.

Portanto, este trabalho teve a intenção de discutir ou analisar a passagem do quilombola para o banditismo (social ou não), paralelo a outros movimentos de massas, clandestinos, anárquicos, espontâneos, de cobrança de seus direitos sociais, dentro de uma sociedade em que a concentração de riqueza estava nas mãos de famílias tradicionais (estamentos?), que além de deter a propriedade privada dos meios de produção, detinham, como pareça óbvio, os cargos, as instituições, formando uma verdadeira oligarquia, vinculada a interesses estrangeiros, numa economia para exportações.

Os próprios personagens da época já sentiam, embora pejorativamente, a passagem de situações das reivindicações dos negros. Dão-lhes o nome de coitos, quadrilhas, bandos. Estes, não se limitam à fuga de autodefesa, como

Clóvis Moura insinua, dizendo que os quilombos eram tipos de reação pacífica, (ou passiva?). É claro, que ele generalizou a conceituação e mesmo assim não concordamos com sua ideia.

No caso analisado em Pernambuco, embora as informações sejam as de autoridades, a mobilidade guerilheira dos negros e sua associação com homens de “outra cor”, são o reflexo e a necessidade de subsistirem perto dos núcleos habitacionais, a fim de neles se integrarem como elementos populares, que já o eram, no conceito do povo e de que os negros não tenham ainda prejudicado diretamente o povo que não possui propriedades.

As autoridades da época lastimam-se continuamente da falta de o povo apoiar as tropas, de eles permitirem trocar ou comerciar com os negros, etc... Ora, só os proprietários é que são prejudicados diretamente em suas propriedades. O alvo é bem conceituado pelos elementos populares, sejam negros ou não. É a terra, são as plantações, é o gado, enfim, aquilo que eles não têm: propriedade privada.

Essa integração forçada por parte das camadas mais pobres da população na sociedade encontra um forte obstáculo na demanda/oferta de mão-de-obra. A estrutura agrário-pastoril-escravista não permite a ocupação de uma camada livre nem no campo, nem na cidade. E nesta, o crescimento demográfico da mão-de-obra livre

começa a cobrar um lugar ao sol uma vaga nos estamentos. A situação piora com a queda de nossos produtos exportáveis. A cotação do açúcar baixa no mercado internacional; temos portanto um desajuste interno provocado por circunstâncias exteriores.

A queda da produção, segundo a Mesa do Consulado, passa aproximadamente de 165 contos em 1822 para 207 no ano seguinte, tendo, daí, até o ano de 1826 baixado gradativamente, chegando a 116 contos. A partir de 27 começa uma ascensão lenta, diríamos, progressiva e progressista, mas nunca um surto até 1837. Pode-se concluir que os conflitos de várias ordens não afetaram a economia? Sim ou não, a pergunta perde muito do seu efeito, porque a economia se contentou em continuar produzindo, como era praxis (ver Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil), mediante capacidade elástica, baixa produtividade e mão-de-obra barata. Desde que não tenha havido demanda do mercado internacional, a produção se aquietou ao nível do exigível. A realidade e a análise seriam bem outra, caso estivéssemos numa competição frenética de oferta do açúcar. Seria bem possível que a repressão aos movimentos quilombolas e de banditismo tivesse redobrada de vigor. Ela sempre funciona em torno da produção num sistema de trabalho compulsório, em que o lucro predomina sobre a distribuição social da produção.

⁽¹⁾ MANUEL CORREIA DE ANDRADE. A Guerra dos Cabanos, Movimentos Nativistas em Pernambuco: Setembrizada e Novembrada (também com o título As Sedições de 1831 em Pernambuco, como separata da Revista de História, n° 28, S. Paulo, 1956) e Pernambuco e a Revolta de Pinto Madeira. MILTON F. DE MELO, A Setembrizada.

⁽²⁾ Portaria de 21-05-1832 e 03-07-1832, in Códice Registro de Portarias (R-82-19). A.P.E. Recife.

⁽³⁾ Decreto de 17-02-1829. Observação: a deposição que os Romãs pretendiam não era a do ouvidor, e sim a do comandante das Armas.

⁽⁴⁾ O tenente coronel Antônio Carneiro Machado Rios fora substituído no quartel-general de Lagoa dos Gatos pelo major Francisco de Arruda Câmara.

⁽⁵⁾ A maior parte deste assunto se encontra no código Juizes de Paz (J.P.-10) A.P.E. Recife.

⁽⁶⁾ Mais de uma portaria neste sentido; ver Registro de Portarias (R-82-19).

⁽⁷⁾ Jornais da época, secção de jornais, vol. 36. A.P.E. Recife.

⁽⁸⁾ Edital de 1º de julho de 1823.

⁽⁹⁾ Portaria de 30 de setembro de 1823. In: Registro de Portarias.

⁽¹⁰⁾ Ofício de 16-02-1829 (J.P. 1)

⁽¹¹⁾ Ofício de 05-10-1833 do juiz municipal de Goiana ao Presidente, código (J.M.I.).

⁽¹²⁾ Ofício de 11-03-1830; Ofício de 26-07-1829; Ofício de 21-07-1830; Ofício de 05-08-1830. (J.P. 1).

⁽¹³⁾ Ofício de 09-01-1830. (J.P. 1).

⁽¹⁴⁾ Portaria de 01-02-1822. Códice (R-82-12)

⁽¹⁵⁾ Portaria de 20-03-1822. Idem.

⁽¹⁶⁾ Portaria de 07-10-1822. Idem.

⁽¹⁷⁾ Portaria de 23-11-1822. Idem.

⁽¹⁸⁾ Portaria de 22-11-1822. Idem.

⁽¹⁹⁾ Portaria de 26-06-1823. Códice (R-82-13)

⁽²⁰⁾ Ofício de 25-01-1826 e Ofício de 24-09-1826. Códice (P.M.I)

⁽²¹⁾ Portaria de 06-10-1824. Códice (R-82-17)

⁽²²⁾ Portaria de 22-05-1826 e Port. de 16-06-1826. Códice (R-82-18)

⁽²³⁾ Portaria de 09-09-1826. Idem.

⁽²⁴⁾ Portaria de 26-09-1826 e Portaria de 27-09-1826. Idem. Edital, sobre os quilombos, de 03-10-1826 Idem.

⁽²⁵⁾ Portaria de 11-10-1826. Idem.

⁽²⁶⁾ Coleção de Leis do Império do Brasil desde a Independência. 1826 a 1829. Vol. II, 1830.

⁽²⁷⁾ Decreto de 20-01-1829 (impresso) Códice(J.P.2)

⁽²⁸⁾ Ofício de 07-02-1829 (J.P. 1)

⁽²⁹⁾ Ofício de 13-04-1829 (J.P. 1)

⁽³⁰⁾ Ofício de 16-06-1829 (J.P. 1)

⁽³¹⁾ Ofício de 07-08-1831. Códice (J.P. 3); ofício de 08-10-1828 (J.P. 1); Pereira da Costa, Anais Pernambucanos, Vol. IX.

⁽³²⁾ Ofício de 21-07-1828. (J.P. 1)

⁽³³⁾ Ofício de 21-09-1828. (J.P.10) Este documento se encontra no Códice errado.

⁽³⁴⁾ Ofício de 17-09-1828. Idem

- (35) Ofício de 09-08-1828. (J.P. 1)
- (36) Ofício de 21-11-1828. Idem.
- (37) Ofício de 08-12-1828, do J.P. de São Lourenço com documento do religioso anexo. (J.P. 1)
- (38) Ofício de 18-12-1828 e Ofício de 09-01-1829. (J.P. 1)
- (39) Ofício de 01-10 e 25 de 11-1828; Ofício 12-08-1828, todos do Juiz de Paz de Beberibe; e Ofício de 05-08-1828 do J.P. de Igarassu. (J.P. 1)
- (40) Ofício de 05-08-1828. Idem
- (41) Ofício de 22-01-1829. Idem
- (42) PEREIRA DA COSTA. Anais Pernambucanos, Vol. IX.
- (43) Ofício de 24-02-1829, em Diário de Pernambuco, n° 47, 1829.
- (44) Ofício de 11-03-1829, em Diário de Pernambuco, n° 56, 1829
- (45) PEREIRA DA COSTA, op. cit.
- (46) PEREIRA DA COSTA, Anais Pernambucanos. Vol. IX
- (47) Ofício de 30-04-1829. (J.P. 1)
- (48) Ofício de 18-06-1829. Idem.
- (49) Ofício de 29-06-1829. Idem.
- (50) Ofício de 23-06-1829. (J.P. 1)
- (51) Ofício de 29-06-1829. Idem
- (52) Idem, idem.
- (53) SEBASTIÃO GALVAO, op. cit., Oliveira Lima, Pernambuco e seu Desenvolvimento Histórico; Clóvis Moura, Rebeliões da Senzala.
- (54) Ofício de 26-07-1829. (J.P. 1)
- (55) Ofício de 21-07-1830. (J.P. 2)
- (56) Ofício de 09-01-1831. (J.P. 3)
- (57) Ofício de 01-12-1829, e Of. de 04-12-1829. (J.P. 1)
- (58) Manuscrito de Pereira da Costa, do

Arquivo da Secretaria da Presidência, existente no códice Inspetoria Especial de Terras e Colonização (RMD - 19) escrito e assinado por ele em 16-01-1888. A.P.E. Recife.

(59) Circular de 02-10-1829 às Câmaras de Goiana, Igarassu, Olinda Santo Antônio e Paudalho.

(60) Sebastião Galvão. Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.

(61) PEREIRA DA COSTA, manuscrito citado.

(62) SEBASTIÃO GALVÃO, op. cit.

(63) Portaria de 12-04-1831. Códice Registro de Portarias (R-82 19)

(64) Portaria de 12-04-1832. (R 82-19)

(65) Portaria de 19-06-1833. Idem.

(66) Ofício de 27-08-1834. Códice Juiz de Paz (J.P.10)

(67) Ofício de 9-12-1834. Códice (J.P.10)

(68) PEREIRA DA COSTA, manuscrito citado (RMD - 19)

(69) Ofício de 26-04-1829. Códice (J.P. 1)

(70) Ofício de 23-09-1829 do Juiz de Paz de Beberibe; e Ofício de 30-09-1829 do Juiz de Tejucupapo. (J.P. 1)

(71) Ofício de 01-04-1829.

(72) Ofício de 05-04-1829. Idem.

(73) MANOEL CORREIA DE ANDRADE. A Guerra dos Cabanos.

(74) Portaria de 22-09-1835.

BIBLIOGRAFIA AUXILIAR

1) PEREIRA DA COSTA. Anais Pernambucanos. Vol. IX. Arquivo Público Estadual. Recife, 1951.

2)_____. Folk-Lore Pernambucano. Arquivo Público Estadual, Recife, 1974.

3) SANTIAGO, Mário. Analeto Goianense. (9 vols.) Goiana. PE.

4) ANDRADE, Manuel Correia de. Movimentos Nativistas em Pernambuco - Setembrizada e Novembrada. UFPE, Recife, 1971.

5)_____. A Guerra dos Cabanos. Ed. Conquista, Rio, 1965.

6)_____. Pernambuco e a Revolta de Pinto Madeira. Edições Nordeste. Recife, 1953.

7) MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala. Ed. Conquista, Rio, 1972.

8) CARNEIRO, Edison. O Quilombo dos Palmares. Brasileira. Cia. Editora Nacional. São Paulo, 1958.

9) _____. Ladinos e Crioulos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

10) SILVA, Geny da Costa e; RODRIGUES, Maria do Carmo. Bibliografia sobre Goiana. Recife, 1972.

11) MELLO, Milton F. de. A Setembrizada. Recife, 1951

12) GALVÃO, Sebastião. Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1908.

MANUSCRITOS DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL RECIFE

1) Códice “Juiz de Paz” (J.P.

1-2-3-6-7- 8-9-10).

2) Códice “Guarda Nacional” (G.N.1-2)

3) Códice “Polícia Militar” (P.M. 1)

4) Códice “Polícia Civil” (P.C. 1)

5) Códice “Ministério do Estrangeiro” (M.E. 1)

6) Códice “Juiz Municipal” (J.M. 1)

7) Códice “Arsenal de Guerra” (A.G.1)

8) Códice “Comando das Armas” (C.A. 1)

9) Códice “Registro de Portarias” (R-82-12)

“ “ “ (R-82-13)

“ “ “ (R-82-16)

“ “ “ (R-82-17)

“ “ “ (R-82-18)

“ “ “ (R-82-19)

“ “ “ (R-82-23)

“ “ “ (R-82-26)

JORNAIS DA ÉPOCA

1) Diário de Pernambuco. Exemplos variados do ano de 1829. Arquivo Público Estadual. Recife.

2) O Tupinambá. Vol. 36. A.P.E. Recife.

3) O Harmonizador. Idem.

4) A Candeia. Idem.

5) Diário dos Pobres. Idem.

6) Cova da Onça. Idem.

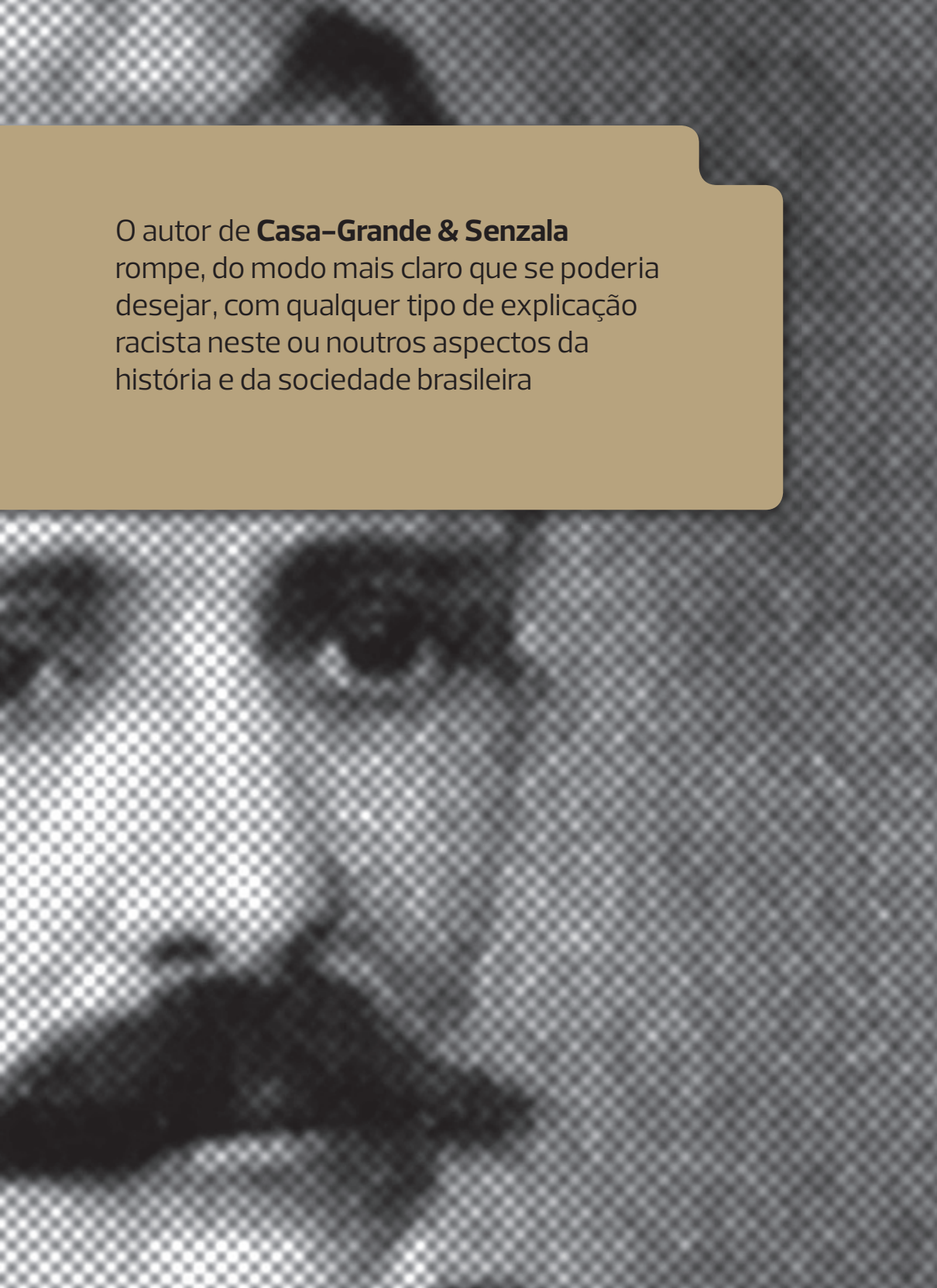
7) O Caheté. Idem.

8) Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco. Idem.

De Nina Rodrigues a Gilberto Freyre: estudos afro-brasileiros (1896-1934)

Roberto Motta





O autor de **Casa-Grande & Senzala** rompe, do modo mais claro que se poderia desejar, com qualquer tipo de explicação racista neste ou noutros aspectos da história e da sociedade brasileira

Nina Rodrigues, médico e professor de Medicina Legal em Salvador, iniciou, sob o patrocínio do positivismo de Augusto Comte e do evolucionismo religioso de Edward Tylor, o estudo dos cultos afro-brasileiros. Publica, em 1896, **O Animismo Fetichista dos Negros Baianos**, por assim dizer em folhetins, isto é, eram oito números da **Revista Brasileira**. O próprio Nina traduziu a obra para o francês, com o título **L'Animisme Fétichiste des Nègres de Bahia**, impressa em Salvador, provavelmente por conta e risco do autor, no ano de 1900. A versão francesa contém vários acréscimos ao original, reproduzidos por Arthur Ramos, organizador criterioso da edição definitiva, há muito tempo esgotada, de 1935.

O livro começa com profissão de fé positivista:

Empenhado em bem precisar a natureza e a forma do sentimento religioso dos negros baianos, procurei estudar os fatos com a máxima isenção e imparcialidade, consumindo tempo e esforço em uma observação que já vai prosseguida atentamente para quase cinco anos. O ânimo estritamente científico em que tinham sido concebidas estas perquirições em busca de uma solução a sério problema de etologia prática, mal comporta a declaração prévia de que nada tiveram ou têm de comum com as controvérsias em que se debatem “os metafísicos da matéria e os do espírito”. Nos domínios do cognoscível, o sentimento religioso é um dado psicológico positivo, que em nada pressupõe as animosidades que se dispensam deístas e ateístas (Rodrigues 1935: 14-5).

A religião africana sobrevive (e prospera) no Brasil, segundo o autor, porque

facilmente se compreende que, de preferência ao culto católico de que nada ou pouco podiam compreender, houvessem os negros de outras nações e procedências adotado (no Brasil) como sua essa religião africana (o Candomblé de origem iorubá), que estava mais ao alcance da sua inteligência rudimentar, e mais de acordo com o seu modo de sentir (Rodrigues 1935:26).

Como se espera em discípulo de Comte e Tylor, o racismo de Nina Rodrigues possui caráter evolucionista. Os africanos se encontrariam em estágio inferior de desenvolvimento, impossível de superar em ciclo histórico a curto prazo. O monoteísmo situa-se além da compreensão dos negros e mesmo dos mulatos. Os mais inteligentes, no máximo, atingem os limites do politeísmo:

É ainda incontestável que para os mais inteligentes, para esses mestiços do espírito senão do corpo daqui ou já vindos de África, a religiosidade atinge as raias do politeísmo (Rodrigues 1935:28).

Em sentido estrito, os africanos e os baianos, seus descendentes, estariam no estágio do animismo difuso, consistindo na

atribuição a cada ser e a cada coisa, de um “double”, fantasma, espírito, alma, independente do corpo onde faz sua residência momentânea (Lefèvre 1892:92, citado em Rodrigues 1935:27-8).

Esse animismo difuso, ou fetichismo, tende a transformar-se, para os negros e mulatos mais inteligentes, em animismo condensado ou politeísmo (Nina parece adotar estes conceitos menos sob a influência direta de Tylor, a que teve acesso em tradução francesa, que do comentador francês André Lefèvre). A substituição do fetichismo pelo politeísmo ficará completa quando os “feiticeiros” (“sorciers”, na versão francesa) fixarem ou assentarem os santos em imagens esculpidas (como as das igrejas católicas), que possuiriam, nos candomblés da Bahia, caráter sobretudo ornamental, de preferência a pedras e pedaços de metal.

Nina Rodrigues não se faz explícito a respeito do tempo necessário para que os africanos e seus descendentes cheguem a estágio mais elevado de mentalidade e religião. Por enquanto, as tentativas de convertê-los ao Cristianismo (ou ao Islamismo) estão inevitavelmente condenadas ao fracasso:

Aqui, na Bahia, como em todas as missões de catequese dos negros na África, sejam elas católicas, protestantes ou maometanas, longe do negro se converter ao catolicismo, é o

catolicismo que recebe a influência do fetichismo, se adapta ao animismo rudimentar do negro que, para torná-lo assimilável, materializa e dá corpo e representação objetiva a todos os mistérios e abstrações monoteístas (Rodrigues 1935:168).

E é nesse mesmo espírito que Nina Rodrigues, depois de examinar o conjunto das práticas *fetichistas* na Bahia, chega à conclusão pessimista do seu livro:

Continuar a afirmar, em face de todos estes documentos, que os negros baianos são católicos e que tem tido êxito à tentativa de conversão, é, portanto, alimentar uma ilusão que pode ser cara aos bons intuitos de quem tinha interesse que as coisas se tivessem passado assim, mas que certamente não está conforme à realidade dos fatos (Rodrigues 1935:199).

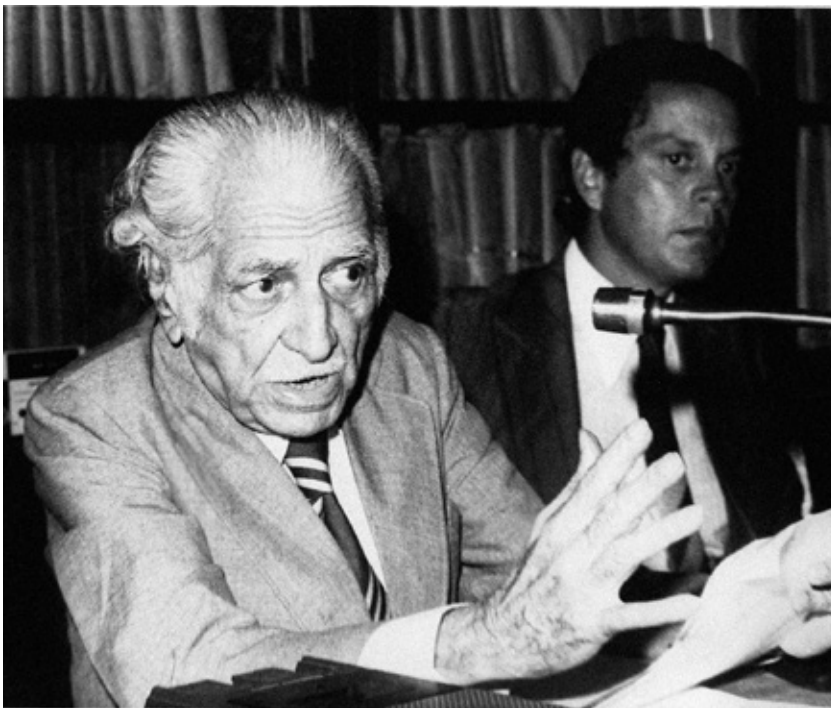
Estudiosos mais recentes têm tomado cuidado em se afastar das posições racistas de Nina Rodrigues, ao mesmo tempo que o elogiam pela descoberta dos terreiros. De fato, o exame de **O Animismo Fetichista dos Negros Baianos** mostra que, das 192 páginas de texto do autor na edição de 1935, 144 voltam-se para a descrição de dados de campo, relativos à teologia, ao ritual, e à organização dos candomblés da Bahia, num ou noutro detalhe sujeitos a caução, porém, no geral, confirmados pelas investigações posteriores.

Nina Rodrigues, em resumo, parte de dois postulados. Adota um esquema evolucionista unilinear, fazendo a cultura depender da raça. Em segundo lugar, supõe no africano incapacidade para assimilar os aspectos mais delicados da teologia e do ritual do Cristianismo (e do Islamismo). Por outro lado, sua cuidadosa descrição do Candomblé faz com que, até o dia de hoje, sua obra seja indispensável aos pesquisadores do assunto.

Enquanto Nina Rodrigues, equipado com a etnologia e a psicologia que pode importar de Paris no *fin-de-siècle*, descobria o Candomblé de Salvador. No Rio, João do Rio, sem fazer mais do que excelente jornalismo, publicava a primeira descrição que se conhece dos cultos africanos da cidade do Rio de Janeiro, onde nenhuma outra investigação sobre o assunto viria a ser completada, pelo menos na mesma proporção, nos cinquenta ou sessenta anos subsequentes ao aparecimento, em 1904, de **As Religiões do Rio**. Salvador, o Recife, São Luiz, Belém e mesmo Porto Alegre parecem ter tido mais sorte nesse aspecto.

Gilberto Freyre tem afirmado que:

A literatura verdadeiramente oral no Brasil não começou antes desse extraordinário escritor ainda subestimado que foi João do Rio, que como repórter, como jornalista, como homem, ao seu modo boêmio, viveu entre a gente mais do povo, não digo do Brasil, mas do Rio de Janeiro, do meio carioca. Viveu entre estivadores; viveu



Gilberto Freyre

entre fumadores da maconha; viveu entre ex-criminosos; viveu entre mestres de tatuagem; viveu entre a gente das religiões afro-brasileiras muito antes de começar o interesse pelo estudo sistemático desses cultos fora da Bahia; impregnou-se de linguagem analfabéticas, linguagem que elevou a um estilo novo no Brasil (Freyre 1978:314).

Exprime-se, ao longo do relato das religiões do Rio, (pretas e brancas, nacionais e estrangeiras) de maneira agradavelmente irreverente, debochada, às vezes, lírica. Depreende-se,

de sua descrição, um modelo implícito da organização interna e do relacionamento dos cultos afro-cariocas com o ambiente social. Os centros de candomblé – onde João do Rio veio a adquirir, especialmente para a época, extraordinário grau de familiaridade – formariam pequenas empresas, capazes de assegurar à demanda muito vasta, oferta de serviços antes mágicos do que religiosos.

Daí a ênfase que atribui à categoria de feitiço *leit-motiv* em suas reportagens. Mas não se trata, em João do Rio, do postulado racista, básico na obra de

Nina Rodrigues, da mentalidade simplistamente primitiva e pré-lógica do negro e do mulato. “Os nossos ascendentes”, escreve João do Rio:

acreditaram no arsenal complicado da magia da idade média, na pompa de uma ciência que levava à força e às fogueiras sábios estranhos, derramando a loucura pelos campos; os nossos avós, portugueses de boa fibra, tremaram diante dos encantamentos e amuletos com que se presenteavam os reis entre diamantes e esmeraldas. Nós continuamos fetiches no fundo, como dizia o filósofo (Rio 1951:34).

A feitiçaria dos candomblés teria origem não menos europeia do que africana:

Mas o que não sabem os que sustentam os feiticéiros, é que a base, o fundo de toda a sua ciência é o livro de São Cipriano. Os maiores alufás, os mais complicados pais-de-santo, têm escondida entre os tiras e a bicharada uma edição nada fantástica do São Cipriano. Enquanto criaturas chorosas esperam os quebrantos e as misturadas fatais, os negros soletram o São Cipriano, à luz dos candeieiros... (Rio 1951:40).

A função primordial do sacrifício também não escapa ao realismo e ao humor de João do Rio:

Cada santo gosta do seu animal. Xangô, por exemplo, come jaboti, galo e

carneiro. Obaluaié, pai da varíola, só gosta de cabrito. Os pais-de-santo são obrigados pela sua qualidade a fazer criação de bichos para vender e tê-los sempre à disposição quando precisam de sacrifício. O jaboti é apenas um bicho que dá felicidade. O sacrifício é simples. Lava-se bem, às vezes até com champanhe, a pedra que tem o santo e põe-se dentro da terrina. O sangue do animal escorre; algumas das partes são levadas para onde o santo diz e o resto a roda come (Rio 1951:21).

Não quero demorar demais em **As Religiões do Rio**. Gostaria de salientar que nenhum especialista de meu conhecimento, além dos capítulos iniciais sobre o “Mundo dos Feitiços” (Rio 1951:11-60), parece ter atentado para o sobre “O Culto do Mar” (Ibidem: 181-7), onde encontramos o relato de uma espécie de presente de lemanjá *avant la lettre*. Note-se o detalhe, provavelmente romanceado, do sacrifício propiciatório:

Para aplacar a deusa do mar, ser impalpável e lindo, os pescadores fazem o sacrifício de um carneiro. Matam o bicho à beira do oceano; o sangue cai numa cova aberta na areia. Depois partem canoas levando pedaços do animal com presentes que deixam cair no fundo da baía com uma oração votiva (Rio 1951:184).

Verifique-se, ainda, a profunda confraternização de valores e senti-

mentos entre gente de diversas origens raciais:

Estive lá nesse dia. A sacerdotisa é uma portuguesa reforçada, que se chama Maria Matos da Silva. Só são permitidos na festa pescadores, e os pescadores vão de toda parte ao culto singular. A casa de Maria da Silva fica mesmo no ponto dos bondes, e nos dias de festa está toda adornada de folhagens e galhardetes. Todos, lavados e de roupas claras, a dona da devoção manda buscar os negros feitiçeiros para preparar os “ebós” e fazer a matança dos animais (Rio 1951:185).

E é em nota de lirismo que João do Rio termina o seu relato:

A Maria, sentada, sorrindo, era indecifrável. E para que decifrá-la? O seu culto era o culto de todas as épocas e de todos os homens. O mar continua a ser o grande mistério. Para os espíritos simples que temem o diabo e guardam na alma crenças acumuladas, só a Lua com a imagem de Nossa Senhora pode explicar a angústia do mar e só as sete cores do arco do céu podem simbolizar o vago mistério da união do oceano e do homem (Rio 1951:187).

Manoel Querino constitui, em mais de um aspecto, exceção entre os autores desta lista. Nunca estudou em faculdade. Não conhecia – tudo indica – línguas ou autores estrangeiros. Presta-se, com mais facilidade que os outros, ao tratamento român-

tico de Jorge Amado em **Tenda dos Milagres** (Amado 1969), que achou conveniente retratá-lo sob os traços de Miguel Archanjo, servente da Faculdade de Medicina da Bahia, onde sempre arranja um jeito de refutar o racismo de um professor pedante: o próprio Nina Rodrigues. Mas há outros ingredientes, além de Querino, na figura do Archanjo. Um deles o babalô Martiniano do Bonfim, sem falar no próprio Amado e talvez outro escritor e antropólogo de orientação oposta à de Nina Rodrigues.

A arte não imitou muito a vida. Querino não era servente, mas professor de desenho e geometria, chegando a autorar livros populares sobre essas matérias. Também se tratava de funcionário público estadual – em cargo hoje equivalente aos de *nível médio* – e de membro regular do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em cuja revista saiu, em primeira edição, a maior parte de seus trabalhos de interesse etnográfico (Aguiar 1955).

Apesar desse quadro altamente convencional – com equivalentes ainda hoje existentes em muitas cidades brasileiras – Manoel Querino não deixa de surpreender. Falecido em 1923 – dez anos antes da revolução, comparável à de Copérnico na Astronomia, que representou a publicação de Casa-Grande & Senzala – ele, quando ainda não se defendia a igualdade racial, insurge-se, e aí se percebe o grito do pequeno-burguês mulato tantas vezes humilhado, contra, em suas palavras:

O modo desdenhoso e injusto por que se procura deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude, como qualidade congênita e não simples condição circunstancial, comum, aliás, a todas as raças não evoluídas. Não. Primitivamente, todos os povos foram passíveis dessa boçalidade e estiveram subjugados à tirania da escravidão, criada pela opressão do forte contra o fraco. Entre nós, o elemento português fez do africano e sua descendência a máquina inconsciente do trabalho, um instrumento de produção, sem retribuir-lhe o esforço, antes torturando-o com toda a sorte de vexames. Quem desconhecerá, por ventura, o prestígio do grande cidadão americano Booker Washington, o educador emérito, o orador consumado, o sábio, o mais genuíno representante da raça negra na União Americana? (Querino 1955: 22).

Mas o seu protesto é ambíguo, parecendo sobretudo situar-se, talvez devido à vaga influência do materialismo histórico, na linha do evolucionismo unilinear a prazo indeterminado, capaz de ser adotado, digamos, mesmo pelos pensadores oficiais da União Sul-Africana. Não é à toa que invoca Booker T. Washington até certo ponto defensor, nos Estados Unidos, de posição análoga.

Querino detém-se em vários aspectos do ritual do Candomblé. Trata — em nível de pura informação — do hagiológico, das técnicas divinatórias, dos ritos de feitiço ou iniciação,

da feitiçaria, das cerimônias fúnebres, da música, dos instrumentos musicais, etc (Querino 1955). Nada diz sobre a organização dos terreiros e sobre sua infraestrutura econômica. Usa um português coloquial e agradável, mas desconhece qualquer princípio de sistematização etnográfica ou antropológica.

Aqueles que apreciam, no dizer de Claude Lévi-Strauss, “a pureza e a vivacidade de uma visão preservada de distorções teóricas” (Lévi-Strauss 1966: 113) haverão de ler os seus trabalhos com prazer. Eu próprio tenho observado que, sem chegar exatamente ao nível de *best seller*, ele é um dos estudiosos preferidos pelos pais-de-santo, os quais, em geral, não afinam muito com as complexidades teóricas de Roger Bastide e seus discípulos.

A obra de Arthur Ramos se divide em duas partes. A primeira antecede **Casa-Grande & Senzala** — publicado em 1933 — e o I Congresso Afro-Brasileiro, realizado em 1934, no Recife, por inspiração de Gilberto Freyre. Está representada em artigos como “Os Horizontes Mythicos do Negro da Bahia” (Ramos, 1932) e mesmo na sua contribuição para o Congresso do Recife: “Os Mythos de Xangô e sua degradação no Brasil” (Ramos, 1935). A segunda parte, incompreensível sem a influência de **Casa-Grande & Senzala** e do Congresso, culmina em **Introdução à Antropologia Brasileira** (Ramos, 1943). O **Negro Brasileiro** (Ramos, 1940) constitui trabalho intermediário. A meu ver, o historia-

dor das ideias no Brasil lucraria com a comparação das duas edições do que se pode talvez dizer que seja o opus magnum do autor.

Para evitar anacronismos, vou de-ter-me exclusivamente na grande temática do primeiro Arthur Ramos: a mitologia dos cultos afro-brasileiros, que submete a prolongado e minucioso escrutínio, durante o qual não se cansa de usar conceitos de Lévy-Bruhl, Freud e Jung — Arthur Ramos parece, aliás, ter sido um dos grandes divulgadores da psicanálise no Brasil (Ramos 1931; 1933a; 1933b; 1934b).

Em **O Negro Brasileiro**, além de abundantes perquirições de caráter teórico, lida, sucessivamente, com “O Cyclo da Mãe: Os Mythos das Águas”; “O Cyclo do Pae: Os Orixás Phallicos”; “O Cyclo do Totemismo”; e “O Cyclo do Eu; O Culto dos Gêmeos” (Ramos 1940: 305-412). Não é esta a ocasião apropriada para análise detalhada de suas conclusões. Mas quero salientar que, se Arthur Ramos também leva em conta alguns dados brasileiros, extraídos de pesquisa de campo sua ou de outros, baseia-se sobretudo nos materiais puramente africanos encontrados em Bowen (1857) e Ellis (1894). A noção de inconsciente coletivo, devida mais a Jung que a Freud, serve para justificar essa estranha metodologia. Por exemplo: “Já os afro-brasileiros não sabem quem é Ododua. Ficou sepultada no inconsciente coletivo, pois pertence a fases primitiva da seriação mítica” (Ramos 1940:305).

Neste, como em muitos outros casos, achou conveniente esclarecer que

Estudando mais profundamente o mito de Iemanjá nas fontes originais, é que vamos encontrar nitidamente os motivos edipianos. Na mitologia iorubá, segundo as observações de A. B. Ellis, Obatalá, o céu, uniu-se a Odudua, a terra, e desta união nasceram Aganju e Iemanjá, respectivamente Terra e Água (Ramos 1940:318).

Mas, se não se toma como postulando a existência do inconsciente coletivo hereditário (e, de qualquer modo, a miscigenação brasileira teria alterado seu substrato original) as especulações mitológicas de Arthur Ramos, por mais engenhosas que possam ser, possuem alcance limitado para o entendimento da religião, do folclore, da realidade concretamente afro-brasileira. Roger Bastide observa que, se comparada aos princípios do ritual e da organização dos grupos de culto de procedência iorubá, fon ou banto, a mitologia oferece resistência bem menor às pressões do ambiente brasileiro (Bastide 1971: 333-58). E René Ribeiro salienta, por exemplo, que o papel da Grande Mãe, Iemanjá, muda drasticamente para adaptar-se ao dogma da virgindade de Maria (Ribeiro 1952:55).

Arthur Ramos não deixa de apresentar certa originalidade. Foi, no Brasil, um dos primeiros a empregar, apesar das restrições que acabo de fazer, esquemas psicanalíticos na interpretação do ritual e do folclo-

re. Daí apresentar alguma afinidade com a corrente da *Cultura e Personalidade* na antropologia norte-americana, embora o exame crítico do livro leve a crer que desconhecesse, ao escrever a primeira e mesmo a segunda versão de **O Negro Brasileiro**, trabalhos como os de Ruth Benedict, Margaret Mead, Edward Sapir e mesmo os do pode-se dizer inglês Bronislaw Malinowski, salvo, quanto a este último, por breves referências em apêndice à segunda edição.

Com Frank Tannenbaum, pode-se dizer que Gilberto Freyre:

Chegou ao ponto de transformar a imagem que o Brasil faz de si próprio. Isso implica em realização monumental. Só em raríssimos casos é que se pode dizer que um só homem, no decorrer de sua própria vida, fosse capaz de mudar a autoimagem de um povo e logo de um país tão grande e tão populoso. A diferença entre o Brasil da década dos vinte e o de hoje é que os brasileiros se descobriram a si próprios (...) **Casa-Grande & Senzala**, publicado em 1933, foi uma revelação para os intelectuais, artistas, romancistas, poetas, músicos e arquitetos do Brasil; (...) somente para dar um exemplo, a Gabriela de Jorge Amado não poderia ter sido escrita antes de **Casa-Grande & Senzala** (Tannenbaum 1963:xi).

A pesquisa detalhada dos xangôs e candomblés não tem — no sentido estrito — constituído o maior interesse etnológico de Gilberto. Em **Casa**

Grande & Senzala, os rituais vêm descritos brevemente e em passant (Freyre 1946:228; 522; 740). Mas o livro representa marco fundamental no estudo das religiões brasileiras de influência africana e nenhum — literalmente nenhum — dos estudiosos que vieram depois dele, brasileiros, europeus ou norte-americanos ficou imune a sua decisiva influência.

Gilberto rompe, do modo mais claro que se poderia desejar, com qualquer tipo de explicação racista, neste ou noutros aspectos da história e da sociedade brasileira. Muitas citações comprovariam a força desse rompimento. Vou limitar-me a dois pequenos trechos de **Casa Grande & Senzala**:

Separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural, aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio (Freyre 1946:18).

Ocupando-se da cristianização do negro no Brasil, Nina Rodrigues se extrema, ao nosso ver, num erro: o de considerar a catequese dos africanos uma ilusão (...) Aliás, o ponto de partida da tese de Nina Rodrigues, consideramo-lo falso: o da incapacidade da raça negra para elevar-se às abstrações do cristianismo. Nina Rodrigues foi dos que acreditaram na lenda

A descoberta desse relacionamento metonímico entre santos de igreja e de terreiros bastaria para fazer de Gilberto o maior divisor de águas dos estudos afro-brasileiros

da inaptidão do negro para todo surto intelectual. E não admitia a possibilidade do negro elevar-se até o catolicismo (Ibidem: 589).

Outro aspecto da influência de Gilberto liga-se à concepção do catolicismo português, ou luso-brasileiro constituindo ele próprio religião que se poderia chamar “paga”, ou de forte “resíduo pagão”, e, portanto, sem ser essas coisas diferente das religiões da própria África:

O resíduo pagão característico trouxera-o de Portugal o colonizador branco no seu cristianismo lírico, festivo, de procissões alegres com as figuras de Baco, Nossa Senhora fugindo para o Egito, Mercúrio, Apolo, o Menino-Deus, os doze Apóstolos, sátiros, ninfas, anjos, patriarcas, reis e imperadores dos ofícios; e só no fim

o Santíssimo Sacramento. Não foram menos faustosas nem menos pagas as grandes procissões do Brasil Colonial. Froger notou na de Corpus Christi, na Bahia, músicos, bailarinos e mascarados em saracoteios lúbricos (Freyre, 1946:436).

Aí se encontra mais do que implícita a ideia de um sincretismo por contiguidade entre o Xangô e o Catolicismo, que se pode também dizer sincretismo horizontal. Os santos (tanto os católicos quanto os originariamente pagãos) encontram-se lado a lado no contexto ritual. Apenas para reforçar o argumento, volto ao texto de Gilberto:

Verificou-se entre nós uma profunda confraternização de valores e sentimentos (...) A religião tornou-se o ponto de encontro e de confraternização entre as duas culturas, a do senhor e a do negro; e nunca uma intransponível e dura barreira (...) A liberdade do escravo de conservar e até de ostentar em festas públicas (...) formas e acesórios de sua mística, de sua cultura fetichista e totêmica, dá bem a ideia do processo de aproximação das duas culturas no Brasil (Freyre, 1946:586-8).

A descoberta desse relacionamento metonímico entre santos de igreja e de terreiros bastaria para fazer de Gilberto o maior divisor de águas dos estudos afro-brasileiros, pois sua abordagem opõe-se totalmente à do teórico — diferente, o teórico, do etnógrafo — Nina Rodri-

gues. Mas, em Sobrados e Mocambos a descoberta da metonímia prolonga-se na da metáfora:

Quando a paisagem social começou a se alterar, entre nós, no sentido das casas-grandes se urbanizarem em sobrados mais requintadamente europeus, com as senzalas reduzidas quase a quartos de criado (...) as aldeias de mocambos, os “quadros”, os cortiços crescendo ao lado dos sobrados, mas quase sem se comunicarem com eles, os xangôs se diferenciando mais do que nos engenhos e fazendas, aquela acomodação quebrou-se e novas relações de subordinação, novas distâncias sociais, começaram a desenvolver-se entre o rico e pobre, entre o branco e a gente de cor, entre a casa grande e a casa pequena. Uma nova relação de poder que continua, entretanto, a ser principalmente o dos senhores, o dos brancos, o dos homens. Maiores antagonismos entre dominadores e dominados (Freyre, 1961: xxi.)

A história do país — econômica, social, política e cultural — determina a direção do sincretismo. Mas não é intenção de Gilberto — nem minha, ao procurar compreendê-lo — dizer que, quando surgem os cultos afro-brasileiros com sua própria organização eclesíastica, a metáfora, na perspectiva histórica ou antes “arqueológica” do Xangô, destruiu-se a camada estratigráfica correspondente à metonímia. Os dois aspectos se interpenetram, como se interpenetram os diversos —

e nem sempre sucessivos — tempos históricos do Brasil.

Com Gilberto Freyre assistimos a mais do que o aparecimento de nova escola de interpretação do Candomblé. Assistimos ao nascimento do Brasil. Nossa civilização chega, em sua obra, ao domínio, ao autoconhecimento, à autoconsciência do que tem de mais íntimo e mais fundamental. Gilberto Freyre se confunde com a história e a cultura do País, no mesmo sentido em que Hegel, vendo Napoleão, afirmava estar diante da História em carne e osso, alma e ato.

A essa conclusão tenho chegado por minhas próprias forças, depois da leitura dos livros de Gilberto. Mas não estou só. Minha posição não difere substancialmente da do Professor Darcy Ribeiro, quando, no prefácio à recente edição venezuelana de **Casa Grande & Senzala**, escreve que

G. F. fundou o Brasil no plano cultural tal como Cervantes o fez com a Espanha, Camões com Portugal, Tolstói com a Rússia (...) Casa Grande & Senzala é uma façanha da cultura brasileira. Depois disso tudo — continua o Professor Darcy Ribeiro — devemos talvez repetir que assim foi vista desde os dias do seu aparecimento. Disso fala muito expressivamente Jorge Amado. Para ele, a chegada de Casa Grande & Senzala foi uma explosão de deslumbramento (Ribeiro, 1977: x).

Gilberto — e aqui minha perspectiva inverte a de Darcy Ribeiro — fun-

da também a antropologia brasileira. Porque houve, no Brasil, antropólogos antes dele e, portanto, não concordo com o Professor Darcy ao dizer que

Nisto reside a grande dívida de Gilberto em relação à antropologia. Ser antropólogo permitiu a Gilberto sair de si sem deixar de ser ele próprio, entrando no couro dos outros e vendo o mundo através de seus olhos (Ribeiro, 1977: x).

Antes, a antropologia é que deve a Gilberto essa tensão dialética entre “eu” e “outro”, na qual antropólogo, cultura e antropologia se sintetizam num só termo, correspondente ao “universal concreto” da filosofia hegeliana da história. Aí sim, volto a estar de acordo com Darcy Ribeiro:

Trata-se de um caso de apropriação do outro em operação parecida à posseção mediúnica. Nessa capacidade mimética de ser muitos, sem deixar de ser ele próprio, é onde assenta o segredo que lhe permitiu escrever **Casa Grande & Senzala**. Através de centenas de páginas, Gilberto é sucessivamente senhorial, branco, cristão, adulto, maduro, sem deixar de ser o oposto, ao vestir-se ou sentir-se escravo, herege, menino, mulher, efeminado. As dualidades não se esgotam aí, mas se estendem às de pai-e-filho, senhor-e-escravo, mulher-e-marido, devoto-e-santo, civilizado-e-selvagem, em que Gilberto Freyre vai se encarnando para mostrar-se pelo direito e pelo avesso, página por página e linha por linha (Ribeiro, 1977: xii).

O I Congresso Afro-Brasileiro de 1934, convocado, dirigido, animado por Gilberto Freyre, encontra seu sentido fundamental na propagação — entre outros estudiosos do país e mesmo do exterior — do *approach* de **Casa Grande & Senzala**. Muitas ideias de Gilberto parecem, por assim dizer, cair no domínio público. A antropologia e a sociologia brasileira, em geral, e os estudos da influência negro-africana, em particular, passam por reviravolta de 180 graus. Mas o Congresso do Recife é ponto de partida, e não de chegada.

Ressalta, da leitura atenta dos anais — que pouquíssimos têm de fato empreendido — certo caráter arcaico em algumas das contribuições, como se **Casa Grande & Senzala** ainda não tivesse sido escrito. Comparemos, por exemplo, “Os Mythos de Xangô e sua degradação no Brasil” (Ramos, 1935) com a **Introdução à Antropologia Brasileira** (Ramos, 1943), do mesmo autor: Arthur Ramos. Comparemos ainda o convencionalíssimo “Situação do Negro no Brasil” (Carneiro, 1935), incluído no primeiro volume dos anais do Congresso do Recife, com os livros que — em notável, porém não necessariamente bem sucedido, esforço de mimetismo e adaptação — Edison Carneiro publicaria, em 1936 e 1937, sobre **Religiões Negras** e **Negros Bantus**, inconcebíveis sem a orientação de **Casa Grande & Senzala** e da visão de cultura e de Brasil inspiradora do I Congresso Afro-Brasileiro.



Apresentação cultural na Praça da República - MARACATU RURAL

Importa pouco, para a validade desta conclusão, que no I Congresso Afro-Brasileiro II, o da Bahia em 1937, os anais revelem o esforço de certos organizadores — sobretudo de Edison Carneiro — em esconderem sua dívida em relação a Gilberto Freyre e que tentassem manobras acrobáticas para reabilitar o pensamento, sem a menor dúvida racista, do velho Nina Rodrigues.

Ficou Gilberto e ficou o Recife. E do povo brasileiro, da sua civilização como que personificada, pode-se dizer, nas palavras de um hino muito antigo, que dispensou o generoso dom da profecia — isto é, da sua própria revelação — ao homem da sua escolha, em que se glorificou. “Nunca surgiu entre nós profeta como ele, nem se contemplou a sua semelhança”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Pinto de. Introdução a Manuel Querino, A Raça Africana e os seus costumes. Salvador: Progresso, 1955, 5-11.
- BASTIDE, Roger. As Religiões Africanas no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1971
- BOWEN, T. J. Central África. Charleston: Southern Baptist Publication Society, 1857
- CARNEIRO, Edison. Situação do Negro no Brasil. Em: Roquette-Pinto e outros. Estudos Afro-Brasileiros. Rio de Janeiro: Ariel, 1935, 237-42.
- _____. Religiões Negras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936
- _____. Negros Bantus. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ELLIS. A. B. The Yoruba-Speaking Peoples of the Slave Coast of West África. London: Chapman & Hall, 1894
- FREYRE, GILBERTO. Casa-Grande & Senzala. 5a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946
- _____. Sobrados e Mocambos. 3a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961
- _____. Intervenção em debate. Em: Gilberto Freyre e Roberto Motta, Trópico & vários assuntos (Anais do Seminário de Tropicologia). Recife: Editora Universitária.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. The Savage Mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.
- RAMOS, Arthur. Estudos de Psychanalyse. Salvador: Livraria Seientifica, 1931
- _____. Freud, Adler, Jung... Rio de Janeiro: Guanabara, 1933
- _____. Psychiatria e Psychanalyse. Rio: Guanabara, 1933b
- _____. O Negro Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934
- _____. Educação e Psychanalyse. São Paulo: Nacional, 1934b
- _____. Os Mythos de Xangô e sua degradação no Brasil. Em: Roquette-Pinto e outros, Estudos Afro-Brasileiros. Rio: Ariel.
- _____. O Negro Brasileiro. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940

_____. Introdução à Antropologia. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1943

RIBEIRO, Darcy. Prólogo a Gilberto Freyre. Em: Casa Grande & Senzala. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977

RIBEIRO, René. Cultos Afro-Brasileiros do Recife. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1952

RIO, João do. As Religiões no Rio. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1904

RODRIGUES, Nina. (1896) O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935



Arquivos públicos em regiões tropicais

Celina do A. P. Moreira Franco

(DIRETORA-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, DO RIO DE JANEIRO, SOCIOLOGA,
CHEFE DO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.)



Dentre todas as atribuições dos arquivos públicos nas regiões tropicais, a que mais exige reflexão no campo técnico-científico é a da conservação do seu patrimônio documental

UM CONCEITO DE TROPICALISMO

Tropicalismo: luso-tropicalismo. Velha antecipação portuguesa da ideia que hoje se aviva entre nórdicos, homens de estudo e homens de ação, quer na Europa, quer nos Estados Unidos, de que o trópico é espaço fisicamente adequado ao desenvolvimento de civilizações predominantemente europeias em suas formas ou equivalentes das europeias, em sua capacidade de desenvolvimento técnico e intelectual. De que do trópico pode a civilização europeia, hoje em crise, assimilar valores de cultura e de raça que a revigorem para, em novas combinações de formas — tanto formas de homens como de convivência humana — e através de novos portadores dessas combinações continuar a ser civilização hibridamente vigorosa, viva e criadora; e não curiosidade de museu.

O texto é de Gilberto Freyre, que, em 1953, depois de percorrer as colônias portuguesas na África e Ásia, publicou conferência pronunciada em Coimbra, intitulada **Em torno de um novo conceito de tropicalismo**.

O conceito de tropicalismo surge em sua obra desde os primeiros artigos produzidos ainda na década de 1920. A preocupação com a preservação do regionalismo e com a manutenção dos princípios mais tradicionais da sociedade brasileira expressam-se sob a forma de reflexões não somente no campo das ciências sociais, mas também através de outras ciências e atividades. Essa preocupação evolui em termos conceituais, adquire uma nova dimensão geográfica e, hoje, institucionaliza-se sob a forma deste Seminário.

Assim, falaremos a seguir sobre os arquivos públicos em regiões tropicais, tema que, de algum modo, responde e se insere naquela preocupação de Gilberto Freyre.

CONCEITO DE ARQUIVOS PÚBLICOS: HISTÓRICO

O conceito de arquivos públicos, analisado atualmente do ponto de vista da técnica arquivística, passa necessariamente pela história da formação do Estado moderno. A conceituação dos arquivos públicos, e, de forma mais precisa, a formação dos arquivos nacionais, acompanha a história dos Estados modernos e permite compreender com mais eficácia as crises e alternativas da sua realidade político-administrativa. Sem dúvida alguma, é possível afirmar que a revolução arquivística iniciada no final do século XVIII e reformulada em meados do século XX, reflete a própria crise do modelo administrativo contemporâneo.

A primeira ideia de arquivo nacional surgiu na Espanha, em meados do século XVI, no reinado de Carlos V. Embora a ideia não se tenha corporificado, cabe o registro de que ela decorreu da dificuldade de se administrar territórios afastados e descontínuos, descobertos a partir da expansão ultramarina europeia.

A institucionalização dos arquivos públicos, no entanto, só adquiriria forma no final do século XVIII, na França. Em plena vigência dos ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade”, a própria Assembleia Nacional



Encontro Nacional de Arquivos

Constituinte criou em 1789, os Arquivos Nacionais da França, para garantir a conservação dos registros do processo de formação de um novo Estado, central e igualitário. Da mesma forma, surgiram os primeiros princípios que norteariam a concepção do sentido público dos arquivos, qual seja: todos os documentos de arquivo produzidos pela administração do Estado, devem ficar centralizados em um único depósito intitulado Arquivos Nacionais. Todo documento produzido pela ad-



ministração pública deve ser de livre acesso do cidadão.

O sentido de nacionalidade e de democracia incorporado na organização dos arquivos públicos nacionais difundiu-se entre os demais países da Europa. A partir da experiência francesa, começaram a constituir-se os depósitos centrais de documentos de arquivos produzidos pela administração dos diferentes Estados europeus. Apesar de atender aos princípios arquivísticos estabelecidos em 1789,

cada nação terminou por definir sua estrutura de arquivo público, observando as diferenciações características de formação histórica e estrutura administrativa específicas. A formação dos arquivos ingleses, entretanto, não obedeceu ao mesmo padrão de centralização verificado na França. Instituído em 1838, o Public Record Office organizou-se em modelo tipicamente descentralizante.

Os arquivos de países que atingiram sua unidade política no final

do século XIX, como a Alemanha e a Itália, tiveram seus depósitos centrais organizados somente a partir do século XX. Assim, a criação do Arquivo da República Federal Alemã (Bundesarchiv) foi profundamente influenciada pela necessidade de reunir uma coleção arquivística que expressasse o conhecimento sobre a unidade alemã.

A primeira tentativa de reformulação da concepção original de arquivos públicos nacionais, nascida da Revolução Francesa, ocorreu logo após a Segunda Guerra Mundial. A preocupação por uma administração mais eficiente, a necessidade de racionalização e controle da informação de grandes massas documentais, o aparecimento de documentos de diferentes suportes e a necessidade de conservar os documentos que sofreram danos causados por destruições, levaram alguns países, e em especial os Estados Unidos, a refletirem sobre uma nova proposta relativa à sua política documental.

Em 1950 instituiu-se nos Estados Unidos a comissão Hoover (Commission on Organization of the Executive Branch of the Government), com a finalidade de desenvolver uma profunda reforma administrativa no âmbito do governo federal. Do ponto de vista da teoria arquivística, introduziram-se conceitos básicos que provocariam profundas alterações na concepção francesa tradicional, cuja preocupação fundamental era a preservação de documentos antigos e de valor histórico. Na reorganização da adminis-

tração norte-americana, com efeito, criou-se um modelo sistêmico que estabelece o controle do documento de arquivo, desde sua produção e seu armazenamento, até a destinação final como documento de valor permanente. O impacto dessa reforma administrativa revolucionou a antiga concepção de documento de arquivo e estabeleceu a teoria das três idades, segundo a qual os arquivos correntes e intermediários passam a ser considerados tão importantes quanto os de valor histórico ou permanente.

A reforma sugerida pela Comissão Hoover provocou efeitos profundos na estrutura administrativa norte-americana e alterou também, de forma substantiva, o papel e a função exercidos pelo seu Arquivo Nacional, criado por Roosevelt em 1934, que passou a ser chamado de Arquivos Nacionais e Serviços de Arquivos Correntes (National Archives and Records Services) -NARS-. Na realidade, essa mudança sugere a adoção de um modelo sistêmico de organização de arquivos, onde se estabelece o conceito de records management, conceito que até hoje não foi traduzido e incorporado pelas línguas de origem latina e significa a gerência de documentos pelo Arquivo Público desde a sua produção até a sua destinação final. Criou-se o Sistema Federal de Arquivos Intermediários, hoje com 11 depósitos espalhados nas diferentes regiões dos Estados Unidos.

Na América Latina, os primeiros arquivos constituídos foram os do

O conceito de arquivos públicos, analisado atualmente do ponto de vista da técnica arquivística, passa necessariamente pela história da formação do Estado moderno

Brasil e os de sedes dos vice-reinados do domínio espanhol, que durante o período colonial conseguiram, ainda que precariamente, reunir e preservar parte do patrimônio documental colonial e metropolitano. Mas tão logo se instalaram os regimes republicanos, teve início o processo de declínio da incipiente política documental. Esses arquivos, criados no século XIX, sofreram influência decisiva do modelo europeu, mais precisamente da estrutura centralizadora e piramidal dos Archives Nationales de France. A proposta de reforma sistêmica instituída pelos arquivos dos Estados Unidos reduz-se, na América Latina, à concepção de arquivos intermediários, que são apenas inseridos na estrutura orgânica dos arquivos nacionais, não alterando substancialmente o modelo preconizado no século XVIII.

No Brasil, o arquivo público de âmbito nacional foi previsto na Constituição Imperial como centro para a guarda de leis. Idealizado no wegBb de afirmação da independência da nacionalidade, o Arquivo Público do Império foi criado em 1838 e transformado durante a República em Arquivo Público Nacional; posteriormente, recebeu a denominação de Arquivo Nacional. Durante muitas décadas, o Arquivo Nacional do Brasil exerceu as funções de recolhimento, guarda, classificação e conservação da documentação produzida pela administração pública, unicamente por força de sua tradição. A racionalização e a modernização administrativa porque passou o País nas últimas décadas, exigiu a especificação das áreas de competência ministerial. Ao retardar por mais de dez anos a formalização de seu espaço institucional no interior da administração pública federal, o Arquivo Nacional enfrenta, atualmente, superposição de atribuições legais distribuídas inadequadamente por outros órgãos da administração pública federal.

Atendendo à necessidade imperiosa de dar amparo legal ao Arquivo Nacional, foi criado em 1978 o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e a Comissão Nacional de Arquivos (CONAR). Os dois instrumentos legais fortaleceram, sem dúvida, as atribuições formais e institucionais do Arquivo Nacional como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos. Tal formalização de um sistema exige necessariamente que seu órgão

central seja legalmente institucionalizado e administrativamente forte. No entanto, a descaracterização do papel do Arquivo Público de âmbito nacional durante 100 anos não afetou apenas a esfera de atuação federal. A negação de papéis e funções irradiou essa descaracterização para todas as outras esferas da administração e do poder público, atingindo os governos estaduais e municipais, gerando um esvaziamento e uma diluição das funções da maioria dos arquivos públicos em nosso País.

ARQUIVOS PÚBLICOS: CONCEPÇÃO ATUAL

Os arquivos podem ser públicos ou privados: os arquivos públicos se definem como conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições governamentais de âmbito federal, estadual e municipal, em decorrência de suas funções administrativas, judiciárias ou legislativas. Já os arquivos privados são os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas e que possuam uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação.

Aos arquivos públicos de uma nação, cabe a preservação de todo o patrimônio documental de seu povo. A eles cabe prioritariamente recolher, classificar, conservar e dar acesso a toda documentação produzida pela administração pública, seja no nível

Os arquivos públicos se definem como conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições governamentais de âmbito federal, estadual e municipal, em decorrência de suas funções administrativas, judiciárias ou legislativas

da competência do governo federal, seja no da estadual ou municipal. Como os arquivos públicos têm suas origens na produção e acumulação de documentos da administração pública, compete exatamente a este poder público o cuidado com os documentos. A gestão dos arquivos públicos, assim, é de competência exclusiva do próprio governo, bem como a conservação dos documentos públicos é tarefa única da autoridade pública.

A organização dos documentos públicos reunidos em uma institui-

ção arquivística define situações distintas de governo. A relação entre o governo e os governados surge nos documentos que tratam dos direitos de propriedade, das obrigações fiscais, nas certidões civis, em suma, reportam-se ao binômio cidadão/Estado — seus direitos e deveres. A ligação do governo como gerente da administração pública aparece em documentos que servem de base para o cumprimento de sua própria atividade: planos, relatórios, processos administrativos, provas legais e financeiras que assegurem a própria coerência e continuidade das decisões políticas. Enfim, a ação do governo como produtor de documentos que abastece o conhecimento, o desenvolvimento da pesquisa científica e o progresso da tecnologia e que garante a todos o livre acesso à informação pública.

No Brasil, o documento de arquivo sempre foi mais valorizado por suas especificações individuais e artísticas do que pelo seu sentido e conteúdo públicos. Recentemente, tem-se desenvolvido um esforço para prestigiar o documento de arquivo público inserido em seu conjunto orgânico e indivisível. A preocupação com a integridade e a indivisibilidade dos conjuntos documentais é, hoje, uma das questões fundamentais a serem discutidas pelos administradores e legisladores, preocupados em definir uma política de preservação do patrimônio documental. Essa preocupação é agravada pela dificuldade

que têm os arquivistas de organizarem os documentos produzidos nos períodos colonial e imperial e que se encontram frequentemente distribuídos por diferentes instituições de modo aleatório.

A dispersão dos conjuntos documentais no Brasil não é somente fruto da ausência de uma política nacional de arquivos que permitiu confundir o público com o privado. É também resultado da ausência de reflexão sobre os moldes de funcionamento do estado no Brasil, em passado recente, ocasião em que a justaposição de poderes e atribuições era frequente pela inexistência de uma configuração jurídico-administrativa dos níveis federal, estadual e municipal.

Algumas situações podem exemplificar essa questão. Até o século XIX, os registros de batismo, casamento e óbito tinham validade como registro civil e eram produzidos pela Igreja. Do ponto de vista estrito da proveniência, tais documentos constituem um acervo privado e, no entanto, não se questiona o seu caráter público probatório. Outro exemplo reside na dificuldade de definir os limites do público e do privado diante da ação simultaneamente pública e privada de um indivíduo no exercício de determinado cargo público. Também as mudanças de situações político-administrativas de uma determinada cidade, município ou região em que estados são divididos ou reunidos, torna complexa a tarefa de delimitar a esfera administrativa

dos arquivos produzidos nessas situações.

Embora indagações como essas persistam e se apresentem como desafios à arquivologia, todo acervo público deve estar apto a:

- 1) recolher a documentação produzida pelo poder público quer na esfera federal, quer nas estadual e municipal;
- 2) armazenar e conservar em condições adequadas a documentação recolhida;
- 3) processar a informação relativa ao acervo documental sob sua guarda; contribuir para a integração da rede do Sistema Nacional, estadual ou municipal de arquivos.

A ARQUIVOS PÚBLICOS E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS

Dentre todas as atribuições dos arquivos públicos nas regiões tropicais, a que mais exige reflexão no campo técnico-científico é a da conservação do seu patrimônio documental.

No entanto, não podemos deixar de nos referir à experiência vivida em países da Europa e da América do Norte. Até meados do nosso século, não havia preocupação com a conservação de documentos nessas regiões. A ausência de insetos predadores e de micro-organismos, além da estabilidade dos níveis de temperatura raramente superiores a 25°C e de umidade relativa quase sempre abaixo de 55% são, sem dúvida, condições ideais para a conservação de um acervo documental. Foi

somente a partir da Segunda Guerra Mundial, em virtude de condições mais acidentais do que climáticas e em função dos graves danos causados por bombardeios, inundações e guarda inadequada de documentos em minas de carvão e sal, que os países de clima temperado passaram a preocupar-se com a conservação do seu acervo.

Nas regiões tropicais, os cuidados com a conservação de documentos devem ser permanentes, contínuos e intensos. Na verdade, alguns autores chegam a afirmar que em países com predominância de clima tropical a questão Arquivística deve ser considerada a partir do problema da conservação. Ao contrário do que ocorre nos arquivos localizados em países de clima predominante temperado, observa-se nas regiões tropicais a multiplicação de insetos predadores e a proliferação de micro-organismos de todos os tipos.

Até o início do século XIX, o papel era produzido com fibras de algodão e linho por processos manuais, o que determinava uma garantia de qualidade e durabilidade do documento. No século XX, o papel passou a ser produzido da fibra da madeira e por processamento mecânico que deixa sobre o papel resíduos químicos provenientes de sua fabricação.

Além de causar a proliferação de elementos biológicos (insetos e micro-organismos), o clima tropical desencadeia também processos



Curso de Arquivo

químicos no papel, que determinam o seu envelhecimento precoce. A associação da umidade com o calor, acrescidos da forte luminosidade, o que é característico das regiões tropicais, quando em contato com o papel produzido da fibra da madeira, gera inevitavelmente a sua destruição. Hoje, não temos dúvida de que os documentos produzidos no século XX estão mais ameaçados de desaparecimento do que aqueles que há mais de quatro séculos registram as formações dos períodos colonial e imperial de nossa história.

Apesar de não termos ainda uma política definida de conservação do patrimônio documental em nosso

país, já é possível definir algumas medidas a serem tomadas em relação à conservação de documentos, a prédios de arquivos e à questão científica já abordada. Os cuidados com a conservação dos documentos devem começar no momento de sua produção, pela escolha correta do papel e da tinta sem acidez a serem empregados. A forma de embalagem e guarda deve evitar o contato com objetos prejudiciais, como adesivos e grampos. A limpeza tampouco deve utilizar substâncias tóxicas ou agressivas ao papel. Essas medidas fazem parte do processo geral de conservação de documentos, que a partir do momento em que são postas

em prática, evitam, a longo prazo, a restauração unitária dos documentos. A restauração de um documento deve ser sempre o último recurso utilizado na preservação porque esta implica sempre em agressão ao documento e riscos a sua integridade. Pouco adianta restaurar um documento sem que existam as condições necessárias a sua conservação.

Medidas relacionadas com a conservação de prédios são das mais controversas. “Da minha parte, nunca me pude entusiasmar por certos edifícios novos e certas casas modernas do Rio e de outras partes do Brasil, com um excesso de vidros — contra a velha tradição moçárabe que a colonização portuguesa nos transmitiu, de muita parede e pouca vidraça — que até de longe doem a vista” (Região, tradição e casa, p. 217). Gilberto Freyre mais uma vez tem razão quando retoma os fundamentos da arquitetura tradicional brasileira herdada dos portugueses. Hoje, está-se construindo em Colônia o mais moderno prédio para abrigar documentos: trata-se dos Arquivos Federais da Alemanha. O prédio do Bundesarchiv tem paredes tão espessas quanto as das fortificações medievais para minimizar as oscilações de temperatura. Ao adaptar o conhecimento adquirido à construção de novos prédios de arquivos, voltamos a Gilberto Freyre e aconselhamos os arquivos a se instalarem em antigos prédios, como conventos, fortes e presídios facil-

mente reformados, visando à boa conservação de documentos.

A moderna arquivística produzida na Europa e Estados Unidos recomenda, em geral, que no interior de prédios de arquivos se devem obter condições climáticas ideais, com a finalidade de controlar as elevações de temperatura, umidade relativa e a luminosidade excessiva, características das regiões tropicais. Já temos hoje conhecimento suficiente (nos países de região tropical) de que esta solução é de elevado custo e que envolve técnicas sofisticadas de implantação, operação e manutenção. Aqui está talvez o grande desafio dos arquivos públicos e privados das regiões tropicais: como adaptar a teoria, a técnica e a prática da conservação de documentos adquirida nos países mais desenvolvidos, localizados em regiões temperadas, com as dificuldades provenientes do clima tropical?

O Arquivo Nacional do Brasil, além de cumprir com as funções de arquivo público em âmbito do poder federal, exerce também a atribuição de órgão central do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. No exercício desta função cabe a ele o estabelecimento de diretrizes e normas capazes de assegurar a homogeneidade da política nacional de arquivos. Como vimos, a conservação de documentos em países tropicais é muito mais do que uma questão científica: é um desafio científico. Um desafio que só poderá ser enfrentado numa ação multidiscipli-

nar, onde se conjuguem esforços de especialistas de arquivo, restauração, arquitetura, engenharia, química, microbiologia e outros.

Nosso esforço inicial foi, desde os primeiros instantes, de montar um laboratório de restauração no Arquivo Nacional. Com o auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq foi possível iniciar a montagem de uma equipe mínima atuando com equipamentos modestos. Embora este trabalho já apresente seus primeiros resultados, ele

ainda não é significativo para dimensionar a questão da conservação de documentos em regiões tropicais. Temos plena consciência de que o prosseguimento desta tarefa de restauração de documentos e de uma política de preservação depende da aceitação pela comunidade científica deste desafio, ou seja, do desenvolvimento de linhas de pesquisa que assegurem as condições para que possamos restaurar os documentos do passado, conservar os do presente e impedir a destruição dos documentos do futuro.

João Fernandes Vieira e o conflito entre a ética protestante e a católica

Gláucio Veiga



Para esse estudo não interessa o modelo de ética dos textos sagrados ou as proclamações pulpítricas, sermonarias e, sim, o modelo eletivo, o modelo ético real das relações entre brasileiros e holandeses



Não havia este século completado o primeiro decênio, quando Alfredo de Carvalho, num dos rasgos geniais de intuição, que lhe era peculiar escrevia que

Quanto às feições políticas e marciais da grande aventura flamenga do sec. XVIII, nada mais resta fazer; está estudada e aclamada em todos os seus episódios bélicos, escaramuças, assédios e batalhas e possuímos copiosas informações sobre todos os atores daquele drama de vinte e quatro anos. Cumpre-nos agora investigar os seus aspectos sociais, tão interessantes quanto instrutivos, examinando os fenômenos resultantes do contato do português católico, patriarcal e monarquista com o holandês protestante, particularista e democrata, sob a influência do meio açucareira.

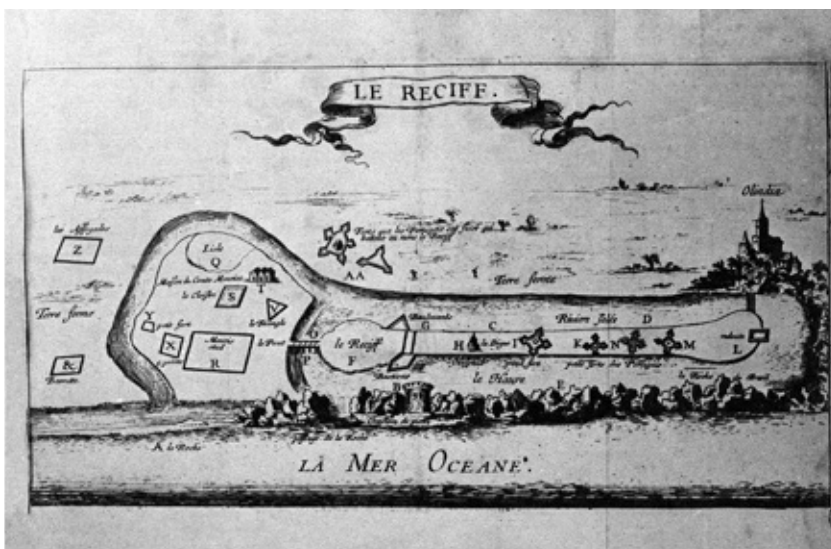
Diríamos, mais ampliadamente, os contatos ou os possíveis conflitos entre a ética católica lusitana e a ética protestante flamenga.

Ainda anda por se escrever toda a sociologia da cultura das inter-relações dos flamengos conosco.

Primeiro, a invasão holandesa jamais foi uma surpresa, pois, os flamengos já conviviam entre nós, desde o findar do século XVI.

Depois, os dois primeiros decênios do século XVII são decênios de crise açucareira e a repercussão econômica ocorrerá, no período holandês.

Além disso, a ética protestante não se radicalizou no viver e conviver da Nova Holanda, nem conflito com a ética católica, salvo na pregação semanal



Mapa Brasil Holandês

dos pastores e não ia além das imagens ser monárias confeitadas a latim dos párcos católicos.

Neste contexto é que vamos analisar a conduta de João Fernandes Vieira, numa abordagem que julgamos pioneira.

Primeiro, a convivência dos portugueses e, depois, dos portugueses brasileiros com os flamengos, antes da invasão batava no período antebellum.

Não nos lembramos quem a época, nos últimos estertores das aventuras holandesas, teria dito, fixando um cânon estratégico ou um princípio geopolítico, como diríamos hoje: “O mar domina o Brasil.”

Quem o disse, porém, tinha exaltada sensibilidade para o presente e para o futuro.

A Portugal do século XV e XVI coube a tarefa de descoberta do Mar Oceano e a integração do Atlântico intercontinental no complexo da economia da Europa Ocidental.

Até então, a Europa vivia em função de mares fechados, o Negro, o Cáspio, o Báltico e o maior de todos, o Mediterrâneo. O Mediterrâneo é o vestibular para a navegação do Mar Oceano.

O grande biógrafo do Mediterrâneo — o quanto e o tanto um acidente geográfico pode ser biografado — Braudel, dirá que no Mediterrâneo os barcos colam-se tanto à costa que poderíamos dizer que tais rotas têm muito de navegação fluvial.

Os opúsculos italianos, de então, intitulados *Arti de navigare* nada mais

são que descrição dos litorais, uma sucessão de discorsi sobre acidentes geográficos litorâneos.

No Mediterrâneo disputam-se cidades. No mar oceano disputam-se nações.

Manuel Nunes Dias, na monografia mais exaustiva, mais erudita e mais, também, penetrante sobre origem do capitalismo lusitano nos ensina “O Mar Oceano tornou-se a grande moldura geográfica do capitalismo português”.

Mas, quando Vieira nasce e emigra para o Brasil, esse capitalismo estava decadente.

Sem burguesia a Coroa Portuguesa, absorvia os lucros das rotas e dissipava-os. O elemento monárquico — a dimensão política — esmagava o capitalismo que é a dimensão econômica; e trágico decreto manuelino, de 5 de dezembro de 1496, expulsando os judeus, muitos dos quais demandavam a Holanda e retornaram através de seus descendentes com a Companhia da índias, como acionistas, soldados e comerciantes, na mais prolongada vingança histórica de todos os tempos; as visitasões do Santo Ofício no Nordeste dispersando os capitais judaicos, já aplicados na agricultura; a, monarquia portuguesa dependente financeiramente dos consórcios alemães, holandeses e italianos, operando sobre vendas antecipadas, sacando a descoberto por conta de futuras entregas de pimenta e outros produtos e pagando juros altíssimos, tudo isto levou à: crise eco-

nômica de Portugal, já patente e bem definida ao término do sec. XVI.

O erro da expulsão dos judeus foi tão fatal à economia portuguesa que, quando o Pe. Antônio Vieira idealizou a formação da Companhia Geral para o Estado do Brasil sugeriu a participação dos capitais israelitas. O Santo Ofício se encrespou, protestou e ameaçou. Mas, diz Boxer, a situação tornou-se tão crítica que o Pe. Antônio Vieira convenceu ao rei marginalizar o Santo Ofício e a Companhia foi incorporada pelo Alvará de 8 de março de 1649. O capital subscrito no valor de 1.255.000 cruzados, grande parte sob a forma de empréstimo compulsório, proveio dos principais negociantes cristãos novos de Lisboa.

Daí porque um historiador da economia advertiria que a empresa capitalista ultramarina dos Avis, se foi uma solução de mal resultado para Portugal, foi sobremaneira fecunda para a Europa do Mar do Norte.

Os financistas holandeses, alemães e italianos foram os “únicos usufrutuários dos extraordinários proveitos oriundos do comércio afro-asiático”.

Os juros que os holandeses acumulavam na agiotagem com a Coroa Portuguesa seriam os fundos originários que, reacumulados, iriam financiar a Companhia das Índias.

A partir da metade do século 16^o, assinala Celso Furtado, a produção portuguesa de açúcar passa a ser, mais e mais, uma empresa em comum com os flamengos.

Encarregavam-se os portugueses da etapa produtiva e os holandeses recolhiam o produto em Lisboa, refinavam-no e comercializavam o açúcar pela Europa, particularmente na área do mar Báltico, a França e a Inglaterra.

Em 1595, existiam na Holanda apenas três ou quatro refinarias de açúcar e, em 1622, o número de refinarias elevava-se a 29, sendo que somente em Amsterdã estavam operando 25 refinarias.

Se a empresa agrícola açucareira, no findar do século XVI e primórdios do século XVII alcança êxito, este êxito se deve aos holandeses, “especializados no comércio intereuropeu único povo que dispunha de suficiente organização comercial para criar um mercado de grandes dimensões para um produto praticamente novo, como era o açúcar”.

Por estas e por outras, não eram os holandeses tão estranhos ao Brasil. Segundo Boxer, as ligações dos holandeses com o Brasil datariam da segunda metade do século 16º “Foi, porém, continua Boxer, durante a trégua da Holanda com Espanha (1609 - 1621) que o tráfico holandês no Brasil e praticamente no Nordeste tomou grande impulso”.

A maneira pela qual se conseguiu chegar a essa invejável situação vem explicada numa representação que a respeito desses negócios fizeram em 1622 os mercadores holandeses aos Estados Gerais. O comércio com o Brasil prosperava sempre graças ao

papel de intermediários desempenhado por muitos bons e honestos portugueses, na sua maioria moradores de Viana e do Porto.

Os quais depois da formal proibição baixada em 1594 contra a participação da Holanda no comércio com a colônia, espontaneamente se ofereceram para continuá-lo, sob a proteção de seus nomes e de sua bandeira. Isso fizeram eles com lealdade e fidelidade exemplares, “tal como se fosse o nosso próprio país e vivessem aqui em nosso meio”. O prefeito de Viana do Castelo, muito particularmente, havia sempre instruído os feitores holandeses do lugar e os seus agentes sobre como poderiam pôr-se de guarda contra os danos causados pelos espanhóis. Em abril de 1621, três dias antes de expirar a trégua, exigia aquela digna autoridade, em proclamação pública, o pagamento de todas as dívidas por saldar com os mercadores holandeses e seus agentes locais, fazendo assim com que muitos neerlandeses recebessem integralmente o que não tinham podido reembolsar no devido tempo legal. Muitos desses “bons e honestos portugueses”, se não a maioria deles, descendiam de cristãos-novos, ou marranos.

Graças a essa cumplicidade oficial dos portugueses na desobediência às leis do rei de Espanha, calculavam os comerciantes holandeses haverem chamado a si a metade, senão dois terços, do comércio marítimo entre o Brasil e a Europa. Ao expirar a

trégua, construíram-se anualmente na Holanda quinze navios para o uso exclusivo desse comércio, ao mesmo tempo que se importavam, via Portugal, 58.000 caixas de açúcar, afora pau-brasil, algodão, couro etc. A maioria desses produtos brasileiros era expedida para Porto e Viana, onde eram mais baixos os impostos de importação e exportação, impostos que eram ainda muitas vezes reduzidos mediante o suborno das autoridades».

José Antônio Gonsalves de Mello pressentiu esses contatos, quando, em 1947, em *Tempo dos Flamengos* já documentava a presença de navios flamengos em Olinda e Recife e de mercadores holandeses detectados pelo Santo Ofício.

Talvez, por não ter maior inclinação e melhor sensibilidade para a história econômica, o eminente historiador não outorgou a esses fatos a dignidade da importância.

Antes da invasão holandesa, antes da chegada de Nassau, já havia um início de integração econômica entre o Nordeste e a Holanda através do açúcar.

Figuras como Gaspar Demere, flamengo que viveu em Portugal em 1588 e que, em 1598, dez anos depois, aportava em Pernambuco, onde comprou o engenho Marapatagipe, reproduzido em desenho por Frans Post.

De Gaspar Demere nos dá boas notícias Evaldo Cabral de Melo⁽²⁾.

Tantos eram os estrangeiros, incluindo flamengos e que a carta régia de Felipe H, de 06 setembro 1617,

mandava retirar do Brasil, que, no ano seguinte, 1618, surgiu o “Memorial de todos os estrangeiros, que vivem nas Capitanias do Rio Grande, Paraíba, Itamaracá, Pernambuco e Bahia dos quais não se pode ter suspeita”. Estrangeiros, portanto, abreviados, abrisleirados, e entre eles, listado como insuspeitíssimo, Gaspar Demere que vivia em Pernambuco, há mais de vinte anos.

Para este aspecto chama a atenção José Antônio Gonsalves de Mello que detectou nas Visitações do Santo Ofício muitos flamengos de nação em Pernambuco. E adianta José Antônio na sua obra estreante, *No Tempo dos Flamengos*: “É um estudo interessante a tentar um pesquisador pachorrento o de reunir dados sobre a capitania de Pernambuco, provenientes de fontes holandesas, anteriores a 1630”.⁽³⁾

Portanto, se bem que superficiais, registravam-se contatos entre flamengos hereges e portugueses brasileiros papistas.

A ÉTICA CALVINISTA

Quem lastrear suas análises da ética protestante ou da ética católica, invocando textos dos doutrinadores e teólogos, arrisca-se a se desespacializar no campo histórico.

As condenações fulminantes, as apóstrofes, quer nos livros, quer nos púlpitos devem ser cotejadas, emparelhadas aos documentos mais espontâneos, ofício, cartas, narrativas de viajantes. Somente na técnica desse contraste, onde a doutrina teológica

O colonialismo luso-espanhol, como aliás todos os colonialismos, construíram uma ética de permissividade, onde todos se absolvem mutuamente

reformada ou católica é um minuído exposto à corrosão do subtraendo dos fatos, revelados nos documentos espontâneos, podemos fixar uma real imagem das relações entre a ética protestante e a católica. E desse contraste, cotejo ou emparelhamento, ressalta uma permissividade, uma aculturação ou se quiserem, mesmo um sincretismo ético que tem passado despercebido.

Em regra, o historiador brasileiro é despedido de formação teológica. Daí porque, ou encontra obstáculos, aparentemente insuperáveis ou escorrega no fofo e cômodo da analogia ou, simplesmente, erra e se desacerta perante os fatos do Brasil Holandês.

De logo, precisa-se dar realce à distinção fundamental, quer na teolo-

gia reformada, quer na católica entre heresia e vício.

Para não alongarmos, lembraremos Vieira, o padre, num dos sermões a Santo Antônio: “Porque os vícios acham-se também nos católicos: as heresias só nos infiéis”.

Os viciosos católicos se socorriam da confissão e absolvição. E saíam limpíssimos, prontos para se reiterarem nos vícios e de novo expurgarem-se catarticamente aos pés do padre que contra prestacionava com as penitências.

Mas, a heresia escapava ao “Absolvo-te” do vigário. A heresia constituía-se uma contestação básica, no crime teológico, por excelência.

Todavia, o casamento de brasileiros com calvinistas oficiado por predicantes da religião reformada, heresia típica frente às disposições do Concílio Tridentino, andou bastante espalhado.

Por tudo isto, não nos interessa o modelo de ética dos textos sagrados ou as proclamações pulpítricas, sermonarias e, sim, o modelo eletivo, o modelo ético real das relações entre brasileiros e holandeses.

Além do mais, não devemos nos esquecer do texto conciliatório do Regimento do Governo das Praças Conquistadas baixado pela Cia. das Índias Ocidentais, datado de 1629 onde se determinava que “fosse respeitada a liberdade dos espanhóis, portugueses e naturais da terra, quer sejam católicos romanos, quer judeus, não podendo ser molestados

ou sujeitos a indagações sem suas consciências ou em suas casas”. Essas liberalidades não cobriam os clérigos. Ao contrário, “todos os jesuítas, tanto padres como frades, quaisquer que sejam a denominação que tenham, serão e ficarão banidos de todos os legares”.

Mas, como se sabe, os holandeses, com restrições, aceitaram a permanência dos padres e frades.

O que se quer destacar com a transcrição do dispositivo do Regimento das Praças Conquistadas é a não ortodoxia do modelo da ética protestante, flexibilizada no Brasil, ao mesmo tempo que a ética católica absorvia, em transação e compromisso, a ética calvinista.

É esta flexibilidade que vai permitir o trânsito fácil de João Fernandes Vieira.

A ética calvinista se concentra no horror e na condenação ao pobre e à pobreza. Longe de ser considerada a pobreza um valor, como o faz a ética católica, o calvinismo enxerga o pauperismo como maldição e castigo divino.

Calvino absorve todas as instituições econômicas da época — o capital, o crédito, o banco, o comércio e as finanças em geral — rompendo violentamente com a tradição católica que censurava todas as preocupações com a riqueza.

Enquanto os teólogos medievais tachavam o lucro de turpe *lucrum* Calvino escrevia a um discípulo: “Por qual motivo a receita, dos negócios

não é melhor qualificada que a receita oriunda da propriedade territorial? De onde vêm os lucros dos comerciantes senão da sua diligência e da sua indústria?”

A ética católica tornou o comerciante o capitalista suspeito ou pelo menos suspeito como pessoa que se enriqueceu com a desgraça do vizinho.

O calvinismo não é inimigo do rico, nem da riqueza. Pecado será o mal-uso dessas riquezas, isto é, a riqueza como ostentação.

Daí as máximas calvinistas por demais conhecidas. A primeira que o tempo é dinheiro, ou seja, o tempo é uma mercadoria como outra qualquer.

Outra máxima é que o crédito é dinheiro. E aqui nos envolvemos com o problema do juro.

Baseada em Aristóteles, que predicava que as coisas mortas não podiam gerar, nem se multiplicar, a Igreja condenava o juro, entre outros motivos, porque o dinheiro não pode gerar o dinheiro.

Calvino colocava-se em posição antípoda: o dinheiro é fértil e reprodutivo. Calvino apenas exigia que os juros cobrados não fossem acima das taxas legais, nem deviam ser exigidas garantias excessivas.

Combate o calvinismo a esmola, ao contrário da ética católica que faz da esmola um elemento de salvação. O cristão verdadeiro, diz Calvino, deve insistir na supressão da mendicância e na exaltação das virtudes da poupança e da indústria.

Enfim, a ética cristã exigia um isolamento do mundo, pois, o mundo era o pecado. A ética calvinista, ao contrário, não procurava a salvação fora do mundo a exemplo da ética cristã, porém, a salvação era obtida dentro do mundo, vivendo no mundo, enfim, a ética calvinista era intramundana, e não extramundana a exemplo da ética cristã.

A doutrina calvinista da predeterminação era compulsória. Os eleitos não se distinguem em nada dos condenados. Mas, a certeza da salvação, a certidão salutis era reconhecida quando o homem tinha êxito: êxito principalmente econômico, boa saúde, filhos, enfim, a felicidade; assim, o Calvinismo cunhou a ética do êxito. Os que venciam na vida, portanto, cumulados com favores por Deus, eram os predestinados e estavam salvos, os electi.

Os outros — principalmente os pobres, os que não tinham filhos e cumulavam outros favores — eram os condenados: não se salvariam.

O calvinismo, portanto, açulava, espicaçava o esforço do homem para o êxito que em análise única e última somente tinha uma finalidade: a dimensão econômica.

Ora, um dos valores, senão o principal, para a salvação seria o trabalho, o trabalho profissional, a vocação de cada um. *Laborare est orare* diziam os puritanos ingleses.

E este afã de trabalho, esta dedicação ao esforço resultaria sempre em lucro monetário.

Como os protestantes não cultuavam os santos, os dias dedicados ao trabalho, afora o repouso semanal, eram integrais.

Chocaram as autoridades holandesas o excessivo número de dias santos e respectivos padroeiros homenageados dentro e fora dos templos com paralização total dos trabalhos e atividades, em Pernambuco.

Aqui, segundo Weber, a raiz da acumulação capitalista: o trabalho como oração. E como iria se conduzir João Fernandes Vieira?

O Governador Jerônimo de Mendonça Furtado em sua famosa Representação alvejou certo a ética de Vieira: “se deixou viver (Vieira) entre os holandeses conformando-se com estes não só nos costumes, mas na lei, faltando as obrigações de cristão, como é notório”.

Aqui devemos fazer uma pausa para melhor colocação do relacionamento entre a ética protestante e a ética católica.

Nos séculos XVI e XVII, quando os mares não estavam definidos, as terras de além-mar eram áreas de permissividade.

Os portugueses já conheciam o cânon que “abaixo do equinócio não havia pecado” E Pascal alarmado com os tratados entre soberanos e as intervenções papais diria: “um meridiano decide sobre a verdade”. Com isto Pascal queria dizer que, “soberanos e povos cristãos haviam chegado a um acordo de considerar como inexistente” para determina-



Medalha do TRP 1



Medalha do TRP 2

dos espaços, a diferença entre a justiça e a injustiça.

Por seu turno, os espanhóis ao se fixarem no Novo Mundo encontraram, “num milagre de lógica” um processo para repudiar as Cartas Régias limita tivesse sua voracidade na escravização dos índios. Ante os decretos majestáticos, quer dos Reis Católicos, quer dos seus sucessores, os espanhóis do Novo Mundo diziam: “Obedecemos, porém, não cumprimos”.

Com isto queremos pontualizar que o colonialismo luso-espanhol, como aliás todos os colonialismos, construíram uma ética de permissividade, onde todos se absolvem mutuamente.

Uma ética sobre três cânones: sob o equívoco não há pecado, a mudança de um meridiano decide sobre a verdade e a justiça e a Carta Régia é obedecida, porém, não cumprida.

Daí porque parece-nos generalizações e extensões perigosas e equívocas julgar-se ou pensar-se que padrões éticos europeus eram rigidamente exportados e absorvidos no Novo Mundo.

E isto vai se acentuar no período holandês, onde calvinistas não foram tão calvinistas, católicos praticavam usura às voltas com os judeus.

Se um outro predicante calvinista aqui na Nova Holanda apresentava-se como modelo de ascese, o restante não passava de gômorreus e sodomitas. De Sodoma, qualificou o Recife Holandês, conhecido pregador calvinista, Vicent Soler. Depois de acentuar que em Pernambuco não havia vestígio de crença em Deus, nem justiça e os vícios formigavam, conclui: il me semble que je suis dans Sodome et encore pis.

As prostitutas do Brasil Holandês — e as mulheres de vida airada foram importadas em grande escala — dei-

xaram quanta fama tanto como as glórias dos soldados da Companhia das Índias ou os feitos dos nossos heróis. Seus nomes e apelidos — nomes de guerra de uma outra guerra menos ou tão áspera — inscreveram-se nos papéis dos arquivos da Holanda. José Antônio Gonsalves de Mello com circumspecção listou, senão as mais célebres, pelo menos as mais celebradas: Cristianazinha Harmens, Ana Lenar, Maria Cabelo de Fogo, Sara Douwaerts e tantas outras — José Antônio anotou umas quinze — como uma famosa senhorita de Leyden, outra alcunhada Chalupa Negra e finalmente a famosa Ana de Ferro.

Vieira, o Pe. Antônio Vieira, definiria o Brasil holandês: “No Recife de Pernambuco que era a Corte do Empório de toda aquela Nova Holanda, havia judeus de Amsterdã, protestantes da Inglaterra, calvinistas da França, luteranos da Alemanha e da Suécia e todas as outras seitas do Norte”. E no exército holandês “estão em maioria os ingleses, escoceses e franceses, aditava Nassau em Carta aos Estados Gerais em 1642”.

Em resumo, os calvinistas daqui não eram os calvinistas de lá. O próprio caráter circunstancial da aventura flamenga, que não pretendeu ir além da atividade pedestre bélico-econômica, compelia a este espírito do descartável, espírito que não foi peculiar aos holandeses do Brasil Holandês, porém, que se repete na aventura do ouro no Oeste Americano, ou na aventura da borracha na Amazônia

do findar do passado século e primórdios deste.

Não ocorreu aos flamengos nenhuma mensagem mística ou mítica entre os navegadores da Companhia das Índias, como ocorreu com os Ibéricos das Grandes Navegações e no sistema colonial subsequente: a dilatação da fé nas terras viciosas.

Assim se explica porque, apesar do aforismo — nos trópicos não há pecado — a longa mão da Inquisição pastora-va eficientemente a ortodoxia da fé, compelindo a eficácia da ética cristã.

Desta forma, quando os holandeses desembarcaram no Recife, as duas éticas — a protestante e a católica — ficaram comprometidas numa ética da aventura, de permissividade de que somente encontraria sanção e controle na própria permissividade.

Ao colonato ibérico, derrotado pelas armas, abandonado e desesperançado só restava a opção de submissão e do acordo.

Os submetidos e acordados — João Fernandes Vieira entre eles — representavam uma linha de racionalidade, de objetividade desconhecida até então em Pernambuco, ainda estruturado numa economia para ou quase feudal.

O Pe. Antônio Vieira não deixou passar em branco a integração dos portugueses dentro do sistema ético religioso dos flamengos, principalmente no capítulo dos casamentos de portugueses com holandeses.

Faça-se pausa para rememorar a dignidade do casamento no século

XVII. O Concílio Tridentino estipulava a disciplina canônica do casamento, elevando-o à altura de um sacramento. E homem e/ou mulher católicos não poderiam, sem arriscar às duras penas no Inferno e as excomunhões, coabitar com luteranos, calvinistas et cetera.

O Pe. Antônio Vieira denunciava que portugueses e portuguesas iam se “acomodando aos costumes e ainda aos ritos holandeses”.

Quando De With, o poderoso Conselheiro da Companhia, rendeu-se inapelavelmente aos encantos de Dona Ana Pais, que, por seu turno, enviuvara do cap. Charles Tournalon em 1644, fevereiro, de With informou ao Alto Conselho que “a sua futura esposa já no tempo do seu anterior casamento (com o cap. Tournalon) tinha demonstrado ser mais favorável à nossa nação (os holandeses) do que aos portugueses”. A informação de De With era de 1645, abril, & que significa que Ana Pais não suportou a solidão da viuvez, além de um ano.

D. Ana Pais foi longe nas suas devoções conjugais: tornou-se calvinista.

Frei Manuel Calado tacha D. Aurea Pais de “mais desenvolta mulher de quantas houve no tempo deste cativoiro, da Capitania de Pernambuco”. Daí porque casando-se “por mão de outro predicante da mesma errônea seita” Calado dirá que D. Ana, amancebou-se.

Queixou-se o frade da concupiscência de “quase vinte mulhe-

res portuguesas que se casaram com os holandeses ou para melhor dizer amancebaram-se, pois se casaram com hereges, e por predicantes hereges”. Ao contrário dos portugueses que segundo Calado sempre foram infensos às mulheres flamengas, as mulheres “das partes do Norte”.

Aqui há um aspecto sexual a discutir: a beleza masculina dos flamengos. O problema gerado pelo apego das mulheres brasileiras – portuguesas aos seus maridos holandeses foi de tal natureza que o art. 5º da rendição dos holandeses em 1654, “consentia aos vassallos dos ditos senhores Estados Gerais casados com mulheres portuguesas ou nascidas na terra, que fossem tratados como se fossem casados com holandesas”.

Precisamos nos demorar sobre o insólito – insolente para a ética católica – do texto do art. 5º de rendição.

Pelo dito art. 5º as mulheres portuguesas e as brasileiras, isto é, as nascidas na terra abdicavam da nacionalidade portuguesa e apostataavam a religião católica.

Em termos da ética católica, essas mulheres renunciavam o sangue da terra e o sangue do Cristo.

O problema foi tão delicado que hoje se sabe que, por muito tempo, o art. 5º permaneceu secreto. Pois, oficialmente, face ao Concílio Tridentino e ao Regime de Padroado, o Rei de Portugal ou seu representante não podia acordar com o dispositivo, sob pena de desabarem sobre as próprias cabeças as excomunhões papais. E

não é só: a condição de se manter o Padroado era se manter o rei de Portugal ardoroso, infatigável e ortodoxo defensor da fé católica.

Mas voltemos aos casamentos. A ética da permissividade instaurada no Brasil Holandês admitia pastores calvinistas e reformados casarem holandeses e brasileiras católicas, bem como à inversa: padres católicos casando brasileiras e holandeses sob protestos dos predicantes calvinistas. E as vezes, também esses padres brasileiros se recusavam a casar brasileiros com estrangeiros (J. A. pág. 246).

Mas, e também, não faltavam eclesiásticos como o vigário Gaspar Ferreira da Paraíba que chamava Nassau de “meu senhor amparo e protetor em todas as ocasiões” o qual, segundo José Antônio Gonsalves de Mello “aceitou determinações do governo holandês que feriam pontos da ortodoxia católica”.

Não só o vigário Gaspar Ferreira – segundo uns inclusive Calado – tão vigário, quanto vigarista – não só o dito vigário turbulava Nassau.

O próprio Calado chamou Nassau de “meu Santo Antônio” em reconhecimento pelas atenções e favores que o Conde lhe dispensava.

Em termos ortodoxos, tais uniões – os casamentos – seriam fornicção, “coitos danados” e seus praticantes devidamente tostados nas fogueiras da Inquisição e, depois, eternamente, lambidos a fogo no inferno. Não deixa de ser aparentada com a ética da permissividade as recomendações de

Nassau em seu testamento político, ao ponderar que “a tolerância e condescendência é mais necessária no Brasil do que a qualquer outro povo que se tenha concedido a liberdade de religião”.

Outro problema teológico – à época era problema teológico – foi o juro extorsivo, enfim a usura.

Repetir não vamos as conhecidas interpretações de Max Weber, Troeltsch, Tawney, Sombart, Pirrene, Seé, Fanfani, Brentano e tantos outros sobre a consequência da usura para a acumulação capitalista.

Há que se distinguir dois momentos exatos, bem definidos, na economia do período holandês: o período inicial do investimento no campo, adquirindo os holandeses inclusive os altos funcionários da Companhia das índias, os engenhos de açúcar, tornando-se assim lavradores; e o segundo período que é a transferência dos interesses desses altos funcionários para a especulação com o açúcar, voltando os engenhos aos brasileiros, quer por arrendamento, quer por compra.

A consolidação da conquista militar, seguiu-se a reestruturação da economia açucareira. Os engenhos confiscados pela Companhia das índias foram adquiridos pelos flamenos. Logo após a rendição do Arraial e da fortaleza de Nazaré “houve por parte dos holandeses uma verdadeira corrida para a obtenção dos engenhos”. O açúcar prometia fortunas. José Antônio Gonsalves de Mello re-

bateu vantajosamente a interpretação de José Honório Rodrigues, neste particular. É que este entendia que o holandês tinha por objetivo “asse-nhorear-se do comércio do açúcar” e não o objetivo de “ocupar-se da produção do açúcar”.

Era a hipótese de José Honório perfeitamente aceitável em termos de parâmetros culturais, se acolhermos, sem mais reserva, o espírito mercantilista e especulativo dos holandeses no sec. 17. °, espírito tão gabado pelos historiadores a exemplo de Sombart, Weber e outros.

Marx largou muita tinta sobre a Holanda no livro I de O Capital, exatamente para apontar os flamengos como campeões do colonialismo. Segundo Marx, a Holanda teria sido o país que desenvolveu plenamente o sistema colonial e já havia alcançado, em 1648, o apogeu de sua grandeza mercantil.

Os desdobramentos da análise efetivada, posteriormente, pelo maior historiador do Capitalismo, Werner Sombart, conduziram à fixação do tipo ou do modelo do empresário holandês, no século 17. A cada passo Sombart na monumental O Capitalismo Moderno invoca a epigrama de Goethe. Krieg, Handel und Piraterie Drèieinig sie zu trennen.

“A guerra, o Comércio e a pirataria formam uma trindade individual”.

O capitalismo holandês que desembarca no Pau Amarelo é exatamente tudo isto e, a um só tempo: guerreiro, comerciante e pirata.

Era o espírito guerreiro, depredador que presidiu todas as relações entre a Holanda e o ultramar.

Sombart quantifica estatísticas alucinantes sobre, por exemplo, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais: esta teria dispendido em 1623 e 1636, quatro milhões e quinhentas mil libras, para equipar 800 navios. Todavia, apoderou-se de 540 navios cujos carregamentos valiam cerca de seis milhões de libras; e a esta cifra devem ser acostadas três milhões de libras resultantes de pilhagem e saque nas áreas portuguesas.

Sombart, na monografia *Burguês* dizia que se pudesse reproduzir e alinhar os retratos dos governadores comandantes da Companhia Holandesa das Índias, todos observariam que tais governadores longe de se assemelharem a vulgares, rotineiros e bem-postos comerciantes, ao contrário, representam o tipo de guerreiro duro e empreendedor.

E sobre as violências, matanças dos holandeses nos séculos 17 e 18, já Marx as anotava como características fundamentais do capitalismo mercantilista.

Pois bem, este desvio que fizemos objetivou situar João Fernandes Vieira em sua época. Mas, Fernandes Vieira não foi homem de um sistema capitalista ou se quiserem rigorismos de exatidão, não foi homem vinculado a um sistema pré-capitalista — o holandês — que acabamos de conotar.

Possível nascido em 1610, Vieira chegaria a Pernambuco com 10 ou



Mauricio de Nassau

11 anos, ou seja, em 1621. Então, em 1630, quando os flamengos desembarcaram em Pernambuco, Vieira arredondava 20 anos. Aqui enfrenta o batavo na épica resistência do Forte de São Jorge. Apesar de bem jovem, já era apatacado e tinha dois criados a seu serviço.

Comerciante de certo destaque, continuaria urbanizado juntamente com outros portugueses e judeus. A mais antiga referência a Vieira, informa o sempre minudente José Antônio Gonsalves de Mello, ocorreria num documento de 1637 — Vieira estaria entrado nos 27 anos — onde ao lado de cristãos-novos e outros comerciantes assina memorial ao Conde de Nassau reclamando as promessas da Companhia das Índias, prometido que não estava sendo cumprido. É que confor-

me consta no memorial, a Companhia das Índias prometera que

Continuaríamos a desfrutar dos nossos direitos, deixando-nos gozar de todos os privilégios e liberdades que tínhamos conseguido sob a coroa da Espanha; e mais uma outra vez nos foi dito que teríamos maiores liberdades, não só em privilégio de justiça e de religião, como no desenvolvimento dos nossos negócios e capitais.

Aí temos Vieira tentando se encartar no sistema capitalista colonial holandês.

Mas, Vieira fora formado noutro pré-capitalismo antípoda e oposto ao pré-capitalismo flamengo: queremos nos referir ao capitalismo monárquico português manuelino, um capitalismo católico. Chegamos ao ponto da difícil e tortuosa convivência de Vieira com os flamengos.

Em 1630, porém, se não erarico, “gozava ele de situação econômica mediana, pois tinha a seu serviço dois criados”, informa José Antônio Gonsalves de Mello. Durante a resistência do Arraial Velho, Vieira teria suprido “com sua própria fazenda por várias vezes em muitas ocasiões em que houve falta na de sua Majestade, de que se lhe está devendo grande quantia de dinheiro”.

Portanto, no início da Guerra Holandesa, Vieira já aparece como credor de sua Majestade. Pelo menos, ele o alegou posteriormente. Quando ocorreu a rendição do Arraial e os holan-

deses exigiram resgate, Vieira resgatou a si e aos seus dois criados.

Tudo isto revela que Vieira estava mais próximo da classificação de homem rico que propriamente um homem de posses medianas.

Foi no cerco e rendição do Arraial que Vieira contactou com Jacob Stachouwer. E o início dessas relações foi denunciado numa carta libelo do coronel Arcisrewski aos diretores da Companhia das Índias: o dinheiro do resgate não fora repartido entre os soldados, como deveria ter sido em decorrência da lei de guerra, porém, entre os Conselheiros da Companhia no Recife, Stachouwer à frente. Acusava também o coronel mercenário holandês a Stachouwer de haver extraviado a fortuna pertencente a Pantaleão Monteiro, ricoço português a quem Vieira estaria servindo como administrador. Vieira denunciou o esconderijo dos haveres de Pantaleão Monteiro e de outros portugueses a Stachouwer. Aqui inicia-se a confiança recíproca entre Vieira e Stachouwer e através deste com os dirigentes locais holandeses. E também a partir deste momento Vieira irá se adaptando, como pode à ética calvinista.

As fontes para levantarmos a ética de Vieira não são muitas e algumas suspeitas. A principal porém é o seu testamento.

Induvidoso que João Fernandes Vieira captou a confiança de Stachouwer através de denúncias e delações. Di-lo seu maior biógrafo, José Antônio Gonsalves de Mello:

O que de início não passou de prestação de serviços a um particular — depois seu associado nos negócios — veio a ser mais tarde, verdadeira colaboração com os dominadores, o que explica a animosidade que contra ele manifestaram muitos dos que, ao seu lado, se empenharam na campanha da restauração⁽⁴⁾.

De Stachouwer foi Vieira criado, feitor e depois procurador. Uma ascensão social única no Brasil Holandês. Dois homens no Brasil Holandês tinham acesso a Nassau: Gaspar Dias Ferreira e Vieira. E quanto à identificação total dos dois com os holandeses não o negou Calado⁽⁵⁾.

Segundo Calado, Vieira era “homem bem inclinado e amigo de todos e que acabava com os holandeses muitas cousas por árduas e difíceis que fosse.”

Precisamos esclarecer a expressão de Calado, “homem bem inclinado”. No significado clássico e figurado, inclinado significa propenso, disposto, afeiçoado. Portanto, Vieira era homem afeiçoado, propenso aos holandeses. E o advérbio “bem” enfatiza o grau dessa inclinação. Por outras palavras, a ética cristã de Vieira que devia ser vertical, agora, inclinava-se, pendia para a ética reformada flamenga.

E no testamento Vieira confirmou essa inclinação ao reconhecer a “apertada amizade” que o uniu a Stachouwer. E “apertada” aqui vai no significado de tornar mais íntimo.⁽⁶⁾

Esta “apertada amizade” que foi o canal de ascensão para o Príncipe e para o Conselho isolou Vieira de seus compatriotas. Tanto assim que em 1658, quando ocorreram as prisões dos senhores de engenho, suspeitados de manter correspondência com as autoridades baianas a acoitar os “campanhistas” que dizimavam os canaviais, o nome de Vieira não aparece. Explica o seu biógrafo máximo:

O nome de João Fernandes Vieira não está entre um dos suspeitos. Estava ele então voltado de todo para os negócios, muito empenhado em fazer fortuna para se inimizar com os holandeses, muito embora não tivesse deixado de interferir pelos seus conterrâneos.⁽⁷⁾

Em 1639, Vieira torna-se escabino de Olinda e em 1640 representava os portugueses na assembleia convocada por Nassau em 4 de setembro do mesmo ano para tratar de “cousas que são necessárias ao bem público e à direção do Governo”. Bem verdade que nessa representação somavam-se mais três senhores de engenho.

Neste meto de tempo, Vieira arrematava dízzimos e empreitava obras para a Companhia das Índias, como a empreitada da construção de “passos” de açúcar.

Quando em 1641, o Conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais resolveu apertar seus devedores, Vieira, como devedor maior, compareceu ao Conselho e fez brilhante justificação oral — a defesa

foi proferida já em 1642 — e os Conselheiros e Nassau acolheram os argumentos principalmente pelo fato de ser “o dito João Fernandes Vieira uma pessoa que tem prestado serviços notáveis (merckely-cken dienst) ao progresso da conquista da Companhia que em todas as oportunidades muito tem merecido dele”.

Neste entreato, Vieira banque-teava os holandeses. Nassau, talvez, tivesse se sentado à sua mesa. Mas, fora de dúvida que nela se abançavam os membros do Conselho e senhores de engenho por sinal grandes devedores da Companhia, como Jorge Homem Pinto. Seja como for, Nassau ao retornar à Holanda sujeita a promulgação no Brasil de *leges sumptuariae*, leis suntuárias, “para pôr cobro no grande luxo (tanto de roupas, quanto de joias e como de banquetes e repastos dispendiosos, a que muitas pessoas se impelem reciprocamente)”. Ao redigir esta advertência, sem dúvida, Nassau alvejava Vieira e seus bródios, comes e bebes, denunciados em panfletos holandeses da época, como a Bolsa do Brasil, em 1647.

Estava, portanto, Vieira inclinado, repita-se a adjetivação de Calado, aos flamengos, o que significa dizer à ética protestante e abdicando da ética católica.

Vestibulando a morte, diria no testamento que “no decurso de oito a nove anos para remir a vida deu a todos os Governadores e Ministros holandeses, presentes, propinas e gran-

da acusação de espionagem em favor dos portugueses.

Em 1645, o Conselho de Pernambuco em carta ao Supremo Conselho de XIX já colocava Vieira como cabeça do movimento restaurador.

Em maio de 1645, tinha ocorrido a denúncia da famosa carta anônima Plus Ultra; sugeria-se a prisão de Vieira. A 13 de janeiro de 1647, Sebastião de Carvalho declarava em confissão que o movimento restauradoreiro comandado por Vieira.

O resto já é por demais conhecido. João Fernandes Vieira será o grande capitão na expulsão dos holandeses. Reintegrava-se na ética católica, na ortodoxia, proclamando-se general da “Divina Liberdade”.

No seu testamento apontou como primeiro testamenteiro sua mulher D. Maria César a quem cometeu a tarefa de manter “a boa opinião da minha fama para com o mundo”.

Há 300 anos, a 10 de janeiro de 1681, finava-se em Olinda João Fernandes Vieira, mestre de campo do Terço da Infantaria de Pernambuco, Governador da Divina Liberdade, Governador do Reino de Angola, Superintendente das Fortificações de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, Titular do Há-

bito de Cristo e Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Muita cousa para quem começou de açougueiro.

“A boa opinião de minha fama” — eis a última preocupação de quem intimamente se sentia culpado pela heresia interina, nos tempos flamenegos, preocupação que é massacradamente um remorso por não ter resistido mais bravamente às ordens dos hereges holandeses. Ao contrário, arriscando-se ao fogo eterno em intimidades com os calvinistas da Companhia das Índias e uma “aper-tada amizade” com Stachouwer.

Não queria estar bem tão só com Deus, porém e também com os seus contrerrâneos, coetâneos, contemporâneos e com as gerações futuras. Daí exigir dos testamenteiros esforços para a manutenção da “boa opinião da minha faina para com o mundo”.

Corridos 300 anos, ainda estamos aqui debatendo essa “boa fama” do Mestre de Campo João Fernandes Vieira, a “boa fama para com o mundo”.

Então perguntaríamos: para que maior prova da grandeza de Vieira se não esta: estarmos aqui neste local, bem pertinho onde foi a primeira residência de Nassau, a questionar, três séculos já passados, sua “boa fama para com o mundo?”

NOTAS

⁽¹⁾ Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 1908. vol. 13, págs. 655-65.

⁽²⁾ MELO, Evaldo Cabral do. Olinda Restaurada. Rio de Janeiro: Editora forense - Universitária, p. 314.

⁽³⁾ MELLO, José Antônio Gonsalves de. No Tempo dos Flamengos. Recife: Secretaria de Educação, 1978, p. 37.

⁽⁴⁾ _____. João Fernandes Vieira, 1956, vol. I, p. 37.


⁽⁵⁾ CALADO, Frei Manoel. O Recife, 1942, vol I, p. 12; “Outro homem que

em Pernambuco achei encontrado com este (Gaspar Bias Ferreira) nos costumes, se chamava João Fernandes Vieira”

⁽⁶⁾ Apertar, como se sabe, tem plural valente significação Cf. Dicionário da Academia de Lisboa.

⁽⁷⁾ José Antônio Gonsalves da Mello. João Fernandes Vieira, vol. I, p. 48.

⁽⁸⁾ José Antônio Gonsalves de Mello. João Fernandes Vieira, vol. I, p. 67.



O pensamento político e jurídico no Brasil nas primeiras décadas do século xx

Nelson Saldanha



O começo do século, já sob a constituição republicana, correspondeu não só ao desdobramento da exegese da carta de 1891, mas também à retomada dos trabalhos para o Código Civil e a um novo impulso no pensamento jurídico geral

Como em toda a parte, o século vinte no Brasil se iniciou como um desaguadouro das heranças do dezenove: processos sociais e culturais, ideias torneadas ou mantidas, instituições em crise, ideais contrastantes. Ecos e influências que vinham de um século difícil e fecundo (o dezenove) e em face das quais o Brasil começava a ter uma atitude menos passiva. Assim a herança filosófica, que no Nordeste tinha sido marcante com a *Escola do Recife* — mais ou menos entre 1870 e 1910 —, e que no sul tinha girado mais em torno do positivismo, a herança filosófica se desdobrou nas primeiras décadas do século vinte em um variado leque de concepções, que incluíam o neotomismo e o evolucionismo, e também a figura de Farias Brito. Assim a sociologia, que penetrara no país dentro do legado positivista, neste século produziu inclusive a obra de Oliveira Vianna, substancial e cheia de diferentes aspectos.

O pensamento político trazia, do século anterior, alguns temas basilares. A *pregação republicana* havia posto em debate a questão das formas de *governo*, e a opção pela República tinha sido, ao menos formalmente, uma opção liberal. O dualismo conservadorismo/liberalismo, que no Império teve nuances e ambiguidades, pareceu ser nas vésperas da República um contraste entre arcaísmo e progresso. Por sua vez, a campanha abolicionista, além do plano retórico e do humanitário, revelou ao país questões econômicas e sociais bastante objetivas, como a da imigração e a das técnicas agrícolas.

O debate oitocentista sobre o socialismo, instaurado em Pernambuco por Abreu e Lima e outros, transformou-se nas primeiras décadas do noventa na questão social, referida na famosa conferência de Rui Barbosa, em 1919, e

nas páginas de autores conspícuos e eufemísticos como Viveiros de Castro. Em 1922, fundava-se o Partido Comunista; em 1933, Pontes de Miranda escrevia sobre anarquismo e socialismo.

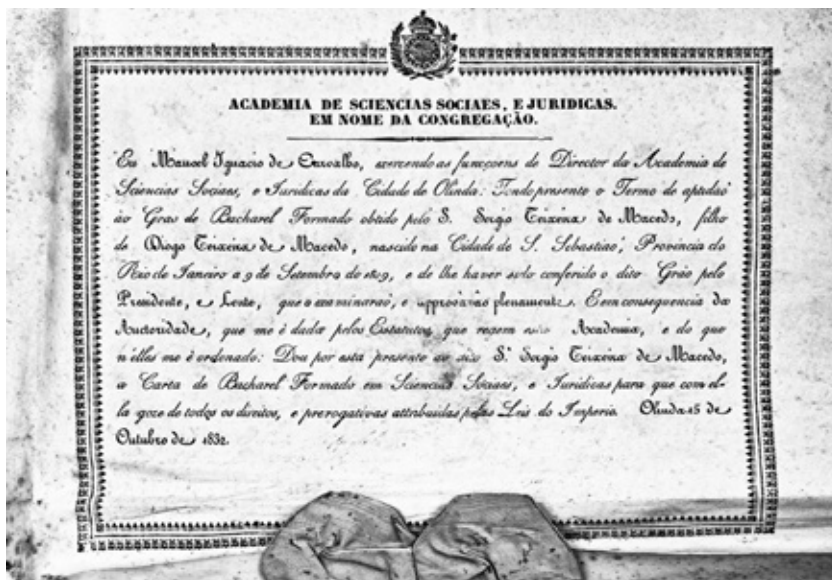
Enquanto isso a evolução da experiência constitucional desenvolvera no País, com perceptível continuidade, um pensamento político-jurídico em que se encontram momentos inegavelmente expressivos. O século dezanove tinha tido dois fundamentais pontos de referência, as constituições de 1824 e de 1891. Em uma, o sincretismo entre o liberalismo europeu (principalmente na versão francesa pós-bonapartista) e o absolutismo monárquico; na outra, a fusão de criações norte-americanas (notadamente o presidencialismo e o federalismo) com um modelo geral ainda francês. A constituição de 1891 passou ao século vinte criticada pelos últimos defensores da monarquia — inclusive com a divulgação da Década Republicana — e pelos que queriam atingir Rui Barbosa, entre estes Oliveira Vianna com o seu entre lúcido e equivocado Ocaso do Império. Oliveira Vianna por sua vez provinha, como se sabe, dos rígidos ensinamentos de Alberto Torres, que esposava um nacionalismo desdobrado em uma teoria organicista da nação e um programa de fortalecimento do Estado — componentes óbvios do ideário autoritarista que dominaria o País nos anos 30⁽¹⁾.

Do ponto de vista da cultura política (e jurídica), é válido assinalar com Gilberto Freyre que o advento do sé-

culo vinte correspondeu ao trânsito de leituras quase exclusivamente francesas para autores também de língua inglesa: terá sido a geração de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco a que viveu esta passagem⁽²⁾. Vale também anotar que a segunda metade do século dezanove produziu alguns estudos bastante metódicos em direito público, cabendo indicar, dentre eles, os que se escreveram em torno do debate sobre o poder moderador⁽³⁾.

O problema da Reforma Constitucional de 1926 ensejaria alguns livros significativos⁽⁴⁾, em meio a um clima crescentemente denso que entraria em ignição com a Revolução de 1930. O nacionalismo, alimentado literariamente com os regionalismos e os modernismos que vinham da década 20, e que se fortalecia com o eco dos nacionalismos europeus do tempo (Maurras e Barres, o fascismo e o nazismo), se apresentou sob a forma do integralismo, arregimentando já uma praxis específica e envolvendo em seus quadros grandes figuras⁽⁵⁾.

As décadas 20 e 30 constituem de fato, historicamente, um período notavelmente fértil para os debates, tanto os decididamente partidários e polêmicos, quanto os academicamente organizados. Nessa fase, reestudam-se os grandes temas, por exemplo o federalismo (trabalhos de Levi Carneiro e Sampaio Dória), o poder judiciário (novamente Levi Carneiro, bem como Moniz Sodré e outros), a democracia (livros de João Arruda, Sampaio Dória e José Maria Bello) e muito ca-



Diploma de Bacharel em Direito da Faculdade de Direito do Recife

racteristicamente a alternativa parlamentarismo-presidencialismo. Sobre esta, ou sobre um dos dois termos, escreveriam entre outros Aníbal Freire, Aurelino Leal, José Augusto, Medeiros e Albuquerque⁽⁶⁾.

A implantação do chamado Estado Novo, modelado segundo os exemplos europeus — as ditaduras dos anos 30 —, começou com a revolução de 1930, que por sua vez pressupôs, como é óbvio, tendências ideológicas anteriores⁽⁷⁾. Evidentemente não se tratava de uma criação original: adaptava-se ao País, isto é, aos grupos então dominantes, um molde que na Itália e na Alemanha se tornara prestigioso. Na Itália e na Alemanha, mas sem deixar de incluir

traços do regime soviético (também uma ditadura monopartidária), que se distinguia pelas implicações doutrinárias.

Amadeu Amaral foi dos primeiros a diferenciar, e com estilo, entre totalitarismo e autoritarismo, explicando em função deste o caso brasileiro. O momento era altamente político: poderíamos invocar sem despropósito os conceitos de Carl Schmitt — justamente um grande autor da época — para qualificar a politicidade das decisões e das polarizações de então. Grandes escritores se envolveram na reflexão sobre o contexto que se atravessava: Octávio de Faria, Menotti del Picchia. A análise do novo Estado implicou em estudos comparativos,



Palácio da Justiça

como os que elaborou Victor Viana, e em exames sociológico-políticos como os feitos por Monte Arraes. Vários problemas de Direito Público foram retomados, assim o tema de representação em geral (Almeida Moura escreveria, em 1937, sobre a representação profissional) ou o dos partidos, estudados por Alfredo Cecílio Lopes e pelo sempre profícuo Oliveira Viana. Posteriormente e em outro clima, Afonso Arinos reveria o tema.

As constituições de 1934 e 1937 ofereceram assunto para diversos estudos. A primeira, em cuja elaboração costuma apontar-se a influência da organização constitucional alemã de 1918 (a constituição “de Weimar”), consagrava algumas conquistas valiosas em diversos setores; entretanto, não chegou a ser inteiramente aplicada⁽⁸⁾. A segunda, viciada no plano jurídico por uma exigência formal jamais cumprida – a do ple-

biscito previsto em seu próprio texto –, correspondeu, entretanto, como estrutura normativa, à realidade histórica vivida pelo país entre 1937 e 1945: a ditadura pessoal de Vargas dentro de um ordenamento autoritarista e oligárquico⁽⁹⁾.

Vale registrar o aparecimento, referente à carta de 1934, dos vastos **Comentários** de Pontes de Miranda, com os quais o grande pensador e jurista começou o seu ciclo que acompanharia, depois, as constituições de 1946 e 1967/69.

A cultura jurídica brasileira, herdeira de uma relevante tradição lusitana – o citado Pontes de Miranda valorizava muito os praxistas portugueses –, construiu-se durante o século dezenove através de uma série de produções dignas de nota. Nos meados do século, temos, sobretudo, a obra de Pimenta Bueno, grande constitucionalista, a de Teixeira de Freitas,

civilista de alto nível, que, entre outras coisas, redigiu a célebre Consolidação das Leis Civis e o Esboço do Código Civil, e a do processualista Paula Batista. Na geração seguinte, valeria apontar, entre outros, o Conselheiro Ribas, e com ele seus contemporâneos Lafayette e Tobias Barreto.

O começo do século, já sob a constituição republicana, correspondeu não só ao desdobramento da exegese da carta de 1891 (com os relevantes nomes de Barbalho, Maximiliano e Felisbelo Freire), mas também à retomada dos trabalhos para o Código Civil — que somente seria posto em vigor em 1916 — e a um novo impulso no pensamento jurídico geral, inclusive com os paulistas Pedro Lessa e João Mendes Júnior. As influências doutrinárias europeias, entrecruzadas, continuaram seu trabalho de fecundar nossa cultura jurídica: principalmente fontes alemãs, francesas e italianas.

Com tais fontes se compreende o embasamento da obra dos grandes privatistas das primeiras décadas, centralmente Clovis Beviláqua, Eduardo Espínola e Lacerda de Almeida. O Direito Civil Brasileiro, discutido desde os tempos de Nabuco a propósito da elaboração do Código, parecia cumprir a imagem evolutiva enunciada por tantos autores do século dezenove, inclusive Cogliolo: toda nação tem de chegar a codificar

o seu direito, como um imperativo histórico. Permanecia, neste período, uma alternativa muito própria da cultura nacional desde o oitocentos: uma linha de especialistas, debruçados exclusivamente sobre o direito — mormente o direito positivo —, e outra que se diria de generalistas (ou de interdisciplinares), conjugando os estudos jurídicos com subsídios sociológicos, incursões na história e na filosofia. Esta alternativa, complicada pelas implicações políticas do trabalho jurídico, foi vivida pela geração seguinte — a de Santiago Dantas, Orlando Gomes e outros. É também, grosso modo, ainda a geração de Pontes de Miranda, cujo vasto e complexo labor veio prosseguindo até a década 70; de certo modo, entram nela como um segmento os coetâneos de Miguel Reale, este com longo percurso e brilhante variedade de facies. As mesmas perplexidades e quase as mesmas alternativas acompanham, como se vê, a reflexão política e o pensamento jurídico nacional, através das trabalhosas décadas que conduzem a trajetória nacional até o Estado Novo. Democracia ou autoritarismo, liberalismo ou ditadura, conservadorismo ou modernização, ortodoxia ou questionamento crítico: em torno de tais e quais opções, vividas dentro do contexto social em cada fase, perfaz o espírito nacional um complicado caminho.

NOTAS

⁽¹⁾ Cf. Barbosa Lima Sobrinho. Presença de Alberto Torres: sua vida e seu pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Cumpre recordar o autoritarismo de Alfredo Varela, grande jurista, que por caminhos diversos formulou concepções comparáveis (cf. Direito Constitucional Brasileiro: reforma das instituições nacionais, 2ª ed., Garnier, Rio de Janeiro 1902

⁽²⁾ Para a referência a Gilberto Freyre, cf. Ordem e Progresso, 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1962, tomo I, pág. 143

⁽³⁾ Ver nosso estudo A teoria do poder moderador e as origens do Direito Público Brasileiro, em Revista Trimestral de Jurisprudência (ed. Vellenich, S. Paulo), ano 13, vol. 63, abril de 1989. Cf. também nossa História das Ideias Políticas no Brasil (ed. UFPE, Recife, 1968), cap. XVI

⁽⁴⁾ Sobre a Revolução de 1930, é hoje fundamental a obra de José Octávio de A. Mello, A Revolução Estatizada. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1984.

⁽⁵⁾ Neste passo caberia abrir mais alguns tópicos com referência ao integralismo, este com coordenadas que se ligaram ao nacionalismo pós-romântico, inclusive ao legado de Euclides

da Cunha, bem como à filosofia católica do tipo de Jackson de Figueiredo. Caberia também aludir ao socialismo pós-oitocentista no Brasil, com participação inclusive do jurista baiano Almachio Diniz, que em 1934 publicaria a Preparação Socialista do Brasil (Rio de Janeiro: Calvino). Desde 1932, publicava-se em São Paulo a Biblioteca Socialista, orientada por Mário Pedrosa.

⁽⁶⁾ Cf. nossa História das Ideias Políticas, op. cit., págs. 286-287.

⁽⁷⁾ SCHWARTZMAN, Simon. Bases do Totalitarismo Brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1982, princ. págs. 105 e segs. Cf. também Anais da Semana Comemorativa da Revolução de 30 (Centro de Documentação e Informação, Brasília 1984).

⁽⁸⁾ Sobre a Carta de 1934, ver a referência de Alberto Venâncio Filho, coligida no volume O Pensamento Constitucional Brasileiro. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978, pp. 83 e segs. Cf. também CHACON, Vamireh. Vida e Morte das Constituições Brasileiras. Rio de Janeiro: Forense, 1987, págs. 127 e seguintes Cf. CHACON, Vamireh. O Pensamento Constitucional Brasileiro, cit., págs. 107 e seguintes; idem, Vida e Morte, cit., págs. 165 e seguintes.

Diogo Velho, precursor da reforma agrária

Paulo Cavalcanti



A Revista do Arquivo Público reproduz um trecho do discurso feito pelo Presidente da Província de Pernambuco na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 1º de março de 1871



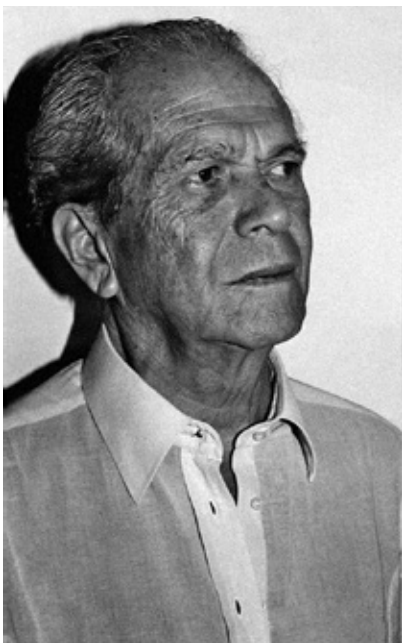
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Cavalcanti, nasceu a 9 de dezembro de 1829 e faleceu a 18 de junho de 1899. Era filho de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e de Ângela Sofia Cavalcanti Pessoa. Nasceu na casa grande da fazenda Chaves, em terras do município do Pilar, na Paraíba.

Do ramo dos Cavalcanti e dos Albuquerque, descendia, seguramente, de famílias tradicionais da capitania de Olinda, em Pernambuco, de onde se irradiaram esses patronímicos pelo Nordeste afora.

Vários historiadores e escritores se preocuparam em levantar os dados da vida de Diogo Velho, mas quem primeiro se incumbiu da biografia do Visconde de Cavalcanti, embora em traços ligeiros, foi Veiga Júnior, em palestra realizada no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, no dia 22 de agosto de 1937.

Formado pela Faculdade de Direito de Olinda, em 1852, que então funcionava no Mosteiro de São Bento, dessa cidade histórica, onde se ministraram as primeiras aulas de ciências jurídicas no Nordeste. Diogo Velho ocupou vários cargos importantes no Império, de presidente de província a ministro de Estado. Foi deputado cinco vezes, deixando a marca do seu talento nos anais parlamentares. Intelectual, era leitor assíduo dos melhores mestres da literatura de então, como Lamartine e Byron. Foi diretor da Instrução Pública da Paraíba, advogado, promotor público e jornalista.

Mas sua figura refulgiu nos altos cargos públicos que exerceu, como o de presidente da província de Pernambuco (1870/1871), antes tendo desempenhado



Paulo Cavalcanti

o mesmo cargo no Piauí (1859/1860) e no Ceará (1868/1869), todos em nome do Partido Conservador.

Mesmo tendo sido ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (gabinete Itaboraí) e ministro da Justiça no gabinete presidido pelo Duque de Caxias, foi em Pernambuco que Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque passou às crônicas históricas, apesar do curto período de sua administração. Tornou-se, sem dúvida um dos mais ilustres estadistas do II Reinado.

Seu nome tem sido tratado com carinho por vários escritores como Veiga Júnior, pai do professor Gláu-

cio Veiga, Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo e Maurílio Augusto de Almeida, sem dúvida, o seu melhor biógrafo. Eu mesmo o redescobri em alguns dos meus livros.

A Revista do Arquivo Público tem a satisfação de reproduzir neste número um trecho de sua Fala Recitada na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, no dia 1º de março de 1871.

Essa peça governamental é de uma atualidade singular, desde que aborda, no capítulo da agricultura e da terra, temas que estão na pauta das discussões de hoje, mais de cem anos após sua elaboração.

Historicamente, Antônio Pedro de Figueiredo, nos anos da Revolução Praieira, e Diogo Velho, algum tempo depois, foram os dois homens públicos que melhor entenderam o problema agrário em Pernambuco, o primeiro como jornalista, o último como presidente da Província.

Se, como chefe do governo da Paraíba, Diogo Velho havia se preocupado com o ensino público, em Pernambuco suas atenções se voltaram para os problemas agrários, ao denunciar o caráter odioso do monopólio da terra em mãos de meia dúzia de privilegiados.

Na Paraíba, diria:

A pedagogia, arte de ensinar e educar, exige apuro. Mas nós, que temos quartéis para formar soldados, faculdades de graduar engenheiros, médicos e advogados, seminários para ordenar

clérigos, nada instituímos para criar bons mestres-escolas. É imprescindível. O magistério é como um sacerdócio; habilite-se ao seu exercício quem possuir vocação.

Em Pernambuco, fundou o Liceu de Artes e Ofícios, projetou agências bancárias para atender aos reclamos dos agricultores, introduziu o uso de maquinaria na zona rural do açúcar, restaurou o Teatro Santa Izabel, reduziu a escombros por incêndio em 1809, iniciou a construção do majestoso edifício da Assembleia Legislativa, denunciou a opressão dos latifundiários contra os trabalhadores rurais e camponeses, etc.

Seu magistral diagnóstico dos males que, economicamente, atrasavam o progresso, são páginas dignas de registro. Vamos transcrevê-las na íntegra, certos de que os estudiosos de hoje as incorporarão à análise dos problemas cruciais referentes à reforma agrária, reproduzindo a veemência de suas palavras sobre o angustiante drama do campo, hoje tão candente como nos tempos de Diogo Velho. TRANSCRIÇÃO:

AGRICULTURA

Entrando no assunto desta epígrafe, não demorar-me-ei em demonstrar a máxima importância que deveis ligar aos interesses consubstanciais da indústria por excelência em uma província essencialmente agrícola. A lavoura é para Pernambuco, como para o Brasil, o que o sangue é para o corpo

humano — o princípio vital do organismo. É bem de ver que, se ela estiver privada do indispensável desenvolvimento, e ameaçada de perturbações nos seus elementos constitutivos, sérios perigos estarão iminentes, e gravíssima responsabilidade pesará sobre aqueles que, investidos da faculdade de extirpar ou minorar os males, cruzarem os braços na imobilidade da indiferença ou do terror.

E não há negá-lo. A lavoura já combalida de crônicas enfermidades, estremece na previsão da temerosa catástrofe, que mais e mais se avizinha. Rareiam os braços com que está habituada e se, de pronto, não forem substituídos, em breve ficarão ermos os estabelecimentos agrícolas. As consequências serão fatais e tão desastrosas, que talvez o menor mal a deplorar seja a perda do grande capital empregado em terras, edifícios, máquinas e mais utensílios.

São indispensáveis providências enérgicas que, pelo menos, atenuem a intensidade da provação que se nos antolha.

Braços, capitães, meios de transporte são o reclamo especial da lavoura; e realmente constituem necessidades tão urgentes, que difícil será decidir qual deva ser primeiro atendida.

Reconhecendo isto, penso, entretanto, que a questão de braços, envolvendo o grave problema da substituição do atual instrumento da produção pelo trabalho livre, impõe-se logo ao estudo e à reflexão dos que

A constituição de vastíssimas fazendas nas mãos dos privilegiados da fortuna, só por exceção permite ao pobre a posse e domínio de alguns palmos de terra

preocupam-se com assuntos tão interessantes à causa pública.

O tempo urge e em ponto assim melindroso a hesitação será tão perigosa, como a precipitação.

Não vos levo agora para as transcendentes questões de imigração e colonização, como apropriado meio de aumentar a população e, conseqüentemente, a soma do trabalho nacional. Para Pernambuco, o objeto atual, prático, obrigatório, é o fornecimento de braços à lavoura já criada, aos agricultores que possuem terrenos em amanhã, construções, fábricas, etc, mas que veem minguar, cada dia, o número dos seus trabalhadores escravos, sem depararem, nem sucessores na progênie destes que, além de escassa, aguarda novo regimento civil, nem substitutos, seja na massa da população que recusa o pesado serviço da grande lavoura, seja nos operá-

rios estrangeiros, que não aportam em nossas plagas.

Mas quais os meios de suprir semelhante falta? — E, quando indicados e conhecidos, como torná-los efetivos?

A aquisição de trabalhadores de fora do país — é o primeiro recurso direto; mas eles só poderão ser atraídos proficuamente por empresas particulares, mediante contrato de parceria ou a salário.

Infelizmente o espírito de especulação sobre a espécie está por tal modo arrefecido na Província, que garantindo a lei do orçamento geral, no presente exercício, auxílio pecuniário aos fazendeiros que introduzirem colonos nos seus estabelecimentos, nem um daqui o solicitou.

Entretanto, o exemplo da província de S. Paulo é animador. Ali o trabalho livre tem tido notável impulso, e acena risonho porvir à produção agrícola.

A inércia dos empreendedores nesta Província é deplorável e não tem justificação; porque não consta um insucesso de tentativa, uma experiência malograda

O governo imperial atento aos interesses da lavoura, principal base da riqueza pública, compromete-se a auxiliar as associações que se propuserem a introduzir o maior número possível de trabalhadores úteis, conhecedores do serviço a que se destinarem; e a situação atual da Europa deixa esperar as maiores facilidades na aquisição de imigrantes

que, abandonando aquele continente dilacerado por lutas sanguinosas, queiram estabelecer seus penates neste solo abençoado.

Isto vos convida a concorrer também para que vinguem estas aspirações, liberalizando os favores compatíveis com as vossas faculdades e com a situação financeira da Província. Em negócios desta natureza, basta às vezes um exemplo, para seguirem-se outros muitos e logo operar-se extenso movimento.

Um prêmio à associação que se organizar e proporcionar trabalhadores aos proprietários rurais, excitará o espírito da empresa: – outro ao lavrador que os utilizar despertará a emulação.

Tentai ao menos; e os interessados que cumpram também o seu dever. O governo deve fazer muito, mas não pode fazer tudo.

Animação ao trabalho livre nacional – É o segundo meio, indireto, mas de resultados vantajosíssimos no duplo interesse de moralizar as classes inferiores da população e de aumentar a soma dos produtos da lavoura.

Atalhar-me-ão, talvez, com a observação de que a nossa gente é ociosa, dada a prática do vício e do crime, incapaz dos misteres da lavoura. Há nisto, desgraçadamente, muita verdade; mas primeiro que tudo sejamos justos.

Realmente, há uma parte da nossa população profundamente desmoralizada, perdida até; mas resta uma grande massa, donde podem sair braços úteis.

Que garantias, porém, acha esta para seus direitos, que segurança para os serviços que presta, que incentivos para preservar nas boas práticas?

A constituição de nossa propriedade territorial, enfeudando vastíssimas fazendas nas mãos dos privilegiados da fortuna, só por exceção permite ao pobre a posse e domínio de alguns palmos de terra. Em regra, ele é rendeiro, agregado, camarada ou o que quer que seja; e então a sua sorte é quase a de um antigo *servo da gleba*. Se não foi portador fiel da *chapa do senhorio*; se um dia preferiu o serviço próprio ao do patrão, que lhe emprestou alguns vinténs para vestir a mulher e os filhinhos; se não vendeu a filha moça aos caprichos brutais da concupiscência, a intimação de despejo lhe é logo anunciada, e, não raro, com o facho aceso sobre as palhas ou com os golpes do machado nos esteios da casinha!

Às vezes, esse homem tem um patrão honesto e digno; mas chega a luta eleitoral, e o inspetor de quartelirão intima-o para a igreja; lá não vai ou apresenta lista sem o *carimbo* da polícia. Então vem o varejo ao domicílio, seguido de violências a pretexto de resistência que nem cogitou, a prisão arbitrária, o recrutamento, o serviço da guarda nacional e, como resultado final, a emigração forçada com perda do suor vertido.

Contra abusos dessa ordem, radicados em costumes e hábitos difíceis de corrigir, só o tempo, o influxo das sãs doutrinas e a própria experiência do mal oporão remédio.

Contudo, uma lei previdente que regulasse as relações entre o proprietário de terras e o rendeiro, outra sobre locação e serviços, a reforma da legislação atual da polícia, recrutamento, guarda nacional e eleição, concorreriam para minorar os males do presente.

São assumptos que transcendem vossas atribuições; e não devo fatigar-vos. *O uso das máquinas e aparelhos* — tem a sanção da prática, como poderoso meio de substituir e auxiliar as forças vivas aplicadas à indústria. Na lavoura, os resultados são vantajosíssimos, quer na rotearia da terra, quer no plantio e tratamento das espécies, quer no transporte e manipulação dos produtos respectivos.

Isto é elementar em economia rural e, por isso, maravilha como estão pouco generalizadas as máquinas mais simples entre os lavradores da Província, que, em regra, plantam a cana, e fabricam o açúcar, como viram há meio século, seguindo processos rejeitados em países que não deveriam competir conosco, mas que excedem-nos de maneira a não haver paralelo.

A experiência sob os olhos dos agricultores seria meio efficacíssimo de operar a transformação que lhes impõe o progresso da indústria.

Daqui, a necessidade imperiosa de *estabelecimentos adaptados ao ensino teórico e prático da agricultura*.

Falo perante uma assembleia muito ilustrada para ter necessidade de demonstrar as preciosas vantagens

da instrução profissional na indústria mais generalizada do País.

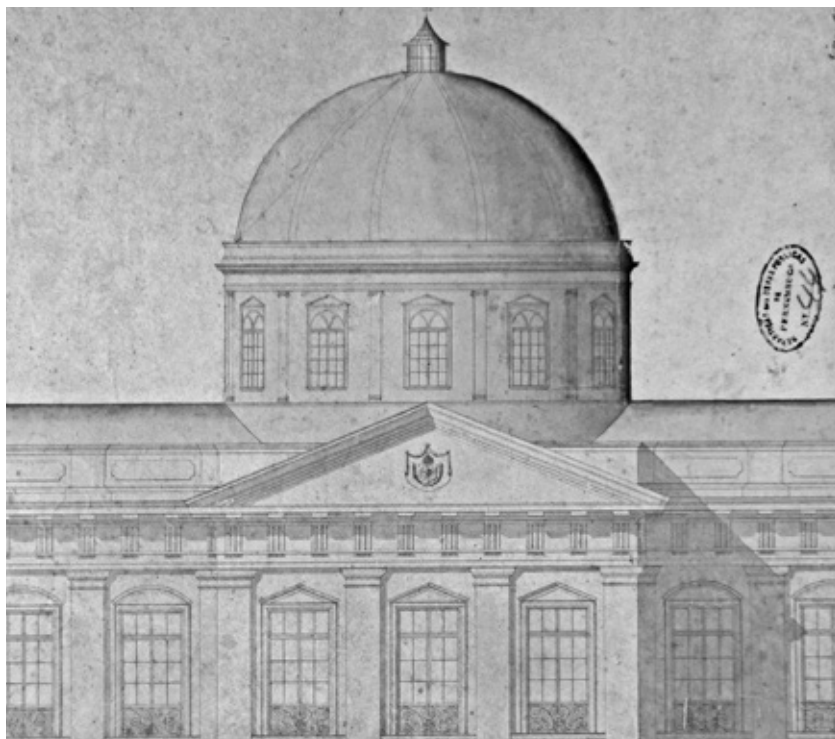
As aplicações da agronomia, como das ciências naturais, não se aprendem no gabinete, nem se alcançam em lições teóricas sem grandes e frequentes exercícios. A escola pode ensinar para saber-se ou ensinar para executar-se. No primeiro caso, bastam as explicações e os livros, mas para executar é indispensável a prática em lugares especiais, onde os preceitos da ciência e os conselhos da experiência se aliem na demonstração material dos seus resultados.

O ensino agrícola exige, pois, como condição indispensável, um campo de observação e de exercícios frequentíssimos.

Não pode haver função técnica sem educação profissional, nem se compreende a educação profissional sem escolas ou institutos.

Tenho firme crença, fundada no exemplo dos países que ao presente dão-nos lição e normas, de que soarão para a lavoura a hora do seu florescimento, quando escolas e institutos convenientemente organizados e multiplicados generalizarem o ensino agrícola, teórico e prático, dando-nos bons operários, excelentes feitores, engenheiros especiais, agrônomos, veterinários, etc.

Aí serão, ao mesmo tempo, ensaiados os novos processos e instrumentos agrários, a renovação das sementes, a aclimação de novas plantas, a criação dos animais que utilizam a lavoura,



Assembleia Legislativa de Pernambuco

facilitando assim a propagação dos conhecimentos úteis e consolidando os interesses vitais da agricultura.

Não sustenta a província um desses estabelecimentos, no que é consequente com o exemplo dos poderes gerais.

Negam-se os meios de difundir as noções rudimentares indispensáveis ao desenvolvimento da indústria mais importante do País, da profissão habitual do brasileiro, da fonte principal da riqueza pública e, em compensação, sobrecarregam-na de impostos e ônus de toda a natureza!

Isto é intolerável e repugnante com o adiantamento que almejamos. Cumpre reagir energicamente contra a apatia da sociedade e, particularmente, da classe mais diretamente interessada no acrescentamento da lavoura.

Tendes auxiliar já preparado no Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura, grata reminiscência que a província conserva da visita de Sua Majestade, o Imperador.

Bem longe está de corresponder ao alto e benéfico pensamento que presidiu a sua criação; mas, ultimamente,

reviveu-lhe o espírito e com louvável empenho trata da fundação de um estabelecimento modelo com escola teórica e prática de agricultura.

Luta, entretanto, com dificuldades capazes de abater o ânimo mais resolutivo e, de certo, sucumbirá, se não lhe estenderdes mão amiga. A aquisição de terrenos adaptados, ao estabelecimento projetado e a construção das obras necessárias, ainda com grande modéstia, demandam capital de que não dispõe; porque o pouco adquirido, embora muito mais aumentado, mal chegará para o custeamento.

A consignação de 100:000\$000 em apólices por uma só vez e uma subvenção anual qualquer bastarão; e eu as peço em nome dos mais graves interesses da Província, em nome do seu progresso e futuro, ligados aos da sua lavoura.

Fio que não será baldado o apelo que faço ao vosso civismo.

Lembro-vos a conveniência de serem anexados ao mesmo estabelecimento o Colégio dos Órfãos Desvalidos e o Asilo de Mendicidade. Patrimônio respectivo seria assim aproveitado em máxima vantagem da instrução profissional, da moralização pelo trabalho e o desenvolvimento da instituição.

Um bom regime econômico e disciplinar afastará o contato das duas classes e nada haverá que reecar quanto ao bem estar dos órfãos.

Sem tentativas e experiências repetidas, nada se fará. O pior mal é a inércia — essa ferrugem que estraga

inutilmente o mecanismo social.

A questão do capital é da maior transcendência para a lavoura. Sobrecarregadas de avultada dívida que, diariamente, avoluma-se em virtude dos compromissos contraídos e da cumulação dos juros, não se lhe oferecem meios de liberar-se.

Faltam as instruções de crédito territorial e agrícola, auxiliares da lavoura, em toda parte onde ela tem vida e organização regulares.

A Província não possui um só estabelecimento bancário, apto aos interesses da agricultura, que, pela natureza especial de suas operações, exige empréstimos amortizáveis, a longo prazo, e em proporção aos seus rendimentos, assim nas prestações como nos juros.

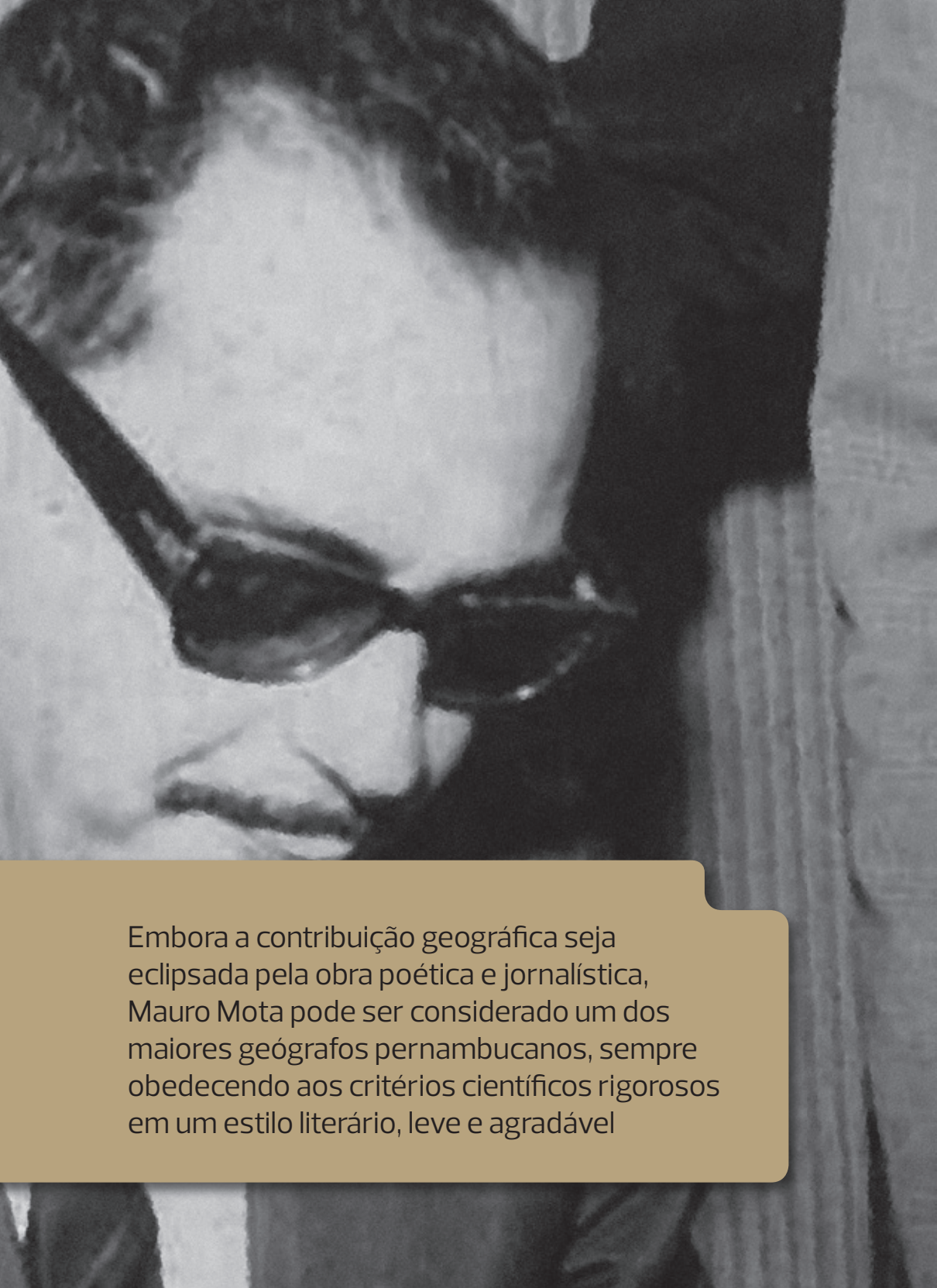
Um generoso esforço para alguma coisa instituir a esse respeito partiu, há pouco, do bacharel Nabor Carneiro Bezerra Cavalcanti. Prestei-lhe o exíguo concurso de minha animação individual, e já houve uma conferência de dignos cidadãos, agricultores e comerciantes: trata-se de organizar as bases de uma associação de crédito real e hipotecário, de acordo com a legislação vigente.

Será de tão fecundo resultado a sua realização, que não quero admitir a hipótese de insucesso. Não é possível que, em assuntos vitais para o País, continuemos a dar documento de nossa imprevidência econômica, do nosso atraso científico e de nossa incapacidade na gestão dos próprios negócios.



Mauro Mota, o geógrafo

Manuel Correia de Andrade



Embora a contribuição geográfica seja eclipsada pela obra poética e jornalística, Mauro Mota pode ser considerado um dos maiores geógrafos pernambucanos, sempre obedecendo aos critérios científicos rigorosos em um estilo literário, leve e agradável

Sentimo-nos muito honrados e felizes por poder participar deste painel em que se tenta obter uma visão de conjunto, de totalidade da figura de Mauro Mota, o poeta, o jornalista, o administrador e o geógrafo. Esta felicidade decorre também de ser este painel uma iniciativa de Potiguar Matos, historiador e pensador político de nossa geração, de quem somos colega e amigo desde os bancos acadêmicos e com quem temos debatido e conversado sobre problemas do País e de nossa geração, por mais de 40 anos. E Potiguar, o amigo de sempre, com quem temos as maiores convergências e também algumas divergências, foi sempre o companheiro de geração, aberto à discussão, à troca de ideias, e, sobretudo, o homem interessado por uma solução humana e humanística para o País.

O fato de o seminário focalizar a figura de Mauro Mota, também muito nos tocou porque Mauro é, como nós, um homem do “país de Nazaré”, que viveu em sua juventude os contrastes e os problemas daquela sociedade patriarcal e açucareira que se estendeu até os meados do século XX, quando os últimos banguês foram subjugados e desmontados pelas usinas. Vivemos, assim, a transformação de uma sociedade manufatureira e patriarcal em uma sociedade capitalista moderna. Depois foi o Recife, aquele burgo tranquilo dos anos 30 e 40 em que se estudava, se fazia o “footing” na Rua Nova, que se assistia aos jogos de futebol do Náutico, Sport, Santa Cruz e América — se frequentava as sessões de cinema. Parque, Moderno e Royal, para não falar nos cinemas de subúrbio —, se iniciava na literatura e no jornalismo e em outras profissões. Recife que passou, afogado no crescimento desordenado que transformou a cidade

provinciana em metrópole tentacular e desumana.

Mauro viveu todo aquele momento, voltando-se sobretudo para o jornalismo, como demonstrou Antônio Camelo, em seu excelente ensaio, procurando abrir espaço para a literatura, não só escrevendo poesias e crônicas como também analisando os problemas da sociedade e da natureza. Lembro, já faz anos, nos idos de 1968, que ele, ao fazer a apresentação de um livro nosso, **Paisagens e Problemas do Brasil**, na Livraria Editora, na rua da Imperatriz, encerrou as suas palavras citando o título do livro e dizendo que havia nele “em cada problema uma paisagem e em cada paisagem um problema”. Esta frase indica como ele integrava a paisagem, a natureza, a ação do homem, ao mesmo tempo com os problemas que daí derivavam. Uma frase que, em si, exprime todo o paradigma da Geografia Humana da Escola Francesa, tão aceita naquele tempo, no Brasil, onde fora introduzida, em grande parte, por dois pernambucanos, Agamenon Magalhães, com sua tese para a Cátedra de Geografia Geral do Ginásio Pernambucano, e Josué de Castro, em sua obra fundamental, **A Geografia da Fome**.

A nossa tarefa é difícil porque o jornalista Antônio Camelo aborda as atividades de Mauro no jornalismo, a que ele se dedicou toda a sua vida, e Nelson Saldanha, com uma visão totalizante, trata o problema do Sertão e das secas em seus aspectos naturais,

comuns às regiões áridas e semiáridas; depois, volta-se para o homem sertanejo que vive e sofre à revelia do poder público que só se lembra do flagelo para explorá-lo, e aí temos o coronel e o político que avançam os limites de suas terras absorvendo pequenas propriedades e terras devolutas, privatizando as verbas públicas, votadas para proteger os flagelados, e pagando capangas e jagunços para executarem as suas sentenças e determinações. Do outro lado, há o homem do povo, o sertanejo sofredor que moureja a terra, cuidando dos animais, e que, ao se rebelar, é chamado de fanático ou de bandido e cangaceiro. Referindo-se aos fanáticos, ele lembra a epopeia maior — Canudos — e epopeias menores, mas também de grande importância histórica, como o episódio de Pedra Bonita, imortalizada, posteriormente, por Ariano Suassuna, e o estado socialista do Cariri, o chamado Caldeirão, do beato José Lourenço.

No momento em que os estudiosos se preparam para comemorar o centenário de Canudos, colocando no seu devido lugar o beato, o revolucionário religioso e agrário que desafiou o poder do Estado, durante quatro anos, e que foi imortalizado por Euclides da Cunha, deve-se entender esta comemoração ao estudo socioeconômico e não apenas histórico-geográfico de outros movimentos religiosos ocorridos nos sertões.

Caldeirão, que morreu barba-ramente debaixo da metralhadora



Mauro Mota e Potiguar Mattos

e das bombas lançadas por aviões, para que o latifúndio e a exploração da mão-de-obra sertaneja fossem perpetuados, está à espera do cientista social que o analise. Cabe ao cientista social purgar o pecado dos poderosos que destruíram a esperança de um povo. A figura do Padre Cícero, sobre quem já se escreveu vários livros, mas de quem não se especificou ainda o quanto tinha de reformador social e de coronel — numa posição dialética de difícil entendimento — está à espera de um Mauro Mota que o analise e interprete. Aí teremos aquele homem, tão contraditório, como o tempo no Sertão, ora de seca ar-

dente ora de chuvas intensas que, em um momento histórico, apoiou as ambições coronelistas de Floro Bartolomeu e, em outro, estimulou a experiência de José Lourenço.

Certamente inspirado em Euclides da Cunha, Mauro Mota chama a atenção para a diversidade existente no sertão, caracterizando-o não como unidade, mas como várias unidades diferenciadas, daí ser oportuno falar em os sertões, e não no sertão. Neles convivem as áreas secas e os oásis, às vezes artificiais, provocados pela construção dos açudes, às vezes naturais, existentes nas margens dos rios onde o agricultor faz a tradicional cultura de vazante. Tam-

bém analisa o drama dos migrantes que nas grandes secas fogem de sua terra em demanda das cidades e das áreas úmidas do litoral. Ele acompanha a retirada dos migrantes, antes já retratada por Graciliano Ramos, em **Vidas Secas**, e o fim dramático no ponto de chegada, quando transformado em marginal e prostituta, analisado por Amando Fontes em **Os Corumbas**. Dois romances marcantes da fisionomia do Nordeste. Assim Mauro Mota estudou geograficamente, no melhor estilo, aqueles problemas que os dois romancistas, Graciliano Ramos e Armando Fontes descreveram como literatos.

Em 1961, Mauro Mota publicou um pequeno livro nos **Cadernos de Cultura do Ministério de Educação**, intitulado de **Imagens do Nordeste**. Neste livro ele reúne dois trabalhos, São João no Nordeste e Roteiro do Cariri. O primeiro é evocativo, sentimental e folclórico, e o segundo é um ensaio profundamente geográfico; nele o escritor capta as paisagens nordestinas ligando-as à ação do homem. Mostra como a era do automóvel estava transformando o Sertão e fazendo surgir, à margem das estradas, sobretudo nos entroncamentos, postos de gasolina, pequenas pou-sadas e oficinas mecânicas. Estas casas prestadoras de serviços foram aumentando e criando a necessidade de atendimento àqueles que iniciaram a ocupação da área, fazendo surgir novas casas e novos serviços que tinham como centro de dinami-

zação o atendimento aos transeuntes. E Mauro, tocado pelo fato, pela marca na paisagem, e identificando a relação de causa e efeito, chamou a estes pequenos centros de “cidades de gasolina”. Falando sobre as mesmas, a sua gênese, ele escreveu que o caminhão “está fazendo uma revolução econômica e urbana aqui no interior distante. Além de conduzir os produtos regionais e realizar o intercâmbio de mercadorias com o litoral, determina a instalação de dezenas de postos de gasolina, lubrificantes e casa de acessórios de automóveis, na zona chamada desértica, em pontos antes completamente despovoados. Foi o que observamos, a partir do município de Caruaru e em terras de São Caetano, Belo Jardim, Pesqueira, Arcoverde, Sertânia, Serra Talhada e Salgueiro” (pag. 27). E mais adiante afirma “São cidades de gasolina em período de formação e com uma origem ainda não assinalada em nossos compêndios de Geografia Humana”.

Mas a viagem ao Cariri, feita nos fins da década de 50, em companhia do seu colega Samuel Soares, foi enriquecedora da visão geográfica de Mauro Mota frente ao Sertão nordestino, porque, em seguida, ele salientou a importância econômica do ju-mento, companheiro de trabalho do sertanejo por ser muito resistente aos efeitos da seca e estudou a ação do padre Cícero Romão Batista na formação da cidade de Juazeiro, ainda hoje considerada como cidade santa pelos seus habitantes. Cidade que re-

cebe anualmente cerca de um milhão de visitantes, de romeiros, de idades e condições sociais as mais diversas que vêm venerar o velho sacerdote, sem esperar a sua beatificação pela Igreja Católica.

Um livro escrito mais como roteiro de viagem, sem comprometimento prévio com a geografia, tornou-se um verdadeiro texto geográfico, de vez que analisa as transformações feitas na paisagem e na produção do espaço, em função da ação do homem, de forma diferente, conforme os recursos técnicos e de capital de que ele dispunha. Em suas páginas, sente-se como o Sertão da época dos transportes feitos em lombo de burros, foi se transformando com o uso dos caminhões e como, ao mesmo tempo, as cidades próximas às estradas se desenvolveram em detrimento dos velhos burgos que ficaram isolados das novas rotas. Também demonstrou como um acontecimento religioso pode fazer surgir uma cidade que, em menos de um século, se transformaria na mais populosa e importante do interior do Ceará.

A sua *Geografia Literária* publicada em 1961 pelo Instituto Nacional do Livro, é mais uma afirmação geográfica no percurso do escritor Mauro Mota. Este livro reúne uma série de ensaios escritos em momentos diferentes e por inspirações diversas, mas é de uma extraordinária riqueza. Ao fazermos uma retrospectiva da obra geográfica de Mauro Mota, dos ensaios nele colecionados, temos que

ressaltar aqueles de maior importância. Assim, em Gilberto Freyre e o Recife ele analisa o amor do grande sociólogo por sua cidade, sua decisão de viver na mesma, estabelecendo sua residência em velho casarão de Apipucos. Foi Gilberto quem chamou a atenção para o fato de que o crescimento demográfico do Recife era patológico e não normal, que a cidade “inchava”, não crescia. E Mauro, no pequeno ensaio, evoca e salienta sobretudo a presença intelectual de Gilberto no Recife.

Em outro ensaio, volta ao tema das cidades de gasolina, satisfeito porque Rachel Caldas Lins, geógrafa e sua amiga, escrevera um ensaio sobre o tema, enfocando sobretudo o caso de Placas, hoje Cruzeiro do Nordeste, que surgira e crescera no município de Sertânia em função de bombas de gasolina. Agora ele aprofunda as suas ideias bem mais do que expôs no Roteiro do Cariri e procura explicar como estas cidades surgiram, à margem da hierarquia urbana então existente e dependentes dos caminhões que as abasteciam, trazendo mercadorias de pontos distantes, sem vinculação local. Eram cidades que fugiam à dependência até das sedes dos municípios em que se encontravam e que mantinham contatos e relações com centros situados em estados distantes e diversos, sem maiores relações com a capital do Estado. Em escala municipal, que relações havia entre Cruzeiro do Nordeste e ou Placas e a

reira de Castro. Mostra em seguida uma grande intuição geográfica em trabalhos de Rui Barbosa, de José de Alencar, de Gonçalves Dias, de José Américo de Almeida, de Rachel de Queirós, de José Lins do Rego, de Jorge Amado, de Gastão Cruls, de Dalcídio Jurandir, de Raimundo de Moraes e de Peregrino Júnior. E vai além, destacando a grande importância geográfica dos relatórios, das cartas e das crônicas escritas por navegadores, povoadores e religiosos sobre o primeiro período da história colonial.

Mas Mauro Mota não foi apenas um produtor científico; foi também um incentivador de estudos e pesquisas a serem feitos por outros geógrafos. Quando presidiu o então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, ele teve uma grande preocupação com o problema da poluição dos cursos d'água pelo vinhoto das destilarias de álcool. Problemas que já fora levantado, na década de 30, por Gilberto Freyre em seu livro sobre Nordeste e que marcara muito ao psicólogo social Sílvio Rabelo, que, falando sobre a endemia de esquistossomose mansônica que assolava a região da Mata pernambucana, estudando o Vale do Sirigi onde nascera, chamou a este rio de "rio da Morte". O lançamento das caldas ou vinhoto, nos rios, fora tema de estudos de cientistas como Bezerra Coutinho e Hélio Caldas, mas não foram feitas delimitações da área atingida nem dos problemas mais diretos que a prática antissocial provocava. Foi

então que Mauro Mota nos convocou e a Gilberto Osório de Andrade para fazermos o levantamento do problema, estudando um a um os rios contaminados pelos resíduos industriais. Foram feitas pesquisas nos vales do Ceará-Mirim, do Mamanguape, do Paraíba do Norte, do Manguaba, do Paraíba do Meio, do Mundaú, do São Miguel, do Jequiá, do Coruripe e do Una, cobrindo os estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas e parte de Pernambuco. Infelizmente problemas de verbas impediram que as pesquisas continuassem. Mas em 1969, voltamos a trabalhar, a seu convite, sobre este tema, no estado de Pernambuco, cobrindo todos os vales açucareiros. A maior parte destes trabalhos foi publicada pelo então Instituto Joaquim Nabuco e se constituem textos de interesse para instituições que queiram analisar o processo de degradação do meio ambiente no leste do Estado.

Vê-se, assim, que embora a contribuição geográfica de Mauro Mota seja um pouco eclipsada pela sua contribuição poética e jornalística, ele pode ser considerado um dos maiores geógrafos pernambucanos e a sua participação na elaboração do conhecimento geográfico foi feita obedecendo aos critérios científicos rigorosos em um estilo literário, leve e agradável. Em Mauro Mota, o cientista e o escritor se encontraram, produzindo textos de forma elegante e literária contribuindo para que a geografia seja lida tanto por geógra-

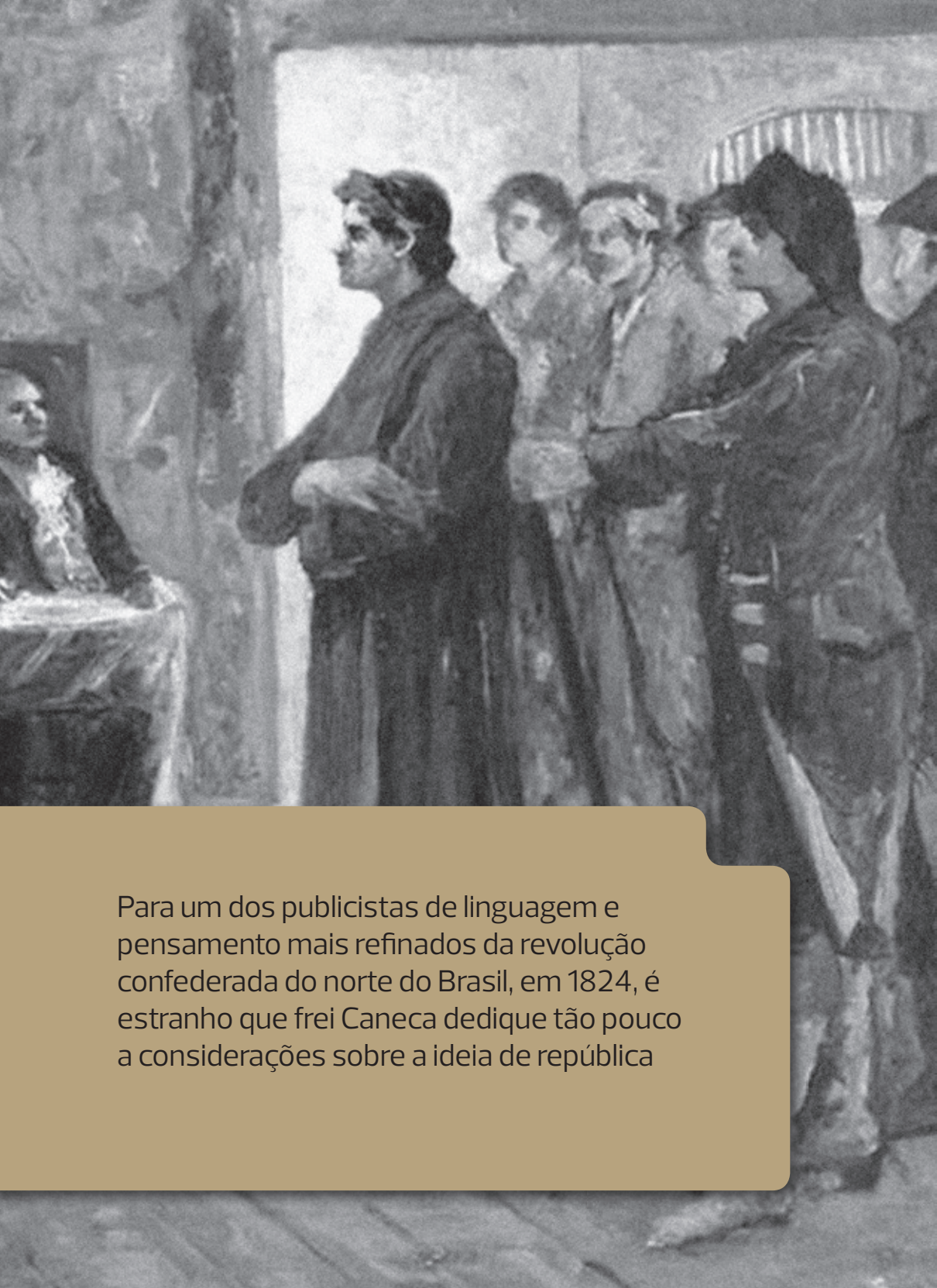
fos como por não geógrafos e até por pessoas que não simpatizam com a ciência de Humboldt. A sua obra é também um anátema contra o positivismo científico porque extrapola os limites rígidos entre as ciências, estabelecidos por esta escola filosó-

fica, partindo para um conhecimento eclético em que para se discutir o assunto se foge às delimitações didáticas e se integra a realidade com a teoria. Aí se vê a importância e a atualidade do pensamento geográfico deste grande escritor.



Forma e conteúdo da ideia de república em frei Caneca

Renato Lopes Leite *



Para um dos publicistas de linguagem e pensamento mais refinados da revolução confederada do norte do Brasil, em 1824, é estranho que frei Caneca dedique tão pouco a considerações sobre a ideia de república

Seria frei Caneca republicano? À primeira vista, tal pergunta soa ingênua. Afinal, repúblicas foram instaladas e restabelecidas no “norte” do Brasil em 1817 e 1824.

Tal problema, contudo, não parecerá ingênuo ao se acrescentar que frei Caneca não afirma, categoricamente, ser republicano. Para um dos publicistas de linguagem e pensamento mais refinados da revolução confederada do norte do Brasil, em 1824, é estranho que frei Caneca dedique tão pouco a considerações sobre o que ele e seus amigos imaginaram sobre a federação ou confederação, enfim, sobre a ideia de república. Surpreende o fato de a república sequer ser conceituada. Para desespero do leitor, inúmeras vezes frei Caneca trata a monarquia constitucional como um bom governo. E, em determinados momentos, como no ano de 1822, chega mesmo a apoiar e elogiar o príncipe regente.⁽¹⁾ Tudo isto dificulta a compreensão de expressões linguísticas como constituição federativa ou governo republicano, de frei Caneca.

Está-se diante, pois, de um problema complexo. Por ora, contudo, não se tratará da questão da ausência de publicidade do republicanismo em frei Caneca. Muito menos dos porquês do compromisso monárquico-constitucional em 1822. Tais questões pressupõem alguns axiomas, os quais serão expostos numa pesquisa ainda em andamento.

Além de ser uma expressão rara, a palavra república muitas vezes surge com uma forma imprecisa ou dúplice. Veja-se um exemplo poético do uso da palavra república: “Esta borrasca tomou um aspecto aterrador, e a não da república viu-se tocando os baixos, e naufragar”⁽²⁾.

Este fenômeno, aliás, também ocorre à palavra escravo.

A época, a palavra republicana guarda um sentido pejorativo muito divulgado pela imprensa, que é, por sua vez, combatido por frei Caneca: “anarchista” e “carbonário”. Ele próprio foi caluniado, no início de 1823, de ser “racista” e “republicano”. Pensando nesse significado pejorativo, frei Caneca rejeita ser chamado de republicano. Ele refuta aquelas injúrias dizendo que, em 1817:

quisemos uma república, por ser a maneira que nos lembrou de nos livrarmos da escravidão, em que gemíamos; mudaram-se, porém, as circunstâncias.”⁽³⁾

Apesar dos novos tempos, frei Caneca diz que não se instalava uma república na província, como em 1817, porque os pernambucanos assim não desejavam. Sentiam-se felizes na monarquia constitucional.

Sabe, portanto, que não proclamamos uma república, porque não queremos; e não queremos, não por temor de nada, sim porque esperamos ser felizes em um império constitucional. ⁽⁴⁾

Portanto, para frei Caneca, era indispensável uma Constituição para estabelecer um poder judiciário livre e independente, liberdades individuais, e divisão dos poderes. Ainda que limitada pelos privilégios da forma monárquica de governo, tal Constituição

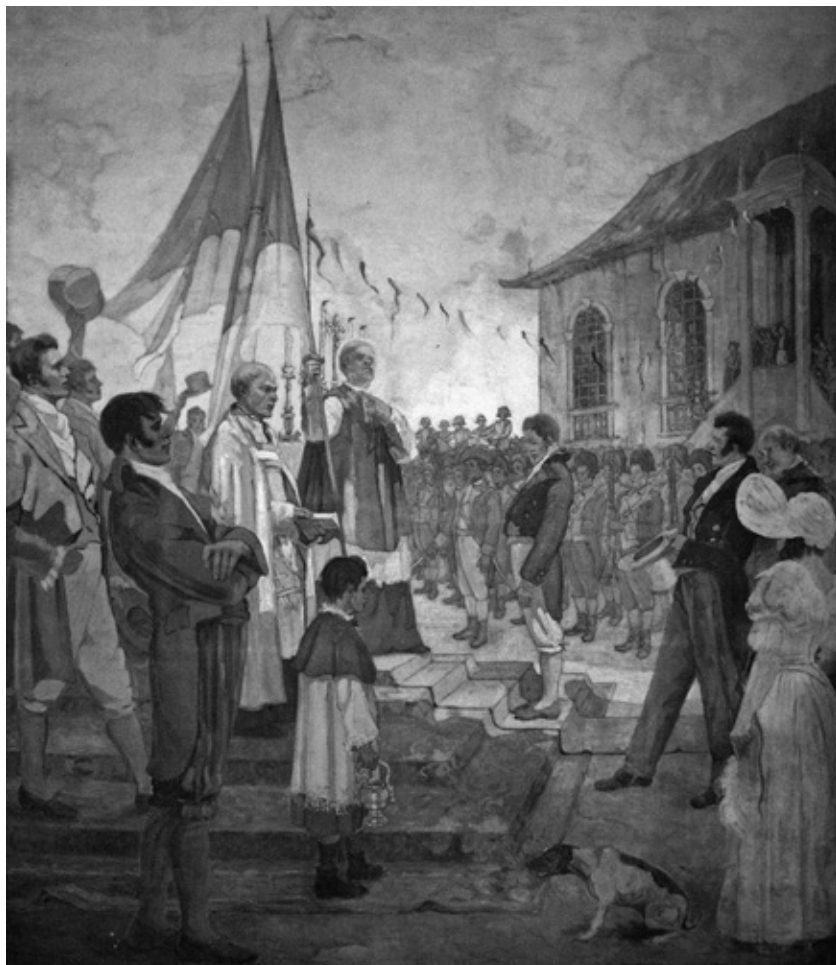
deveria, ainda, privilegiar e respeitar a autonomia, independência e liberdade das províncias.

Ao invés da publicidade da república, pois, o que frei Caneca defende com veemência é o que ele denomina “governo constitucional e representativo”.

Evidentemente, um tal regime constitucional e representativo não é exatamente idêntico à república. O governo (a monarquia) constitucional e representativo é uma forma que se opõe totalmente à forma monárquico-absolutista. Por isso é possível compreender por que frei Caneca vê qualidades no governo constitucional, apoiando o compromisso de união do país através de uma monarquia. Contudo, frei Caneca não abre mão de suas convicções constitucionalistas e dos princípios republicanos latentes desde 1817: essencial eram os direitos constitucionais. Leitor de Montesquieu, frei Caneca tinha consciência de que somente o rótulo de republicano não impediria, por si só, um despotismo governamental.

Mas, qual seria o conteúdo do conceito de república, na obra de frei Caneca? Surpreende a riqueza da resposta a esta pergunta.

O conteúdo mais significativo da ideia de república é resumido por frei Caneca como “governo o mais livre possível”. Tal afirmação aparece em seu jornal de 8 de julho de 1824. Nele frei Caneca responde a uma “Proclamação”, onde o imperador insinuava haver em Pernambuco demagogos e



Bênção das Bandeiras, de 1817

anarquistas indispondo o povo e fermentado a mudança da forma de governo. Para frei Caneca:

O Brasil tinha e tem todas as proporções para formar um estado federativo. A grandeza do seu território, as diversíssimas riquezas do seu solo, os diversos caracteres dos povos, que o habitam, que formam outras tantas nações diferentes, quantas as suas províncias,

a simplicidade de seus costumes, que os habilitam para a prática das virtudes republicanas, a falta das classes salientes da nobreza europeia, a impotência do seu clero, o gênio da liberdade, que presidiu na formação desses povos pelos seus antepassados europeus e indígenas, a sua localidade entre governos republicanos e, de mais a mais, a desoladora e vergonhosa escravidão, em que se acham por três séculos, tudo

Frei Caneca não
vê na violência um
meio ou princípio
justificador do poder.
O seu conceito de
poder, de governo,
republicano ou não,
é, antes de mais
nada, o respeito
à Constituição.

isto cooperava para que lançando fora o jugo português, aborrecessem os brasileiros para sempre testas coroadas e procurassem um governo o mais livre possível, pois é do coração do homem lançar mão de um extremo, quando se desonra de outro.⁽⁵⁾

Neste parágrafo há quase todos os significados da república pensada por frei Caneca. Discordando de um argumento corriqueiro, à época, frei Caneca não vê empecilhos à república no argumento da vastidão do território da ex-possessão colonial: “O Brasil tinha e tem...”, diz ele, significa que a federação, além de manter a união do todo, ainda poderia sustentar-se na autonomia dos estados federados. Os costumes e características do povo o aproximavam do exercício da autori-

dade através da honra, e não do medo (como na monarquia). A ausência do clero e da nobreza reduziam os privilegiados que sustentam a monarquia. Trezentos anos do monopólio do poder colonial faziam da monarquia um regime aborrecedor. Este extrato foi escrito na semana da proclamação da Confederação do Equador (2 de julho de 1824). Por isso, quando frei Caneca fala em “lançar mão de um extremo”, ele quer justificar as circunstâncias que levaram ao uso das armas para estabelecer o “governo o mais livre possível”.

Contudo, frei Caneca não vê na violência um meio ou princípio justificador do poder. O seu conceito de poder, de governo, republicano ou não, é, antes de mais nada, o respeito à lei estabelecida (via Constituinte), à Constituição. Veja-se o extrato a seguir, por exemplo, onde é perceptível que as imagens mentais da Revolução Francesa poderiam ser, também, rejeitadas:

o projeto da república, que há tanto querendo parir, ainda o não fez: sem dúvida quando o feto aparecer, já há de vir até com o dente queiro ou há de ser como o filho da montanha, que atroava o mundo com gemidos.⁽⁶⁾

Para frei Caneca, a fermentação de caráter republicano, à qual se referira o Imperador, realmente existia. “É inegável, [diz frei Caneca,] que em todo o Brasil existe uma bem visível fermentação para se mudar a

forma do governo...”.⁽⁷⁾ Mas, segundo frei Caneca, longe de ser resultado da propaganda dos “demagogos”, “anarquistas” e carbonários, fermentação pela mudança da forma de governo tinha outra motivação:

Depois da dissolução da soberana assembleia constituinte do Brasil ... têm aparecido por toda parte o espírito republicano, que, sendo da índole dos brasileiros, se acomodaria, se acaso vissem estabelecer-se o governo constitucional...”⁽⁸⁾

Ou seja, antes do golpe bonapartista de 12 de novembro de 1823, a utopia por um governo republicano talvez até existisse, mas apenas na cabeça de alguns poucos.

Como percebera frei Caneca, uma monarquia constitucional fora suficiente para acalmar os ânimos. Porque um regime que respeitasse a Constituição, provavelmente, tenderia a anular os antigos planos dos republicanos de 1817, tornando-os uma minoria. A Assembleia Constituinte é um ponto de honra para frei Caneca. Portanto, a visível “fermentação” do “espírito republicano”, após o 18 Brumário Brasileiro (a expressão é de frei Caneca), era pura responsabilidade da violência autocrática do governo imperial. Dito com outras palavras, era o vazio de autoridade advindo do fechamento da Constituinte que estava levando as províncias e aderirem a “confederação das províncias, que se iam declarando contra o absolutismo”.⁽⁹⁾

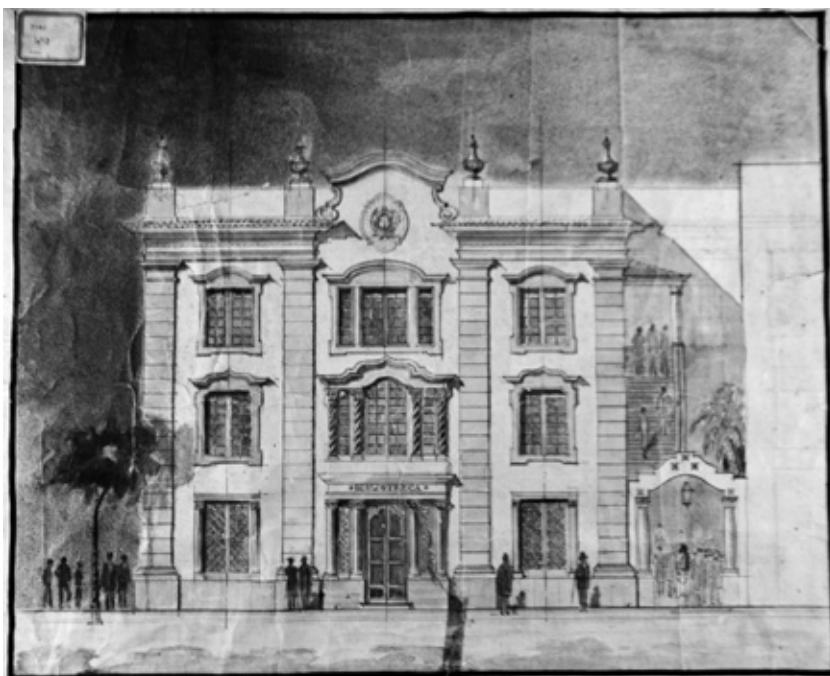
Aqui surge um significado da ideia de república dos mais repetidos por frei Caneca: a república enquanto contraponto ao governo sem leis e não constitucional da monarquia absolutista, a “tirania” ou “despotismo”.

Se antes se procurou apontar o caráter controverso da palavra república e das formas de expressão confederação e federação, o problema agora é justamente o oposto. Sem que a palavra república seja sequer mencionada, frei Caneca usa o princípio republicano de autonomia das províncias, para dizer que um império não-constitucional destruiria o contrato associativo de 1822.

Nós, fiados na boa fé que em 1822 inclucava o Rio de Janeiro, nos unimos com ele e demais províncias, para formarmos um império e termos uma constituição formada em nossas consoberanas. Mas sendo nós enganados do modo mais indigno, nos vimos sem representação nacional.⁽¹⁰⁾

Assim, frei Caneca repete à exaustão o conteúdo da ideia de república, sem que a palavra apareça. A essência do argumento é a de que as províncias são livres, independentes e soberanas para, através do pacto social, decidirem a forma de governo que melhor lhes aprover.

[Com a independência] Ficou o Brasil soberano, não só no todo, como em cada uma das suas partes ou provín-



Planta do frontispício do APEJE - antiga cadeia

cias. Uma província não tinha direito de obrigar a outra província a coisa alguma, por menor que fosse; nem província alguma, por mais pequena e mais fraca, carregava com o dever de obedecer a outra qualquer por maior e mais potentada. Portanto, podia cada uma seguir a estrada, que bem lhe parecesse; escolher a forma de governo que julgasse mais apropriada as suas circunstâncias; e constituir-se da maneira mais conducente a sua felicidade.⁽¹¹⁾

É este um dos fundamentos que sustentam a ideia de república, de frei Caneca, como um direito.

Essa conotação federalista é indissociável da ideia de república. Contudo, para frei Caneca, república e federação não se identificam totalmente. A república tem uma conotação mais restrita, referindo-se a um único estado. Enquanto a federação congrega a reunião de estados livres e independentes.⁽¹²⁾

E esta acepção do ideal de soberania federalista não se restringe, apenas, ao ato de criação ou dissolução do contrato social. Ela sustenta, por exemplo, a ideia de autonomia fiscal e tributária de cada região.⁽¹³⁾ Aliás, este também é outro dos sentidos da ideia de república que, raramente, aparece

com todas as letras. A república enquanto o bem público, a “pátria”⁽¹⁴⁾ do respeito à coisa pública, e ao caráter ético do trato dos impostos.

Mas se, apesar das diferenças, há pontos em comum entre a república e a federação, esta última, por sua vez, não se distingue da confederação.

Já a forma de governo republicana é, para frei Caneca, sinônimo de governo democrático ou “sistema democrático”.⁽¹⁵⁾ Partindo da interpretação histórica da evolução ideal dos tipos de governo, ele vê uma “tendência” da ex-posseção colonial portuguesa, para a democracia:

Deste golpe geral de vista, sustentado por fatos constantes de impressos e manuscritos de pessoas de maior respeitabilidade, se conhece, que a tendência do Brasil é para o governo democrático, a qual seria sopitada, se em câmbio se lhe desse o regime constitucional representativo; que esse espírito é indomável, nos mostra a história... “⁽¹⁶⁾

Como tal “sistema democrático” era, à época, associado às revoluções políticas,⁽¹⁷⁾ frei Caneca diz que as opiniões democráticas não são idênticas e sinonímicas às opiniões revolucionárias.⁽¹⁸⁾ Ou seja, frei Caneca argumenta no sentido de mostrar que o “sistema democrático”, ou república, não é contrário à “civilização dos povos”. Para tanto, ele usa os exemplos dos EUA, da América do Sul e dos cantões suíços.⁽¹⁹⁾

Para frei Caneca, a forma de governo republicana não se espalhará por toda a Europa devido ao poder e violência das monarquias. Temendo que isso também acontecesse na América do Sul, frei Caneca observa que uma república no Brasil só facilitaria as relações com os vizinhos: um “... império absoluto... ameaça os governos representativos [vizinhos], bem como sucede na Europa, que não admite novas repúblicas no meio de si pelos mesmos perigos”.⁽²⁰⁾

Constatar que, para frei Caneca, democracia significa república, mostra a importância deste aspecto do pensamento do padre pernambucano. Mas o que é democracia para frei Caneca? Antes de mais nada, não se deve perder de vista que, conforme já foi dito, para frei Caneca o poder político-institucional deve estabelecer-se de forma constitucional e representativa. Ou seja, apesar de ser um pensador que dialoga com a antiguidade clássica, frei Caneca não concebe a democracia como o exercício público do poder diretamente pela totalidade dos cidadãos. Ele defende o caráter representativo do poder legislativo.

Contudo, não se encontram, em frei Caneca, detalhes sobre as normas que regulariam as relações entre os cidadãos e as instituições políticas. É sabido, no entanto, que desde 1821 a Constituição Espanhola, de 1812, vinha regulando as eleições no Brasil, através do voto censitário e indireto. O exercício da cidadania,

assim, dependia de uma renda mínima anual. Talvez frei Caneca imaginasse que já era hora do voto direto, que havia sido estabelecido na Constituição Portuguesa, de 1822. O voto direto é uma suposição plausível, embora frei Caneca nunca tenha tido a oportunidade de se manifestar sobre ele. É ocioso lembrar que os índices de participação política, nesse período, mesmo sendo o voto indireto, eram maiores que no restante da história do império e mesmo de alguns períodos da república.”⁽²¹⁾

A significação de democracia ou república em frei Caneca talvez incluísse, também, uma maior publicidade e participação popular. O que

também já vinha ocorrendo em sua época. Como nas reuniões deliberativas dos eleitores, em praça pública. Ou nas reuniões públicas do conselho e do “Grande Conselho” composto por cidadãos de “todas as classes do povo.”⁽²²⁾

Uma última dúvida. Como a república de frei Caneca incorporaria os afro-americanos? Não há registros para uma resposta adequada a esta pergunta. Ele manifesta-se contra os preconceitos de inferioridade racial. E, apesar de nunca ter feito ostensiva propaganda antiescravista, certamente, frei Caneca fosse contrário ao trabalho escravo.⁽²³⁾

NOTAS

⁽¹⁾ Ver frei Caneca. “Na solenidade da aclamação de D. Pedro D’Alcântara em primeiro imperador do Brasil”. In: MELLO, Antônio Joaquim de. (Organizador). Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Recife, Editora Universitária da UFPE., 1972, volume II. Edição fac-similar da 1ª edição, de 1875, p. 247-8.

⁽²⁾ Frei Caneca. O Typhis Pernambucano, n° II, 1° 01.1824 (quinta-feira). Em: Obras, op. cit., p. 429, daqui para frente, TP.

⁽³⁾ Frei Caneca. O caçador atirando a arara pernambucana em que se transformou o rei dos ratos José Fer

nandes Gama” Em: Obras, op. cit., p. 268. É provável que este documento, sem data, tenha sido publicado no primeiro semestre de 1823.

⁽⁴⁾ Frei Caneca. O caçador.... Em: Obras, op. cit., p. 267.

⁽⁵⁾ Frei Caneca. O Typhis Pernambucano, n° XXV, 8.07.1824 (Quinta-feira). Em: Obras, op. cit., p. 592-3 (grifos nossos).

⁽⁶⁾ Frei Caneca. Sobre as sociedades secretas de Pernambuco. Em: Obras, op. cit., p. 399.

⁽⁷⁾ Frei Caneca, O Typhis Pernambucano, n° XXV, 8.07.1824 (Quinta-feira). Em: Obras, op. cit., p. 592.

⁽⁸⁾ Frei Caneca, O Typhis Pernambucano, n° XIX, 27.05.1824 (Quinta-feira). Em: Obras, op. cit., p. 44 (grifos nossos).

⁽⁹⁾ Frei Caneca. O Typhis Pernambucano, n° XXVIII, 29.07.1824 (quinta-feira). Em: Obras, op. cit., p. 617.

⁽¹⁰⁾ Frei Caneca. O Typhis Pernambucano, n° XX, 03.06.1824 (quinta-feira). Em: Obras, op. cit., p. 552.

⁽¹¹⁾ Frei Caneca. O Typhis Pernambucano, n° XXI, 10.06.1824 (quinta-feira). Em: Obras, op. cit., p. 559.

⁽¹²⁾ Frei Caneca, O Typhis Pernambucano, n° XXI, 10.06.1824 (quinta-feira). Em: Obras, op. cit., p. 560.

⁽¹³⁾ As “imposições das taxas foi a mais importante das usurpações, que os soberanos fizeram”. Ver Frei Caneca, Sobre os projetos despóticos do ministério do Rio. Em: Obras, op. cit., p. 319

⁽¹⁴⁾ “nascendo o homem para a sociedade dos outros seus semelhantes, ele é mais dos outros, que de si mesmo, pelo que tudo quanto existe no homem, que seja bem físico ou moral, se deve aplicar ao benefício da sociedade, e ao feliz ser da república”. Ver frei Caneca. Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão, e deveres deste para com a mesma pátria”. Em: Obras, op. cit., vol. II, p. 220 (grifos nossos).

⁽¹⁵⁾ Ver frei Caneca. O Typhis Pernambucano, n° XIX, 27.05.1824 (quinta-feira). Em: Obras, op. cit., p. 545

⁽¹⁶⁾ Frei Caneca. O Typhis Pernambucano, n° XIX, 21.05-1824 (quinta-feira). Em: Obras, op. cit., p. 549-50 (grifos nossos).

⁽¹⁷⁾ Ver Frei Caneca. O Typhis Pernambucano, n° XIX, 27.05.1824 (quinta-feira). Em: Obras, op. cit., p. 545-6.

⁽¹⁸⁾ Ver Frei Caneca. O Typhis Pernambucano, 8.01.1824 (Quinta-feira). Em: Obras, op. cit., p.434.

⁽¹⁹⁾ Ver Frei Caneca. O Typhis Pernambucano, n° XIX, 27.05.1824 (quinta-feira). Em: Obras, op. cit., p. 545-6.

⁽²⁰⁾ Frei Caneca. O Typhis Pernambucano, n° XXIII, 24.06.1824 (Quinta-feira). Em: Obras, op. cit., p. 578.

⁽²¹⁾ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, Tomo II, vol. 5, p. 202-224. CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 39-40. Do mesmo autor: Sistema Eleitoral e Partidos no Império. Em: LIMA, Olavo Brasil de. (Org.) O balanço do poder. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Rio Fundo Ed., 1990, p. 16.

⁽²²⁾ Isto é, o clero, a nobreza e o povo e os militares. Frei Caneca dele participava, por ser membro do corpo literário de Recife. Do “Grande Conselho” participava também os membros das Câmaras da capital e interior.

⁽²³⁾ Sobre esse aspecto, ver nosso artigo apresentado neste XVIII Simpósio Nacional de História, com o título: A ideia de direitos humanos em Cipriano Barata e frei Caneca: questões de identidade afro-brasileira.

BIBLIOGRAFIA

MELLO, Antônio Joaquim de. (Organizador), Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1972, 2 volumes. Edição fac-similar da 1ª edição, de 1875.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JÚNIOR, Olavo Brasil de Uma. (Org.) O balanço do poder. O balanço do poder. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Rio Fundo Ed., 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, Tomo II, vol. 5.

OBRAS ESPECÍFICAS DE FREI CANECA

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão, e deveres deste para com a mesma pátria.

_____. O Typhis Pernambucano .

_____. O caçador atirando a arara pernambucana em que se transformou o rei dos ratos José Fernandes Gama.

_____. Na solenidade da aclamação de D. Pedro D'Alcântara em primeiro imperador do Brasil.

_____. Sobre as sociedades secretas de Pernambuco.

_____. Sobre os projetos despóticos do ministério do Rio.

GREGORIO

Nome

Idade

58

anos

Nascido em

.....

E. C.

Mãe

Profissão

Notas

O acervo Dops: da administração à história

Marcília Gama da Silva

Preso em

.....

de

.....

de

.....

Identificação

SINAIS PARTICULARES

OBSERVAÇÕES

Em 18-12-935 foi apresentado ao Gabinete com Gui s/n da Casa de Detenção datado de 18-12-935 afim de ser identificado por motivo de "ORDEM DE SEGURANÇA PUBLICA"

Em 8-8-917 foi apresentado ao Gabinete afim de ser identificado por crime de

"MORTE"

Em 16-4-1958 foi novamente

LOURENÇO BEZERRA.

Nome

Vulgo

de

de

anda-Pe

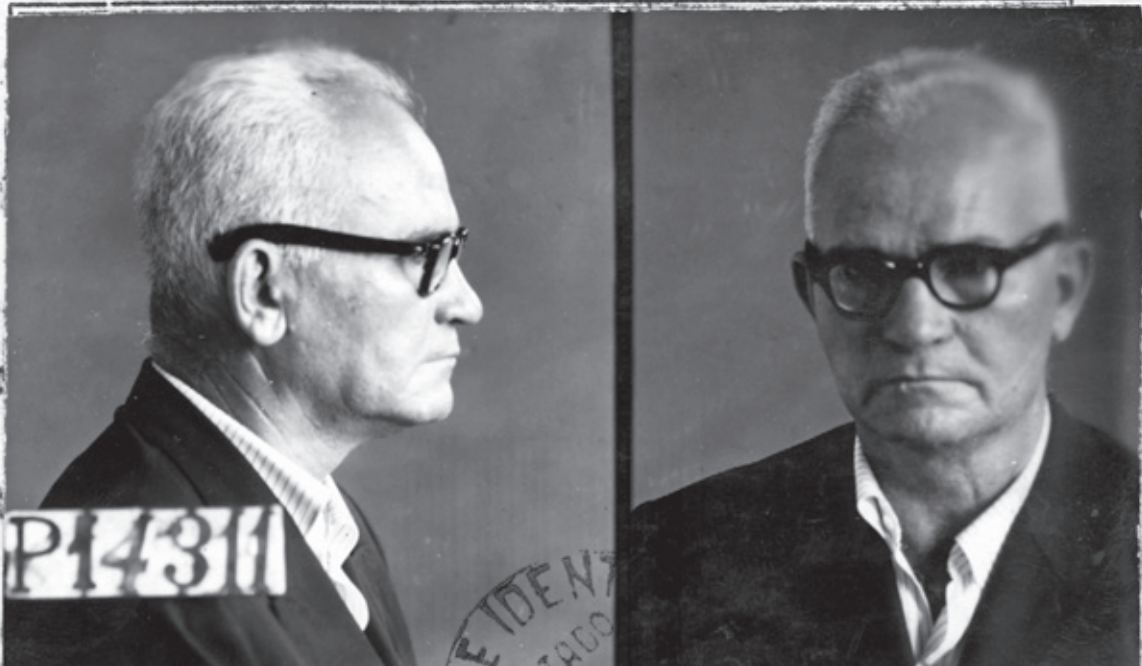
Este trabalho pretende contribuir para que se entenda os procedimentos arquivísticos adotados na organização do DOPS, sendo elemento indispensável para compreensão deste acervo

ntificado em

de

de

Fotografia tirada em 16 de abril de 1958.



A elaboração do Manual de Consulta da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS - 1935-1990) que ora se esboça, apresenta-se como consequência imediata do processo de organização do acervo, que compreende as seguintes etapas: limpeza e desinfestação, ordenação cronológica por conteúdo dos volumes, identificação, numeração, acondicionamento e elaboração de instrumento de pesquisa que permita o acesso rápido à informação.

A execução das etapas de organização, deu-se a partir de longa trajetória, iniciada com a transferência/recolhimento⁽¹⁾ dos porões da Secretaria de Segurança Pública para o APEJE- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, e nesse percurso, a luta política travada pelas entidades de defesa da cidadania, como o grupo Tortura Nunca Mais, a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, Assembleia Legislativa e Câmara dos Vereadores, entre outros, que através de várias investidas jurídicas junto ao poder público, finalmente, conseguiram a custódia destes arquivos policiais para o APEJE. Uma vez sob sua guarda, recebeu um tratamento minucioso de identificação e conservação, consolidada atualmente com a elaboração de mais um instrumento de pesquisa, que visa possibilitar o acesso automático às informações.

Acreditamos que a existência deste trabalho venha contribuir para que se entenda os procedimentos arquivísticos adotados na organização do DOPS, sendo elemento indispensável para compreensão deste acervo.

DOPS: CRIAÇÃO, EXTINÇÃO, TRANSFERÊNCIA E FUNÇÕES

Em 23 de dezembro de 1935, pela Lei n° 71; foi criada a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), tendo por funções:

Proceder a inquéritos sobre crime de ordem política e social;

Exercer as medidas de política preventiva e controlar os serviços, cujos fins estivessem em conexão com a ordem política e social;

Em 17 de novembro de 1937, a Secretaria de Segurança Pública criou o Serviço de Repressão ao Comunismo em Pernambuco, extinto em 06 de dezembro de 1937.

E na mesma data o Interventor Federal dividiu a Delegacia de Ordem Política, tendo por função exclusiva, o Serviço de Repressão e Prevenção ao Comunismo; e Delegacia Social, tendo por função os serviços de vigilância social. ⁽²⁾

Desde sua criação, a Delegacia de Ordem Política e Social apresenta uma característica peculiar de alterações administrativas que a diferenciam de outros órgãos, principalmente quanto as suas atribuições básicas ao longo de sua existência. Transformações estas, diretamente ligadas a conjuntura político-social da época, demonstrando que as mudanças empreendidas em sua estrutura eram reflexos das turbulências sociais.

Dessa forma, toda vez que um elemento novo ameaçava a conjuntura político-social, imediatamente após, a Secretaria de Segurança Pública criava ou extinguiu um serviço. Fato especialmente constatado nos perío-

dos considerados críticos na história política do País, como por exemplo em 1937 e 1964.

Em meio a uma conjuntura de mudanças, o DOPS consegue definir seu perfil, basicamente pós 1964. A partir daí, são observadas quatro linhas básicas de atuação que se dividem em atividades-meio e atividades-fim do órgão, representadas por quatro grandes funções: administração, investigação, censura e repressão. Através delas é que foram produzidas as informações sobre indivíduos e instituições, que geraram os documentos que deram origem aos arquivos policiais.

A tabela de assuntos do órgão, que auxilia os trabalhos de identificação, foi elaborada baseada nesses princípios norteadores das atividades do DOPS.

Com o fim do período conhecido por Ditadura Militar e progressivo restabelecimento da democracia no País, inicia-se uma luta pela libertação dos arquivos secretos. Nesse contexto, a extinção, já inevitável, passa a ser uma pauta obrigatória na lista de reivindicações dos grupos de defesa da cidadania, espalhados por todo o País. A exemplo do Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, São Paulo e Rio de Janeiro – Pernambuco também coloca-se no rol dos Estados que se empenharam nessa conquista e em consequência,

no dia 22 de março de 1990, foi criado e publicado em Diário Oficial do



Governador Carlos Wilson e Paulo Cavalcanti

Estado do dia 23 de março de 1990 o Decreto n° 14.276, que extingue a Delegacia de Ordem Política e Social, e posteriormente, através do Decreto n° 14.877 de 12 de março de 1991, o senhor Carlos Wilson de Lima Cavalcanti transfere para o APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, o acervo da extinta DOPS, sendo devidamente publicado em Diário Oficial do dia 13 de março de 1991.

O APEJE - Criado pelo decreto-lei N° 1.265, de 04 de dezembro de 1945 - tem por finalidade recolher e preservar o patrimônio documental do Estado de Pernambuco, com o objetivo de divulgar o conteúdo de seu acervo e incentivar a pesquisa voltada para os interesses da administração estadual e cultural.

O Arquivo Público Estadual assumiu o compromisso de organizar, preservar e dar acesso ao público num tempo hábil, aos documentos referentes aos arquivos de caráter policial

Assim, respeitando os princípios da Constituição em vigor, através da Lei Federal n° 8.159, de 08 de janeiro

de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e regulamentada pelo Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997, publicada em Diário Oficial do dia 27 de janeiro de 1997; o Arquivo Público Estadual assumiu o compromisso de organizar, preservar e dar acesso ao público num tempo hábil, aos documentos referentes aos arquivos de caráter policial. Cabe acrescentar, a colaboração de estudantes universitários de história e estudantes secundaristas, na execução das tarefas de processamento técnico da documentação, possível, graças aos convênios firmados entre Governo do Estado, FUNDAC e Universidades, intermediadas pelas fundações de convênios e estágios para estudantes de nível superior.

Definidas as estratégias da transferência/recolhimento, com o cumprimento dos requisitos legais que envolvem essa transação e, entre eles, figura o preenchimento das Guias de Recolhimento, partimos para o transporte do acervo que se deu em caminhão baú fechado, tendo a documentação sido devidamente empacotada, encaixotada e enumerada, evitando assim perdas ou qualquer dano ao material.

Uma vez no Arquivo Público, passamos a elaborar um plano de metas para organização dos trabalhos, que passava também pelo conhecimento do DOPS enquanto órgão, no objetivo de entender seu funcionamento e atribuições, identificando as ativi-

dades meio e fim pertinentes a sua estrutura. Nesse contexto, cabe aqui alguns esclarecimentos.

Quanto à atividade-meio do DOPS: entende-se os procedimentos administrativos ligados ao funcionamento do órgão propriamente dito. Como o quadro funcional, o expediente, o gerenciamento dos serviços e tramitação burocrática necessária à existência de uma repartição. Nesse ponto, como exemplos do tipo de documentação gerada temos: ofícios, portarias, pedido de férias dos funcionários, protocolos, livros de ponto, escala de serviço, memorando, comunicação interna, relatórios, etc.

Com relação à atividade-fim do órgão, temos aquelas que justificam a sua criação. Correspondem a alma, a razão pela qual foi criado. São funções que norteiam as atividades principais e, nessa categoria, temos: a investigação, a censura e a repressão. Como consequência do exercício dessas funções, é que observa-se a produção de uma infinidade de informações em suportes variados, cujo gerenciamento constitui elemento fundamental da existência do órgão. Cada uma dessas atividades geravam um acúmulo de dados sobre indivíduos e instituições responsável pela quantidade variada e extraordinária de documentos.

No universo dessas atividades meio e fim, faz-se necessário definir investigação, censura e repressão à luz do entendimento que o próprio órgão tem de cada uma delas.

INVESTIGAÇÃO

Corresponde ao procedimento usado quando se impõe a necessidade de averiguar, pesquisar, diagnosticar a atividade de pessoas físicas e jurídicas. Constituindo-se um passo inicial empregado quando havia alguma suspeita, podendo caracterizar ou não o delito da instituição ou do indivíduo.

A base desse serviço se dava pelo acompanhamento sistemático, pela coleta de dados e pela vigilância preventiva do objeto de investigação, gerando uma documentação característica como: pedido de busca, sindicância, parte de serviço. Radiogramas, fotografias, recortes de jornais, telegramas, etc., que passariam a fazer parte ou não do prontuário funcional ou individual da entidade ou pessoa em questão. Como exemplo de entidades alvo de investigação temos: os sindicatos, as igrejas, as fábricas, as instituições filantrópicas, os clubes, agremiações carnavalescas, a imprensa, etc.

CENSURA

Procedimento adotado após a investigação ou paralela a ela, quando constatada a existência de alguma atividade suspeita, nociva à ordem ou que sugerisse subversão. Esta se configura no controle político-cultural ou a qualquer forma de expressão que contenha ou signifique ameaça à ordem estabelecida. Aqui, a ideia, o pensamento, era objeto da censura. Nesta perspectiva, a atuação do órgão censor se apresenta mais eficaz.

Como resultado dessa atuação, são abertos prontuários funcionais para as entidades ou instituições suspeitas, sob vigilância, que tornam-se alvo da investigação policial seja porque agremiam um número significativo de indivíduos (fábricas, igrejas) seja porque atuam como formadora de opinião (imprensa), ou porque adotam postura contrária ao sistema, atentando ainda contra a moral e bons costumes. Nesse contexto, se encaixam os clubes, bares, bordeis, sindicatos, cinemas, companhias teatrais e demais meios de comunicação.

Os casos de censura às propagandas políticas são os mais comuns, tendo gerado uma quantidade expressiva de documentos que formam um banco de dados sobre políticos, manifestações públicas, partidos, eleições, etc. Principalmente se os discursos, posturas ou comportamento de seus integrantes, incitassem a sublevação da ordem instituída. Nessa categoria, o Partido Comunista, enquanto organização política, aparece como principal, não como o único, mas o alvo da repressão, o que se observa pela quantidade de material apreendido e produzido pela Delegacia de Ordem Política e Social ligado a sua atuação.

A opção pela propaganda clandestina, torna-se o elemento mais visado pelo serviço de censura do órgão, por se configurar enquanto crítica, questionamentos e mobilizações num ato subversivo, cujos crimes são taxados pela Secretaria de Segurança Pública por agitação

política, subversão e até terrorismo. Nesse aspecto estão arquivados uma profusão de tipos de documentos que serviam como elemento de prova do crime, e da subversão, enfim, da presença de ideologias contrárias ao poder instituído, como exemplo temos: panfletos, charges, cartuns, letras de música, flâmulas, propaganda clandestina, cartazes, manifestos, etc., apreendidos através de uma vigilância rigorosa, empreendida por uma teia de investigadores, colaboradores e informantes anônimos da polícia.

REPRESSÃO

Procedimento último na hierarquia das atividades-fim do órgão. É utilizado quando comprovado a existência de atividade subversiva. Em consequência a nível oficial, dá-se a abertura de prontuários individuais e ou funcionais, referentes à pessoa física ou jurídica. Significando acúmulo de informações geradas em torno do indivíduo ou entidade, o que corresponde a uma coletânea de provas incriminatórias sobre o objeto da investigação em questão. Como exemplo dos tipos de documentos encontrados nos prontuários individuais temos: ficha de identificação criminal, com dados pessoais, antecedentes criminais do indivíduo, foto, termo de declaração, pronunciamento, pedido de busca, recortes de jornais, fichas individuais datiloscópicas, artigos, relatório, etc. É importante acrescentar que os me-

canismos repressivos se dão num primeiro momento, na esfera subjetiva (contra as ideias), passando a atuar paralelamente em níveis diferenciados de castigos físicos pós-64⁽⁹⁾.

Para os prontuários funcionais, observa-se informações mais genéricas das atividades do indivíduo ou entidade, privilegia-se mais atividade do objeto investigado em questão. Assim, tem-se do conjunto de documentos produzidos, recortes de jornais, sindicâncias, auto de apreensão, relatórios, informes, telex, radiogramas, ofícios, telegramas, etc., características do acervo do DOPS.

A extinta Delegacia de Ordem Política e Social, possui em sua totalidade 134 metros lineares de documentos, sendo 23.500 prontuários individuais e 27.500 prontuários funcionais. 25.000 fichas remissivas onomásticas alfabéticas, provenientes da SSP-PE de indivíduos que tenham ou não prontuários individuais abertos. O acervo contém ainda, um fichário incompleto com 1.500 fichas organizadas por assunto referentes aos prontuários funcionais; além de um grupo pequeno de fichas acondicionadas em arquivo de mesa com duas gavetas, composto de 384 fichas com nomes, fotos de artistas nacionais e estrangeiros que exerciam suas profissões aqui no Recife, na década de 30. E finalmente, mais um outro arquivo pequeno composto por fichas de identificação com entrada por codinome, reservadas para os casos de militantes de maior atuação política,

e um último contendo fichas de investigadores da SSP/DOPS-PE, com nome, endereço, número de documentos, filiação, estado civil, etc.

Quanto ao sistema de arquivamento adotado pela SSP, trata-se de um modelo curioso, quanto a forma de organização. Uma vez que o arranjo do acervo foi feito em parte por assunto, principalmente para os prontuários funcionais e a outra, por um fichário remissivo organizado por nome/sobrenome, cujo número de registro equivale ao prontuário individual. O que torna a busca da informação automática.

Esse tipo de arquivamento por assunto (comunismo, nazismo, integralismo, sindicatos, partido político, etc.), permite que se formem pastas temáticas, ou dossiês temáticos, facilitando o registro, a entrada de informações, a guarda do documento e o resgate da informação.

Agilizar a coleta de dados era tarefa fundamental do profissional da informação, pois era em cima desse mecanismo viabilizado pela espionagem, que os trabalhos de vigilância, investigação, censura e repressão funcionavam.

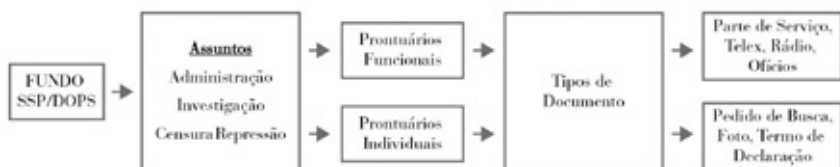
PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS UTILIZADOS NA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO

No processo de identificação do DOPS, foram observados os critérios de preservação da organização original do acervo. Tarefa um tanto árdua, na medida em que quando recebemos

a documentação ela se encontrava completamente desorganizada e em péssimo estado de conservação. Naquele amontoado de papéis úmidos, empoeirados, era quase impossível se identificar o arranjo original.

Na medida em que os trabalhos de limpeza e conservação avançavam, providenciávamos paralelamente, o levantamento da estrutura administrativa da SSP e do DOPS. Assim, fomos nos inteirando da organicidade do acervo, chegando à conclusão de que havia uma lógica interna naquele aparente “caos”. Isso foi possível observar, a partir dos volumes intactos, misturados no todo. Uma vez que os mesmos estavam separados por uma mesma temática, datados em ordem cronológica crescente, sugerindo uma sequência na organização. O reforço dessa hipótese, partiu da estrutura administrativa que regulamenta as funções do órgão a nível estadual e federal. E que permite o conhecimento de divisões, seções, e departamento do órgão, facilitando bastante o entendimento quanto à origem do documento. Observados esses procedimentos, só tivemos que fazer algumas adaptações e reformulações aplicando as regras e conceitos arquivísticos específicos para o acervo.

Por sua natureza, a Delegacia de Ordem Política e Social, subordinada à Secretaria de Segurança Pública-PE, poderia ser organizada enquanto uma unidade documental pertencente ao FUNDO⁽⁴⁾ SSP-PE. Observando nesse caso, o princípio de hierarquia de fun-



dos ao qual o acervo apresentava-se como órgão subordinado.

Ou, tomando-se outra vertente técnica como alternativa nos trabalhos de organização, optar pela definição de “FUNDO FECHADO”, passando neste caso, por se tratar de um órgão extinto, a denominar-se ele próprio em fundo único, respaldado teoricamente no que coloca SCHELEMBERG e DUCHEIN para definição da escolha do “fundo” como elemento fundamental e prioritário em qualquer trabalho de organização de arquivo. Nesse contexto, vejamos a definição de “Fundo” dada por DUCHEIN: “Fundo é definido como o conjunto de arquivos cuja proveniência é a mesma”⁽⁶⁾.

Baseados nesses princípios teóricos, é que foi definido os procedimentos arquivísticos adotados na organização do acervo, respeitando a relação entre a individualidade do documento e o conjunto.

O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO E OS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO COM O ACERVO

Sendo composto de um universo documental diferenciado, o DOPS dependia do gerenciamento de informações no cumprimento de suas funções. Assim, a partir do levanta-

mento da estrutura administrativa da Secretaria de Segurança Pública e do organograma da Delegacia de Ordem Política e Social, decidiu-se elaborar uma tabela de assuntos respeitando suas atribuições principais, que apresenta-se em quatro grandes assuntos: administração, investigação, censura e repressão. Cada um deles está diretamente ligado à Organização por série, subséries e tipologia documental.

Pela natureza de suas funções, o Arquivo DOPS, possui características bastante diversificadas quanto à sua organicidade, se comparado a outras instituições, o que dificulta numa rígida adequação desse acervo, em relação às regras arquivísticas de processamento documental. Assim, estabeleceu-se a seguinte regra ilustrada, a seguir, que visualiza melhor a organização estrutural do acervo:

Partindo desse ponto, iniciaram-se as atividades de identificação do acervo, com uma limpeza minuciosa folha a folha, de cada volume documental, observando os cuidados com a desinfestação e conservação dos documentos. É importante ressaltar as condições precárias as quais chegaram esses documentos: sujos, úmidos, empoeirados, boa parte infestada por insetos, em especial, o

O Arquivo Público Estadual assumiu o compromisso de organizar, preservar e dar acesso ao público num tempo hábil, aos documentos referentes aos arquivos de caráter policial

cupim e a traça, além da desordem geral que constituiu-se o maior obstáculo na organização.

Paralelamente a esses procedimentos, preocupamo-nos em retirar os grampos e presilhas enfeijadas dos volumes. Assim como, a remoção dos documentos dos suportes inadequados e/ou mofados e das pastas A-Z, que, em essência, e por estarem num estado deplorável, são desaconselhadas para conservação e acondicionamento adequado dos documentos.

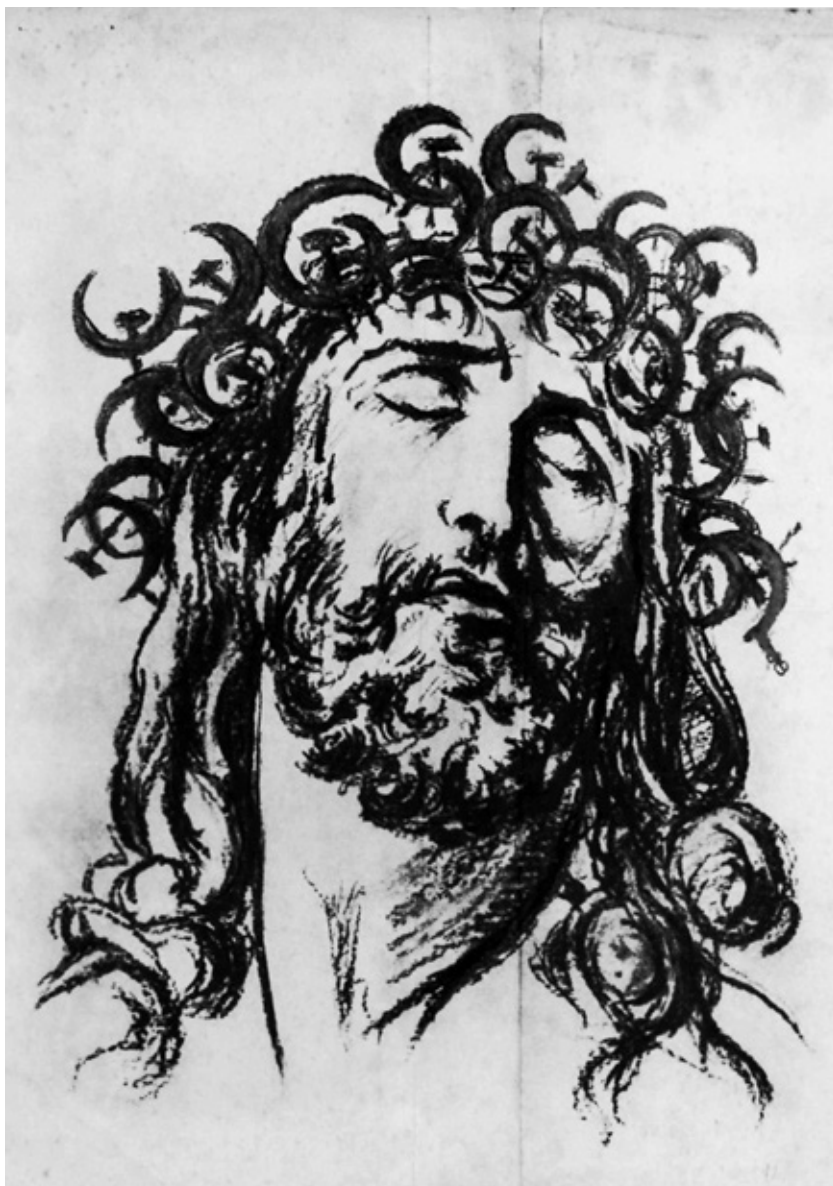
Cumprida a primeira etapa, passamos aos trabalhos de identificação dos documentos que conta com o fichamento feito através do preenchimento de fichas de identificação, contendo os seguintes itens : Fundo, Datas Limites, Tipo de Documento, Assunto, Proce-

dência e destinação (de: e para: utilizados nos casos de ofícios e correspondências), Observação, Conteúdo, Quantidade, Número de Documento, Descrição Documental, e finalmente um Número de Registro nosso (APEJE), para cada volume, recebendo a mesma numeração o prontuário ou volume identificado.

Concluída essa fase, os documentos foram colocados em pacotes ou envelopes confeccionados e amarrados com cadarço de algodão largo colando uma etiqueta identificadora contendo nome, data, quantidade de documento e número de ordem o volume, que corresponde a mesma numeração da ficha de identificação. Só então é feito o arquivamento final que em se tratando dos prontuários individuais são acondicionados em envelopes nos arquivos de aço, enquanto que os prontuários funcionais vão em pacotilhas para as caixas arquivos de papelão modelo neoimperial-B impermeável, dessa forma mantêm-se protegidos de agressões externas como luz e calor excessivos, pó, insetos e umidade.

Os cuidados de conservação⁽⁶⁾ a partir desse momento, passam a ser de ordem preventiva. Feito através de manutenção diária do acervo, que se dá com a limpeza sistemática das instalações físicas, como piso, estantes, prateleiras, arquivos, caixas e pacotilhas, impedindo o acúmulo de poeiras, a proliferação de mofo e insetos, evitando assim a infestação do acervo.

A climatização e a desumidificação do ambiente constitui-se elemen-



Cristo comunista

tos recomendáveis ideais na pauta da organização e prevenção de qualquer acervo documental. Na falta desses requisitos, observa-se o uso de ventiladores ligados constantemente, luzes do tipo incandescente baixa, até 40 watts, e a utilização das medidas preventivas já citadas anteriormente.

Quanto ao uso das fichas de identificação, do fichário onomástico alfabético e do índice dos prontuários funcionais por caixa, são requisitos que auxiliam não só a consulta, mas ajudam na conservação dos documentos, uma vez que, através deles, evita-se o manuseio inadequado e desnecessário do documento. Assim, o processo de degradação natural dos mesmos, é retardado.

OS ASSUNTOS DO DOPS E OS TIPOS DE DOCUMENTOS

Os arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social são considerados documentos de caráter permanente, não podendo jamais ser eliminados. Pelo volume de informações nele contidos, é necessário que se identifique nos prontuários funcionais e individuais os assuntos e os respectivos tipos de documentos que os comportam.

Nos prontuários funcionais compostos de um total de 27.500 volumes distribuídos em 460 caixas-arquivo, contendo informações acumuladas sobre pessoas físicas ou jurídicas, referindo-se especialmente às atividades exercidas ou desempenhadas por indivíduos através de entidades ao qual estejam ligados, como entidades

sindicais, políticas, religiosas, acadêmicas, etc. e ou da própria instituição pública ou privada em foco.

São abertos comumente para apurar o funcionamento, participação ou algum tipo de envolvimento de indivíduos ou entidades consideradas *suspeitas*, ou que pela sua natureza mereçam ser acompanhadas, podendo ou não ser objeto de censura. Como exemplo de alguns tipos de documentos encontrados nestes prontuários temos: recortes de jornais, sindicâncias, parte de serviços, ofícios, pedido de busca, propaganda política apreendida, revistas, telegramas, rádios e telex, etc.

Ainda nessa categoria documental podemos identificar os documentos administrativos, os documentos iconográficos, prontuários históricos, prontuários de países, estados e municípios, colocados como unidade mínima de arquivamento sugerindo a formação de um *banco de dados*.

Nos prontuários individuais que possuem cerca de 23.000 prontuários e que reúnem documentos referentes a uma única pessoa ou que faça alusão à mesma. São abertos excepcionalmente, nos casos em que foi confirmada *atividade subversiva* ou procedimento similar por parte do indivíduo, cujo comportamento exija um acompanhamento permanente da polícia. Trabalho que é feito sistematicamente no objetivo de recolher *provas* da culpabilidade do indivíduo.

Nessa categoria, relacionam-se os seguintes tipos de documentos: ficha

de identificação criminal com foto, termo de declaração, antecedentes criminais, pedidos de busca, termo de prisão e soltura, ficha individual datiloscópica, data da prisão, delito/crime, Pronunciamentos, ofícios, xerox e recortes de jornais, informação, parte de serviço, telegrama, etc.

Os documentos iconográficos são aqueles cujo suporte da informação é diferente dos documentos textuais e que se apresentam em formas diferenciadas. Neste universo, estão relacionados fotos, broches comemorativos, flâmulas, moedas, cartazes, panfletos, fitas cassetes, negativos fotográficos em vídeos, fotostática, filmes, charges, cartuns, livros, etc. Por ser especial, o acondicionamento e os métodos de arquivamento deste material, requer cuidados e tratamentos especiais.

Os documentos administrativos são aqueles que tratam da parte burocrática do órgão e sua relação com outras instâncias de poder, não só a nível local, mas sobretudo nacional. Registram a comunicação entre órgãos locais e federais de segurança e o funcionamento administrativo do órgão. Nessa especificidade documental, encontramos os livros de ponto, protocolo, relação de férias, escala de serviço, comunicação interna, memorando, relatórios, ofícios expedidos e recebidos, processo de investigação sumária, informes das Delegacias Auxiliares e Armas e Explosivos, relatório de Perícia Técnica, Balística, pedido de busca, te-

lex, rádio, etc. Demonstrando o intercâmbio de informações sigilosas na esfera local e federal, incluindo órgãos do Ministério do Exército, Marinha e Aeronáutica e seus respectivos centros de informações como: SNI, CENIMAR, ESA. Gerados, principalmente, no exercício das funções do DOPS nos regimes de exceção, pós-64.

As fichas de investigados correspondem a um fichário remissivo onomástico alfabético com mais de 25.000 fichas de indivíduos investigados que tenham ou não prontuários no DOPS. Subdividem em fichas remissivas por assunto, em estado incompleto. Essas fichas contêm os seguintes descritores com entrada por nome, sobrenome ou codinome, contêm informações gerais da vida pessoal do indivíduo, como, nome, filiação, data de nascimento, residência profissão, data e motivo da prisão, número do prontuário, nos casos em que tenham, e notas. Através desse sistema, tem-se acesso ao prontuário individual.

As fichas por assunto distribuídas em um fichário organizado por assunto, que traz informações gerais por ordem alfabética de entidades investigadas. Acredita-se que este fichário dava acesso aos prontuários funcionais na mesma sistemática do fichário remissivo onomástico para prontuários individuais. Mas, por estarem incompletos, torna-se difícil resgatar a sequência numérica correspondente para os prontuários funcionais. Como exemplo temos:

comunismo, integralismo, nazismo, sindicatos, universidades, etc.

Fichas de artistas — compreendem um total de 384 fichas com nome, nacionalidade, foto, data de nascimento, profissão, local de trabalho, etc. dos artistas que entraram na cidade do Recife na década de 30-40. Pelas características, o fichário funciona como instrumento de pesquisa de ordem preventiva, de controle das pessoas e atividades que exerciam no meio artístico. Controle este que se justificava pela existência de inúmeros profissionais estrangeiros, o que poderia ser traduzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão de censura da época, como espionagem, inclusive de natureza nazista, daí a fiscalização.

OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA E O ACESSO AO DOPS

Os instrumentos de pesquisa constituem-se meios de disseminação e recuperação da informação utilizados pelos arquivos. São exemplos de instrumentos de pesquisas, entre outros: catálogos, guias, índices, inventários, repertórios, listagens, e tabelas de equivalência⁽⁷⁾.

Dentre os recursos de recuperação de documentos, utilizamos para os prontuários individuais do DOPS, o fichário remissivo, onomástico alfabético, originário da SSP-PE que acompanhou o acervo. Nesse caso, trocamos as fichas pautadas estragadas por fichas novas, conservando a mesma sistemática de busca junta-

mente com seus descritores.

Paralelamente e por medida de segurança, controle e conservação dos documentos, temos as fichas de identificação do APEJE, preenchidas com informações diretas de todos os prontuários, seja funcional ou individual. Permitindo que se tenha mais um instrumento de consulta do acervo, que dispensa, de certo modo, o manuseio desnecessário dos volumes, uma vez que o nível de informação das fichas se colocam mais que completo.

Além das fichas de identificação do acervo, foram elaboradas para os prontuários funcionais, cuja consulta se mostrava dificultada pela quantidade e diversidade de documentos a eles referidos, uma listagem relacionada a partir dos conteúdos das caixas-arquivos, de forma sequenciada numericamente.

Este procedimento resolveu o problema que se tinha em encontrar a informação e ou o documento solicitado, de uma maneira bem mais eficaz, uma vez que os mecanismos que dispúnhamos eram lentos, inadequados e não nos permitia o conhecimento completo do acervo. É importante acrescentar, que este expediente foi adotado, mediante a descontinuidade do programa de informatização do acervo DOPS que foi temporariamente suspenso para ajustes no sistema. Como não podíamos deixar de atender a clientela de pesquisadores que nos procuram diariamente, elaboramos este mecanismo de consulta alternativo, garantindo assim, o aces-

so rápido à informação. É importante acrescentar que, atualmente, estamos aprimorando este mecanismo de busca a partir de sua reelaboração por ordem alfabética.

Nessa perspectiva, o Arquivo Público Estadual, coloca-se como espectador da modernização de seus recursos a nível de instalação, capacitação técnica e tecnologia da informática, além da implantação de instrumentos e recursos que agilizem ainda mais nossa prestação de serviços, em conexão com as novas tendências de intercâmbio cultural na linha da globalização.

Nesse contexto, a informatização do acervo, etapa final e imprescindível de todo trabalho de arquivo, coloca-se na pauta das urgências a qual aguardamos. É desnecessário dizer os benefícios permitidos por esse recurso técnico, principalmente quando se sabe que a informação atualmente antes de tudo, é poder.

Mas, acrescentamos principalmente os benefícios observados quanto à preservação da documentação, bem como o acesso rápido à pesquisa por parte do pesquisador. Nesse contexto, enquanto esperamos as determinações viabilizadoras do convênio SECULT/ FISEPE/ APEJE, para implantação dos terminais e operacionalização do sistema SÓLIDO ON-LINE, damos continuidade aos trabalhos de organização dos acervos, preparando-os para uma futura alimentação de dados do sistema, que trará benefícios inques-

tionáveis aos trabalhos internos de organização e atendimento.

QUANTO AO ACESSO AOS ARQUIVOS DO DOPS

Recentemente, o Exmo. Sr. Presidente da República, sancionou a Lei Federal n° 2134 de 24 de janeiro de 1997, que regulamenta a consulta aos arquivos de natureza sigilosa, complementado a Lei Federal n° 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de Arquivos Públicos e Privados.

A existência dessa nova lei vem preencher uma série de exigências quanto aos prazos de consulta do material sigiloso em relação ao acesso e reprodução. Cabe acrescentar que Documento Sigiloso é aquele que, pela natureza de seu conteúdo informativo, determina medidas especiais de proteção quanto a sua guarda e acesso ao público⁷⁽⁸⁾.

Como órgão conhecedor e cumpridor das determinações legais, o APEJE durante o período que antecedeu a publicação da lei atual, baseou-se nos princípios estabelecidos pela Lei Federal anterior, para permitir a consulta dos arquivos do DOPS. E desde então, a preservação da imagem e da privacidade (informação) do indivíduo como direito fundamental reconhecido por lei, foi garantido.

Nessa perspectiva, o acesso aos prontuários individuais são permitidos exclusivamente ao próprio prontuariado ou aos familiares, desde que

sumariamente identificados e munidos de documentos (procuração, atestado de óbito, requerimento) legais que lhes outorguem o direito à consulta e à reprodução da documentação sigilosa solicitada. O documento original dessa permissão, fica retido no Arquivo Público como prova de uso e reprodução por parte do solicitante.

Quanto aos prontuários funcionais, o acesso é restrito, devendo ser observado os dispositivos legais de preservação de nomes, associação de pessoas a fatos ou qualquer outra divulgação da informação, que usada indevidamente comprometa a integridade moral de indivíduos ou instituições. É importante acrescentar que todo documento pesquisado requer a sensibilidade do pesquisador quanto ao uso da informação. Aconselha-se tentar uma prévia autorização para o acesso a estes documentos, junto a entidade ou pessoa envolvida.

Assim, o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano-APEJE, pelo

compromisso que tem com a preservação da memória histórica local/nacional, segue sua trajetória cumprindo a função de órgão oficial de guarda, preservação e divulgação de documentos públicos sob sua custódia.

Nessa perspectiva, é que entregamos ao público o acervo DOPS, inteiramente organizado, baseado em métodos, cujo nível de transparência, permitiu que se entendesse além do imaginado para um arquivo de natureza policial. E, não é sem orgulho, que fomos o primeiro Arquivo Público Estadual no país a dar acesso a prontuários e público em geral aos arquivos do DOPS, restando a todos que trabalharam nessa organização, o sentimento do dever cumprido. Seguindo essa vertente, é que oferecemos ao público leitor, esse MANUAL DE CONSULTA DO ACERVO DOPS, esperando que ele venha preencher lacunas e dar respostas para os inúmeros questionamentos pertinentes à curiosidade deste conjunto documental.

NOTAS

⁽¹⁾ PAES, Marilena Leite. Arquivo: Teoria e Prática. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. p. 10.

⁽²⁾ PERNAMBUCO. Lei n° 71, 23 dez 1935. Legislação Estadual de Pernambuco, Recife: Imprensa Oficial, 1937. p. 28.

⁽³⁾ SILVA, Marcília Gama. O DOPS e o Estado Novo: Os Bastidores da Repressão em Pernambuco. 1935-1945, Recife, 1996. Dissertação (Mestrado em História) UFPE.

⁽⁴⁾ SCHELLENBERG, T.R. Artigos Modernos: Princípios e Técnicas. Arquivo Nacional. Identificação de Documentos em Artigos Públicos. Rio de Janeiro, 1985.

⁽⁵⁾ DUCHEIN, Michel. EL Respecto de los Fondos en Arquivística. Revista dei Archivo General de la Nación, Buenos Aires. 5: 7-31, 1976.

⁽⁶⁾ MOTTA, E.; SALGADO, M. L. G. O Papel, Problemas de Conservação e Restauração. Petrópolis: Museu de Armas Ferreira da Cunha, 1971. p. 108.

⁽⁷⁾ Op. cit., p. 11.

⁽⁸⁾ Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro. Normalização da Documentação no Brasil. 2ª ed., Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1964. p. 127.

⁽⁹⁾ MACHADO, Helena Corrêa. Critérios de Avaliação de Documentos: Arquivo e Administração. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros. 1981 - p. 9.

⁽¹⁰⁾ Terminologia Arquivística. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 1, 1972, Rio de Janeiro, p. 9 (Mimeo).

⁽¹¹⁾ Manual de Arquivos. Trad. Manuel A. Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. p. 175.

⁽¹²⁾ SOARES, Nilza Teixeira. Avaliação e Seleção de Documentos de Arquivos: Problemas e Soluções. Arquivo de Administração. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros. 1975 - p. 7-14.

Projeto gráfico e capa Luiz Arrais
Produção gráfica Joselma Firmino de Souza
Diagramação Hallina Beltrão
Ednaldo Muniz de Oliveira
Tratamento de imagem Sebastião Corrêa
Revisão Equipe Apeje

Este livro foi composto em Glosa, corpo 9/12,
o papel utilizado para o miolo é o Pólen soft 80g/m²
e para a capa é o Cartão Supremo 250g/m².
Companhia Editora de Pernambuco – maio de 2016.

